

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ENGENHARIA
CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

DÉBORA PAVANI SILVA

**AS TRAJETÓRIAS DA LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF.
CORY/ANDRADINA (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram**

Ilha Solteira
2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA

DÉBORA PAVANI SILVA

**AS TRAJETÓRIAS DA LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF.
CORY/ANDRADINA (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram**

Tese apresentada à Faculdade de Engenharia de
Ilha Solteira – Unesp como parte dos requisitos
para obtenção do título de Doutora no Programa de
Pós-graduação em Agronomia.
Especialidade: Sistema de produção

Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant’Ana
Orientador

Ilha Solteira
2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

S586t Silva, Débora Pavani.
As trajetórias da luta pela terra no território prof. Cory/Andradina (SP): a
visão dos atores sociais que as vivenciaram / Débora Pavani Silva. -- Ilha
Solteira: [s.n.], 2023
185 f. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia
de Ilha Solteira. Especialidade: Sistemas de Produção, 2023

Orientador: Antonio Lázaro Sant'Ana
Inclui bibliografia

1. Luta pela reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. Movimentos
sociais. 4. História oral. 5. Microrregião geográfica de Andradina-SP.

Raiane da Silva Santos
Raiane da Silva Santos



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Ilha Solteira

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram

AUTORA: DÉBORA PAVANI SILVA

ORIENTADOR: ANTONIO LAZARO SANT ANA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Agronomia, área: Sistemas de Produção pela Comissão Examinadora:


Prof. Dr. ANTONIO LAZARO SANT ANA (Participação Virtual)
Departamento de Fitotecnia, Tecnologia de Alimentos e Sócio Economia / Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP

Profa. Dra. SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO (Participação Virtual)
FEAGRI / UNICAMP/Campinas (SP)

Profª. Drª. FLAVIANA CAVALCANTI DA SILVA (Participação Virtual)
Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Eng. e da Saúde / Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT

Prof. Dr. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. LUÍS ANTONIO BARONE (Participação Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Ilha Solteira, 17 de janeiro de 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos Assentados do Território Prof. Cory/Andradina (SP), trabalhadores, hoje com terra, que lutaram por um espaço na sociedade brasileira e contribuíram e continuam contribuindo para romper com essa herança nefasta da desigualdade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço com poucas palavras, mas sinceras e do fundo do coração:

À minha família, Vamberto, Mirian, Fernanda, Elóy e Sansão, pelo apoio emocional, sempre me encorajando a seguir em frente, pela prontidão em me acompanhar pelas estradas de terra dos assentamentos, sempre me auxiliando sem hesitar, e pela compreensão nos momentos em que precisei me ausentar para a elaboração desta pesquisa. Sem vocês, essa realização não teria sido possível.

Aos avós Georgina e Valter, sempre presentes, e Dovilho e Nivalda, que partiram durante esta jornada de doutorado, mas que continuam sendo meus exemplos de vida.

Ao Professor e Orientador Antonio Lázaro, pelos ensinamentos, conversas e orientações. Também por mostrar, no curso de Engenharia Agrônômica, o caminho da Sociologia e Extensão Rural, onde realmente me encontrei.

A todos os mestres e professores que contribuíram de alguma forma para a minha formação, com seus comprometimentos nos estudos e pesquisas sobre a questão agrária brasileira, em especial à Profa. Sonia Bergamasco, pelos direcionamentos e conversa encorajadora.

Aos meus amigos, principalmente os pós-graduandos, que em tempos obscuros e de descrédito da ciência, conseguimos nos apoiar e continuar em frente.

Aos Colegas Assentados do Território Prof. Cory/Andradina (SP) que colaboraram de diversas formas para a elaboração deste trabalho e também para o meu crescimento pessoal, que me receberam, abriram seus lares e compartilharam suas trajetórias de vida, muitas vezes acompanhadas com um cafezinho delicioso.

Ao corpo docente da Unesp/Feis, ao pessoal da Seção de Pós-graduação e aos funcionários dos serviços gerais que contribuíram para minha formação. Sinto-me privilegiada por ter tido o prazer de usufruir dessa instituição durante tantos anos!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – Brasil (CAPES), pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de doutorado.

Carta da Terra

“Um dia a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra grande e a vida pequena. Inicial.

A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou a sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e a cerca. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem-terra. E a morte.”

Hebert de Souza, 1994.

RESUMO

As condições de territorialização do Território Prof. Cory/Andradina, que corresponde à Microrregião Geográfica de Andradina-SP, conformaram uma estrutura fundiária extremamente concentrada e levou atualmente à coexistência contraditória de extensas áreas de canaviais e um grande número de assentamentos rurais, criados a partir de desapropriações de terras particulares para fins de reforma agrária. O objetivo desta pesquisa foi analisar as trajetórias de luta pela terra, tendo como base a visão dos atores sociais que participaram do processo de formação e evolução dos assentamentos rurais, no referido Território. A fim de ter uma visão de conjunto de como se desenvolveu e está se desenvolvendo a questão da terra no Território, além da revisão bibliográfica e exame de documentos, a principal fonte de informações foram os atores sociais que vivenciaram a luta por meio da metodologia qualitativa da História Oral. Para tanto, foram entrevistados 37 atores sociais assentados que lideraram ou tiveram participação ativa nos processos de lutas, buscando também contemplar a diversidade de situações encontradas. As lutas do Território Prof. Cory/Andradina estão fragmentadas em diferentes contextos, envolvendo posseiros contra a grilagem de terras, atingidos por barragem, boias-frias e trabalhadores sem-terra, as quais constituem uma história rica e complexa. Essas histórias demonstraram, nos diferentes casos, que a tessitura de um processo de organização, como a formação dos movimentos socioterritoriais, foi fundamental para um desfecho favorável para os trabalhadores rurais. Apesar das ações do Estado, como programas de reforma agrária e convênios para vistoria de áreas terem contribuído com a criação dos 38 assentamentos rurais, estas sempre foram realizadas mediante forte pressão popular dos movimentos sociais. A convergência da expansão da cultura da cana-de-açúcar, nas duas últimas décadas, e da conjuntura de crise política a partir de 2013 e do golpe em 2016, têm acentuado a reconcentração da propriedade fundiária e gerado novamente riscos de expropriação da população pobre do campo, em função do desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e da entrada da cana e/ou placas fotovoltaicas nos assentamentos rurais pelas propostas de “parcerias”. Apesar dessas ações que visam retomar os níveis de concentração fundiária e do poder, a luta pela terra no Território proporcionou o acesso à terra à aproximadamente 3500 famílias, cerca de 80% do total de agricultores familiares do Território, que passaram a ter melhores condições de alimentação e moradia e que dinamizaram a economia dos mercados locais/regional pela produção de alimentos, favorecendo a conscientização da população local sobre os direitos e valores dos trabalhadores rurais e da agricultura familiar.

Palavras-chave: luta pela reforma agrária; assentamentos rurais; movimentos sociais; história oral; Microrregião Geográfica de Andradina-SP.

ABSTRACT

The conditions of territorialization of the Território Prof. Cory/Andradina, which corresponds to the Geographic Microregion of Andradina-SP, formed an extremely concentrated land structure and currently led to the contradictory coexistence of extensive areas of sugarcane plantations and a large number of rural settlements, created from the expropriation of private lands for the purposes of land reform. The objective of this research was to analyze the trajectories of the struggle for land, based on the vision of the social actors who participated in the process of formation and evolution of rural settlements in the referred Territory. In order to have an overall view of how the land issue has developed and is being developed in the Territory, in addition to the bibliographical review and examination of documents, the main source of information was the social actors who experienced the struggle through the qualitative methodology of Oral History. To this end, 37 settled social actors who led or had an active participation in the struggle processes were interviewed, also seeking to contemplate the diversity of situations encountered. The struggles of the Território Prof. Cory/Andradina are fragmented into different contexts, involving residents against land grabbing, people affected by dams, day laborers and landless workers, which constitute a rich and complex history. These stories demonstrated, in different cases, that the composition of an organization process, such as the formation of socio-territorial movements, was fundamental for a favorable outcome for rural workers. Despite the actions of the State, such as agrarian reform programs and agreements for inspection of areas having contributed to the creation of the 38 rural settlements, these were always carried out under strong popular pressure from social movements. The convergence of the expansion of sugarcane cultivation, in the last two decades, and the conjuncture of political crisis from 2013 and the coup in 2016, have accentuated the reconcentration of land ownership and once again generated risks of expropriation of the poor rural population, due to the dismantling of public policies that support family farming and the entry of sugarcane and/or photovoltaic panels into rural settlements through “partnership” proposals. Despite these actions aimed at resuming levels of land concentration and power, the struggle for land in the Territory provided access to land to approximately 3500 families, around 80% of the total family farmers in the Territory, who now have better conditions of food and housing, and which boosted the economy of local/regional markets through food production, raising awareness among the local population about the rights and values of rural workers and family farming.

Keywords: struggle for agrarian reform; rural settlements; social movements; oral history; Geographic Microregion of Andradina-SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros por sexo do produtor.....	20
Figura 2	- Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros por cor ou etnia do produtor.....	20
Figura 3	- População brasileira por situação de domicílio - Censos Demográficos de 1950 a 2010.....	31
Figura 4	- Limites territoriais dos 11 municípios pertencentes ao Território Prof. Cory/Andradina e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.....	38
Figura 5	- Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Prof. Cory/Andradina (SP) por cor ou etnia do produtor.....	40
Figura 6	- Perímetro dos Projetos de Assentamentos presentes nos municípios do Território Prof. Cory/Andradina, Sistema de projeção UTM Zona 22 Sul e Sistema de referência espacial WGS84.	46
Figura 7	- Modelização dos três componentes do modelo interativo da análise dos dados na investigação qualitativa, segundo Miles e Huberman (1984)...	59
Figura 8	- Histograma com a faixa etária dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP)...	62
Figura 9	- Colunas do Folha de São Paulo publicadas no dia 30 de junho de 1978, pg.9. (coluna 1) e no dia 8 de maio de 1979, pg.23 (coluna 2).....	87
Figura 10	- Coluna do Jornal do Brasil publicado no dia 20 de agosto de 1989, pg.9.....	97
Figura 11	- Coluna do Jornal Folha de São Paulo no dia 22 de novembro de 1995, pg.12.....	98
Figura 12	- Relação de número de ocupações e assentamentos criados no Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.....	103
Figura 13	- Área comunitária do assentamento Rio Paraná.....	125
Figura 14	- Estrutura que protege um dos tanques de leite do assentamento Rio Paraná.....	126

Figura 15	- Fotos da montagem do acampamento no primeiro dia da ocupação da Fazenda São Sebastião em Andradina, 16 de maio de 1998.....	127
Figura 16	- Fotos do despejo na Fazenda São Sebastião, Andradina, no dia 26 de maio de 1998.....	130
Figura 17	- Policiais militares abrindo a porteira que bloqueava estrada municipal no limite da fazenda São Sebastião em Andradina.....	131
Figura 18	- Assentados do Belo Monte realizando passeata na cidade de Andradina solicitando a liberação dos recursos da linha Pronaf A.....	134
Figura 19	- Área comunitária do assentamento Santa Maria da Lagoa.....	148
Figura 20	- Viveiro de mudas – Assentamento Santa Maria da Lagoa.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	- Estrutura fundiária brasileira – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.....	19
Tabela 2	- Número de famílias assentadas e número de assentamentos rurais criados e reconhecidos no Brasil – 1985 – 2019.....	35
Tabela 3	- Informações socioeconômicas dos municípios do Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	39
Tabela 4	- Número e área de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, do Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	40
Tabela 5	- Número de estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor no Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	40
Tabela 6	- Área colhida em hectares e número de estabelecimentos por utilização das terras do Território Prof. Cory/ Andradina (SP).....	41
Tabela 7	- Estrutura Fundiária do Território Prof. Cory/Andradina (SP) – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.....	47
Tabela 8	- Conflitos por terra no Brasil (2010-2019).....	52
Tabela 9	- Informações gerais e número de entrevistados nos assentamentos pesquisados do Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	57
Tabela 10	- Grau de escolaridade dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	62
Tabela 11	- Naturalidade dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	64
Tabela 12	- Profissões dos atores sociais entrevistados antes da conquista da terra e as atuais.	65
Tabela 13	- Nível de relação com a agricultura dos atores sociais pesquisados que lutaram pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).....	68
Tabela 14	- Informações gerais dos assentamentos do Território Prof. Cory/Andradina (SP).	81
Tabela 15	- Número de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais no Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.....	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1	DESIGUALDADE FUNDIÁRIA	18
2.1.1	A desigualdade fundiária: o cerne de outras formas de desigualdade.....	18
2.1.2	Desigualdade fundiária e trabalhadores sem-terra: o legado de um processo histórico	24
2.2	REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS: UM BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS NÚMEROS	34
2.3	TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP): CARACTERÍSTICAS GERAIS E TERRITORIALIZAÇÃO	37
2.4	O ESPAÇO AGRÁRIO COMO UM CAMPO DE FORÇA E LUTAS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DOS CONCEITOS DE PIERRE BOURDIEU.....	47
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	55
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
4.1	O SUJEITO DA LUTA PELA TERRA	61
4.1.1	Quem são os atores sociais que participaram da luta pela terra do Território Prof. Cory/Andradina (SP)?.....	61
4.1.2	Como e porque entraram na luta pela terra?	70
4.2	INSTAURAÇÃO DAS LUTAS PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP)	80
4.2.1	A luta para permanecer na terra: os posseiros da Fazenda Primavera	82
4.2.2	Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA): nova fase de reivindicação por terras particulares	90
4.2.3	Varredura de vistorias: um passo importante.....	99
4.2.4	Assentamentos: trincheiras da agricultura familiar no canavial.....	108

4.3	ASSENTAMENTOS DO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA: PARTICULARIDADE DE TRAJETÓRIAS DE LUTAS.....	114
4.3.1	Assentamento Rio Paraná.....	114
4.3.1.1	<i>Anos de lutas e incertezas.....</i>	114
4.3.1.2	<i>Anos iniciais.....</i>	122
4.3.1.3	<i>Infraestrutura social comunitária do assentamento.....</i>	124
4.3.2	Assentamento Belo Monte.....	126
4.3.2.1	<i>Ocupação e resistência.....</i>	126
4.3.2.2	<i>Créditos e infraestrutura.....</i>	133
4.3.3	Assentamento Santa Maria da Lagoa.....	137
4.3.3.1	<i>O nascimento do assentamento no interior de uma rede de acampamentos...</i>	137
4.3.3.2	<i>Famílias que vieram depois: o grupo dos cinco e o grupo dos nove.....</i>	143
4.3.3.3	<i>Anos iniciais no assentamento.....</i>	146
4.3.3.4	<i>Infraestrutura comunitária</i>	148
4.3.4	Assentamento Florestan Fernandes.....	150
4.3.4.1	<i>Um objetivo, duas bandeiras.....</i>	150
4.3.4.2	<i>Anos iniciais: a divisão e a luta continuam.....</i>	154
4.4	SIGNIFICADO DA LUTA PELA TERRA.....	158
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
6	REFERÊNCIAS.....	167
	APÊNDICE A – Questionário lideranças.....	182
	APÊNDICE B – Questionário específico.....	184
	APÊNDICE C – Termo de esclarecimento e compromisso de uso.....	187
	APÊNDICE D - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	188

APÊNDICE E - Política de obtenção e Decretos.....	189
APÊNDICE F - Ocupações Território Prof.Cory/Andradina (SP) 1998-2014.....	190

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensão continental integrado por diferentes processos de ocupação e apropriação territorial em seus estados ao longo de sua história. Essa grande diversidade e complexidade de situações refletem nas particularidades das lutas dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra, sendo importante o desenvolvimento de estudos regionais que abarquem essas diversidades. Embora apresentem particularidades, as lutas “refletem regionalmente um pano de fundo comum relacionado com a questão agrária no Brasil” (LEITE *et al.*, 2004, p. 37). Este pano de fundo refere-se a lógica colonizadora que deixou marcas sociais presentes nos dias atuais, destacando-se a pobreza, a exclusão social e a concentração de renda, que foram intensificadas com o processo de industrialização e com a modernização conservadora da agricultura em meados do século XX (MATTEI; GRZYBOSWKI, 2012).

As condições de territorialização do Território Prof. Cory/Andradina ¹ (SP) conformaram uma estrutura fundiária fortemente concentrada e levou, nas últimas décadas, à criação de um grande número de assentamentos rurais por meio da desapropriação para fins sociais, fruto da luta pela terra dos trabalhadores, organizados em diversos movimentos sociais; e a formação de imensos canaviais que substituíram (em parte) as áreas de pecuária extensiva com baixa produtividade, enquanto uma das estratégias dos grandes fazendeiros para evitar a continuidade da reforma agrária no Território. Segundo Oliveira (2006), a construção da memória do Território foi martelada, incessantemente na população, sobre a importância incondicional dos donos de terra, dos prédios das estações de trem, dos ícones e símbolos que ilustram a chegada da modernidade em tempos de desbravamento heroico sobre essas terras virginais.

A construção dessa memória, muitas vezes, deixa de lado a participação que teve a “mão de obra” na formação econômica da região, “desde a derrubada das matas até a formação dos pastos, sob diversos regimes de trabalho” (OLIVEIRA, 2006, p. 87), participação esta, muitas vezes acompanhadas de violentas repressões, de resistência e conflitos travados para garantirem seu espaço enquanto sujeito. A questão agrária não pode ser vista como separada da vida das pessoas que a compõe, uma vez que, segundo Lima (2017), misturados à terra, estes sujeitos se construíram e continuam construindo sua história. Uma história que, via de regra, é tratada

¹ O Território Prof. Cory/Andradina (SP) corresponde a Microrregião de Andradina (IBGE, 2017) e é composta por 11 municípios: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis (SEADE, 2022).

apenas a partir de dados quantitativos e que a maioria da população só conhece pelas lentes da imprensa sensacionalista e/ou comprometida com os interesses dos grandes proprietários rurais.

A análise das trajetórias dos atores sociais que participaram das lutas pela terra no Território, conjugada com o exame de documentos e dados estatísticos, permitirá complementar o entendimento sobre como se desenvolveu e está se desenvolvendo a questão da terra, o que também permite compreender melhor as práticas desses atores sociais.

Durante minha pesquisa de mestrado tive a oportunidade de percorrer pelos assentamentos do Território Prof. Cory/Andradina para diagnosticar a produção de sementes crioulas pelos guardiões e guardiãs de sementes, e durante a coleta de dados, na aplicação do questionário, havia uma questão sobre a forma de aquisição do lote, em que a grande maioria dos entrevistados responderam que foi por meio da luta pela terra, sempre complementando com uma história singular de como esse processo não foi fácil. Ademais, pude ver a luta dos assentados para permanecer na terra e uma certa preocupação que sentiam por conta dos cortes de orçamentos do setor causados pela conjuntura política, e um desânimo e indignação pelo aumento da cultura da cana-de-açúcar que cada vez mais os cercavam, fenômeno visivelmente claro ao dirigir pelas rodovias e vicinais do Território.

Diante dessas observações e conversas com meu orientador, a presente pesquisa seguiu como hipótese que a condição de formação do Território Prof. Cory/Andradina, com presença marcante de grandes latifúndios, um histórico de lutas pela terra e uma atuação em duas vertentes por parte do Estado (apoando a instalação de grandes usinas de etanol e açúcar; e desapropriando algumas dezenas de áreas) resultou na existência de imensos canaviais paralelamente a vários assentamentos, conquistados por meio de grande pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, embates intensos e emblemáticas, e que a conquista do lote, apesar de significativa, não foi o ponto final da trajetória desses atores sociais.

A partir desta hipótese, o objetivo desta pesquisa foi analisar as trajetórias de luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP), tendo como base a visão dos atores sociais que participaram do processo de formação e evolução dos assentamentos rurais presentes nesse Território.

Em função da hipótese e do objetivo mencionados, buscou-se estruturar a pesquisa para a realização desta tese em três questões norteadoras:

A **primeira questão** parte do reconhecimento de uma complexa rede de relações entre as classes sociais no campo, traduzida pela heterogeneidade dos atores sociais envolvidos na luta pela terra e pelos diferentes contextos históricos de formação dos assentamentos, uma vez que o primeiro foi criado em 1981 e o último em 2013. Portanto, buscou-se identificar, por meio

da investigação bibliográfica dos condicionantes estruturais da questão agrária brasileira e mais especificamente do Território Prof. Cory/Andradina (SP), e do trabalho de campo: quem são os atores sociais envolvidos na luta pela terra no Território; quais foram suas motivações; e como a trajetória desses atores se cruzaram gerando o processo de socialização e emergência dos grupos e movimentos sociais.

A **segunda questão** aborda o sistema de relações sociais presentes no meio rural enquanto um campo de forças e de lutas, amparando-se no referencial teórico de Pierre Bourdieu. Diante desta abordagem teórica, buscou-se identificar nesse espaço de lutas, cujo embate central discutido aqui reside nas formas de apropriação e uso da terra, quais os meios as classes dominantes do Território Prof. Cory/Andradina utilizaram para a manutenção de sua hegemonia; e quais mecanismos os trabalhadores sem-terras utilizaram na luta para romper com sua dominação.

A **terceira e última questão** refere-se aos anos iniciais dos assentamentos, e leva em consideração que a luta continua mesmo depois do acesso à terra. As condições de infraestrutura e o acesso a outros direitos como saúde, educação, ATER e canais de comercialização, quando fornecidos pelo Estado, estão diretamente relacionadas com a melhoria das condições de vida dos que vivem nos assentamentos. Desta forma, buscou-se registrar os procedimentos após a entrada no lote conquistado e o acesso às condições de infraestrutura e a outros direitos, além de registrar a percepção dos entrevistados, em relação às possíveis melhorias na qualidade de vida e ao significado que a luta pela terra teve para suas vidas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 DESIGUALDADE FUNDIÁRIA

2.1.1 A desigualdade fundiária: o cerne de outras formas de desigualdade

A disparidade na estrutura fundiária do país coloca o Brasil entre as nações com os maiores índices de desigualdade do mundo. Dados mais recentes do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE (2017) demonstram que apenas 1% dos estabelecimentos rurais ocupam quase metade (47,6%) da área rural brasileira, enquanto os estabelecimentos com até 10ha, correspondentes à mais da metade (51%), ocupam somente 2,2% da área total (Tabela 1). Além da discrepância na estrutura agrária nacional, pode-se observar uma forte rigidez, ilustrada pela estabilidade do alto valor do Índice de Gini² desde 1970 com um ligeiro aumento entre 2006 e 2017 (Tabela 1).

Entre os países líderes do agronegócio mundial, o Brasil apresenta a maior desigualdade fundiária, com um índice de Gini, segundo o Censo Agropecuário 2017, maior que 0,8, superando países tinham um histórico também de forte desigualdade na posse da terra, como México, Vietnã, Índia e Indonésia, que possuem um Índice de Gini menor que 0,6, e Japão, China e Tailândia, menor que 0,5 (REYDON, 2014; PINTO *et al.*, 2020). Apesar de ocupar uma boa posição dentro do sistema global de produção de commodities, o Brasil não conseguiu superar as contradições existentes na formação do seu setor agrícola, demonstradas nos números da violência no campo e pela marcante concentração fundiária (OXFAM, 2016; CPT, 2020). Aliás, o crescimento da produção ocorreu e continua ocorrendo com a reprodução das desigualdades fundiárias e econômicas onde há a expansão agropecuária, como na região do Matopiba (FAVARETO *et al.*, 2019).

A desigualdade fundiária é complexa e multidimensional e a sua discussão requer a compreensão de três fatos: a desigualdade fundiária é tanto vertical como horizontal; é estrutural e tem relação com a economia de mercado; e é a causa e consequência de outras formas de desigualdade (ANSEENW; BALDINELLI, 2020).

² O índice de Gini é um coeficiente de mensuração da desigualdade que varia entre 0 e 1, utilizado principalmente em estudos sobre a distribuição de renda. No caso do estudo sobre a distribuição de terras, 0 corresponde à completa igualdade, portanto quanto mais próximo de 1 estiver o valor, mais desigual será a distribuição das terras (LEITE, 2018).

Tabela 1. Estrutura fundiária brasileira – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.

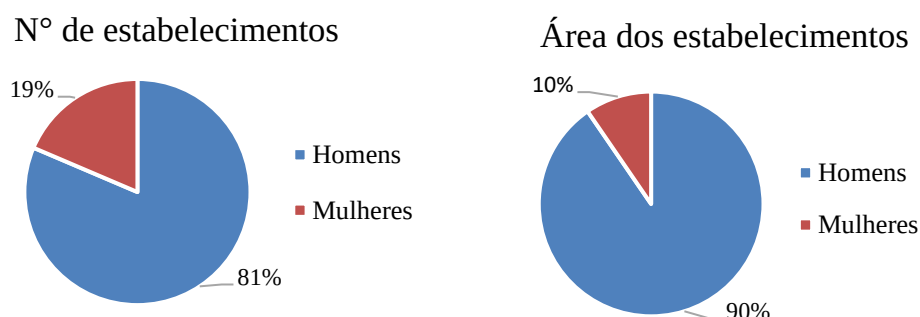
Grupo de área	1970				1980				1985			
	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%
< 10	9083495	3,1	2519630	51,4	9004259	2,4	2598019	50,4	9986637	2,7	3064822	52,9
10 < 100	60069704	20,4	1934392	39,4	64494343	17,6	2016774	39,2	69565161	18,6	2160340	37,3
100 - 1000	1,09E+08	37,1	414746	8,5	1,27E+08	34,8	488521	9,5	1,31E+08	35	517431	8,9
> 1000	1,16E+08	39,4	36874	0,7	1,65E+08	45,2	47841	0,9	1,64E+08	43,7	50411	0,9
Total	2,94E+08	100	4905642	100	3,65E+08	100	5151155	100	3,75E+08	100	5793.004	100
Índice de Gini*	0,855				0,857				0,858			
Grupo de área	1995/96				2006				2017			
	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%
< 10	7882194	2,2	2402374	49,7	7798777	2,3	2477151	50,3	7993969	2,2	2543681	51
10 < 100	62693585	17,8	1916487	39,6	62893979	18,9	1971600	40,1	63810646	18,2	1980684	39,6
100 - 1000	1,24E+08	35	469964	9,7	1,13E+08	33,8	424288	8,6	112257692	32	420719	8,4
> 1000	1,59E+08	45	49358	1	1,5E+08	45	47578	1	167227511	47,6	51203	1
Total	3,54E+08	100	4838183	100	3,34E+08	100	4920617	100	3,51E+08	100	4996287	100
Índice de Gini*	0,857				0,858				0,864			

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.

Notas: *Hoffmann (2020)

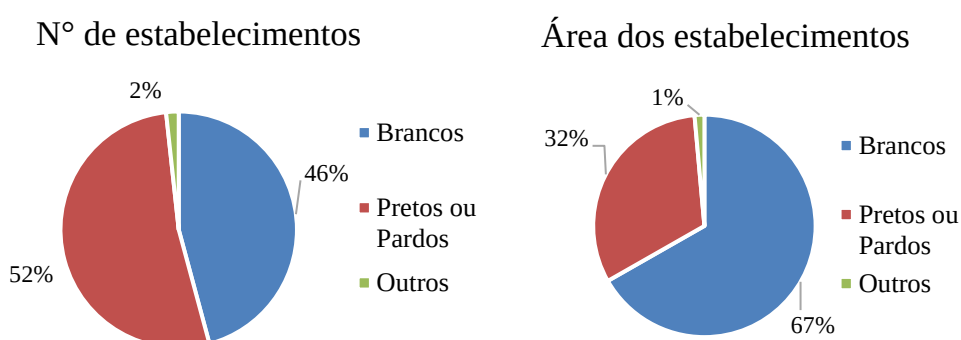
A desigualdade vertical diz respeito à distribuição de terras entre os indivíduos, mas também é necessário considerar a desigualdade fundiária horizontal com base em aspectos de gênero, étnicos e culturais (ANSEENW; BALDINELLI, 2020) em que a desigualdade é claramente acentuada: no Brasil, são os homens que controlam a maior parte dos estabelecimentos, principalmente aqueles com maior área (Figura 1); e os negros e pardos, apesar de possuírem a maior parte dos estabelecimentos rurais (52%), possuem apenas 32% da área, sendo mais frequentes em estabelecimentos com área menor que 10ha (Figura 2).

Figura 1 – Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros por sexo do produtor.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017)

Figura 2 – Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros por cor ou etnia do produtor.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário (2017) Notas: Outros - Amarelos e indígenas

A desigualdade fundiária é resultado de um processo histórico estrutural e decisões políticas, uma vez que a elevada concentração de terras do modelo da agricultura brasileira teve origem no período colonial de domínio português, cujas atividades econômicas determinaram unilateralmente a apropriação do território brasileiro, em função da produção de bens primários para atender as necessidades da metrópole. Esse condicionamento histórico foi pano de fundo

para a “modernização conservadora” promovida durante a ditadura militar, em que houve a manutenção da estrutura fundiária concentrada no processo de modernização das unidades de exploração agrícola (PIRES; RAMOS, 2019).

As forças de mercado também impulsionam a desigualdade de terras, encorajando a acumulação, muitas vezes por aqueles que já são poderosos e ricos (ANSEENW; BALDINELLI, 2020). Nas regiões brasileiras em que se observa um processo de modernização da agricultura em curso, este está sendo comandado cada vez mais por uma minoria de empresas e grandes produtores que possuem capital para dar sustentação à esta lógica produtiva, o que acaba fortalecendo o processo de exclusão social (MATTEI, 2012; FAVARETO et al., 2019).

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em pesquisa realizada em 2011 sobre a pobreza rural, demonstra uma correlação direta entre uma maior expressão da pobreza com a falta de acesso à terra e a precariedade das relações de trabalho nas regiões brasileiras. Em regiões com elevada concentração fundiária, principalmente em que grandes fazendas dominam o setor agrícola, a mão de obra assalariada se torna predominante e as relações trabalhistas costumam ser distorcidas e prejudicadas, e com imposição de baixos salários (GUEREÑA; WEGERIF, 2019).

Segundo o IICA (2013), os focos de pobreza na região Centro-Oeste do Brasil estão concentrados em espaços geográficos com predominância da pecuária bovina de corte extensiva e da mineração, onde se observam elevados índices de concentração de terras. A falta do acesso à terra também é central nos determinantes de pobreza das regiões Amazônica e Nordeste do país, estando relacionados, na primeira, com a falta de dotação de recursos e às relações de trabalho, em que ainda permanecem formas de trabalho análogos à escravidão e na segunda, com a precarização das relações de trabalho, especialmente em termos da renda recebida (IICA, 2013; MATTEI, 2012).

As oportunidades de emprego também são reduzidas à medida em que o tamanho médio das fazendas aumenta. Dependendo do tipo de produção, as taxas de absorção de mão de obra podem chegar até 100 vezes menor em modelos agrícolas industrializados em comparação com a agricultura familiar (BURNOD *et al.*, 2018; COCHET *et al.*, 2015). No caso brasileiro, segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar é responsável por empregar 66,6% da mão de obra da agricultura, já que empregam 12,0 pessoas a cada 100ha, enquanto a agricultura não-familiar emprega 1,8 pessoas a cada 100ha.

A desigualdade fundiária também está relacionada à desigualdade política, especialmente em sociedades onde o acúmulo de terra transmite poder político para controlar os processos de tomada de decisão formais e informais sobre a terra (ANSEENW;

BALDINELLI, 2020). A Bancada Ruralista brasileira, representada pela Frente Parlamentar Mista da Agropecuária (FPA) é um exemplo conhecido de como grupos de interesse que se articulam no Congresso Nacional podem exercer grande poder na política brasileira, ao atuar em defesa dos interesses do agronegócio e do setor patronal rural (OXFAM, 2016). Na Legislatura atual (2019-2022), 280 parlamentares (241 deputados e 39 senadores) de diversos partidos são membros da FPA (FPA, 2021).

O poder político relacionado com uma estrutura agrária altamente concentrada permite a subversão de processos de redistribuição de terras. A Bancada Ruralista tem atuado em defesa da manutenção da estrutura fundiária (BRUNO, 2017), ao afirmarem em resposta às reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que a política de reforma agrária é “um desperdício de recursos e de terra” (VIGNA, 2007).

De acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e INCRA, 729 devedores com dívidas acima de R\$50 milhões cada declararam possuir 4.057 imóveis rurais, abrangendo no total mais de 6,5 milhões de hectares. Nesta área, segundo Incra, seria possível assentar mais de 200 mil famílias (INCRA, 2015; OXFAM, 2016). Segundo Bruno (2017), a renegociação das dívidas agrárias constitui uma das principais moedas de troca nas negociações entre a bancada ruralista e o governo: “Desde que a bancada se constituiu, grandes proprietários de terra e empresários rurais e agroindustriais buscaram impor ao Tesouro Nacional o perdão das dívidas e, quando contrariados, boicotavam a votação de temas do interesse do governo” (BRUNO, 2017, p. 162).

A concentração fundiária também guarda relações com impactos negativos em relação à questão ecológica ao favorecer o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna pautada em monoculturas de larga escala, o que leva a uma intensificação da exploração da natureza, (BALDASSARINI, 2021), ao mesmo tempo em que deixa os modelos de produção de pequenos produtores e comunidades tradicionais mais vulneráveis por conta da perda da biodiversidade, contaminação de recursos naturais e pela pressão para que deixem suas terras (BORRAS *et al.*, 2012).

O modelo econômico dos países da América Latina baseado no extrativismo e nas exportações agrícolas, que se intensificou pela reprimarização acelerada da pauta exportadora brasileira observada nas duas últimas décadas (SVAMPA, 2019; KATO; LEITE, 2020), combinado com a expansão do neoliberalismo na agricultura (GONÇALVES, 2018), está levando a uma significativa expansão e concentração das terras agrícolas. Porém, este movimento de concentração das terras não é visto somente na América Latina, mas sim em

todas as regiões do mundo: nas Américas, Europa, África, Ásia e Pacífico (ANSEEUW; BALDINELLI, 2020; HOFFMANN, 2020; PINTO *et al.*, 2020).

A partir do início do séc. XXI, houve uma crescente apropriação mundial de terras pelos capitais financeiros e por Estados, decorrente da atual crise global financeira, energética e alimentar, que levou à popularização da noção de *land grabbing* (FREDERICO; GRAS, 2017).

Os negócios com terra e investimentos agrícolas, portanto, tornaram-se mais atrativos para atores que tradicionalmente já operavam no meio rural, mas também para as grandes empresas controladas por fundos financeiros e corporações ligadas a outros ramos da economia (fundos de pensão, fundações universitárias, instituições bancárias etc.), que, articuladas com empresas agrícolas nacionais e grandes produtores, começaram a atuar em diferentes etapas da produção agrícola (FREDERICO; GRAS, 2017; KATO; LEITE, 2020).

Para Levien (2014), mesmo que associadas ao mercado global de terras, as apropriações de terras possuem uma dependência fundamental do poder estatal. O aumento da desigualdade fundiária visto nas últimas décadas é também, portanto, resultado de processos públicos de indução e financiamento que estimulam as apropriações e da falta de medidas concretas que contribuam para uma distribuição mais democrática das terras.

Na tentativa de mitigar os efeitos negativos do *land grabbing*, organizações internacionais, como o Banco Mundial e agências da ONU, elaboraram documentos a respeito da governança responsável sobre os investimentos sobre terras e agricultura, como o “Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects, Livelihoods, and Resources”, de 2010, e o “Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Contexte of National Food Security”, de 2012, voltados tanto para os Estados como para atores privados (GOLÇALVES, 2018).

Porém, como adverte Gonçalves (2018), essas organizações internacionais têm sido aliadas no processo de mercantilização da natureza, ao defender uma governança pautada por um discurso neoliberal e assumir que esses investimentos em terras e agricultura são inevitáveis. Desta forma, a autora demonstra que essas iniciativas de governança da terra acabam por legitimar as apropriações de terra e impedir de se pensar formas alternativas de desenvolvimento e utilização de terras mais justas e sustentáveis.

Para reduzir as desigualdades presentes na sociedade brasileira, sobretudo a estrutura fundiária extremamente concentrada, seriam necessárias medidas que podem enfrentar as causas estruturais dessas desigualdades. A partir dessas observações, constata-se que uma reforma agrária massiva, capaz de transformar as estruturas de poder da sociedade brasileira, é

socialmente justificável e indispensável para reduzir as desigualdades e proporcionar o desenvolvimento rural sustentável.

Outras iniciativas e ações por parte do Estado brasileiro, como aquelas recomendadas pela Oxfam Brasil também são importantes: estabelecer sistemas tributários que assegurem o pagamento justo em relação à propriedade da terra e que desestimulem a acumulação de terra com fins especulativos; priorizar o estabelecimento de programas de incentivo ao desenvolvimento rural com base na agricultura familiar; proteger os direitos territoriais coletivos de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades e povos tradicionais; e reconhecer a necessidade de um enfoque de gênero para vencer os obstáculos que impedem as mulheres de exercerem seu direito a terra (OXFAM, 2016). Deve-se destacar que essas iniciativas e ações devem servir de apoio a uma reforma agrária massiva e não para substituí-la.

Nesta perspectiva, é necessário ressaltar o poder transformador dos movimentos sociais de luta pela terra e de defesa de modelos produtivos mais sustentáveis. Os movimentos pressionam para que o Estado cumpra as determinações constitucionais da função social da terra e têm desenvolvido e apoiado agriculturas que tem suas bases produtivas nos princípios da Agroecologia, e frequentemente, os avanços ocorridos em relação à essas questões, se dão à pressão desses movimentos (DESMARAIS, 2007; GIRARDI; FERNANDES, 2008).

2.1.2 Desigualdade fundiária e trabalhadores sem-terra: o legado de um processo histórico.

Estudar as lutas pela terra pressupõe o conhecimento do processo histórico-social que levou ao desigual acesso às terras e deu origem aos trabalhadores rurais sem terras, enquanto identidade social, a fim de compreender suas demandas quando envolvidos na luta pelo acesso à terra. Sendo assim, o objetivo deste tópico consiste em elencar brevemente alguns processos históricos, conforme abordados em literatura sobre a questão agrária brasileira, que deram origem à questão agrária e à identidade social sem-terra que atualmente compõe o público a ser beneficiado com a criação de projetos de assentamentos de reforma agrária pelo Estado (BRASIL, 1964; BRASIL, 1993).

Como já mencionado, a disparidade na estrutura fundiária do país coloca o Brasil entre as nações com os maiores índices de concentração de terras do mundo. Além da discrepância na estrutura agrária nacional, pode-se observar o caráter persistente, apesar das mudanças nos

tipos e técnicas de produção, como demonstra a estabilidade do alto valor do Índice de Gini, nas últimas décadas (HOFFMANN, 2020).

Como já mencionado, a elevada concentração de terras é uma característica presente na agricultura brasileira desde o período colonial de domínio português. Ao considerar o território ocupado como sua colônia, a Coroa portuguesa monopolizou a propriedade da terra e concedeu lotes, conhecidos como sesmarias, à colonizadores portugueses (a concessão não lhes dava direito de venderem, ou mesmo de comprarem terras vizinhas, já que a terra continuava a ser patrimônio do Estado português), privilegiados em termos políticos e econômicos a fim de assegurar a ocupação e o cultivo no território colonial (SILVA, 1987; DINIZ, 2005). A concessão de sesmarias no Brasil demonstra que Portugal desconsiderou qualquer ocupação indígena (OLIVEIRA, 2003), sendo segundo Marés (2003), um instrumento de conquista e também de garantia aos colonizadores de que sua mão de obra, escrava ou livre, não viria a ser proprietária de terras vagas, uma vez que a única forma legal de obtenção de terra era por meio das Cartas de Sesmarias passadas pelas autoridades.

As sesmarias foram utilizadas sobretudo para o *plantation* da cana-de-açúcar, mas também de outros gêneros agrícolas como o cacau, algodão, gado e posteriormente o café (STÉDILE, 2012; VILAS BOAS, 2016). *Plantation* é um sistema de produção agrícola que foi utilizado na dinâmica de obtenção de lucros para o enriquecimento da metrópole, caracterizada por Jones (1997) como tendo sua base produtiva no grande latifúndio monocultor, produção focada ao mercado externo e intensa exploração da mão de obra, primeiramente com os escravos negros ou indígenas e posteriormente com o assalariado mal remunerado.

Portanto tem-se nesse sistema de concessão de terras, a origem do latifúndio e da aristocracia rural brasileira. Segundo Silva (1994), paralelamente a esse meio legal, desenvolveu-se também uma forma extralegal de apropriação territorial: a posse. Essa mesma autora cita que as condições primitivas de produção acarretaram o caráter extensivo da agricultura praticada que fazia da incorporação de novas terras o recurso para evitar a queda da produtividade, o que era tolerado pelas autoridades.

Ocorria também a apropriação por parte de pessoas de menores recursos e prestígio, que se instalavam em áreas menos acessíveis, os chamados posseiros. Estes, ao terem suas terras apropriadas por senhores de prestígio junto ao governo colonial, tinham que se submeter e se tornarem seus foreiros ou migrar para terras mais distantes (ANDRADE, 1994).

Segundo Martins (1995, p. 32) “não era raro o fazendeiro encontrar, no território de que se tornara sesmeiro, posseiros [...]. Dependia de o fazendeiro aceitar ou não a permanência desses posseiros como agregados”. Conforme este autor, o homem livre, mas sem “*pureza de*

sangue” ou sem condições de comprovar a compra de escravos estava excluído da concessão de terras e a forma de se assentar no território envolvia o sistema de troca de favores com o senhor de escravo. “A natureza da troca envolvida e embutida na concepção de favor evoluirá com o desenvolvimento econômico brasileiro para se definir mais concretamente como relação de arrendamento” (MARTINS, 1995, p.36).

Essa relação acarretou vários conflitos pela posse da terra entre moradores e os titulares das sesmarias durante o período colonial, principalmente nos sertões do Nordeste nas regiões de *plantations* de cana-de-açúcar, e tanto os arrendatários como os procuradores de sesmeiros absenteeístas passaram a reclamar direitos sobre as terras (SCHWARTZ, 1985). A instabilidade vivida pelo pequeno posseiro e a legislação a favor da aristocracia rural ao longo do período colonial ficou tão enraizada na sociedade brasileira que ainda ocorrem conflitos como esses, envolvendo arrendatários e donos de terras, como o caso da luta dos posseiros da fazenda Primavera na década de 1970 no município de Andradina-SP, que será abordado adiante com mais detalhes.

Neste período, além dos conflitos entre posseiros e titulares de sesmarias, ocorreram também diversos conflitos envolvendo a resistência indígena e revoltas escravas³, muitas vezes deixadas de lado na história brasileira (MARTINS, 1981). Nas palavras de Décio Freitas (1981, p.11), “a marginalização das revoltas escravas obedeceu a múltiplos interesses históricos, entre os quais ressaltam, como mais óbvios, os de preservar os mitos habilmente elaborados e hoje solidamente arraigados do caráter pacífico e da brandura do sistema escravista brasileiro”. Moura (2000) ainda destaca a expressiva presença negra entre os camponeses na composição e organização de resistências inerentes ao problema da terra em conflitos como Canudos e de Contestado, além de constatar a narrativa demasiadamente branca na literatura ao reduzirem a organização dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil à chegada de imigrantes europeus.

O Brasil colônia foi um período cuja lógica constituiu vários elementos basilares da questão agrária brasileira, tema tratado por pensadores nacionais com suas diferentes interpretações. Segundo Prado Jr. (1949, p.), “a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial (...) destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu, de que o Brasil é uma das resultantes”, fazendo com que o resquício escravista-colonial determinasse um perfil de desenvolvimento capitalista profundamente excludente. Guimarães (1968) considera que o período de colonização

³ Na história das revoltas escravas brasileiras, a de Palmares ocupa lugar ímpar (FREITAS, 1981).

portuguesa não implantou os traços da economia mercantil em formação na Europa do século XVI, como sugere Prado Jr, já que a principal fonte de produção de bens materiais residia ainda na atividade agrícola, sendo o monopólio da terra a base interna desse regime de produção, deixando resquícios feudais na sociedade da época (meados do século XX), como empecilho para o desenvolvimento agrícola.

Furtado (1972) atribui à concentração da propriedade da terra herdada do período colonial o baixo nível técnico da agricultura brasileira. Segundo o autor, a economia brasileira foi criada “desde o início, pelo capitalismo comercial, sob a forma de empresa agrícola” (p. 93), e que não teria sido uma eficiência técnica superior que teria levado à sua hegemonia, mas sim a acaparação (acúmulo de grandes extensões territoriais de interesse comercial) das terras e o baixo custo da produção fundado no trabalho escravo.

Essas características provocavam também a marginalização da maioria da população rural livre, que vivia à margem da empresa agromercantil escravista e latifundiária como foreiros, moradores, arrendatários, colonos, entre outros:

Essa quase impossibilidade de o pequeno produtor concorrer tinha várias causas. Em primeiro lugar estava a dificuldade de acesso às terras, sempre controladas pelos grandes proprietários. Em segundo lugar, apresentava-se o problema da comercialização do produto, que exigia capacidade financeira. Por último, estava o fato de que aquele que trabalhava diretamente a terra entrava em concorrência com a mão de obra escrava (...). (FURTADO, 1972, p. 101)

O período subsequente da história política brasileira, o Império, também teve grande relevância na formação da identidade social sem-terra. Com o processo de independência em 1822, a concessão de sesmarias chega ao fim, porém:

(...) a formação do Estado nacional e o ocaso do sistema sesmarial poderiam ter ensejado a mudança no padrão de apropriação territorial, caso as forças sociais que dirigiam o processo de independência não fossem exatamente aquelas interessadas na permanência dos elementos que alimentavam a recriação do latifúndio: a escravidão, a possibilidade da contínua incorporação de novas terras através da posse e a não criação de um importito territorial. (SILVA, 1994, p.9).

O primeiro império não regulamentou a propriedade privada, e no período entre 1822 e 1850 a posse se tornou a principal forma de domínio sobre as terras, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a “fase áurea do posseiro” (GARCIA; SILVA, 1996, p.81). De um lado, a falta de um ordenamento jurídico era o “triunfo

do colono humilde, do rústico desamparado” (LIMA, 1990, p. 51), porém por outro acabava por fortalecer as oligarquias rurais.

Os governantes por um lado asseguram o pleno direito de propriedade na Constituição, evitando, desta forma o conflito direto com os latifundiários; por outro lado, não promovem a regulamentação infra-constitucional do preceito constitucional (artigo 179, XXII da Constituição de 1824), evitando, desta forma, envolverem-se num confronto direto com o latifúndio num momento delicado de consolidação do Poder Político e do Estado Independente em formação. Só que, com os direitos constitucionalmente assegurados e sem nenhuma norma reguladora que limitasse a sua ação, as grandes posses avançaram celeremente, consolidando definitivamente sua posição na estrutura fundiária brasileira (JONES, 2003, p.57).

Para a organização política do país, essa situação gerou um caos, pois se perdia o controle da distribuição de terra (CAVALCANTE, 2005). Porém somente quando a escravidão passou a ser seriamente ameaçada⁴ que foi sancionada a Lei de Terras nº 601, em 18 de setembro de 1850, que normatizou a propriedade privada e fez com que qualquer cidadão brasileiro pudesse se transformar em proprietário de terras, mas, para isso, deveria comprá-la (BRASIL, 1850).

A Lei de Terras, serviu como base para algumas questões principais: a regularização de posses e sesmarias; a venda de terras devolutas; e o investimento na colonização estrangeira para a introdução do trabalho livre (DAROSSO, 2020). Esses elementos foram garantidores do monopólio da terra, uma vez que “dificultou o acesso à terra a vastos setores da população e ao mesmo tempo criou as condições para que esse contingente estivesse disponível para as necessidades do capital” (SILVA, 1989, p. 26). Para Furtado (1972) o monopólio da terra foi fundamental para a sobrevivência da empresa agromercantil à abolição do trabalho escravo, sendo o “meio de assegurar a uma minoria uma oferta elástica de mão de obra” (p. 107), constituída não somente pelos ex-escravos mas também dos descendentes da antiga população livre que vivia à sua margem (REZENDE, 1975).

A escravidão só foi abolida em 1888, mas os cafeicultores paulistas já trabalhavam com a mão de obra imigrante desde 1847 para substituir ou suplementar o trabalho escravo, o que se intensificou após a proibição do tráfico (STOCKLE, 1986; NAKAGAWARA, 1994). O impedimento do acesso à terra à população rural pobre, e as condições degradantes de trabalho no campo gerava conflitos entre proprietários e não proprietários. Medeiros (1989) menciona o caso da fazenda Ibicaba (situada no município de Cordeirópolis-SP), onde os colonos-parceiros

⁴A Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queirós estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de escravos (BRASIL, 1850).

revoltaram-se contra os cálculos feitos pelo fazendeiro do rendimento do café por eles produzido e contra outras cobranças que lhes eram impostas. Além de outras greves feitas no final do século XIX que levaram a alterações de contratos entre colonos e fazendeiros (STOCKLE, 1986). Surgiram também propostas de reestruturação do campo dentro da camada política (porém não foram levadas a cabo), como mencionado por Andrade (1988):

Daí políticos mais abertos a mudança terem proposto a realização de uma política de democratização da terra como Joaquim Nabuco que defendia uma reforma agrária, já em 1884, [...] João Alfredo que procurara completar a abolição da escravatura com a desapropriação, para colonização, das terras situadas nas margens dos rios navegáveis e das ferrovias a serem construídas (ANDRADE, 1988, p. 222).

Com a proclamação da República em 1889, houve a descentralização da política de terras passando as terras devolutas para o domínio dos Estados. Cada Estado formulou a sua legislação de terras, bem como novos prazos para a legitimação da posse, fundamentadas na Lei de 1850 (SILVA, 1994). Os novos prazos contribuíram para a apropriação das terras pelos “coronéis”, que, com seus “currais eleitorais”, elegiam deputados, os senadores e governadores de acordo com seus interesses, fortalecendo a relação baseada no patrimonialismo (ANDRADE, 1994).

Segundo Andrade (1994), durante a Primeira República (1889-1930), os governos permaneceram indiferentes às pressões populares em favor de uma reforma agrária, enquanto nos estados as oligarquias mantinham controle contra quaisquer tentativas de reforma. Neste período ocorreram inúmeros movimentos que questionaram a concentração da terra e domínio da política pelas oligarquias rurais, como a Coluna Prestes e o Tenentismo (OXFAM, 2016), mas Andrade (1994) menciona que as massas populares, espoliadas, não estavam organizadas para pressionar o Partido Republicano ou os grandes fazendeiros de café e senhores de engenho de açúcar, o que resultaram em constantes confrontos pontuais, com destruição de bens ou assassinatos.

A clara manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais baseadas no patrimonialismo, contribuíram para que, no início dos anos de 1930, no bojo das grandes lutas sociais, essencialmente urbanas, surgissem importantes debates sobre a necessidade de se reformar a estrutura agrária e solucionar o problema rural do país (LEITE *et al.*, 2004; CARVALHO, 2011). Mas as propostas de reforma agrária tomaram outra direção pelo governo Vargas (1930-1945), que adotou no lugar projetos de “Colonização para os trabalhadores nacionais”, que visavam a substituição da política de imigração e colonização

com populações estrangeiras por uma política de orientação das correntes migratórias internas (SANTOS, 1994; WELCH, 2016).

Esta política de colonização [...] configurou-se por uma orientação das correntes migratórias das populações pobres rurais[...] para dois alvos bem demarcados. O primeiro destino das correntes migratórias foi definido como sendo as cidades do Sudeste, onde se iniciava a industrialização brasileira. O segundo destino constituiu nas terras públicas do Oeste e da Amazônia, nos quais o Estado organizou programas de colonização (SANTOS, 1994, p. 48).

Santos (1994) ainda ressalta que as relações sociais agrárias baseadas no patrimonialismo permaneceram e as formas de dominação local sendo o clientelismo e o recurso à violência também. Porém a formação de uma classe de trabalhadores rurais toma novo impulso com a formação de sindicatos e o campesinato brasileiro pode ser localizado em várias formas e regiões:

(...) o campesinato originário da colonização europeia do século XIX, no Brasil Meridional e no Espírito Santo; os agricultores do regime de colonato, em São Paulo; os moradores, no Nordeste; os agregados, parceiros e meeiros, em várias regiões; e os colonos “nacionais”, formados pela política de colonização do Estado Novo (SANTOS, 1994, p. 48).

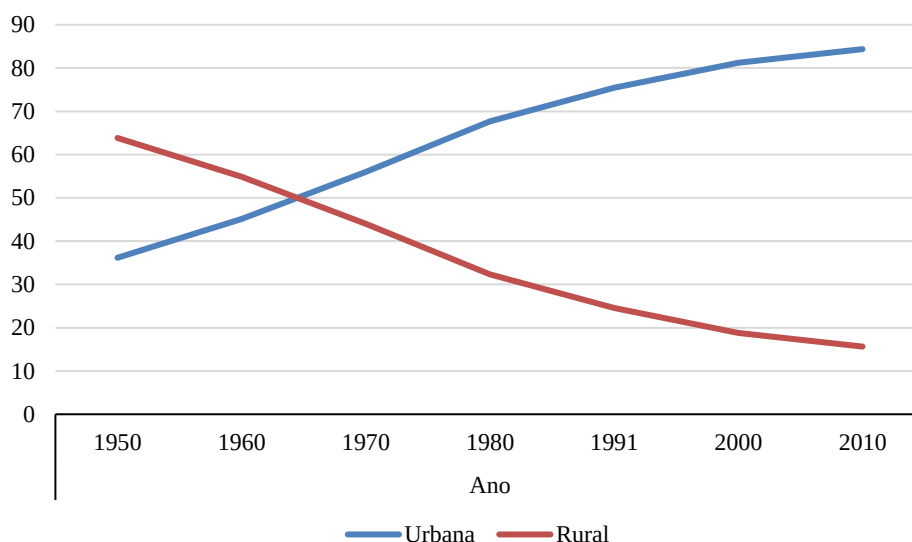
O fim da Era Vargas em 1945, segundo Medeiros (1989), foi acompanhado por referências na imprensa a conflitos no campo e uma incipiente organização dos trabalhadores rurais, com mobilizações nas diferentes categorias de produtores, como os trabalhadores das grandes plantações reivindicando melhores condições de trabalho, arrendatários, parceiros e meeiros exigindo o limite da taxa de arrendamento prevista na Constituição, e posseiros em torno da expansão da fronteira agrícola, enfrentando, muitas vezes de forma violenta, grileiros que lhes queriam tirar a terra.

Com a consolidação do desenvolvimento industrial do país a partir dos anos 1950, as políticas agrícolas do Governo Federal estiveram fundamentalmente voltadas para o estímulo à produção via mecanismo de mercado (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 1994) referentes ao abastecimento interno de alimentos e matérias-primas para a indústria (SMITH, 1969). Nessa conjuntura, o espaço social brasileiro começou a apresentar transformações, ocorrendo a rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana (Figura 3). Em relação às diferentes categorias de pequenos produtores,

[...] por um lado, o campesinato meridional consolida-se, apresentando seu apogeu econômico e social, com o fortalecimento da produção alimentar e

daquela voltada à agroindústria regional. Por outro lado, o mundo do campesinato que vivia em redes de dominação patrimonialista se altera. O colonato, nas regiões cafeeiras, os moradores, no Nordeste, e os agregados, nas regiões com pecuária e agricultura de subsistência, começam a ser excluídos das grandes e médias propriedades. (SANTOS, 1994, p. 49).

Figura 3 – População brasileira por situação de domicílio - Censos Demográficos de 1950 a 2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Elaboração própria

A extrema rapidez que deu-se a expropriação do homem do campo é explicada, segundo D’Incao (1984), pela histórica concentração da propriedade da terra, já que estando a maior extensão da terra cultivável nas mãos de uma minoria privilegiada, cujo interesse passa a ser a exploração mercantil em suas terras, substitui os trabalhadores residentes (colonos, parceiros e rendeiros) pelos trabalhadores assalariados associados à máquina, tornando uma operação simples e imediata. “Em linhas gerais, essas são as condições estruturais dentro das quais surge o boia-fria” (D’INCAO, 1984, p.20), sob a forma de assalariado temporário.

Porém a contratação de assalariados temporários não foi suficiente para empregar toda a oferta de mão de obra resultante da expropriação do homem do campo. Para Rangel (2000), o processo de industrialização no Brasil gerou uma crise agrária, resultado de um descompasso entre os dois processos – de liberação de mão de obra pelo complexo rural e de integração dessa mesma mão de obra no quadro da economia social. “(...) não foi só a economia agrícola que, ao modernizar-se, deixou sem emprego parte da mão de obra da família trabalhadora. As atividades urbanas também” (RANGEL, 2005, p. 228). Segundo D’Incao (1984), o mercado de trabalho urbano se mostrou insuficiente para a absorção de toda essa população, já que o processo de industrialização deu-se através da importação de um padrão já altamente

tecnificado e poupador de força de trabalho, sendo uma via de desenvolvimento econômico geradora de desemprego.

Neste período eclodiram novos conflitos no campo, efeito da resistência dos trabalhadores rurais em deixar a terra em que trabalhavam. Segundo Medeiros (1985), essas lutas ocorreram em diferentes pontos do país: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba, Maranhão e alguns deles conseguiram romper seu isolamento e ganharam repercussão nacional, dando substância à demanda por reforma agrária.

A organização das lutas, cujo objetivo era sobretudo a permanência e redistribuição da terra, também tomava outra dimensão com o surgimento de três grandes organizações: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MORISSAWA, 2001); a organização da primeira Liga Camponesa, em 1955, em Pernambuco, inicialmente voltada contra os aumentos dos foros (espécie de aluguel para permanecer na terra) e expulsão dos foreiros da terra (AZEVEDO, 1982); e a criação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul em 1960, a partir da resistência de 300 famílias de posseiros no município de Encruzilhada do Sul (MORISSAWA, 2001).

No início dos anos 1960 discussões sobre a questão agrária tomavam conta do mundo acadêmico, rodas políticas e dos programas partidários, em busca de estratégias para melhorar as condições socioeconômicas no campo. Envolveram-se nesse debate pensadores com diferentes pontos de vista sobre a origem da questão agrária, resultando em estratégias diferentes para o papel da reforma agrária (STEDILE, 2013).

Porém todo esse debate e movimentação, com início do regime militar em 1964, ficou no “esquecimento”, e os movimentos sociais sofreram uma sistemática repressão, cujo objetivo também era o de silenciar a reivindicação por reforma agrária (SANTOS, 1994). As sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas, lideranças perseguidas, e alguns sindicatos que sobraram mudaram completamente seus métodos, passando a ter caráter assistencialista (MEDEIROS, 1989). Isso ficou bem caracterizado pela criação do Funrural, órgão de previdência voltado para o campo, transferindo aos sindicatos a responsabilidade pelas suas atividades burocráticas (FERRANTE, 1976).

Como proposta para a solução da questão agrária, foi promulgada pelo primeiro governo militar, em 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, regulando direitos e obrigações para a execução da reforma agrária, prevendo a desapropriação por interesse social (BRASIL, 1964). No entanto as desapropriações por interesse social, o que caracterizaria uma reforma agrária, foram usadas topicamente para resolver um ou outro conflito. Segundo Morissawa (2001), o

Estatuto da Terra escancarou-se como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra: entre 1965 e 1981, foram realizadas apenas oito desapropriações, em média, por ano, ao passo que ocorreram pelo menos 70 conflitos por terra anualmente. Como alternativa à desapropriação, os militares optaram por estratégias já utilizadas no passado: os projetos de colonização. Segundo Santos (1994), as políticas de colonização definiram a região da Amazônia como uma nova região de expansão agrícola.

Quanto às políticas públicas agrícolas, o crédito rural subsidiado foi o instrumento utilizado para promover a modernização nas atividades agropecuárias. Tal crédito beneficiou de maneira bastante desproporcional os grandes proprietários, sendo uma das faces mais visíveis da estratégia da modernização conservadora ⁵ que ocorreu neste período (SZMRECSÁNYI; RAMOS, 1994). Para os autores Martine e Garcia (1987), um dos principais efeitos dessa modernização agrícola excludente foi a intensificação do êxodo rural iniciado pelo processo de industrialização.

(...) o modelo de modernização conservadora do regime militar, atendendo aos interesses que promoviam o pacote tecnológico da revolução verde, em meados da década de 60, acentuou o significado da migração rural-urbana e da concentração em cidades cada vez maiores. (MARTINE; GARCIA, 1987, p. 61).

A estrutura agrária herdada do processo histórico patrimonialista somada a modernização conservadora culminou para que no início da década de 1980 houvesse um amplo e variado contingente de trabalhadores rurais expropriados da terra em todo país, passando a ser sujeitos conhecidos como sem-terra (RAMALHO, 1998). Nesta época, os conflitos agrários, com suas particularidades, se intensificaram em vários estados brasileiros, principalmente no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo (MORISSAWA, 2001), como a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, que causou a expulsão de grande contingente de agricultores de suas terras que teve um papel importante na criação do Mastro, precursor do MST (FERREIRA, 1987). As diversas experiências de luta ao longo do país se entrecruzaram e levaram, em 1984, à formação de uma organização nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MEDEIROS, 1989).

⁵ O termo “modernização conservadora”, utilizado inicialmente, no Brasil, por Alberto Passos Guimarães e depois por Azevêdo em um sentido mais amplo, é utilizado na literatura brasileira para caracterizar como traço marcante a preservação da estrutura fundiária concentrada no processo de modernização das unidades de exploração agrícolas, marcada por uma exclusão autoritária das classes sociais do acesso aos mercados de dinheiro, trabalho e terras (PIRES; RAMOS, 2009). Segundo Delgado (2005, p. 34) “É importante ter em conta que a chamada ‘modernização conservadora’ da agricultura nasceu com a derrota do movimento pela reforma agrária.”

Trabalhadores rurais sem-terra, pequenos proprietários e demais categorias do setor continuam se mobilizando em busca de melhores condições de vida e uma distribuição de terras mais democrática. No total são 137 movimentos sociais do campo existentes no Brasil (DATALUTA, 2017). Atualmente, além de reivindicarem o acesso à terra, protestam contra os ditames do agronegócio que muitas vezes os excluem das políticas de desenvolvimento agrário, integrando em suas manifestações a inclusão de políticas agrárias dentro dos moldes agroecológicos e da agricultura familiar (MST, 2020; VIA CAMPESSINA, 2020).

2.2 Reforma agrária e assentamentos rurais: um breve histórico da evolução dos números

Após a redemocratização, os governos da Nova República (1985 - dias atuais) responderam às manifestações dos trabalhadores sem terra de maneiras diferentes, apresentando uma grande variação no número de assentamentos criados ao longo dos anos (Tabela 2). Os governos FHC (1995 – 2002) e Lula (2003 – 2010) apresentaram os dois maiores picos (1997/98 e 2005/06) nos números de assentamentos criados e famílias assentadas, sendo no ano de 2005, o maior. A partir de 2009, os números mudam consideravelmente, com uma tendência ao declínio na criação de assentamentos, até ser praticamente paralisada até 2019.

Tabela 2. Número de famílias assentadas e número de assentamentos rurais criados e reconhecidos no Brasil – 1985 – 2019.

Ano	Assent.	Famílias	Ano	Assent.	Famílias
1985	3	700	2003	232	33.688
1986	76	12.916	2004	456	42.203
1987	217	33.691	2005	872	115.062
1988	110	26.578	2006	716	113.093
1989	99	14.174	2007	387	35.895
1990	21	3.411	2008	327	34.501
1991	76	15.007	2009	298	32.225
1992	162	22.652	2010	211	15.536
1993	68	4.920	2011	111	9.549
1994	36	10.661	2012	119	7.751
1995	392	61.382	2013	136	13.164
1996	468	62.688	2014	143	10.684
1997	719	95.528	2015	81	5.490
1998	765	80.999	2016	28	1.002
1999	668	55.694	2017	29	1.990
2000	424	39.108	2018	79	8.893
2001	479	38.041	2019	2	533
2002	386	29.855			

Fonte: (INCRA, 2019; DATALUTA, 2019).

Além da criação de assentamentos, a inclusão das políticas públicas de desenvolvimento voltadas à agricultura familiar na pauta governamental é indispensável para o sucesso dos assentamentos. Segundo Leite *et al.* (2004), ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo, portanto, o desempenho de um assentamento é também o desempenho do Estado. Isso faz com que as ações dos movimentos sociais e manifestações dos assentados continuem após a conquista do lote, reivindicando condições para permanecer na terra.

No período de redemocratização do país, em meados dos anos 1980, a Reforma Agrária foi colocada em pauta nos planos governamentais com a criação do I Plano Nacional da Reforma Agrária (IPNRA). As metas apresentadas no IPNRA, pelo então presidente José Sarney, eram bem ambiciosas, criando-se na sociedade brasileira uma expectativa muito favorável quanto à realização da reforma agrária, com o compromisso do novo governo assentar 1,4 milhão de famílias em apenas cinco anos (BRASIL, 1985; MATTEI, 2012).

Por outro lado, os setores sociais conservadores brasileiros e os latifundiários caracterizados pela União Democrática Ruralista (UDR), representados pela maioria no Congresso, buscaram inviabilizar a possível reforma agrária e, de 1985 a 1989, somente 88 mil famílias foram assentadas, correspondendo 6,5% da meta proposta para o número de famílias e 10,5% para a quantidade de terras a serem distribuídas (GUEDES; FLEURY, 2017). Os números para os governos Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994) foram menores ainda, assentando aproximadamente 60 mil famílias (INCRA, 2014). A atuação dessas organizações conservadoras não foi apenas no campo político, mas também por meio da violência direta no campo. Com a ampliação dos movimentos de luta pela terra, houve um aumento da violência, principalmente após o lançamento do I PNRA (SANTOS, 1988). Entre 1985 e 1990, ocorreram 563 assassinatos em conflitos por terras (CPT, 1990).

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve pressa para implantar políticas de assentamentos rurais, diante da pressão dos movimentos sociais ocasionadas pelos eventos ocorridos em Corumbiara e Eldorado dos Carajás⁶, apresentando resultados melhores que os governos anteriores. O Primeiro Governo Lula acenou para os movimentos sociais a possibilidade de finalmente realizar uma reforma agrária massiva e capaz de dar início à reversão da concentrada estrutura fundiária brasileira, assentando em média 95,3

⁶Em julho de 1995, a Polícia Militar de Rondônia invadiu um acampamento dos sem-terra no município de Corumbiara (RO). O Confronto resultou em 11 mortos e numerosos feridos e desaparecidos (MESQUITA; OLIVEIRA, 2001). Em 17 de abril de 1996, o governador do Pará ordenou a polícia militar desocupar uma estrada no município de Eldorado dos Carajás, deixando 19 mortos e 51 feridos (BARREIRA, 1999).

mil famílias por ano, maior média entre os governos, porém essa não foi a realidade no segundo mandato, diminuindo o ritmo do processo de instalação de novos assentamentos rurais (GUEDES; FLEURY, 2017).

O governo Dilma manteve a tendência de queda na criação de assentamentos, resultando nos piores resultados dos anos antecedentes. Em cinco anos e meio foram criados somente 618 assentamentos e assentadas 47.640 famílias (Tabela 2). Segundo Fernandes (2017), em 2010, o discurso da candidata Dilma com relação à reforma agrária era que seria necessário investir mais nos assentamentos criados do que criar novos assentamentos, já indicando um recuo na política de reforma agrária. O mesmo autor ainda menciona que nos anos 2013/2014, somente 13% dos créditos destinados à agricultura foram dirigidos à agricultura familiar.

Após o golpe que destituiu o governo da presidente Dilma Rousseff em 2016, denominado Agrogolpe por Welch (2018) e Mitidiero Junior (2018), ocorreram mudanças da conjuntura agrária pelas medidas adotadas pelo governo Michel Temer, como a redução no número de assentamentos criados, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ressurgimento de cadastro de famílias que desejam adquirir terras (desta vez por meio de editais municipais via internet), tirando a reivindicação dos movimentos de lutas pela terra do processo, e um amplo apoio no processo de estrangeirização das terras no Brasil (algo que já vinha ocorrendo nos governos anteriores) (FERNANDES *et al.*, 2017).

Outro ato que expõe as mudanças na conjuntura agrária é o sancionamento da Lei Nº 13.465, de 11 de julho de 2017 (BRASIL, 2017), sobre a regularização fundiária e liquidação dos créditos concedidos aos assentados. Sauer (2017), ao analisar a referida Lei, entende que o resultado será uma maior concentração fundiária e a expropriação da população pobre do campo, eliminando a força dos movimentos sociais com as mudanças na seleção das famílias a serem assentadas. Para Leite e Sauer (2017), a Lei deixa nítida a intenção do Estado de não realizar os investimentos básicos ao trazer um novo entendimento de consolidação dos assentamentos rurais, alterando a Lei de 1993, estabelecida pelo Art. 17, no Parágrafo 6:

Independentemente da implementação dos requisitos exigidos no inciso V do caput deste artigo, considera-se consolidado o projeto de assentamento que atingir o prazo de quinze anos de sua implantação, salvo por decisão fundamentada do Incra (BRASIL, 2017).

Outra mudança incluída pela nova Lei de regularização fundiária é a autorização de contrato de integração, já que na Lei de 1993 constava a obrigatoriedade de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, e de não ceder o seu uso a terceiros (BRASIL, 1993). Na nova Lei de 2017, consta: “Parágrafo único. A família beneficiária poderá celebrar o contrato de integração

de que trata a Lei nº 13.288, de 16 de maio de 2016.” Com recursos cada vez mais escassos e com o aumento da pressão exercida pela monocultura da cana-de-açúcar, ceder parte do lote para terceiros será alternativa, agora legal (ARLINDO, 2020).

O governo Bolsonaro, desde o início, demonstrou a continuação dessa mudança na conjuntura agrária, adotando uma postura de destruição ou redução das políticas públicas voltadas à população do campo criadas nos governos FHC, Lula e Dilma, como o Pronera, PAA, PNAE, Planapo, PNATER, entre outras, sendo a política de reforma agrária uma das mais atingidas, sofrendo em 2019 a maior retração da história, com somente dois assentamentos criados (FERNANDES *et al.*, 2020).

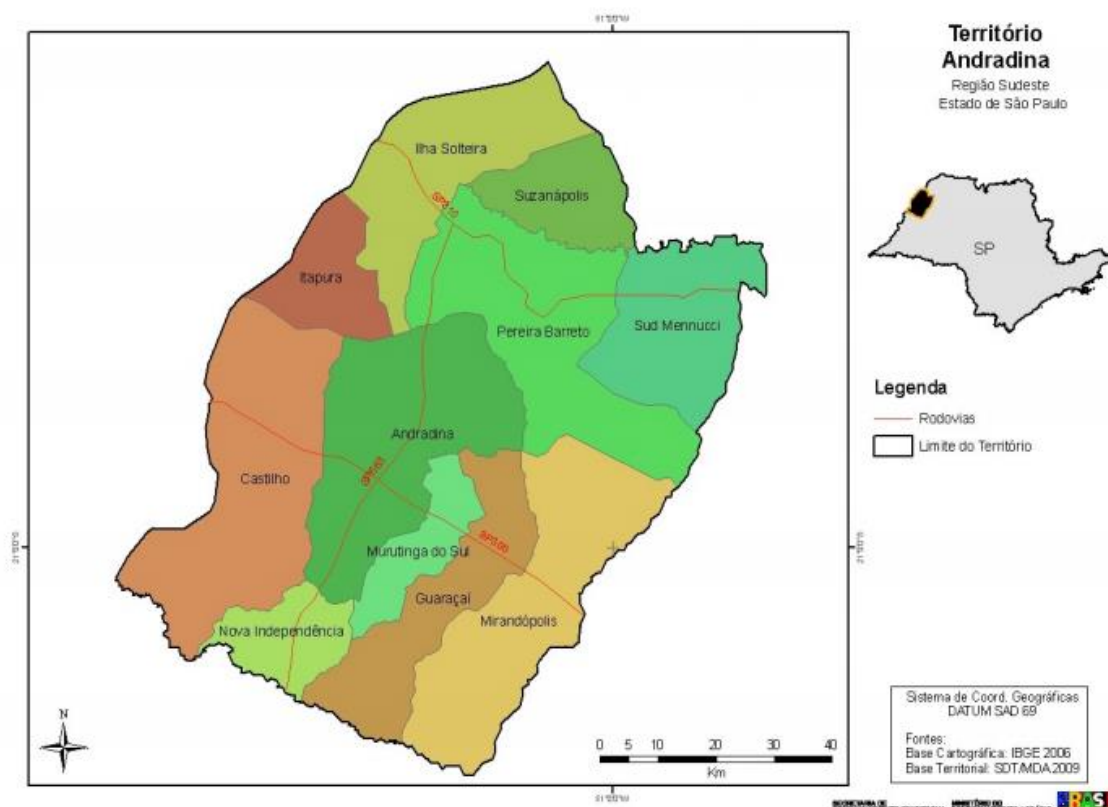
Não restam dúvidas do radicalismo no processo que já vinha em andamento no abandono da reforma agrária no país (SAUER *et al.*, 2019). Bolsonaro, já no seu primeiro ano, nomeou para Secretaria de Assuntos Fundiários Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR) (VALENTE, 2019) e como Ministra da Agricultura, Tereza Cristina, ex-deputada federal pelo partido Democratas (DEM-MS), com atuação parlamentar pela luta incansável em torno da desregulação dos agrotóxicos. Ademais, a proposta orçamentária do governo para o INCRA, em 2021, promoveu cortes nos recursos para Assistência Técnica e Extensão Rural e na concessão de Crédito-Instalação às famílias assentadas, itens extremamente importantes para a manutenção e desenvolvimento dos assentamentos já criados (ARAÚJO; ARAÚJO SOBRINHO, 2021).

2.3 Território Prof. Cory/Andradina (SP): características gerais e territorialização

O Território Prof. Cory/Andradina, instituído em 2004 no âmbito da política de desenvolvimento territorial (SILVA, 2016), está localizado no noroeste do estado de São Paulo, dentro da delimitação da Região Administrativa de Araçatuba, e conta com uma população estimada em 190.525 habitantes em uma área de 7.424km² (SEADE, 2022). A extensão do Território corresponde exatamente à delimitação da antiga Microrregião Geográfica de Andradina, segundo a classificação utilizada pelo IBGE até 2017, abrangendo onze municípios: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanópolis (Figura 4). Com as mudanças instituídas pelo IBGE em 2017, há a atualização da divisão regional brasileira, com alteração da denominação de “Microrregião Geográfica” para “Região Geográfica Imediata” e em alguns

casos com alteração na delimitação das áreas de abrangência. Na passagem para Região Imediata de Andradina ocorreu a exclusão do município de Suzanópolis e inclusão de Lavínia (IBGE, 2017). Neste estudo, foi considerado a delimitação do Território Prof. Cory/Andradina correspondente à Microrregião Geográfica de Andradina.

Figura 4 - Limites territoriais dos 11 municípios pertencentes ao Território Prof. Cory/Andradina e indicação de sua localização no Estado de São Paulo.



Fonte: (BRASIL, 2009).

A produção agropecuária tem grande participação na estrutura econômica do Território, com uma grande participação no PIB e principalmente no emprego da mão de obra da região, sendo que todos os municípios que compõem o Território apresentam uma maior fração de empregos formais no setor da agricultura, pecuária e serviços relacionados (exceto por Ilha Solteira, onde a administração pública e a educação empregam 33,3% da mão de obra, devido a presença da Universidade Estadual Paulista) do que a média estadual (Tabela 3). As taxas de urbanização dos municípios do Território também são menores que a média estadual.

Tabela 3. Informações socioeconômicas dos municípios do Território Prof. Cory/Andradina.

Município	População	Urbanização (%)	Emprego Agropec. (%)	Participação no PIB (%)*		
				Agropec.	Indústria	Serviços
Andradina	56.120	94,5	3,1	6,5	29,1	56,2
Castilho	21.148	75,5	7,1	9,3	35,5	45,8
Guaraçaí	8.389	82,7	19,7	46,9	4,4	45,4
Ilha Solteira	25.760	93,8	1,7	11,1	4,93	79,13
Itapura	5.015	79,9	12,7	37,3	4,27	55,2
Mirandópolis	28.782	91,7	8,8	19,4	7,2	61,2
Murutinga do Sul	4.287	61,5	16,1	28,1	2,56	66,3
Nova Independência	3.819	85,9	5,6	14,6	32,8	45,2
Pereira Barreto	25.431	93,7	6,8	13,1	2,52	73,6
Sud Mennucci	7.745	86,2	36,1	38,4	6,2	50,5
Suzanápolis	4.033	66,8	5,6	9,9	42,5	36,9
Estado de SP	45.147.891	96,6	2,2	1,87	17,5	65,3

Fonte: (SEADE, 2022; *SEADE, 2020. Elaboração própria).

Nessa região predomina-se a agricultura familiar, abrangendo 4.240 estabelecimentos agropecuários, correspondendo 75,8% do número total, apesar de ocuparem somente 15,4% da área (Tabela 4). No Território, a agricultura familiar tem sua maior expressão dentro dos projetos de assentamentos rurais, uma vez que estes abrigam 3.448 famílias, em uma área de 62.935 hectares (INCRA, 2018), resultado de uma intensa atividade de reforma agrária, especialmente no período de 2003 a 2010, nos quais destacam-se o sistema de produção da pecuária leiteira, culturas de autoconsumo e a horticultura (OLIVEIRA, 2010; SILVA, 2016; IBGE, 2017; ARLINDO, 2020).

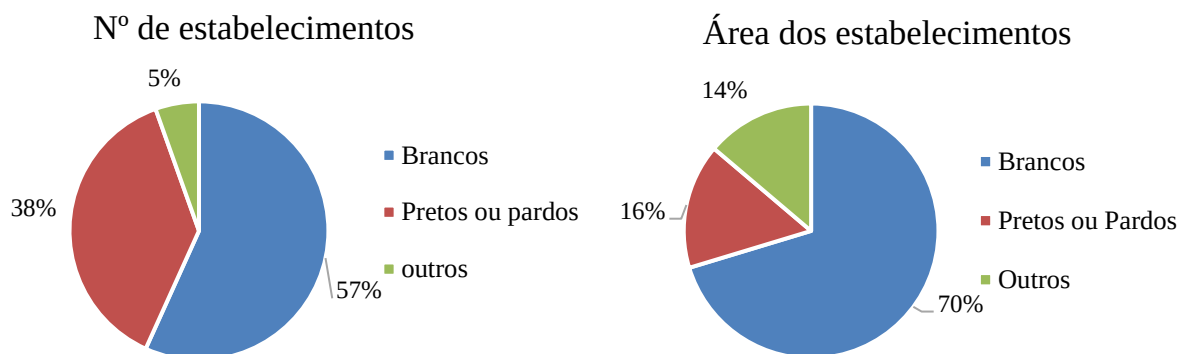
Além da desigualdade fundiária no Território, a desigualdade horizontal com aspectos de gênero e étnicos são acentuadas. Os negros e pardos, apesar de possuírem 38% dos estabelecimentos rurais, possuem apenas 16% da área, sendo mais frequentes em estabelecimentos com área menor que 10ha (Figura 5).

Tabela 4. Número e área de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, do Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Tipologia	Nº	%	Área (ha)	%
Agricultura familiar	4240	75,8	74.772	15,4
Agricultura não familiar	1354	24,2	411.211	84,6
Total	5594	100	485.982	100

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2017)

Figura 5 – Relação percentual do número e área dos estabelecimentos agropecuários no Território Prof. Cory/Andradina (SP) por cor ou etnia do produtor.



Fonte: IBGE – Censo agropecuário (2017)

No Território, atualmente só 27,3% dos titulares dos estabelecimentos rurais são mulheres (Tabela 5). Apesar dessa pequena representatividade feminina nos titulares de estabelecimentos, essa proporção é maior do que no Censo Agropecuário do IBGE de 2006, em que apenas 12,3% eram titulares. Esse aumento foi reflexo da Instrução Normativa nº 38, de 2007 (BRASIL, 2007), que ampliou e garantiu às mulheres o direito ao acesso à terra, como titulares do lote. Segundo Silva (2018), a presença participante das mulheres aumentou com o passar dos anos e muitos espaços foram ocupados pelas agricultoras nas diversas instâncias dos movimentos sociais do campo e de outras organizações coletivas.

Tabela 5. Número de estabelecimentos agropecuários por sexo do produtor no Território Prof. Cory/Andradina (SP).

	2006	%	2017	%
Homens	5106	87,7	4003	72,4
Mulheres	715	12,3	1529	27,3

Fonte: IBGE (2006, 2017)

Em relação às explorações agropecuárias gerais, destacam-se a pecuária e a produção de lavouras temporárias (IBGE, 2017). A grande expressividade da atividade pecuária é, tradicionalmente, uma das marcas da região, que no caso da agricultura patronal, tem-se o predomínio da bovinocultura de corte e, entre agricultores familiares, prevalece a pecuária leiteira (SILVA, 2016). Nas áreas ocupadas por lavouras temporárias predomina-se a produção de cana-de-açúcar, apresentando um aumento significativo nas últimas décadas (Tabela 6).

Tabela 6. Área colhida em hectares e número de estabelecimentos por utilização das terras do Território Prof. Cory/ Andradina (SP)

Utilização das terras	1995/96		2006		2017	
	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº
Lavouras temporárias	64.739	2585	87.947	2.123	245.956	2.133
<i>Cana-de-açúcar</i>	12.234	314	26.513	213	175.751	157
Lavouras permanentes	10.905	1660	18.397	1030	16.765	1392
Pastagens naturais	24.901	505	48.581	1039	22.985	1035
Pastagens plantadas	418.580	3357	252.562	3767	163.559	4370

Fonte: IBGE – Censo agropecuário (1995, 1996, 2006, 2017).

As grandes fazendas que criavam extensivamente bovinos de corte se transformaram em imensos canaviais com a instalação de usinas de açúcar e etanol (com apoio governamental) na região (BINI, 2009; PROENÇA, 2012). Enquanto áreas de pastagem vêm perdendo espaço no Território desde 1995, os canaviais apresentaram um aumento de 1.436% na área colhida, enquanto o número de estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar caiu pela metade (Tabela 6). Como resultado, hoje o Território apresenta características peculiares: um grande número de assentamentos de reforma agrária margeados por imensos canaviais.

A estrutura fundiária da região de Andradina é caracterizada pela presença de um grande número de pequenas unidades e um ínfimo número de latifúndios que ocupam mais da metade da área rural do Território (IBGE, 2017). Essa conformação faz com que o Território seja uma das áreas com maior concentração fundiária do estado de São Paulo (GIRARDI, 2008). A fim de compreender a origem desta conformação, cabe aqui levantar uma breve caracterização histórica sobre as condições de ocupação da região, que segundo Monbeig (1984), aconteceu de maneira mais efetiva a partir de 1930.

Segundo Silva (1994), até a última década do século XIX, o patrimônio devoluto do Estado de São Paulo não estava longe de constituir dois terços da sua área total. Na região localizada a Oeste do Estado havia a presença de indígenas, os kaingangs⁷, e de mineiros que migraram para essa região a partir de 1850, sobretudo em razão do declínio da produção aurífera, processo que alguns autores chamam de frente de expansão (MARTINS, 1971; SILVA, 1976; GHIRARDELLO, 2002). Segundo Monbeig (1984), os mineiros migrantes fixaram-se nos municípios paulistas onde o café já estava formado, mas parcela dessa população abriu áreas mais a oeste do estado e nelas transplantaram para a o sertão paulista seu modo de

⁷ Os kaingangs foram contactados no Oeste do Estado de São Paulo no final do sec. XIX e início do sec. XX. Tornaram-se conhecidos mundialmente devido à peculiar oposição que mantiveram à colonização, principalmente com a chegada da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, porém foram praticamente dizimados (PINHEIRO, 1992).

vida com a lavoura e criação de animais, em sua grande maioria, para a subsistência e venda do excedente.

A região denominada “sertão paulista” a oeste do Estado estava restrita, até por volta de 1880, à região da futura cidade de Bauru. Segundo Ghirardello (2002), de Bauru até as margens do Rio Paraná, no interior da Zona Noroeste, raríssimos eram aqueles que encaravam o desafio⁸.

Silva (1976), ao estudar a economia cafeeira, ressalta um aumento acelerado na produção por volta de 1850, para que entre 1870 e 1880 “o café torna-se o centro do motor do desenvolvimento do capitalismo no Brasil” (p. 46). Logo, a intensificação da ocupação no Estado de São Paulo está relacionada com a expansão cafeeira que transformou este Estado, nos primeiros anos da Primeira República, o centro da economia agrária. A partir de 1880, a região cresceu rapidamente e os moradores do “sertão paulista” foram perdendo espaço e terras para as grandes fazendas centradas na produção cafeeira, que trouxeram consigo a estrada de ferro em direção às margens do Rio Paraná (HESPANHOL, 1996; GHIRARDELLO, 2002).

Consequentemente, as ferrovias geraram afluxo de população e estimularam a criação de novas unidades administrativas. Pode-se perceber esse fato analisando as datas de chegadas das linhas e da formação das cidades pertencentes hoje ao Território Prof. Cory/Andradina: Mirandópolis (chegada dos trilhos em 1935, criação do distrito em 1937 e município em 1945), Guaraçaí (chegada dos trilhos em 1935, criação do distrito em 1938 e município, em 1949), Murutinga do Sul (estação inaugurada em 1937, distrito em 1944 e município em 1954), Andradina (criação da estação e distrito em 1937 e município em 1939), Castilho (estação inaugurada em 1937, distrito em 1944 e município em 1953) (IBGE, 1957; BRASIL, 1955; LOSNAK, 2017).

Segundo Losnak (2017), somente a previsão da construção do trecho já indicava a possibilidade de investimentos na área, “e nesse movimento, alguns proprietários teriam se antecipado à chegada do trem e lotearam glebas previstas para serem cortadas pelos trilhos e sediarem estação para passageiros.” (p. 11). Este autor cita como exemplo a compra, em 1917 (com razoável antecedência à inauguração da estação), de parte da fazenda Barra do Tietê pela empresa Colletes, Moura Andrade & Cia, a qual se tornaria grande criadora de gado e mais tarde fundadora da cidade de Andradina. Portanto, a cafeicultura não foi protagonista na história de formação da região de Andradina, como em outras regiões do estado onde a expansão do café direcionou os trilhos, uma vez que foi a chegada dos trilhos férreos que organizaram o

⁸ Hespanhol (1996), ao estudar a formação da região, descreve a formação da Colônia Militar de Itapura, no ano de 1858 pelo Governo Imperial, a fim ocupar a região e proteger o território, principalmente do Paraguai. Porém, pelas dificuldades na comunicação, esta foi abandonada em 1889.

Território e direcionaram as fazendas, que tiveram como atividade principal a criação e engorda de gado e a cotonicultura (NARDOQUE, 2002; ARLINDO, 2020).

Na região, tornou-se muito comum a prática chamada de “grilagem” das terras (MONBEIG, 1998). De acordo com Silva (1994), os grileiros já haviam entrado em cena no Estado de São Paulo desde a promulgação da Lei de Terras de 1850:

Durante toda a segunda metade do século [XIX] estiveram em ação, falsificando títulos de propriedades, para depois especular com as terras. Em função disso, o preço das terras subia vertiginosamente. Na região de Araraquara, em termos reais, o preço aumentara sete vezes e meia entre 1885-1889 e 1890-1894. Assim, a valorização da terra, que era um dos objetivos da Lei de 1850, acabou ocorrendo em São Paulo, mas por um efeito perverso desta. Não foi a venda das terras devolutas que provocou a valorização, mas a grilagem, isto é, a venda das terras devolutas por parte de particulares que se apropriavam delas. A marcha de ocupação territorial ia incorporando novas terras ao patrimônio privado e as vendas de terras se multiplicavam, complicando ainda mais a já confusa situação da propriedade da terra (SILVA, 1994, p. 15).

Mais tarde, quando chegaram na região migrantes do Nordeste e Minas Gerais com a esperança de adquirir a posse da terra, acabaram vítimas das grilagens das terras devolutas, muitas vezes por pressão de jagunços dos grandes “proprietários” e até mesmo com o respaldo das autoridades regionais (SILVA, 2008; SILVA, 2010; FERNANDES, 1999). Portanto, dentre as formas de trabalho e acesso à terra, o que predominou foi o regime de arrendamento, em que os colonos pagavam para que pudessem permanecer na terra (OLIVEIRA, 2006). Em 1950, a região de Andradina apresentava um grande número de arrendatários, sendo que 41% dos estabelecimentos eram explorados por tal categoria de produtor (HESPANHOL, 1996).

A partir de 1950, as culturas do café e do algodão perderam cada vez mais espaço para pastoreios extensivos, que marcam até os dias atuais como uma das características principais da região. De acordo com Monbeig (1998) São Paulo aproximou-se bastante das regiões de criação bovina, tornando-se possível uma associação com elas, transformando-se em regiões de invernadas dos animais que chegavam do Mato Grosso ou Goiás.

Na franja pioneira, essas invernadas encontram-se na posição geográfica mais favorável para receber as boiadas emagrecidas. As que se localizam junto à linha da Noroeste, desde os campos de Avanhandava até as pastagens de Castilho e Junqueira, recebem os comboios vindos por estrada de ferro ou as tropas vindas por Porto Independência. Depois da engorda, os animais cobrem facilmente o trajeto que os separa de Barretos. A Noroeste é a principal via de penetração do gado na zona pioneira (MONBEIG, 1998, p. 305).

Além de áreas para invernadas, outra funcionalidade apresentada com a posse e o uso das terras na região da linha ferroviária Noroeste Paulista pela pecuária bovina era a especulação fundiária (PINHEIRO, 1980; BINI, 2009). Segundo Bini (2009), sem mercado para vender o algodão e o café e à espera da valorização de suas terras, parte dos proprietários rurais da região de Andradina, como já se vinha fazendo nas proximidades de Araçatuba, liberaram suas terras para o pastoreio do gado, desfazendo-se da grande maioria dos colonos antes usados nos tratos da lavoura.

Essa substituição não ocorreu sem resistência dos trabalhadores rurais, havendo conflitos na região entre posseiros e grileiros, sendo caso emblemático, na década de 50, a disputa pela área da Fazenda Pendengo, no município de Castilho, em que, depois de vários conflitos, os posseiros acabaram expulsos no local (FERNANDES, 1999). No mesmo período, houve nas proximidades, no município Santa Fé do Sul-SP, a revolta nomeada como Arranca-Capim, em que os arrendatários removeram a pastagem da propriedade, que havia sido semeada no meio das culturas dos lavradores como represália ao recusarem a deixar o local (CHAIA, 1980).

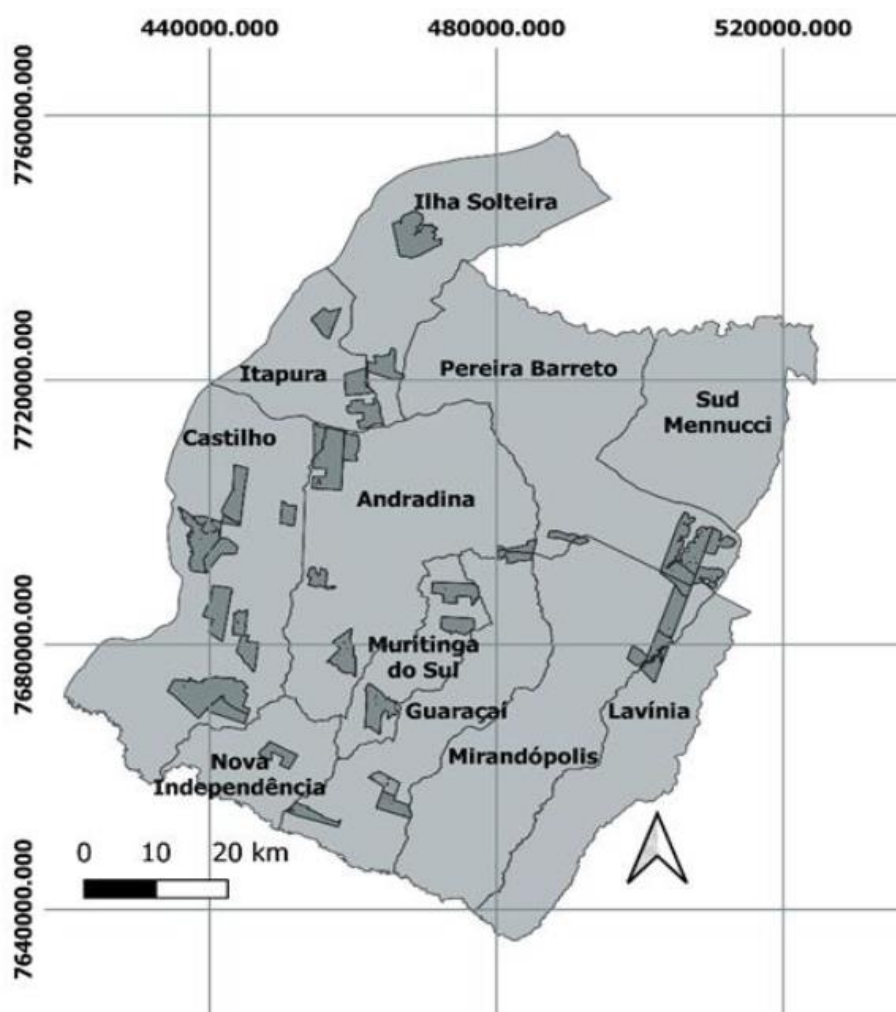
Nas últimas décadas, sobretudo a partir de 1975 com a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), houve a expansão da produção canavieira no Território, substituindo as áreas destinadas à pecuária extensiva, embora ainda muito expressivas. Apesar da expansão do cultivo da cana-de-açúcar ter sido resultado de processos público de indução e financiamento (SAUER, 2011), esta também serviu como carta das burguesias agrárias na tentativa de desqualificar a luta pela terra na região, como será demonstrado ao longo do trabalho, sendo que o avanço da cana ocorreu de maneira mais expressiva a partir dos anos 2000, no mesmo período de maior intensidade das lutas pela terra no Território.

A expressão “Terra do Reio do Gado” marcou a identidade regional, relativa à Antonio Joaquim de Moura Andrade, cujo sobrenome deu origem ao nome da cidade de Andradina, uma das várias figuras responsáveis pela passagem das terras devolutas ao domínio particular (OLIVEIRA, 2006). As narrativas construídas sobre as ocupações realizadas por esses proprietários, detentores de grandes capitais, os exaltaram como os heróis e desbravadores dessas terras no interior paulista, deixando de lado a participação e as contradições sofridas pela “mão de obra” responsável pela formação econômica da região, representando um viés ideológico das classes dominantes (LENHARO, 1986; OLIVEIRA, 2006; ARLINDO, 2020).

Essas condições e contradições de ocupação e territorialização transformaram o Território de Andradina em uma das regiões com maior concentração fundiária do Estado de São Paulo e com um grande número de colonos expropriados das terras que cultivavam. Essas

características foram pano de fundo para conflitos agrários, trazendo para o Território o título de pioneiro nas desapropriações de imóveis no estado, com a criação do Assentamento Primavera, em Andradina, palco da resistência de posseiros que residiam na propriedade, e que também levou os movimentos sociais de luta pela terra definirem a região como uma das “áreas prioritárias” (LEITE *et al.*, 2004) para a intervenção do Estado prevista pela Constituição, atraindo um grande número de trabalhadores *sem terras*. Essa atuação em áreas prioritárias pelos movimentos sociais, segundo Leite *et al.* (2004), promove a formação de áreas com alta concentração de projetos de assentamentos, as quais estes autores se referem por *manchas*. O Território apresentou uma atividade de luta pela terra bem intensa, com a formação de 38 assentamentos rurais (excluídos os projetos de reassentamento da CESP), e segundo Ferrante *et al.* (2012), no estado de São Paulo, essa alta concentração de assentamentos só é comparável com a região do Pontal do Paranapanema (Figura 6).

Figura 6. Perímetros dos Projetos de Assentamentos presentes nos municípios do Território Prof. Cory/Andradina, Sistema de projeção UTM Zona 22 Sul e Sistema de referência espacial WGS84.



Fonte: (PAZ, 2022).

Apesar da intensa atividade de reforma agrária, especialmente no período de 2003 a 2010, a estrutura fundiária do Território permanece fortemente concentrada. A área correspondente aos estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares vinha decrescendo desde o censo de 1970 (59,9% do total) até o de 2006 (40,2% do total), porém voltou a crescer na última década, atingindo 56,7% da área total. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017, o número de estabelecimentos do Território com mais de 1.000 hectares correspondem somente à 1,1% do total, mas ocupam 56,6% da área, enquanto os estabelecimentos com menos de 100 hectares correspondem 91,5% do número total e ocupam 18,1% da área (em 2006 chegaram a ocupar 19,9% da área total). Essa manutenção e recriação da grande propriedade colaborou para que a concentração fundiária tenha se agravado na última década, neutralizando os efeitos da reforma agrária, embora o aumento das áreas com mais de 1000ha entre 2006 e 2017 tenha ocorrido principalmente pela redução das áreas de mais 100ha até 1000ha (Tabela 7).

Tabela 7. Estrutura Fundiária do Território Prof. Cory/Andradina (SP) – Censos Agropecuários de 1970, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017.

Grupo de área	1970				1980				1985			
	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%
< 100	86.501	13,6	3.916	85,3	81.868	12,8	3.674	82,5	94.751	14,8	4.529	82,8
100<500	99.079	15,6	452	9,8	131.977	20,6	519	11,6	145.449	22,7	667	12,2
500-1000	68.532	10,8	95	2,1	87.823	13,7	124	2,8	96.201	15,0	138	2,5
> 1000	379.402	59,9	129	2,8	337.519	52,8	136	3,1	304.002	47,7	133	2,4
Total	633.514	100	4592	100	639.187	100	4.453	100	640.430	100	5467	100
Grupo de área	1995/96				2006				2017			
	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%
< 100	89.994	15,8	3.664	80,8	93.556	19,9	5.096	87,9	87.782	18,1	5.117	91,5
100<500	138.682	24,3	614	13,5	118.380	25,2	520	8,9	76.024	15,6	347	6,2
500-1000	96.841	17,0	137	3,0	68.518	14,6	99	1,7	46.579	9,6	66	1,2
> 1000	244.434	42,8	118	2,6	188.563	40,2	83	1,4	275.597	56,7	64	1,1
Total	569.951		4.533	100	469.017	100	5.798	100	485.982	100	5594	100

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários (1970, 1980, 1985, 1995, 19996, 2006, 2017).

2.4 O espaço agrário como um campo de força e lutas: uma reflexão a partir dos conceitos de Pierre Bourdieu.

Este trabalho se apoia em uma abordagem teórico-metodológica que considera o papel do indivíduo e de suas ações na construção da realidade, mas que não nega o papel do sistema de relações nas quais e pelas quais as ações se realizam. Partindo deste pressuposto, a busca por compreender as ações dos agentes envolvidos na luta pela terra foi fundamentada e orientada

por alguns conceitos-chaves elaborados por Pierre Bourdieu, que considera em suas análises o protagonismo social, mas também o peso das instituições (estruturas) sobre a ação coletiva.

As investigações de Bourdieu foram apoiadas naquilo que ele chamou de “construtivismo estruturalista”, definido pela imbricação do objetivo e do subjetivo (CORCUFF, 2001, p. 37 – 8).

Por estruturalismo, eu quero sublinhar que existem, no próprio mundo social, (...) estruturas objetivas independentes da consciência e da vontade dos agentes, que são capazes de orientar ou de constranger as suas práticas e as suas representações. Por construtivismo, eu pretendo destacar que existe uma gênese social, por um lado, dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação que são constitutivos daquilo que designo de *habitus* e, por outro lado, das estruturas sociais e, em particular, daquilo a que eu chamo os campos. (BOURDIEU, 2004, p. 149)

Apesar de sermos orientados pelas estruturas objetivas, somos também dotados de um conjunto de signos que nos caracteriza e nos permite interpretar individualmente a coletividade (*habitus*), podendo criar novos sentidos e novos signos que podem ser inscritos na coletividade (campo), estabelecendo assim uma relação de conflito constante entre o plano individual e coletivo (SANTOS, 2014). Neste sentido, podemos entender que as estruturas mentais pelas quais os agentes apreendem o mundo social, e que são produto da interiorização das estruturas do mundo social, geram visões de mundo que contribuem para a construção deste mundo (BOURDIEU, 2004).

Para Bourdieu (2008), esse embate se processa em um espaço social de relações (microcosmos) delimitado por um conjunto de regras próprias, o qual ele denomina campo, e cada campo é ao mesmo tempo um **campo de forças**, uma estrutura que coage os agentes nele envolvidos, e um **campo de lutas**, no qual os agentes se enfrentam e atuam conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou transformação da sua estrutura.

As estruturas objetivas que exercem certo grau de coação são historicamente instituídas e atualizadas, são práticas sociais recorrentes cujo sentido se objetivou em regras (fez-se estrutura) e que a partir de sua consolidação, estruturam as interações sociais travadas em seu interior (TEIXEIRA; PENTEADO, 2016). As estruturas são moldadas pelas relações de força entre os agentes (ou grupos) que lutam pela hegemonia no interior do campo, ou seja, pelo monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo e a forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo (BOURDIEU 1984, citado por THIRY-CHERQUES, 2006). Neste sentido, os grupos que

monopolizam o poder de ditar as regras e o capital específico do campo reproduzem uma relação de domínio sobre os demais grupos do campo.

Santos (1994) comenta que as estruturas objetivas de apropriação da terra definem um sistema de posições sociais no espaço agrário, sendo que os detentores de tais posições exercem atitudes singulares e diferentes estratégias de reprodução. Neste campo ocorrem lutas para definir as propriedades pertinentes cujo embate central reside nas formas de apropriação e uso da terra e os detentores das diferentes posições sociais vão desencadear lutas pela legitimação de seus interesses específicos.

Os grupos dominantes no espaço agrário têm a manutenção da concentração fundiária como sustentação de suas posições de domínio. Esses agentes apresentam:

(...) uma relação de apropriação com a terra que é decisiva em suas estratégias de reprodução social (...) e funda-se em uma defesa do direito de propriedade, absolutizando a propriedade fundiária, sem nenhuma consideração por sua dimensão social (SANTOS, 2000, p. 6).

Martins (1989) denomina os agentes dominantes no espaço agrário como burguesia latifundista, cujo sujeito surgiu ao longo do processo histórico brasileiro, pela união, no mesmo personagem, do capitalista e do proprietário de terras. Esses agentes, vistos como burguesia agrária, são uma fração das classes dominantes cuja especificidade é dada pela apropriação da terra e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário (agronegócio) com variados perfis tecnológicos (RAMOS, 1995; SANTOS, 2000), mas também incluem indivíduos que veem a terra apenas como uma maneira de valorização, reserva de capital e ativo financeiro, configurando uma heterogeneidade à esta classe (BARROS, 2018).

Procurou-se evitar neste trabalho a redução sociológica das lutas a termos polares entre apenas dois grupos (dominantes x dominados), sobretudo diante da complexa rede de relações entre as classes sociais no campo, traduzida pela heterogeneidade da burguesia agrária e também da agricultura camponesa que abarca trabalhadores rurais, assentados, pequenos produtores, comunidades tradicionais, posseiros, parceiros, arrendatários entre outros.

A dominação no interior dos campos se exerce sempre mediante violência, seja ela bruta por meio da coação física, sobre os corpos, ou simbólica, sobre as consciências, sendo resultado de um conjunto complexo de ações (DOLLÉ, 1998 citado por THIRY-CHERQUES, 2006; BOURDIEU, 2001). Se explorarmos o quadro vivenciado pela população camponesa nas diferentes épocas da história brasileira, é incontestável a existência de diferentes tipos de violências (seja física ou simbólica), desde o período colonial até os dias atuais.

A violência simbólica manifesta-se de maneira ardilosa e utiliza-se do “poder ideológico como contribuição específica” para a dominação (BOURDIEU, 1989, p.16). Como já mencionado, as regras e princípios de um campo são ditadas pelos agentes (ou grupo) que controlam a maior parte dos capitais (seja capital cultural, econômico ou social), e segundo Bourdieu (1989), para que a dominação se reproduza, é preciso um mecanismo de violência simbólica que estabeleça a ordem imposta como legítima e que naturalize as relações de opressão.

(...) os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) (...) (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A história⁹ exerce um papel importante na formação e na legitimação das estruturas de coação dentro de cada campo. A história reificada (no seu estado objetivado) está inscrita nas estruturas que sustentam o convívio social, como as leis e os sistemas de organização do poder institucionalizado, e ela é, em grande medida, responsável pela manutenção do *status quo* (SANTOS, 2014). Conforme demonstramos em nossa revisão bibliográfica, a concentração de terras vem historicamente permanecendo no cenário brasileiro, e junto vem configurando de maneira reificada o valor simbólico da propriedade fundiária.

(...) a origem colonial do Brasil, o período Imperial e o Republicano têm como marca um país agroexportador, o que explicita o valor simbólico da propriedade fundiária. A renovação deste lugar (exportador de bens primários) gerou nas elites governantes a defesa quase que sacralizada da premissa do monopólio da terra, do latifúndio como uma estratégia para a formação da nação como podemos ver na construção de diversos discursos ideológicos – “povoamento”, “civilização”, “colonização”, “desenvolvimento”, “progresso”, etc. - que, em diferentes períodos articulam-se com o agronegócio contemporâneo (SALLES, 2013, p.62).

Este pensamento objetificado na história brasileira foi pano de fundo para a “modernização conservadora” da agricultura no pós-64, fortemente ligada a ideia de progresso, o que deu continuidade e até intensificou o processo de marginalização e expropriação da população camponesa, cenário exposto no tópico 2.1.2. Durante este período, consolidou-se a concepção de progresso no campo como produção baseada na combinação intensiva de tecnologia e capital, enquanto a agricultura familiar foi associada a ideia de atraso, de passado

⁹ [...] toda ação histórica põe em presença dois estados da história (ou do social): a história no seu estado objetivado, quer dizer, a história que se acumulou ao longo do tempo nas coisas, máquinas, edifícios, monumentos, livros, teorias, costumes, direito etc., e a história no seu estado incorporado, que se tornou *habitus*. (BOURDIEU, 1989, p. 82)

e, mesmo, de pobreza (CASTRO, 2015). Porto (1997) concluiu em sua pesquisa que a tecnologia se constitui, neste caso, em uma forma de violência, ao desqualificar o trabalhador rural como sujeito de um saber específico, afetando as formas de construção de sua identidade e de suas representações.

A violência simbólica faz com que a marginalização e expropriação da população camponesa passe mais despercebida e seja vista de maneira naturalizada o que “dificulta a efetivação das garantias constitucionais e da função social do imóvel agrário” (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 131). Neste sentido, a violência simbólica contribui para a manutenção do *status quo*, traduzido pela existência de inúmeras propriedades rurais que não cumprem com sua função social, ainda que esta seja uma condição para sua manutenção, segundo a legislação brasileira.

Outras dimensões da violência são citadas na literatura, como a violência costumeira, incorporada às relações de trabalho na agricultura desde o período escravocrata, expressa pela precariedade das condições trabalhistas (SANTOS, 2000); a violência legislativa em que a Frente Parlamentar da Agropecuária (Bancada Ruralista) atua em defesa do agronegócio e do setor patronal rural (BRUNO, 2017; MITIDIERO JR, 2017; BINKOWSK, 2018); e até mesmo o fenômeno da grilagem, que é descrito por Carvalho e Siqueira (2020) como um tipo de violência, já que a falsificação de documentos para apropriar-se de terras devolutas ou de terceiros é mais uma modalidade de fortalecimento de poder e fomenta o conflito agrário.

Esses são apenas alguns exemplos das diferentes dimensões de violência no campo, citadas em uma vasta literatura sobre o tema. A violência sofrida pela população no campo, como demonstrado, é resultado de um conjunto complexo de ações e usam, frequentemente, o recurso à força, expressa como violência física contra a pessoa e suas posses, e são, “em sua maioria, posteriormente impunes, o que alimenta a reprodução do ciclo dessas violências físicas” (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 125). Para Santos (2000), essa violência se exerce frequentemente com um alto grau de letalidade, contra alvos selecionados, como os movimentos sociais do campo.

Segundo dados da ONG Global Witness, a América Latina se mostra como um dos lugares mais perigosos do mundo para ativistas agrários e ambientais. Nos relatórios realizados pela ONG no período entre 2002 e 2019, apenas em 2011, 2018 e 2019 o Brasil não liderou em número de mortes de ativistas agrários e ambientais, mas mesmo nestes anos esteve pelo menos entre os quatro primeiros países do ranking (GLOBAL WITNESS, 2020).

Tendo o campo como um campo de força, mas também de lutas que visam transformar o campo de força (BOURDIEU, 2008), o acesso à terra por parte dos mais pobres e

marginalizados, é um instrumento de transformação na medida em que questiona e rompe o monopólio da propriedade por parte da burguesia latifundista, que tem na renda da terra a sustentação da sua dominação (MARTINS, 1989).

Considerando o poder transformador dos agentes dentro do campo, os protagonistas da luta pela terra utilizam estratégias na tentativa de romper essa relação estrutural da propriedade da terra que não considera a sua função social e acabam hostilizados pela classe dominante (burguesia agrária), muitas vezes com apoio estatal, com recurso à vários tipos de violência.

Dados dos relatórios realizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostram esta situação, traduzida nos conflitos por terra. Os registros realizados pela CPT estão expostos na tabela 8, em que “Ocorrências” refere-se aos conflitos provocados por grileiros, proprietários, supostos proprietários, agentes ou órgãos do Estado e são eventos que se caracterizam pelas seguintes violências coletivas contra as famílias ocupantes das áreas em disputa: expulsão ou despejo; ameaças de expulsão ou de despejo; destruição de casas, roças e outros bens; e ação de pistoleiros e milícias privadas, nas quais é comum a participação de membros das forças públicas de segurança, como Polícias Civil e Militar (CPT, 2020).

“Ocupações/Retomadas e Acampamentos” referem-se às ações de Movimentos Sociais do Campo. Ocupações/Retomadas se definem quando famílias entram numa área que pretendem conquistar, ou tentam retomar uma terra ou um território de onde foram expulsas ou despejadas. Acampamentos, por sua vez, se constituem quando famílias montam barracas próximas de uma área improdutiva que querem desapropriada ou às margens de uma estrada próxima, como forma de pressão sobre o governo para assentá-las naquela ou em outra área, privada ou pública (CPT, 2020).

Tabela 8 – Conflitos por terra no Brasil (2010-2021)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Nº de Ocorrências	638	805	816	793	793	771
Ocupações/Retomadas	180	200	238	230	205	200
Acampamentos	35	30	13	14	20	27
Total	853	1.035	1.067	1.007	1.018	998
Assassinatos	30	29	34	29	36	47
Pessoas Envolvidas	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240	603.290
	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de Ocorrências	1.079	989	964	1.206	1.578	1.242
Ocupações/Retomadas	194	169	143	43	29	50
Acampamentos	22	10	17	5	3	3
Total	1.295	1.168	1.124	1.254	1.608	1.295
Assassinatos	58	70	25	28	14	35
Pessoas Envolvidas	687.735	530.900	590.400	578.968	687.872	670.760

Fonte: (CPT, 2022).

Vale ressaltar os dados do anos de 2019, 2020 e 2021 que mostram um maior número de conflitos provocados por grileiros, proprietários, supostos proprietários, e um menor número de ações dos movimentos sociais com somente 43, 29 e 50 ocupações/retomadas respectivamente e a formação de 11 acampamentos nos três anos. Esses dados são reflexo, em boa parte, de um discurso (e de ações) do Governo Federal em favor dos grandes proprietários e grileiros do agronegócio, das atividades garimpeira e madeireira e contra as ações dos movimentos sociais (CPT, 2022).

Os resultados das relações de força e lutas políticas e econômicas em um âmbito mais amplo, como o modelo econômico adotado por determinado país, ou a expansão e atratividade dos negócios com terra e investimentos agrícolas mundiais pesam na relação de forças internas, mas as influências externas são sempre mediadas pela estrutura particular de um campo, como se fosse uma tradução, refratada pela sua lógica interna, consistindo no campo como um prisma para os acontecimentos exteriores (THIRY-CHERQUES, 2006).

Em síntese buscou-se, neste item, interpretar que o sistema de relações presentes no espaço agrário enquanto um campo de forças e de lutas, com a existência de estruturas, tanto objetivas quanto mentais, que preconizam o direito à propriedade sobre a função social e ambiental da terra, é decorrência de elementos históricos inscritos na sociedade e que foram determinantes na construção social do uso da terra. Essas estruturas definem um sistema de posições sociais no espaço agrário, em que os grupos dominantes têm a manutenção da concentração fundiária como sustentação de suas posições de domínio.

Os campos estão em constante disputa entre as formas de dominação e de subversão da ordem social, cujo embate central discutido aqui reside nas formas de apropriação e uso da terra. Dentre essa conflitualidade, de um lado, as várias dimensões da violência no campo são mecanismos de dominação, de legitimação dos interesses dos grupos hegemônicos, unificados em torno do direito à propriedade. Por outro lado, a luta pela terra mostra a capacidade de ação, o protagonismo dos agentes em busca da subversão desta ordem social para fortalecer as suas próprias determinações estruturais do uso da terra e de melhorar a sua situação/posição no campo social, buscando viver com uma maior dignidade, baseado em um modo de vida peculiar, o da agricultura familiar.

Diante disto, as lutas sociais pelo acesso à terra, além de darem visibilidade aos problemas enfrentados pela população do campo, contribuindo com o desmascaramento da violência simbólica, procuram emergir novas possibilidades de organização da sociedade. O acesso à terra pode ser visto como uma forma de empoderamento dos camponeses e trabalhadores sem terra sobretudo por permitir a reprodução de suas formas de agir e de viver

e por incluir estes agentes no cenário político. Deste modo, a possibilidade de redemocratizar a terra significa uma estruturação mais democrática das estruturas objetivas e das posições sociais no espaço agrário.

Ainda assim, ao analisar os dados do último Censo Agropecuário de 2017, verifica-se a manutenção e o aprofundamento da estrutura fundiária concentrada, expressa no aumento do Índice de Gini e na adição de mais de 17 milhões de hectares ao grupo de área acima de 1.000ha, em comparação com o Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 1, p. 19). Esses dados mostram a força de reprodução da hegemonia pelos grupos da burguesia agrária ao continuarem avançando na apropriação de recursos fundiários e que a reforma agrária, embora seja um compromisso com a justiça social, é uma política ainda ausente nas prioridades governamentais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada dentro dos limites do Território Prof. Cory/Andradina, localizado a noroeste do estado de São Paulo e que abrange onze municípios, conforme já mencionado. Para registrar a luta pela reforma agrária no Território, a principal fonte de informações foram os atores sociais que vivenciaram a luta pela terra e a metodologia utilizada foi a História Oral.

História Oral é uma metodologia de pesquisa qualitativa que utiliza como instrumento a entrevista semiestruturada no registro de narrativas da experiência humana (THOMPSON, 1992), neste caso em específico, as trajetórias de lutas pela terra dos assentados do Território. A maior potencialidade dessa metodologia é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico (FREITAS, 2006; MINAYO, 2014) e além disso, tornar a história mais democrática (THOMPSON, 1992), uma vez que, embora todos tenham a capacidade de representar, a luta por impor representações é desigual (DUVAL, 2015).

Segundo Minayo (2014), as narrativas são representações dos fatos vividos, uma versão possível atribuída pelos atores que vivenciaram os fatos. As representações individuais exprimem visões de mundo que refletem a posição dos atores no espaço social, no qual há correlações de poder e lutas para se transformar e impor as próprias representações (ANTUNIASSI, 2006), sendo as práticas e as representações, com base na elaboração subjetiva dos informantes, segundo Duval (2015), noções imbricadas às de *habitus* e campo, elaboradas por Bourdieu.

Uma metodologia qualitativa privilegia a compreensão e a inteligibilidade como propriedades específicas dos fenômenos sociais, mostrando que os conceitos de significado e de intencionalidade os separam dos fenômenos naturais (MINAYO, 2014), se distanciando da abordagem positivista. A definição amostral, segundo a abordagem qualitativa, se baseia na busca pelo “aprofundamento, abrangência e diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização ou de uma instituição” (MINAYO, 2007). Em decorrência destas exigências, a amostragem qualitativa assume, segundo a autora citada, as seguintes características:

- Prioriza os sujeitos que possuem os atributos que se deseja conhecer;
- Considera que o tamanho da amostra é suficiente a partir da reincidência das informações (critério de saturação¹⁰), mas não despreza informações singulares;

¹⁰ Por critério de saturação se entende o conhecimento formado pelo pesquisador, no campo, de que conseguiu compreender a lógica interna da coletividade em estudo (MINAYO, 2007).

- Busca que a escolha do campo e dos grupos a serem observados contenham o conjunto das experiências que se pretende captar.

Levando em conta essas características, o espaço amostral deste trabalho foi definido de maneira progressiva, totalizando 37 atores sociais entrevistados, avançando com informações dos próprios atores sociais pesquisados durante a pesquisa de campo, pelo método conhecido como “bola de neve”, ou ainda, “cadeia de informantes” (BERNARD, 2006). Para uma melhor organização dos dados, o levantamento foi realizado em duas etapas:

1º Etapa: nesta etapa foram identificadas e entrevistadas pessoas que atuaram como lideranças e que tiveram uma atuação mais geral no Território, que lideraram movimentos de ocupação e/ou continuaram a atuar na luta mesmo depois de assentados. Buscou-se nesse caso levantar aspectos gerais das lutas pela terra no Território Prof. Cory/Andradina, e realizar um contorno histórico a fim de perceber os processos de luta com uma perspectiva mais ampla e traçar as próximas estratégias da coleta de dados, com o propósito de selecionar os casos que abarcam as diversidades de lutas e estudá-los mais detalhadamente.

A identificação dos atores sociais a serem entrevistados nessa primeira etapa ocorreu pelo contato com informantes qualificados dos municípios que compõem o Território, como os profissionais de assistência técnica e extensão rural (Cooperativa de Trabalho de Assessoria Técnica e Extensão Rural- Coater; Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI); pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa do Território (Agência Paulista de Agronegócios- APTA de Andradina e Unesp, Câmpus de Ilha Solteira); representantes dos movimentos e organizações sociais presentes no Território e pelos próprios entrevistados. Desta forma, nesta etapa, o público pesquisado diretamente totalizou 14 atores sociais.

Finalizada esta primeira etapa da coleta de dados, foram definidos os critérios de escolha dos assentamentos a serem estudados mais detalhadamente, que contemplassem a diversidade de lutas no Território, sendo: data de criação (dos mais antigos ao mais novos); município; tamanho do PA; tempo de acampamento; presença ou não de conflito; e organização envolvida na luta. Desta forma, foram selecionados nove assentamentos: Rio Paraná (1991), Belo Monte (2002), Santa Maria da Lagoa (2005), Celso Furtado (2005), Primavera II (2006), São Lucas (2007), Olga Benário (2008), Eldorado dos Carajas (2010) e Florestan Fernandes (2013).

2º Etapa: a segunda etapa de coleta de dados consistiu na identificação daqueles que tiveram uma atuação mais específica na formação de um determinado assentamento, para levantar aspectos mais detalhados das lutas de cada assentamento, incluindo as condições nos anos iniciais após a criação. A partir das descobertas de campo durante a primeira e segunda

etapa, foram feitas inclusões progressivas de atores sociais até se delimitar o espaço amostral da 2ª etapa. Logo, o público pesquisado diretamente totalizou 23 entrevistados (Tabela 9).

Na definição do tamanho da amostra de cada assentamento, levou-se em consideração o critério de saturação, triangulando as visões dos informantes (MINAYO, 2007). Também se levou em consideração, como critério de seleção dos atores sociais entrevistados, nas duas etapas, serem/terem sido assentados, com participação ativa nos processos de lutas, tendo vivenciado os acontecimentos, buscando também contemplar a diversidade de situações, como procedência de diferentes grupos e diferentes organizações sociais.

Tabela 9. Informações gerais e número de entrevistados nos assentamentos pesquisados do Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Assentamento	Ano	Município	Nº famílias	Nº entrev.
Rio Paraná	1991	Castilho	88	3
Belo Monte	2002	Andradina	74	2
Sta. Maria da Lagoa	2005	Ilha Solteira	75	3
Celso Furtado	2005	Castilho	177	3
Primavera II	2006	Mirandópolis	105	2
São Lucas	2007	Mirandópolis	68	1
Olga Benário	2008	Pereira Barreto	48	3
Eldorado dos Carajás	2010	Pereira Barreto	51	2
Florestan Fernandes	2013	Mirandópolis	210	5
Total	-	-	-	23

Fonte: (INCRA, 2018; própria autora).

Para a realização das entrevistas, foram confeccionados dois roteiros semiestruturados, um para cada etapa da coleta de dados (Apêndices A e B), sendo o primeiro composto por perguntas mais gerais e direcionadas às lideranças regionais, e o segundo com perguntas mais específicas direcionadas à um projeto de assentamento. O roteiro seguiu uma ordem cronológica da trajetória dos entrevistados: origem, formação, influências, marcos significativos, possibilitando momentos para falas não previstas no roteiro original, de modo a enriquecer a pesquisa (FREITAS, 2006). Ademais, foram levantadas as características gerais de cada entrevistado, como idade, escolaridade e eventuais cargos ocupados.

As entrevistas foram realizadas sempre em seus próprios locais de moradia (lotes/estabelecimentos rurais), exceto em dois casos, que aconteceram na sede da Coapar e na sede do Sintraf, ambos no município de Andradina. As entrevistas foram gravadas, mediante a autorização do entrevistado por meio do termo de Esclarecimento e Compromisso de Uso (Apêndice C), assinado pela autora e entregue ao entrevistado, e pelo termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D), assinado pelo entrevistado e entregue a autora. Vale ressaltar

que, em alguns casos, os cônjuges presentes no momento das entrevistas fizeram contribuições nas narrativas, e quando este for o caso, a fala mencionada será atribuída ao sujeito, como “esposo(a) do sr(a). tal” nas discussões dos resultados.

Para garantir o anonimato dos entrevistados, na apresentação dos resultados foram usados pseudônimos no lugar dos nomes reais. Os pseudônimos escolhidos foram retirados de nomes comuns de lideranças nacionais da luta pela terra reconhecidas ou pesquisadores brasileiros referências sobre a questão agrária, e atribuídos aleatoriamente aos entrevistados.

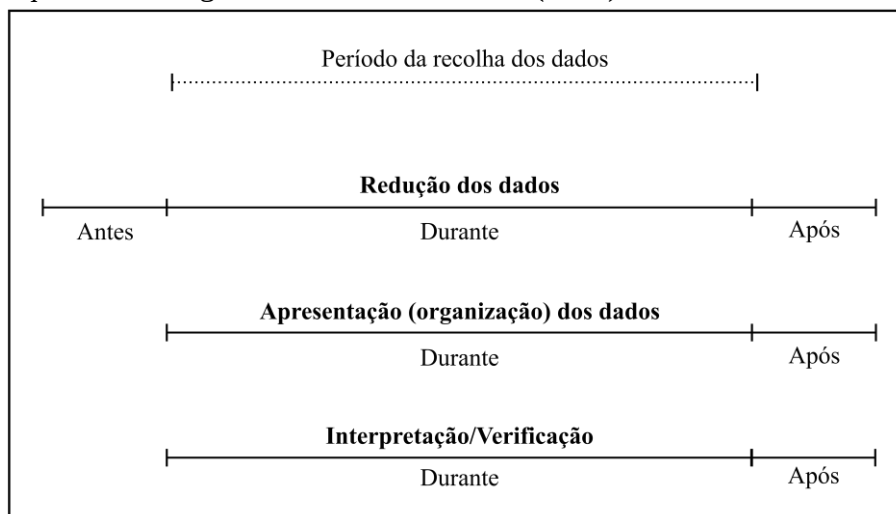
As entrevistas foram iniciadas em novembro de 2019, mas foram paralisadas em fevereiro de 2020, devido as medidas de segurança impostas pela pandemia de Covid-19. As entrevistas foram retomadas em setembro de 2021, diante das condições mais seguras ocasionadas pela vacinação, e finalizadas em setembro de 2022.

Além da entrevista, com a função de complementaridade na investigação e critério de validação, os resultados foram apoiados sobre uma triangulação de dados. Esta triangulação foi feita com análise documental de diversas fontes de dados secundários, como aquelas disponíveis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP); sites oficiais do governo; acervo de jornais; bibliografias existentes sobre o Território; e o diário de campo elaborado durante a visita aos assentamentos, composto também por registros fotográficos.

Durante e após a realização das entrevistas foi feita a transcrição na íntegra do material para compor, junto com os outros elementos, os resultados da pesquisa. Porém, o conjunto do material compilado não é, em si mesmo, um conjunto de dados, mas sim uma fonte de dados (ERICKSON, 1986).

Para transformar o conjunto de material compilado em dados e interpretá-los, seguiu-se o modelo de análise de dados qualitativos proposto por Miles e Huberman (1984), que consiste em três passos: a redução dos dados, a sua apresentação/organização e a interpretação/verificação das conclusões. Esse modelo é encarado como um processo cíclico interativo, já que implica um vaivém entre essas etapas, como demonstrado na figura 7 (LESSARD-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 2012).

Figura 7 – Modelização dos três componentes do modelo interativo da análise dos dados na investigação qualitativa, segundo Miles e Huberman (1984).



Fonte: Lessard-Hébert, Goyette e Boutin (2012, p. 108)

Os primeiros dois componentes do modelo interativo de análise dos dados, ou seja, a redução dos dados, sendo um processo de “seleção, centração, abstração e transformação do material compilado” (MILES; HUBERMAN, 1984, p. 23) e a organização dos dados, que trata-se de condensar e, em seguida, organizar (VAN DER MAREN, 1987), foram realizados, no presente trabalho, com o auxílio do Software ATLAS.ti 22, um software de ferramentas que auxiliam na análise de dados qualitativos, tendo sua primeira edição comercial lançada em 1993, na Bélgica (WALTER; BACH, 2009). Para facilitar o agrupamento do material, foram utilizadas as seguintes ferramentas do software, descritos em Kluber (2014):

- **Unidade Hermenêutica - (Hermeneutic unit).** A unidade hermenêutica permite reunir e gerenciar todos os dados de um projeto de pesquisa. Ela é, em última instância, o gerenciador dos elementos subsequentes. No caso da presente pesquisa, o projeto de pesquisa (unidade hermenêutica) foi composto pelo compilado de documentos contendo as transcrições das entrevistas.
- **Documentos primários – (Primary documents).** São os dados primários coletados. Em geral, são transcrições de entrevistas e notas de campo; os documentos primários são denominados Px, sendo que x é o número de ordem. No caso da presente pesquisa, os dados primários foram as transcrições das entrevistas, que foram carregadas no software por ordem crescente de data de criação dos assentamentos pesquisados.
- **Citações – (Quotes/quotation).** São segmentos de dados, como trechos relevantes das entrevistas que indicam a ocorrência de código. No caso da presente pesquisa, foram selecionados trechos, manualmente, nas transcrições que poderiam estar relacionadas com temas a serem discutidos nas análises dos dados.

- **Códigos – (Codes/coding).** Essa ferramenta permite a criação de conceitos gerados pelas interpretações do pesquisador a priori ou a posteriori. Podem estar associados a uma citação ou a outros códigos para formar uma teoria ou ordenação conceitual. No caso da presente pesquisa, foram elaborados códigos ao longo da análise das transcrições, para o agrupamento dos trechos, por exemplo: “primeiro contato com a luta pela terra”; “efeitos da expansão da cana-de-açúcar”, ou “acesso aos créditos iniciais de instalação”.
- **Comentários – (Comment).** Podem estar presentes em todos os elementos constitutivos. Devem ser utilizados pelos pesquisadores para registrar informações sobre seus significados, bem como para registrar o histórico da importância do elemento para a teoria em desenvolvimento.

Cabe salientar que o software foi somente um meio facilitador para o agrupamento dos dados e não foi utilizada nenhuma ferramenta de autocodificação, que automatizassem o processo, assim como indicado por Lage e Godoy (2008, p. 96):

A despeito das facilidades obtidas com os novos recursos, o software não pode ser visto como o senhor da pesquisa [...]. Os pesquisadores são os atores do processo. A ferramenta é um recurso que pode, se bem utilizado, facilitar o gerenciamento dos arquivos, agilizar a codificação e busca de respostas, além de facilitar a comunicação. Mas quem decide o que fazer, quando fazer e por que fazer continua sendo o pesquisador.

A interpretação e a verificação das conclusões, o terceiro componente do modelo interativo da análise dos dados, foram feitas dentro do pressuposto teórico abordado na pesquisa, e os resultados do trabalho foram estruturados em quatro itens: **O sujeito da luta pela terra**, buscando analisar quem foram os atores sociais envolvidos na luta pela terra no Território e suas motivações; **A instauração das lutas pela terra no Território**, a fim de realizar um contorno histórico e contextualizar as lutas no Território com uma perspectiva mais ampla; **Análise específica dos processos de luta em quatro assentamentos do Território**, sendo eles o Rio Paraná (1991), Belo Monte (2002), Santa Maria da Lagoa e Florestan Fernandes (2013). No total, nove assentamentos foram estudados mais detalhadamente, sendo que esses quatro foram selecionados para compor a análise pela relevância e por representar a diversidade dos processos de luta, diante da grande quantidade de material coletado; e por fim, o **Significado da luta pela terra** na vida dos assentados e as possíveis melhorias na qualidade de suas vidas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O SUJEITO DA LUTA PELA TERRA

O eixo de análise utilizado neste capítulo foi organizado com base nos dados coletados no início das entrevistas, momento no qual era preenchida uma ficha com algumas características gerais dos 37 entrevistados (incluindo as lideranças regionais e as específicas de determinado assentamento), que, junto com a análise das entrevistas conduzidas pelo roteiro semiestruturado, possibilitou levar em conta o contexto socioeconômico dos atores quando a luta pela terra se integrou nas suas trajetórias de vida.

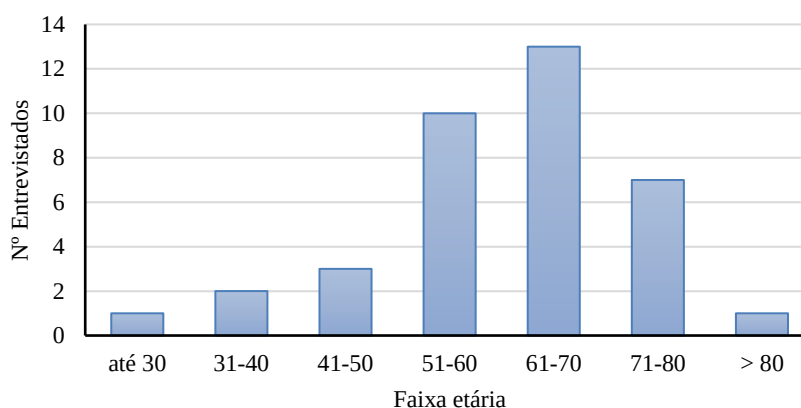
A concentração de assentamentos rurais em algumas áreas é uma espécie de resultante objetiva das lutas empreendidas por diferentes atores (sujeitos sociais e as instituições em que se inseriram), e, portanto, nestes dados e narrativas, buscou-se a compreensão de quem são e os diferentes processos que os levaram à participação nas lutas, suas relações com a terra, entre outras informações sobre os participantes das lutas pela terra do Território Prof. Cory/Andradina (SP).

4.1.1 Quem são os atores sociais que participaram da luta pela terra do Território Prof. Cory/Andradina (SP)?

Os entrevistados apresentam uma média de idade de 61 anos com uma predominância nas faixas entre 51 à 80 anos (Figura 8). A média de idade encontrada reflete o perfil que se buscou na pesquisa ao entrevistar sujeitos que participaram ativamente do processo de formação dos assentamentos do Território a partir dos anos 1980. Em relação ao sexo dos entrevistados, estes foram selecionados aleatoriamente conforme as indicações ocorriam durante o levantamento dos dados, mas acabou resultando em uma proporção relativamente equilibrada, com 54% (20) sendo do sexo masculino e 46% (17) do sexo feminino.

Em relação ao grau de escolaridade, os entrevistados retratam um quadro bem diverso, mas, de modo geral, frequentaram pouco a escola (37,8% estudaram no máximo até o 5º ano do Ensino Fundamental) (Tabela 10). As justificativas mais frequentes são por terem começado muito novos no ofício da agricultura ou pelo difícil acesso às escolas. Como demonstrado na Tabela 10, somente 35,2% (13) chegaram a concluir o ensino médio.

Figura 8. Histograma com a faixa etária dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).



Fonte: Dados da própria autora.

Tabela 10. Grau de escolaridade dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Grau de escolaridade*	Nº	%
Nunca frequentou escola	1	2,7
Até 5º ano ¹ incompleto do Ensino Fundamental	3	8,1
5º ano completo do Ensino Fundamental	10	27,0
Do 6º ao 9º ano ² incompleto do Ensino Fundamental	2	5,4
Ensino Fundamental completo	8	21,6
Ensino Médio Completo	6	16,2
Ensino Superior Completo	7	19,0

Notas: ¹antiga 4ª série. ²antiga 5ª a 8ª série

*Classificação usada na RAIS do Ministério do trabalho e previdência em 2021.

Fonte: Dados da própria autora.

O Sr. Raimundo, nascido no Ceará, chegou no estado de São Paulo com seus pais em 1958, quando tinha oito anos. Além da necessidade de ajudar os pais na agricultura, ele expressa em sua narrativa que estudar era algo infactível para alguém que vivia na situação em que viviam, apesar de afirmar a importância do estudo ao relacioná-lo com “ser alguém na vida”:

Antigamente não tinha muita perspectiva, família pobre né, com questão de estudar pra ser alguém na vida, médico, engenheiro... a filha mulher era pra casar. E os homem eram os esteios que tinham que trabalhar e ajudar o pai. Entrei na escola com 10 anos e fiquei 3 anos. Eu era muito alto né, então o povo achava que eu era mais velho do que era, então com 13 anos o povo

falava “vai trabaia muleção”. Então eu trabalhei com os pais e não fui pra escola. (RAIMUNDO, 72 anos)

Em outras casos, a necessidade de estar sempre se mudando de lugar em busca de trabalho ou melhores oportunidades de vida fez com que a D. Doroti não frequentasse a escola. Embora tenha aprendido somente com a escola da vida, ela tornou-se uma das lideranças da luta pela terra no Território, atuando como uma das dirigentes da Contag:

Estudei 3 meses só em toda vida, nunca fui pra escola, cresci na experiência da vida. Eu sei ler e escrever, mas aprendi pela vida, a melhor escola de todas. Eu nasci em Minas e viemos rodando de lá pra cá. Aí com 15 anos nós viemos pra Mirandópolis, eu estava com um bebê no braço. A vida inteira foi na agricultura, meeiro, empreiteira, fazia cerca, tudo que dava pra fazer eu fazia. Meu pai era meeiro. O que tinha pra fazer de roça eu já fiz. (DOROTI, 75 anos)

Por outro lado, o universo estudado contou com 19% (7) de formados no ensino superior; dentre esses casos estão pessoas que tiveram a oportunidade de estudos, após o envolvimento com a luta pela terra, concedido pelas organizações sociais, ou que já possuíam o ensino superior antes de participarem das lutas. No caso do Antonio, ele e sua família se mudaram do Paraná para Campinas em 1987, quando tinha 15 anos, e só foi ter a possibilidade de terminar os estudos quando era mais velho e já estava envolvido na luta pela terra:

Pra você ter uma ideia, quando eu vim pra luta eu tinha 17 anos e estava na quarta série, não tinha nenhuma preocupação com o estudo, não estava nem aí pra isso. E quando eu cheguei na luta e comecei a participar e ver a importância de ter conhecimento, saber das coisas, eu fui querer estudar, fui pra escola fazer supletivo. Aí o movimento abriu curso supletivo no segundo grau, eu fui e depois surgiu a oportunidade de fazer uma faculdade e eu fui fazer. Não é só pela questão do estudo em si, o maior conhecimento na verdade ele veio das batalhas, veio da luta, mas esses conhecimentos abre um processo de reflexão, de aperfeiçoamento do nosso entendimento da sociedade, da questão da importância da terra, que não é terra só pra ter resultado econômico, é uma outra pegada. Entender a vida. O movimento me abriu isso. (ANTONIO, 51 anos)

No que diz respeito à naturalidade dos entrevistados, a maioria (57% - 21) nasceu no estado de São Paulo, sendo que 43% (16) em municípios do Território em estudo (seis em Mirandópolis, três em Andradina, três em Guaraçaí, três em Pereira Barreto e um em Castilho). No universo pesquisado, estão atores sociais que nasceram em Minas Gerais, Paraná e em estados da região Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (Tabela 11). Esses dados confluem com

os fluxos de chegadas de migrantes inter-regionais para o estado de São Paulo no final do século XX, descritos em Baeninger (2005).

Tabela 11. Naturalidade dos atores sociais pesquisados que vivenciaram a luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Região	Estado	Nº	%
Nordeste	Ceará	2	5,4
	Pernambuco	1	2,7
	Bahia	1	2,7
Centro-Oeste	Mato Grosso	2	5,4
	Mato Grosso do Sul	2	5,4
Sudeste	Minas Gerais	4	10,7
	São Paulo	21	57
Sul	Paraná	3	8
Outro	Holanda*	1	2,7

*País. Fonte: Dados da própria autora.

A grande maioria dos entrevistados identificou-se como agricultor ou já tendo tido essa condição durante um período de suas vidas antes de ser assentado, por meio do trabalho em sistema de arrendamento, meação ou morador (em estabelecimento próprio ou de algum familiar). A segunda atividade mais exercida pelos entrevistados antes de serem assentados é a de assalariados rurais temporários, os famosos “boias-frias”, atividade que exerceram ao longo da vida e também nos anos de acampamento, como uma forma de conseguirem se manter até o final do mês, como demonstrado na Tabela 12.

Porém, a categoria de trabalhadores envolvidos na luta pela terra do Território não se restringe aos trabalhadores rurais, existindo também a presença de assentados com experiência anterior em atividades não ligadas à agropecuária, como pedreiro, empregada doméstica, mecânico, secretária e outros (Tabela 12).

Tabela 12. Profissões dos atores sociais entrevistados antes da conquista da terra e as atuais.

Profissão anterior	Nº*	%	Profissão ou condição atual	Nº*	%
Agricultor(a) ¹	23	62	Agricultor(a)	29	78,4
Boia-fria	14	37,8	Aposentado(a)	10	27
Funcionário(a) da fazenda	10	27	Diretor da Coapar	1	2,7
Pedreiro	3	8	Dirigente regional MST	1	2,7
Estudante	3	8	Pescadora artesanal	1	2,7
Doméstica	3	8	Jornalista	1	2,7
Funcionária pública	1	2,7	Doceira	1	2,7
Cavalariço	1	2,7	Guarda municipal	1	2,7
Padre	1	2,7	Presidente da associação	1	2,7
Secretária	1	2,7	Monitora escolar	1	2,7
Doceira	1	2,7			
Professora	1	2,7			
Funcionária de lanchonete	1	2,7			
Segurança	1	2,7			
Cabelereira	1	2,7			
Manicure	1	2,7			
Mecânico	1	2,7			

*Número total com repetição, o entrevistado podia citar mais de uma profissão.

¹em arrendamento, meeiro, morador ou sítio próprio.

Fonte: Dados da própria autora.

O Sr. Guilherme, assim como muitos outros, encontrou na atividade de boia-fria a solução para se manter durante sua trajetória de luta pela terra e ainda conseguir mandar um pouco de dinheiro para o sustento da família que havia ficado em Jundiá/SP:

Na fazenda 2 de Abril, indo pra Santa Fé do Sul, alí a gente mexia com lavoura, farinha na farinheira, morava numa parte da minha mãe, que era de herança, mas o povo foi vendendo e agora lá só sobrou os fazendeiros que compraram. Hoje só tem gado e pasto lá, acabou. [...]. Em 78 fui embora pra Jundiá e voltei [para Mirandópolis] no fim de 2004. Falei, não, meu negócio é pra cá, é terra. [...] [na luta] A gente trabalhava fora pra se manter né. Trabalhava por aí por dia nas lavouras dos fazendeiros, de boia fria, e assim foi indo, a gente morava aqui mesmo [no acampamento], vinha a cesta do governo, mas a cesta que vinha não dava pra vazar os 30 dias, então às vezes a gente tinha que lutar pra fora pra conseguir mais alguma coisa. E assim foi a luta, também pra conseguir dinheiro pra mandar pra família né, porque minha família ficou pra lá em Jundiá e eu fiquei sozinho dois anos pra cá, é duro, hein! Em 2007 eles vieram embora pra cá. A casa de lá a gente tinha e não tinha né, era a linha da Fepasa então você não tem escritura, e a tal da Fumas [Fundação Municipal de Ação Social] falou que não podia vender. Então meu filho mais velho ficou lá morando. (GUILHERME, 63 anos)

O Raimundo, atualmente morador do Assentamento Rio Paraná também trabalhou como boia fria junto com a família quando moravam nos “barracos” lutando pelo lote que possuem hoje:

O pessoal foi se dispersando [do acampamento] por vários motivos né, sofrimento, comida, teve dia de passar fome. Nós trabalhávamos de boia fria. A gente tirava braquiária pra fazendeiro formar pasto. Então lá eles usaram nossa mão de obra pra tirar semente pra eles pra formarem pasto na fazenda pra tornar produtiva pra não ser desapropriada. E pra não morrer de fome tivemos que dar contribuição favorável a eles e negativas a nós. Íamos colher tomate também. Tivemos que sacrificar um ano da escola das crianças pra ir trabalhar. Na roça lá, quando nós estávamos colhendo algodão, o menino botava o saco na cabeça e ninguém via ele, porque o pé de algodão era maior que ele. E era bom pra catar algodão hein, com 8, 9 anos catava 80kg. Ele era bom. (RAIMUNDO, 72 anos)

D’incao (1984) e Santos (1994) descrevem o surgimento dos boias-frias em função da substituição dos trabalhadores residentes das grandes e médias propriedades pelos trabalhadores assalariados temporários, deslocando-os para as cidades. Esse cenário de mudança do rural para o urbano também ocorreu no Território Prof. Cory/Andradina, a partir da década de 1950, com a substituição de grande parte das lavouras pela criação bovina, e que mais tarde foram substituídas pelos canaviais. Esses expropriados do campo estão entre os sujeitos que lutaram pela terra no Território, visto que essas experiências vividas foram registradas no decorrer da coleta de dados enquanto os atores sociais narravam suas histórias de vida.

O sr. Fernandes nasceu e morou até os 26 anos em uma fazenda no município de Guaraçaí/SP, a qual parte foi desapropriada e transformada no Assentamento Moinho, em 2013, onde reside atualmente.

Eu nasci aqui nessa fazenda, ela é 1000 alqueires né, eu morava na outra estrada ali, tinha 33 mil pés de laranja. Lá eu trabalhava na roça, tinha seringueira, café e laranja e eu tinha minha roça. Tinha bastante terra solteira e o fazendeiro deixava pra todos nós plantarmos, mais ou menos um alqueire, plantava milho, arroz, feijão... fiquei até 86 e depois mudei pra cidade. Acabou a laranja, entrou aquele plano cruzado, subiu a inflação, o fazendeiro não aguentou comprar veneno pra laranja e virou tudo vara. Aí ele vendeu a fazenda pra um criador de gado e nós fomos pra cidade. Não tinha mais serviço então fomos pra cidade. Então fui trabalhar pro fazendeiro vizinho dele, eu ensinava gente sangrar seringueira. (FERNANDES, 63 anos).

Durante certo tempo, o sr. Fernandes continuou fazendo serviços no campo e morando na cidade, até que parou com as atividades rurais e começou a trabalhar como segurança. Depois de uma conversa com um amigo, tomou interesse pela questão da terra e, em 2006, entrou no universo das lutas pela terra.

Faz muitos anos. Foi com um amigo meu em Guaraçaí. Ele tava acampado na Dois Irmãos em Murutinga, mas eu não sabia como funcionava as coisas, aí conversava com ele e comecei a me entrosar com o MST em 2006 e foi quando tomei conhecimento da reforma agrária. [...] Depois de várias lutas, acabou que terminei aqui, conheço isso aqui como a palma da minha mão né, porque eu nasci aqui. (FERNANDES, 63 anos).

Com essa mudança repentina no estilo de vida causada pelo êxodo rural, os agricultores tiveram que se adaptar a essa nova rotina, de continuar trabalhando no campo, mas morando nas cidades, e em muitos casos tiveram que aprender novos ofícios, já que as atividades agrícolas não absorviam toda a mão de obra expropriada. No caso do Moacir, nascido em Andradina/SP e criado em Mirandópolis/SP, após se mudar para a cidade conciliou o ofício de pedreiro e de boia-fria:

A gente morava na roça, mas aí meu pai mudou pra cidade porque acabou o serviço na roça, era arrendatário né, então fomos pra cidade. Aí foi aprender outro ofício e eu aprendi trabalhar de pedreiro, trabalhei uns 10, 15 anos de pedreiro e também de boia-fria. O fazendeiro colocou gado, na época era só gado, gado, gado e foi tirando o povo da roça e o povo foi indo pra cidade, e meu pai foi trabalhar de boia fria. Morava na cidade, mas tinha que ir catar algodão, arrancar feijão, catar milho. Caminhão com 70, 60 pessoas, naquela época não tinha esse negócio de [fiscalização da] polícia rodoviária. Nós montávamos no caminhão de boia-fria e ia, chegava na roça cinco horas, só o motorista sabia pra onde que ia. (MOACIR, 55 anos)

Apesar dessa representação de expropriados do campo na luta pela terra do Território, o universo pesquisado revelou-se bem heterogêneo, já que a relação com a agricultura se mostrou uma variável de diversos níveis entre os entrevistados. Embora a grande maioria dos entrevistados (81% - 30) tenha declarado apresentar alguma relação com a agricultura, esta variou entre pessoas que passaram a vida toda no campo e nunca realizaram ofícios considerados não agrícolas, e pessoas que passaram a infância ou a juventude no campo, mas em determinado momento da vida migraram para os centros urbanos. Entre os entrevistados também estão aqueles que não possuíam vínculo com o campo (além das histórias contadas pelos pais), moravam na cidade e realizavam outros ofícios não ligados à agropecuária, representando 19% (7) do universo pesquisado (Tabela 13).

Tabela 13. Nível de relação (trabalho ou de vida) com a agricultura dos atores sociais pesquisados que lutaram pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP).

Relação com a agricultura	Nº	%
Durante a vida toda	11	29,7
Durante a infância ou juventude	19	51,3
Nenhuma - somente urbano	7	19

Fonte: Dados da própria autora.

O sr. Gregório nasceu no perímetro rural do município de Guaraçai e durante a vida toda morou e trabalhou no campo. Trabalhava com seus pais no sistema de arrendamento em fazendas da região, até que, em determinado momento, passou a trabalhar na fazenda Primavera, da família Abdalla. Naquela ocasião, o sr. Gregório e sua família participaram da luta pela terra que originou a primeira grande desapropriação do Estado de São Paulo, o Assentamento Primavera.

Nasci e me criei no campo, até hoje. Aqui a gente tem liberdade, nunca morei na cidade. Todo o tempo que eu tenho de vida, eu tenho de sítio. A gente trabalhava nas fazendas quando éramos criança e com o passar dos anos, nós mudamos pra Fazenda Primavera e depois a fazenda foi loteada pela reforma agrária. Nós morávamos lá, cresci lá. Meu pai conseguiu o lote e eu morei lá até vir pra cá nesse lote [no PA Celso Furtado]. Sempre morei lá com ele no sítio. [...] Mas a luta lá foi diferente daqui, nós éramos posseiros, morávamos lá dentro. Nós morávamos na fazenda e pagava arrendo pra fazenda, lutamos pra ficar na fazenda.[...]. Dos filhos do meu pai tem eu na Três Barras [Assentamento Celso Furtado], uma irmã na Capim [Assentamento Santa Isabel], tem essas três no Belo Monte. Tenho um irmão e uma irmã no Arizona. Uma família muito grande. Poucos irmãos não foram pra reforma agrária. (GREGÓRIO, 60 anos)

Assim como o Gregório e seus irmãos, muitos assentados da região são filhos de pessoas que foram assentadas no Território, reproduzindo uma “herança de lutas”, um meio pelo qual esses sujeitos encontraram a possibilidade de continuar com a vida rural. Durante a pesquisa, em conversas com assentados ou informantes chaves, muitos se referiam à alguns assentamentos como sendo de filhos de famílias de outros assentamentos, como “O Belo Monte é de filhos do Primavera”, carregando um significado de que as lutas que levaram à conquista da terra no Assentamento Belo Monte são fruto das lutas que originaram o Assentamento Primavera.

Mas a luta pela terra também envolveu atores sociais que a princípio só conheciam “de ouvir falar”. A Roseli nasceu em Cuiabá e veio de uma família que morava em área urbana,

mas durante a sua formação no curso de Direito teve contato com a reforma agrária na teoria e em determinado momento de sua trajetória de vida teve a oportunidade de conhecer na prática:

Eu tenho o superior completo, Direito. Quando eu entrei na luta eu tinha acabado de me formar, eu estava namorando o meu marido e ele já era da terra. Eu fui descobrir a reforma agrária quando eu estava fazendo faculdade [...]. Hoje sou produtora rural, não exerço a profissão de advogada. Eu nasci em Cuiabá, com dois anos fomos pra Campo Grande e cresci lá, estudei lá. Minha relação com a agricultura começou só nos anos 2000, quando entrei na luta pela terra. Minha família não tem relação com a agricultura, eram todos urbanos. Minha mãe era assistente social e meu pai advogado. Meu avô era coronel da polícia militar em Cuiabá. Não vim de uma família de agricultores, comecei a me interessar pela reforma agrária quando conheci a família do meu esposo, eles moravam no Assentamento Primavera, o primeiro da região. Quando eu fazia faculdade em Presidente Prudente, tinha um professor que falava muito mal do MST, muito mal dos sem terra, e um dia eu falei pra uma amiga minha ‘vou querer realmente saber como é, como funciona’, e até que um dia eu conheci o abençoado do meu esposo e vim pra região de Andradina conhecer a família dele e comecei a conhecer as pessoas assentadas. (ROSELI, 58 anos)

Ter vínculo ou não com a agricultura para entrar na luta pela terra foi um tema bastante mencionado pelos entrevistados, apresentando diversas opiniões. Alguns entrevistados consideram essencial ter algum vínculo com a agricultura para o sucesso da reforma agrária, relacionando o índice de evasão dos assentamentos com o fato de alguns assentados não serem “do campo”. Em contrapartida, outros mencionaram que a evasão nos assentamentos, mesmo por parte dos assentados que possuíam vínculo com a agricultura, está relacionada com a precariedade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais, como ATER, programas de compras institucionais, entre outros aspectos que serão discutidos mais a fundo nos próximos itens.

Ademais, dados da pesquisa também mostraram uma boa adaptação com a vida no assentamento daqueles que não possuíam vínculo algum com as atividades agrícolas, preferindo atualmente a vida no campo à vida na cidade, demonstrando a resiliência do ser humano: “Aqui é bem melhor do que na cidade, hoje eu não suporto ficar na cidade, deus que me livre”. Esta fala é da Eunice (35 anos), nascida e criada na cidade de Mirandópolis, era manicure e entrou na luta pela terra em busca de “conquistar algo na vida”, e após ser assentada avalia a vida no campo como uma opção melhor.

Essa mudança do urbano para o rural se mostra possível da mesma forma que os colonatos, pequenos arrendatários e moradores do Território Prof. Cory/Andradina e de diversos lugares do país tiveram que se adaptar com outros tipos de atividade durante o

desenvolvimento industrial do país e posteriormente com a modernização da agricultura, como o assalariamento temporário, atividades em parques industriais, trabalhos urbanos do setor terciário, entre outras atividades relatadas na literatura brasileira sobre o êxodo rural destes períodos (D'INCAO, 1984; RANGEL, 2000; MENDONÇA, 2011).

4.1.2 Como e porque entraram na luta pela terra?

O primeiro contato dos entrevistados com a luta pela terra ocorreu de diferentes formas. Ao serem questionados sobre esse assunto, alguns buscaram na memória a primeira vez que ouviram falar de reforma agrária e como isso ficou marcado em suas vidas, outros narraram o primeiro contato físico com a luta, em reuniões de movimentos sociais ou nos “barracos”, como se referem às ocupações/acampamentos.

A partir da exploração do material transcrito e sua organização em temas, foi possível identificar cinco principais meios pelos quais os entrevistados aproximaram-se da luta pela terra, sendo eles: Movimentos sociais; Colegas de profissão, conhecidos/amigos e familiares; Contato com outros assentamentos; Sala de aula; e Cadastro pelo Correio. Embora essa aproximação não tenha sido frequentemente delineada por um único meio, podendo ter a influência de outros, buscou-se inferir o principal meio que marcou os entrevistados como seu primeiro contato, a partir de suas narrativas.

Os depoimentos de Raimundo e Joaquina representam bem o universo de organizações que atuaram na luta pela terra no Território, e que desempenharam um papel importante nesse primeiro contato. As organizações sindicais dos municípios, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e os grupos ligados à ala progressista da Igreja Católica desempenharam a função de divulgação das lutas, tornando-as públicas e indicando aos atores sociais o acesso às mesmas.

Ainda muito novo a gente já ouvia falar de reforma agrária. E depois aumentou mais as falas quando a gente começou a participar da vida sindical em Tupi Paulista. Naquela época tinha uma ala da igreja que era mais progressista, a CPT, na nossa região também tinha, inclusive o motorista nosso que nos levou no acampamento, num caminhão emprestado, foi o Padre. Nós todos sentados em cima da sacaiada, e o padre dirigindo. Então o primeiro contato foi em Tupi, nas reunião do Sindicato. (RAIMUNDO, 72 anos)

Nasci em Paratinga na Bahia, vim pra cá com 20 anos. Meu pai e minha mãe me criaram na roça, a gente tinha nossa terrinha e também arrendava. Aí eu vim pra Guaraçai. Morei na cidade lá cinco anos, trabalhei um pouco na roça e na Purapolpa [indústria de processamento de frutas] em Guaraçai, na lanchonete. Mas eu prefiro o sítio né, então comecei a ir nas reuniões do MST,

isso foi uns 10 anos antes de vir pra cá [Assentamento Primavera II, criado em 2006]. Passamos por vários acampamentos, não deu certo, aí voltamos pra Guaraçaí. Eu continuei no MST, era militante, aí descobrimos essa fazenda aqui naquela lista [resultado das vistorias INCRA/Itesp na região] da época do FHC que tinha decretado muitas áreas aqui na região. Eu fiz uma reunião, passamos um carro de som em Guaraçaí convidando o pessoal, aí eles foram nas reuniões e nos organizamos. (JOAQUINA, 46 anos).

Essa divulgação também ocorreu nos círculos sociais dos atores, visto que o primeiro contato a partir de conversas com colegas de trabalhos, conhecidos ou com os próprios familiares ou pelo contato com outros assentamentos já formados no Território apareceram com frequência nas narrações. No depoimento do sr. Pedro, percebemos a circulação de assuntos referentes à questão agrária entre familiares e colegas:

Quando eu vim pra cá [de Minas para São Paulo], eu trouxe uma inscrição de Reforma Agrária que o finado meu pai tinha feito no ano que eu nasci. Em 1951. Eu trouxe essa coisa. E por isso quando eu ouvi falar, a gente já tinha aquela coisa do que era a reforma agrária e eu tocava roça e tinha o interesse em saber como eram as leis trabalhistas, sindicato e tal e não tinha o conhecimento. Porque escola não ensina nada disso né. E aí, a gente ouviu falar através de um meu cumpadre, o patrão dele tinha mandado ele embora, e naquele tempo não tinha quase direito trabalhista, o cara saiu sem nada, coitado, e nós estávamos tocando roça e ele procurou a gente. Ele ia sempre nos sindicato e nessa reunião da igreja. “O cumpadre, tem uma reunião lá da pastoral da terra em Andradina”, então eu fiquei interessado, eu fui nas primeiras reuniões, naquela época se falava muito do Estatuto da Terra, queria saber direito o que era. (PEDRO, 71 anos).

A D. Clara, morou no meio rural até os 17 anos no Paraná e se mudou para Limeira/SP, onde conheceu seu esposo e viveu por 30 anos. Em busca de uma vida mais pacata, mudaram-se para Pereira Barreto e abriram um salão de beleza. Seu esposo resolveu voltar a estudar para completar o ensino fundamental e lá conheceu uma moradora do Assentamento Esmeralda, a qual contou da possibilidade da reforma agrária:

Até 17 anos eu era da roça lá no Paraná, morávamos no sítio do meu avô. Me criei na roça, e o que me trouxe pra roça de volta foi meu marido. O pai dele também era, mas era tratorista, daí depois nós viemos de Limeira pra Pereira Barreto pra trabalhar de cabelereiro. Lá em Limeira ele já plantava né, era um parque de horta urbana, uma área ambiental, ele plantava quiabo pra criar interesse pro provo cuidar. (CLARA, 61 anos)

Lá em Pereira Barreto conheci uma senhora que estudava comigo quando voltei a estudar e que era do Esmeralda e falou que estava pra sair essas terras, aí um dia [em 2009] fomos conhecer o acampamento e cadastramos. Ficamos

só um ano em Pereira com o salão, logo já viemos pra cá. (L., 61 anos, esposo da CLARA, 61 anos).

Os Assentamentos Primavera e Timboré se tornaram símbolos da luta pela terra na região e são muito conhecidos entre os moradores do Território. O Primavera, por ser o primeiro e ter sido uma luta histórica e demorada dos posseiros, chegou a ser divulgada nacionalmente e acabou se conectando com outras lutas que ocorriam pelo país na mesma época. O Timboré era uma área que estava no PNRA do Sarney e envolveu um processo de luta muito intenso, com presença marcante de conflitos com jagunços, vários processos na justiça e manifestações na cidade que o fez ficar conhecido na região. A grande repercussão dessas lutas ajudou a divulgar a questão da terra e a possibilidade de reforma agrária entre os moradores do Território.

Nós trabalhávamos de boia fria né, aí lá começou esse negócio de assentamento, fazer acampamento. Na época saiu um acampamento na Timboré, no assentamento Timboré e teve uns vizinhos nosso que foi pra lá, todo mundo só falava do Timboré. Depois de uns dois anos que eles já moravam lá, começou a sair mais fazendas, aí decidi ocupar. (MOACIR, 55 anos).

Antes de casar, quando era jovem e estudava, eu já tinha visitado o Timboré quando eles invadiram lá, fui pra conhecer então meu primeiro contato foi lá. Ai passou o tempo e eu conheci meu esposo, casamos e viemos morar numa fazenda, a São Joaquim, agora está tudo com cana, era onde ficavam os mineiros antigamente. Aí ele ficou sabendo que o pessoal tava acampando aqui [Florestan Fernandes], que essa fazenda ia sair, e a gente já conhecia as pessoas que moravam na sede. Então ele veio pra conhecer e fez amizade com o pessoal que tava na estrada. Ai perguntaram se ele não queria fazer um cadastro.[...] depois de muito pensar decidimos ir. (FELIPA, 47 anos)

Segundo duas entrevistadas, D. Maria e Roseli, as discussões em sala de aula despertaram nelas certa curiosidade sobre a luta pela terra, marcando como o primeiro contato. A questão agrária no Brasil abrange os antecedentes históricos do país e compõe uma base teórica necessária para a discussão de diversos assuntos. Aprofundada nos debates dos anos 1950 e 1960, a reforma agrária tomou certa centralidade nas discussões de economistas, acadêmicos e políticos nessa questão (SILVA, 1987; STEDILE, 2013). Essas discussões foram transmitidas em ambientes acadêmicos, atingindo a realidade concreta. Além da Roseli, mencionada anteriormente, que ouviu falar sobre reforma agrária durante a graduação em Direito, a D. Maria, nascida em Populina/SP, aprendeu sobre a luta pela terra em uma disciplina quando estava cursando o técnico de contabilidade:

Primeiro contato físico foi em 2007, mas de ouvir falar, foi em uma matéria de estudos sociais quando eu tava estudando e eu gosto muito de política, fiquei muito interessada. Em 2007 meu irmão foi em casa e falou que tinha vaga no acampamento Pendengo. Fizemos a inscrição e o meu barraco e do meu irmão. (MARIA, 56 anos).

Outro meio para o contato com a luta pela terra citado pelos entrevistados foi o sistema de cadastramento pela Empresa Brasileira de Correios para trabalhadores rurais interessados em ingressar no programa de reforma agrária criado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse sistema de cadastramento foi anunciado nos anos 2000 como uma forma de acabar com informações desencontradas sobre o número de sem terras no Brasil e para ampliar os mecanismos de obtenção de terra, exigindo a comprovação por parte do agricultor uma experiência de cinco anos na atividade agrícola. Esse sistema de cadastramento foi muito criticado na época por causar, na prática, a desarticulação dos movimentos sociais, tendo em vista que prometia às famílias o recebimento de terras do estado somente se fizessem o cadastro (RAMOS FILHO, 2008). Além de outros entrevistados, esse foi o caso do Guilherme:

Faz tempo hein, eu tava lá ainda em Jundiaí. Saiu um negócio pelo correio, pra você se cadastrar pelo correio lá, no tempo do FHC. Fiz esse cadastro e eles me mandaram uma carta falando que eu podia ocupar aonde eu quisesse. Qualquer lugar disponível que estivesse pra ser desapropriado, mas não deu em nada. (GUILHERME, 63 anos)

Sobre as motivações que levaram esses atores sociais a se engajar na luta pela terra, foram identificados três grandes grupos de justificativas. Igualmente ao tema discutido anteriormente, o primeiro contato com a luta, esses motivos não são precisamente definidos com um único objetivo, e podem interagir entre si, mas, para facilitar a análise, tentou-se agrupá-los em motivações centrais. Os três principais grupos foram: Precariedade e incertezas sobre o futuro; Estilo de vida; e Forma de expressão política.

Pode-se dizer que o conflito social por terra no Brasil está relacionado ao modelo de suposto desenvolvimento rural do país que preservou a estrutura fundiária e promoveu a exclusão dos agricultores tradicionais aos mercados de dinheiro, trabalho e terras (PIRES, RAMOS, 2009; MATTEI, 2012). Algumas marcas sociais presentes na nossa sociedade como a pobreza e o desemprego apareceram entre os motivos que levaram os entrevistados a lutarem por um pedaço de terra. As incertezas e as frustrações da vida cotidiana aparecem em falas

como “estava desempregado”, “a situação estava muito difícil”, “será que não vou melhorar nunca?”. Para ilustrar essa reflexão, destaca-se os depoimentos a seguir:

Morei em São Matheus, distrito de São Paulo, por 24 anos, mas era ruim, tinha muito crime, era muito perigoso. Aí um colega me perguntou se eu queria ir pra reforma agrária. Eu fui porque estava desempregado. Só que ele me avisou que o movimento sem terra não é só flor, que você vai pisar em cima de espinho que vai transpassar o teu chinelo. (LOURENÇO, 75 anos)

De fato, a trajetória da luta pela terra do Sr. Lourenço envolveu um espinho que gerou uma ferida permanente. Ele veio para Andradina em 1989, junto com outras famílias para lutar pela fazenda Timboré. Logo que chegou, já começou atuar como coordenador de acampamento, sempre viajando para arrecadar roupas e alimentos para as famílias acampadas. No tumulto do dia da ocupação da fazenda Timboré, foi atingido no rosto por um tiro de espingarda disparado por um dos jagunços e acabou perdendo a visão do olho direito. Por conta dessa sequela, teve que deixar seu lote conquistado, hoje em dia é aposentado e mora no perímetro urbano da cidade em Andradina.

Depois do tiro fiquei de um jeito que eu não pude mais trabalhar na terra. Por causa desse problema a cabeça doía, doía, doía, doía que eu chegava a desmaiar. Eu pedia uma carona pra chegar no médico e ele [o médico] me dizia ‘você sai do mato que com esse negócio na cabeça você vai morrer a qualquer momento’ Aí conversei com meus quatro filhos e esposa e mudamos pra Andradina. Eu não pude ficar no sem terra no meio dos meus colegas, mas eu sou um sem terra. (LOURENÇO, 75 anos)

Assim como Lourenço, a precariedade da vida levou a sra. Elizabeth a lutar pela terra:

Eu morei no Timboré, em 89 eu entrei lá, meu menino tinha nove meses, eu tinha 20 anos, alí eu passei fome, acampeí alí, o Lourenço tinha levado um tiro no olho... morei lá 3 anos assentada. [...] Até então quando eu era mais nova, meu pai graças a Deus sempre deu de tudo sabe, cada filha tinha shampo, absorvente, suas coisas, e éramos 5 filhas, éramos mimadas. E lá no Timboré eu dei valor nas coisas que eu tinha, aprendi a dar valor na vida, foi uma escola da vida pra mim o Timboré. Uma lição de vida, amei porque cresci. Eu sofri, lá eu pensei em me matar, porque meu marido antes era agitado, andava com espingarda e quando saiu o assentamento nós pegamos o último lote, e os jagunço que atiraram no olho do homem andavam na beira daquela cerca. Eu tinha 21 anos, com um bebê de 9 meses. Foi me dando uma tristeza... eu não tinha leite pra dar pro meu filho, eu dava água com farinha, é difícil, eu pensava em beber veneno [se emocionou muito]. Aí falei eu tenho um filho pra cuidar, não pode, então resolvemos sair juntos e fomos pra cidade. [...] Um tempo depois me chamaram pra reunião desse aqui [Belo Monte]. No começo

eu não queria porque eu estava traumatizada. Eu tava morando na cidade, um quartinho e um pedacinho de sala e um banheiro, na Cohab. Ele [esposo] ganhava 120 reais, 92 era pro aluguel. Tinha que cortar não sei quantos metros de cana pra comprar um pão, então não dá sabe? Aí na noite de ocupar a gente decidiu vir e viemos. (ELIZABETH, 53 anos).

A entrevista com a sra. Elizabeth foi carregada de emoções, e revelou feridas que a marcaram profundamente ao longo dos anos de luta. Da mesma forma que o sr. Lourenço, Elizabeth também teve que deixar o lote conquistado, mas as precárias condições em que estava vivendo na cidade fez com que ela e a família tentassem novamente buscar uma melhora na condição de vida por meio da conquista da terra.

Outro depoimento que manifesta as condições precárias e as incertezas da vida como motivação para entrar na luta é o do sr. Gregório.

Antigamente a gente não tinha local certo pra trabalhar né, aqui nós trabalhamos pra gente, e naquela época nós trabalhávamos de funcionário e diarista pra sobreviver, era uma vida bem mais difícil do que hoje, de incertezas. Você não tinha perspectiva de melhorar, era sempre na indecisão, era um negócio que você pensava ‘será que eu não vou melhorar nunca? Vou ficar só trabalhando por dia pros outros? Diarista? Será que não vou ter nada na vida?’ A gente ficava com aquela dúvida né. Então foi por isso que a gente arriscou vir pra um acampamento sem terra, sofrer embaixo de lona, que não foi fácil, pra hoje ter uma vida mais tranquila. Nossa vida hoje é bem mais tranquila que antigamente. Tem a terra, você não mora em cima do que é dos outros, tá certo que no Primavera era do meu pai, mas eu precisava correr atrás dos meus objetivos né. Imagina se eu não tivesse isso daqui? Eu tava morando numa fazenda de empregado por aí ou na cidade. (GREGÓRIO, 60 anos)

No entanto, a agricultura enquanto um estilo de vida desejável como motivação central também apareceu nas narrativas dos entrevistados. Um caso interessante de busca pela vida no campo que se destacou no universo pesquisado foi o da Vera, que deixou o emprego público, que entrega certa estabilidade financeira, para voltar às origens. Sua profissão atual como assentada é a de pescadora artesanal, vendendo seus pescados em circuitos curtos de comercialização.

Quando casei, meu marido tinha um pedacinho de terra, mas ele vendeu e fomos pra cidade. Aí eu fiquei doente porque nunca tinha morado na cidade, eu não consigo ficar na cidade, fiquei desesperada. Larguei do primeiro marido por causa de sem terra, ele não aceitou. Em 1997 eu acampeei indo pra Pereira Barreto e ele falava que isso não era certo, que era coisa de baderneiro, então separei. Eu ia morrer na cidade. [...]. Eu era funcionária pública e pedi exoneração. Comecei em 1997 em um acampamento aqui perto de Pereira

Barreto, depois eu fui pra Suzalpina, fiz a inscrição pelo correio, eu lutava de todo jeito pra pegar terra. [...]. Minha família ficou brava que eu abri mão da minha vida na cidade, do meu emprego pra vir pra terra. Mas graças a Deus eu consegui, isso aqui não tem preço, eu amo ficar na terra. (VERA, 60 anos)

As narrativas que trazem a vida na terra e a agricultura como motivação central abrangem diferentes aspectos, como uma vida mais sossegada e tranquila, a possibilidade de ter autonomia alimentar e serem provedores do seu próprio sustento. Abaixo alguns exemplos:

Eu não vendo nem arrendo meu lote, porque a gente está aqui não por causa do dinheiro, é por causa da terra, aqui é sossegado, tranquilidade, plantamos tudo o que tem direito, uma hortinha, coisa pra comer, tudo. (NAZARÉ, 71 anos)

O finado meu avô tinha um sítio em Braúna/SP, ele vendeu e comprou aqui em Aparecida d'Oeste, aí nós ficamos lá, formamos café. Mas foi na geada de 70 e pouco que queimou tudo, meu avô já estava velho e vendeu o sítio. De lá fomos pro Paraná. Depois fui pra São Paulo em Nova Curuçá [distrito na Zona Leste], fiquei dois anos só, não aguentei, uma ladroagem do caramba, não gosto de cidade. Fui para Aparecida d'Oeste de novo. Pegamos 50 alqueires em Aparecida do Taboado para formar colorau, arrendava pra fazenda. Ficamos dois anos, entregamos formado, mas lá o homem era muito ruim, então saímos. Ficamos trabalhando pros outros por aí por dia... Aí quando foi esse negócio dos sem terra, viemos acampar. [...]. Porque eu sempre fui agricultor né, trabalhava de empregado pros outros, mas eu queria uma terra pra trabalhar por conta do meu nariz, sossegado. Ficar mais à vontade. Melhor que trabalhar de empregado. (LUÍS, 72 anos)

[...] eu prefiro o sítio né. Ficamos na luta porque gostávamos do sítio mesmo, a gente nasceu e foi criado assim, hoje a gente vai na cidade fica doido pra voltar embora. O governo tinha que investir mais em quem nasceu no sítio, porque a gente gosta, é a vida da gente. Nosso sonho era o sítio. Trabalhei uns anos de empregada doméstica, mas não é a mesma coisa, queria o sítio mesmo. (JOAQUINA, 46 anos)

Estes depoimentos nos fazem refletir que as razões que levam um sujeito a lutar pela terra ultrapassam questões objetivas como a busca por emprego e renda, e também incluem questões culturais e de sentimento de pertencimento à um modo de vida: “somos da roça”, “faz parte do que somos e fazemos”, “fomos criados assim”.

Se retomarmos o conceito de *habitus*, como um conjunto de disposições socialmente constituídas e incorporadas pelo sujeito ao longo de sua trajetória histórica (dependentes também da sua posição no campo), que geram uma visão de mundo (BOURDIEU, 2004), nos ajuda a compreender esse desejo pela vida no campo e de resistência dos valores da agricultura familiar, que não são apenas sobre a renda e lucro obtidos com o uso da terra, mas tendo a terra

como um lugar de vida, de trabalho e de interação da família, inscritos e valorizados no *habitus* das sociedades camponesas (CASTRO, 2013; CASTRO, 2015; DURVAL, 2015).

Uma terceira motivação identificada no compilado de narrativas foi enxergar a luta pela terra como uma forma de expressão política: as lutas sociais pelo acesso à terra, além de darem visibilidade aos problemas enfrentados pela população do campo, procuram emergir novas possibilidades de organização da sociedade. O acesso à terra pode ser visto como uma forma de empoderamento dos trabalhadores rurais e urbanos, sobretudo por incluí-los no cenário político. Desde modo, a possibilidade de democratizar a terra significa uma estruturação mais democrática da sociedade. Nos depoimentos do sr. Paulo e do sr. Sérgio, nota-se a dimensão política:

O que me chamou atenção foi a geração de emprego, porque era difícil, e também pela liberdade. Lutei muito pela reforma agrária para ser livre. Faz parte da minha história, tudo o que sei fazer é trabalhar com agricultura. Falo que a reforma agrária foi minha carta de alforria. Porque uns tem o direito de ter tudo isso de terra e outros não? Aí veja a importância da reforma agrária. ‘ah, mas tem uns que não deram certo’, nem os dedos da mão da gente é igual, mas a reforma agrária é fundamental no nosso país. (PAULO, 64 anos)

A reforma agrária era uma coisa muito sonhada pelo meu tio. Ele me inspirou desde menino que um dia ia existir uma reforma agrária nesse país e que cada um ia ter seu pedaço de terra, então eu sonhava com aquilo. Nós estávamos morando na cidade mas sempre ficou na minha cabeça, e quando eu passava e via os acampamentos eu falava, um dia eu vou acampar e vou lutar pela terra e produzir nessa terra. Queria uma reforma agrária ampla, mas tinha que ser uma coisa *conversada em silêncio*, porque você era tido como inimigo do país, como comunista. Eu fui muitas vezes taxado como comunista, como alguém que queria entregar o país pra Cuba. Acho interessante essa arma que o pessoal usa até hoje, mesmo se você estiver falando de um direito, você é taxado de comunista, era uma forma de falar que éramos um bicho papão, mas tudo que a gente queria era isso, reforma agrária ampla e direitos para as pessoas. (SÉRGIO, 65 anos)

Ao analisar essas narrativas, pode-se inferir que a luta pela terra é resultado de múltiplos fatores que interagem na realidade para produzir uma situação concreta. Os atores que lutam pela terra não podem ser interpretados como um fenômeno único, mas como um conjunto de forças e motivações que se mesclam e buscam interferir na dinâmica da sociedade. A existência de múltiplas motivações, como a melhora da qualidade de vida, a volta para um estilo de vida ou como forma de expressão política, conforme expressadas pelos entrevistados, contradiz a concepções de que a agricultura familiar apresenta um caráter transitório ou de que a reforma

agrária teria apenas uma única função social, como a de geração de emprego e renda (MULLER, 1994).

O suposto modelo de desenvolvimento rural adotado no país legitimou os interesses dos grupos dominantes sobre o uso da terra e seus recursos, pautado em uma lógica fortemente capitalista (renda e lucro) que deixaram algumas marcas sociais já mencionadas como a exclusão social, pobreza e concentração de terras. Tomando o espaço agrário como um campo que está em constante disputa entre as formas de dominação e de subversão da ordem social (BOURDIEU, 2008), nota-se que as disputas são, em parte, traduzidas na luta pela terra.

A tomada de decisão por parte dos sujeitos de se engajarem com a luta pela terra se deu objetiva e subjetivamente. No primeiro caso, provocada pela situação de precariedade e incertezas vividas pelas famílias, e/ou pela não adaptação com o estilo de vida urbano, como o tipo e o ritmo impositivo de trabalho, o pequeno espaço para moradia, criminalidade, entre outras características mencionadas pelos entrevistados. No segundo, por meio das representações, imbricadas no *habitus* do camponês, acerca das possibilidades abertas com a conquista da terra, como a superação da relação de dominação e/ou como forma de (re)criação de um estilo de vida pautado no uso da terra e seus recursos que vão além da renda e do lucro, identificando a terra como lugar de vida (CASTRO, 2015).

A fim de concluir a reflexão proposta no início deste capítulo, sobre quem são os atores sociais que lutaram pela terra no Território e quais processos os levaram a participar dessa luta, pode-se dizer que integram uma grande diversidade e complexidade de situações, de sujeitos que sempre viveram no campo ou que em determinado momento da vida tiveram que mudar para o meio urbano e aprender novos ofícios, ou até mesmo de sujeitos que não possuíam origem na terra. Sujeitos que se aproximaram da luta por diferentes meios, seja através dos movimentos sociais ou por contato com amigos e familiares e que possuíam em seu íntimo variadas motivações. As organizações rurais de trabalhadores e movimentos sociais criaram as condições para que essas famílias se reunissem e iniciassem um processo de luta pela terra que deram origem aos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP). Essas diferenças e pluralidade vão resultar em divergências nas escolhas de estratégias de lutas, que dependem do contexto particular em que a luta está inserida, gerando também uma disputa entre os próprios grupos de atores que lutam pela conquista da terra.

4.2 INSTAURAÇÃO DAS LUTAS PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP)

Neste tópico, serão discutidos os processos de instauração das lutas pela terra que resultaram na criação dos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina (SP). O Território possui uma alta concentração de assentamentos, somente comparável com a região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo. Porém, diferentemente da região do Pontal, onde são assentamentos criados em terras públicas e devolutas (FERRANTE *et al.*, 2012), no Território de Andradina a alta concentração de assentamentos é fruto de desapropriação¹¹ de terras particulares que foram decretadas de interesse social para fins de reforma agrária (Apêndice E).

No total, são 38 assentamentos (excluídos os projetos de reassentamento da CESP), abrigando 3.448 famílias em 62.935ha, com o primeiro criado em 1981 e o último em 2013 (Tabela 14). Em função de abrangerem um período de mais de três décadas, os assentamentos do Território foram criados em circunstâncias diferentes, com diversas formas de reivindicação pelos atores sociais envolvidos, em uma sucessão de governos que lidaram com essa questão também de maneiras distintas.

Em vista disso, buscou-se identificar a diferença prática na luta pela terra adotada pelos atores sociais nos diferentes períodos, tanto nas estratégias de conservação e de subversão das suas posições no espaço agrário do Território Prof. Cory/Andradina, levando em conta as ações dos sujeitos na construção de suas trajetórias, mas sem desconsiderar os condicionamentos do espaço social especializado e dos processos históricos mais gerais.

Desta forma, a fim de analisar os processos de luta com uma perspectiva mais ampla, buscou-se nesse capítulo contextualizar os diferentes momentos políticos e sociais das lutas pela terra. Para tanto, os períodos de lutas traçadas no Território foram divididos em quatro momentos: A luta dos posseiros da Fazenda Primavera; após PNRA do Governo Sarney, com reivindicações de terras particulares; após bateria de vistorias nos latifúndios da região; e o contexto atual abordando a expansão dos canaviais.

¹¹ Todos os assentamentos do Território foram criados via política de obtenção de desapropriação por interesse social, com excessão do PA Zumbi dos Palmares, em Itapura, que foi por meio da compra (Apêndice E).

Tabela 14. Informações gerais dos assentamentos rurais do Território Prof. Cory/Andradina-SP.

Governo	Data de criação	Nome P.A.	Município	Nº de Famílias	Área (ha)
Figueiredo	22/06/1981	Primavera	Andradina	280	9595,1
José Sarney	17/09/1987	Aroeira	Guaraçaí	38	873,4
	03/12/1987	Esmeralda	Mirandópolis	82	2079,3
	09/02/1988	São José II	Guaraçaí	38	877,6
Collor	03/09/1991	Rio Paraná	Castilho	88	2208,7
Itamar F.	-	-	-		
Fernando	23/06/1995	Timboré	Andradina	171	3379,8
Henrique Cardoso	10/11/1998	Orlando Molina	Murutinga do Sul	76	1513,1
	12/12/2001	Anhumas	Castilho	69	1348,6
	22/04/2002	Belo Monte	Andradina	74	1588,3
Luiz Inácio	30/06/2003	Terra Livre	Castilho	41	628,3
Lula da Silva	30/06/2003	São Joaquim	Castilho	46	606
	24/12/2004	N. Sra. Aparecida	Castilho	72	976,4
	07/01/2004	Terra é Vida	Pereira Barreto	38	543,4
	13/01/2005	Nova Vila	Guaraçaí	56	866,7
	15/08/2005	União da Vitória	Suzanópolis	152	2906,3
	02/08/2005	Pousada Alegre	N. Independência	60	929,7
	09/12/2005	Celso Furtado	Castilho	177	2427,8
	25/02/2005	Estrela da Ilha	Ilha Solteira	208	2855,8
	25/02/2005	Sta. Maria da Lagoa	Ilha Solteira	75	1210,6
	19/12/2005	Dois Irmãos	Murutinga do Sul	123	1867,4
	25/02/2005	Rosely Nunes	Itapura	85	1172,7
	17/04/2006	Santa Cristina	Murutinga do Sul	54	986,3
	28/06/2006	Arizona	Andradina	46	635
	27/07/2006	Primavera II	Mirandópolis	105	1866,6
	21/09/2007	São Lucas	Mirandópolis	68	1541,1
	29/10/2007	Cachoeira	Itapura	65	997,1
	08/10/2007	Cafeeira	Castilho	125	1959,8
	17/09/2008	Santa Isabel	Castilho	67	1033,5
	16/09/2008	Zumbi dos Palmares	Itapura	80	1116,5
	18/09/2008	Olga Benário	Pereira Barreto	48	757,6
	18/05/2009	Santa Luzia	Guaraçaí	69	1077,5
	18/06/2009	Esperança de Luz	Castilho	71	996,3
	06/10/2009	Pendengo	Castilho	199	4185,7
	15/10/2009	Josué de Castro	Andradina	51	773,3
	08/03/2010	Eldorado dos Carajas	Pereira Barreto	51	761
	11/08/2010	Frei Pedro	Pereira Barreto	67	1871,5
Dilma	25/04/2013	Florestan Fernandes	Mirandópolis	210	2868,1
Rousseff	25/10/2013	Moinho	Guaraçaí	22	487,8
Total		38		3.448	62.935

Notas: - nenhum assentamento rural criado
 Fonte: Painel de Assentamentos - Incra (2018)

4.2.1 A luta para permanecer na terra: os posseiros da Fazenda Primavera

O primeiro assentamento criado no Território foi o Primavera, em 1981. A luta que resultou na formação deste assentamento é reconhecida nacionalmente como um dos embriões do movimento dos trabalhadores sem terra no país, já que esta foi a primeira grande desapropriação de terra no estado de São Paulo, a qual ocorreu simultaneamente à outras lutas isoladas pelo país que mais tarde seriam articuladas nacionalmente.

A Fazenda Primavera, que deu origem a este assentamento, localizada nos municípios de Andradina, Nova Independência e Castilho, era a moradia de diversas famílias de arrendatários. As famílias abriam as áreas, produziam e criavam seus lares pelo preço de entregar uma parte da produção para pagar o arrendo, uma vez que não possuíam condições financeiras de obter terra por meio da compra.

Muitas famílias do Nordeste tinham vindo pra essa região em busca de terras e trabalho. Aí moravam na Fazenda Primavera que tinha mais de 9000 ha, sofrendo as repressões do JJ Abdalla. Aqui na região era assim: tinha que trabalhar pra ele e dar uma parte da renda e da produção. As pessoas tinham que desmatar, preparar a terra, produzir e depois tinha que deixar. O JJ Abdalla apareceu nesta área em 1944. (JÚLIO, 82 anos)

Este regime de arrendamento era comum na região, segundo Hespanhol (1996), em 1950, 41% dos estabelecimentos da região de Andradina eram explorados por tal categoria de produtor. Ao longo das entrevistas, identificou-se que entre os atores sociais que lutaram pela terra estão indivíduos que viveram essa experiência com seus pais e irmãos em cidades do Território:

Quando meu pai veio do Norte ele ficou lá na fazenda conhecida como 100 alqueires, no limite da área do Assentamento Timboré, era conhecida como a fazenda da Turca, da família Miguel em Andradina. Assim que nasci meu pai mudou pra São Sebastião, em Castilho, e cresci ali. Meu pai tocava roça, arrendatário, meeiro. [...]. Na São Sebastião naquela época moravam 45 famílias [...] tinha uma enorme festa de São João, morávamos e trabalhávamos ali. (PAULO, 64 anos)

Quando meu pai morreu, minha mãe veio pra cá [de Pernambuco para São Paulo]. Continuamos mexendo com roça, lá pro lado do Pontal, do assentamento Nossa Senhora Aparecida e por aqui [Murutinga do Sul]. A gente plantava algodão, milho, de tudo, mas era arrendada, pagava o arrendo e sobrava um pouquinho que era pra nós, aí vendíamos uma parte pra ter um dinheirinho pra complementar pra comer. (SONIA, 69 anos)

Meu pai era arrendatário e nós tocávamos, ele arrendou muito em Suzanópolis, depois na fazenda Lagoinha, Santa Isabel, Eldorado, tudo aqui na região. O dono estipula um valor que você paga ou por ano ou por mês. E tinha também o compromisso de formar pasto, terminando o arrendamento tinha que formar pasto pro fazendeiro. Plantava, colhia, e depois deixava formado pra pasto, aí tinha que mudar de talhão, ia revezando. [...] A fazenda era grande. A fazenda era a mesma, só mudava o lugar de trabalhar. (ANA, 58 anos)

Neste regime, como observado na explicação da D. Ana e em outras pesquisas (SILVA, 2000; OLIVEIRA, 2006), o arrendatário tinha um acesso rotacional às terras de trabalho, cabendo a ele, quando ao final do período acordado com o proprietário, fazer a plantação do capim para formar pasto e seguir para outra área, dando continuidade a um ciclo que só cessaria ao preencher a área toda com pasto. Este processo, que resultou na expulsão de muitos trabalhadores/moradores rurais das fazendas do Território, se intensificou a partir da década de 1950, ao passo que os *donos* de terras foram substituindo as lavouras pela pecuária extensiva.

Neste período, estava em ascensão um novo modo de vida urbano-industrial não só no Brasil, mas em vários lugares do mundo. Segundo Müller (1989) e Delgado (1985), a integração da agricultura brasileira com a indústria, marcada pelo início da industrialização pesada no país na década de 1950, causou mudanças significativas nas relações de trabalho no campo e impôs uma nova racionalidade urbano-industrial retratada pela inversão demográfica rural-urbana a partir deste período.

No Território Prof. Cory/Andradina, a “*Terra do Rei do Gado*”, essa nova racionalidade urbano-industrial se deu por duas frentes. A primeira foi pelo avanço da pecuária extensiva na região, como demonstrado na revisão e nas narrativas de vida dos atores que viveram essa experiência de expulsão do campo em consequência da substituição das lavouras pela criação bovina. Essas experiências de expulsão foram se intensificando, a partir da década de 1970, segundo Hespanhol (1996) e Bini (2009), com a expansão do uso de tratores, máquinas e implementos aliada à hegemonia da pecuária; esse processo acelerou o chamado êxodo rural.

A segunda funcionou como uma força de atração das pessoas para os centros urbanos em busca de um novo estilo de vida e trabalho. O Sérgio, assentado desde 2005, era jovem quando sua família se mudou para o meio urbano de Andradina. Durante a entrevista, narrou o que hoje entende como “propagandas enganosas”:

Nasci e cresci em Andradina e já trabalhei em várias cidades, São Paulo, Rio de Janeiro, mas os últimos 30 anos fiquei mais aqui na região de Andradina e Araçatuba. Meus pais, principalmente por lado de minha mãe, eram agricultores, cafeicultores de meeiro. [...]. Quando minha família veio pra

cidade eu era jovem e tinha muita falação sobre a vida na cidade né, então houve uma centralização nas cidades, através de propagandas enganosas, como barragens hidrelétricas... o povo falava ‘olha, vende seu sitio, vai pra cidade ensinar uma profissão pro seu filho, vai trabalhar na barragem, que você vai viver melhor, porque a vida do pequeno produtor ela é assim, você é o seu patrão e dirige o que você produz e come, mas você não tem um grande ganho, um mês você pode ter, no outro mês não. E falavam que como empregado você vai ter um ganho fixo, vai ter direito a previdência social e outras coisas’, então se criava esse desenho e a pessoa se apaixonava. Isso foi uma política para criar o latifúndio, pro povo aceitar ir embora. (SÉRGIO, 65 anos)

As “barragens hidrelétricas” mencionadas pelo Sérgio são as obras das usinas hidrelétricas de Ilha Solteira e de Jupia em Castilho, iniciadas em meados de 1960, as quais foram necessários um enorme contingente de mão de obra para trabalhar na construção. Levando em conta os processos locais, como a substituição das lavouras pela pecuária extensiva e da necessidade de mão de obra para a construção das barragens e a nova racionalidade urbano-industrial sob interesse das classes burguesas dominantes, as populações camponesas buscaram refúgio nos centros urbanos. Essa “força de atração” ou nas palavras do sr. Sérgio “propaganda enganosa” faz parte da dimensão simbólica que a dominação possui, que faz com o que os interesses particulares das classes dominantes se apresentem como interesses comuns a todos do grupo. Bourdieu (1989) apresenta os sistemas simbólicos (instrumentos de conhecimento e de comunicação) como instrumentos de dominação:

(...) os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’. BOURDIEU (1989, p. 11)

Essa relação de dominação segue-se ao descrédito e desvalorização de culturas locais em relação à cultura de interesse das classes dominantes. Apesar dessa “atração”, a mudança para os centros urbanos não ocorreu sem resistência dos moradores/posseiros do Território. Já na década de 1950, houve uma disputa pela área da Fazenda Pendengo, no município de Castilho, entre posseiros e grileiros, mas depois de vários conflitos os posseiros acabaram expulsos no local (FERNANDES, 1985).

Ademais, as relações de trabalho nas fazendas eram pautadas por atos ilegais que resultavam na extrema exploração dos trabalhadores. Segundo Fernandes (1985), no caso da Fazenda Primavera, os posseiros apontaram principalmente o alto percentual da renda da terra

que era paga, o atraso nos pagamentos da colheita, a ausência de notas fiscais, cheques cruzados para 60 ou 90 dias e abusos cometidos pelo armazém da fazenda. Também existiam dúvidas sobre o pertencimento legal das fazendas pelos respectivos “donos”, já que a prática de grilagem das terras foi muito comum na região, como registrado por Silva (1994) e Monbeig (1998).

Em meados da década de 1970, a região de Andradina estava passando por um processo de desemprego nas cidades com o encerramento das obras das barragens somado ao êxodo rural forçado e foi neste contexto que emergiu a luta dos posseiros da Fazenda Primavera. O sr. Gregório morava com seu pai e irmãos na Fazenda Primavera quando o proprietário começou a dispensar as famílias e substituir por pecuária extensiva:

Foi loteada em 81 lá, mas a luta começou em 1975. Muita gente ele [o fazendeiro] tirou de lá, conseguiu tirar. Inclusive nós mesmos íamos sair de lá, mas não deu certo em achar emprego. O pessoal do J. J. Abdalla era um pessoal muito poderoso, inclusive até hoje. Então naquela época ele apavorava o povo pra sair, ele colocou jagunço, fechou as estradas pro povo não sair de lá, foi difícil pra nós lá. Fizeram guarita, queimaram o trator do povo, mas eles aprontaram mesmo naquela época! Quem desapropriou a fazenda foi o governo federal, mas foi muitos anos de briga. [...] Padre R. estava lá na época, a fazenda saiu inclusive pela ajuda dele. Os capangas estavam em todas as saídas da fazenda, em 4 saídas, uma pra Andradina, uma pra Castilho, outra pra Nova Independência e outra pro lado do Pontal, cercou tudo. Mas só que o povo ia lá e arrancava a guarita dos guardas e jogava pro mato e colocava eles pra correr. Eles vinham e faziam de novo, e o povo ia lá de novo. Aí ficou nessa luta. Eles queriam pegar o padre R. nessas guaritas. Mas ele passava camuflado, ninguém conhecia a cara dele, e ninguém falava quem era ele. (GREGÓRIO, 60 anos).

Sem perspectivas de empregos na cidade e para garantir sua permanência na terra, as famílias que moravam na Fazenda Primavera decidiram resistir. Com medo de ocorrer o despejo, como na Fazenda Pendengo, se organizaram, fizeram manifestações e passeatas em Andradina, dando início a uma árdua e demorada luta. Em resposta à resistência das famílias, o fazendeiro começou a pressionar para que saíssem, e como vimos no depoimento do sr. Gregório, por meio de ações ameaçadoras.

Após dois anos de conflito, em 1977, a Igreja Católica, diante do sofrimento das famílias, buscou auxiliar os posseiros. Uma das lideranças ligadas à Igreja Católica que se envolveu com a luta dos posseiros da Primavera foi o Júlio, o padre mencionado pelo sr. Gregório. Nascido na Holanda, formou-se padre na juventude e estudou a realidade econômica, social e política da América Latina no Colégio Latino Americano em Lovaina, na Bélgica, e ao terminar a formação religiosa, em 1969, optou por trabalhar no Brasil. Após alguns trabalhos

realizados pelo país, mudou-se para a diocese de Andradina, onde teve contato com o conflito da Primavera:

Nós tínhamos em 77, uma equipe de Pastoral muito interessante, progressista. A cidade (Andradina) estava dividida em três paróquias, e nós fomos se juntando e formamos uma unidade só. Dividimos o trabalho, uns foram trabalhar na cidade e outros no campo, tudo inspirado pela Teologia da Libertação. O movimento das Comunidades Eclesiais de Base naquele tempo era muito forte aqui. Dividimos então os trabalhos e fui trabalhar junto com outras pessoas na fazenda Primavera e resolvemos comprar a briga, porque a igreja foi confrontada pela pressão e sofrimento das famílias. As famílias já tinham começado a resistência antes do meu tempo, faziam manifestações em Andradina, passeatas contra as ameaças e contra o que já tinha acontecido na Pendengo, um grande despejo. [...]

Começamos um trabalho de base com uma equipe de sete pessoas. Fomos conversando com as famílias, com as lideranças e fomos conhecendo o medo que eles tinham. Conversamos sobre os direitos, a luta pela terra e até procuramos uma assistência jurídica. Nós fomos procurar assistência jurídica em São Paulo com um Cardeal [D. Paulo Evaristo Arns] e ele nos indicou um companheiro da Comissão Justiça e Paz. Entramos na Justiça com processo de manutenção de posse e conseguimos algumas vitórias, isso nos animou muito. Mas fizemos também muita divulgação na imprensa denunciando as pressões que o Abdalla fazia. Eles [os posseiros] temiam que acontecesse o mesmo da Pendengo. (JÚLIO, 82 anos)

O processo jurídico deu respaldo, mas segundo Júlio, o que surtiu efeito de fato foi a pressão popular contra a violência sobre os arrendatários, fazendo com que essa luta ficasse conhecida em todo o Estado de São Paulo. Os posseiros da Primavera tiveram apoio de diferentes grupos, mas, por outro lado, pode-se observar que quanto mais se organizavam e pressionavam, as respostas do pretense proprietário ficavam cada vez mais agressivas, conforme declaração dos srs. Gregório e Júlio e notícias vinculadas na mídia pelo jornal Folha de São Paulo (Figura 9).

Nós tínhamos a organização lá na Fazenda, mas também quando tinha atividades maiores nós fazíamos aqui na Igreja Nossa Senhora das Graças, atividades de denúncia, passeatas. A diocese de Lins deu respaldo pra nós também. Então foram feitas grandes atividades para denunciar a violência. Tinham pessoas da Faculdade de Serviço Social de Lins, pessoas bastante capacitadas [entre eles o Padre Beozzo e a professora Nobuco Kageyama]. [...] Fizemos oposições sindicais também, porque o sindicato na época estava do lado do fazendeiro, não podíamos contar com o sindicato, era um sindicato pelego. A Federação dos Agricultores do Estado de São Paulo [FETAESP] também tinha medo da luta no tempo da Primavera. Antes de 77, o presidente da FETAESP já tinha falado pros trabalhadores lá em São Paulo: “esse

negócio é muito perigoso, é melhor largar”. Então lavou as mãos também. Mas nós fomos fazer pressão em cima deles, tanto que no final eles vieram fazer um grande ato em favor da desapropriação da Fazenda. [...] Ele [o fazendeiro] soltava o gado nas roças para expulsar as famílias, botava fogo nas casas. O fazendeiro começou a colocar capangas para controlar as saídas e entradas da fazenda, colocou porteiras, guaritas pra controlar todo o fluxo. O negócio se tornou violento, com ameaça de morte mesmo. Uma noite, se não fosse a ajuda dos trabalhadores não sei como teria terminado. Eles [jagunços] sabiam que a gente ia lá para rezar a missa e eles estavam prontos para pegar a gente. Nós fomos para a fazenda dentro do bagageiro do carro pra poder passar. (JÚLIO, 82 anos)

Figura 9 – Colunas do Folha de São Paulo publicadas no dia 30 de junho de 1978, pg.9. (coluna 1) e no dia 8 de maio de 1979, pg.23 (coluna 2).

¹ Delegado interrompe denúncia da Igreja

ANDRADINA — Continua repercutindo em Andradina o incidente ocorrido domingo último, durante a missa das 18 horas na Igreja matriz de Nossa Senhora das Graças, quando o delegado titular Aécio Fávoro, que se fazia acompanhado pelo delegado seccional Paulo Augusto Goloni, impediu que o animador pastoral e ex-padre José Vanin Martins prosseguisse sua denúncia a respeito de uma ação policial empreendida contra lavradores que vivem na Fazenda Primavera, de propriedade do grupo J. J. Abdalla.

Depois de afirmar que “sem a participação dos arcebispos e em especial do jornal “O São Paulo” não teriam havido as anunciadas reformas políticas”, o animador pastoral Vanin Martins passou a denunciar a invasão de terras de pequenos lavradores por policiais da cidade — fato ocorrido nos dias 16 e 17 últimos — para dar cobertura ao administrador João Miguel na derrubada de cercas colocadas pelos arrendatários.

INTERRUPÇÃO

Em meio à sua denúncia, Vanin Martins foi interrompido pelo delegado Aécio Fávoro que, muito exaltado, disse aos fiéis presentes na igreja: “A Fazenda Primavera conta com vários arrendatários, com glebas que variam de 5 a 20 alqueires. Nessa fase seca do ano, aquelas glebas se tornam insuficientes para o cultivo da lavoura e pastagens de gado de propriedade dos arrendatários. Em consequência disso, um pequeno grupo deles, de alguns anos para cá, vem mudando as divisas das cercas das terras arrendadas, à revelia do administrador da Fazenda, João Miguel, aumentando, assim, a área contratada.”

Para a equipe pastoral de Andradina, a denúncia é procedente e não consiste fato novo para os fiéis, pois, o assunto fora focalizado durante a missa das 10 horas, na Igreja de São Sebastião.

² Posseiros reúnem-se para evitar despejo no interior

Catorze das 300 famílias de posseiros da Fazenda Primavera, em Andradina, de propriedade de J.J. Abdalla, receberam notificação para abandonar a área que ocupam a vários anos. As 300 famílias vêm produzindo uma série de produtos agrícolas em suas glebas e entregam 30% das safras colhidas ao industrial, que se notabilizou por uma série de desmandos administrativos.

Cerca de 160 famílias de posseiros reuniram-se no domingo, no salão paroquial da Igreja de N.Sa. das Graças, em Andradina, e decidiram formar uma comissão para representá-las na missão de Justiça e Paz, a fim de evitar a ameaça de despejo feita pela administração da fazenda e, ao mesmo tempo, buscar a regularização da área que ocupam, alguns há mais de 37 anos.

Segundo informações divulgadas pelos administra-

dores da fazenda, serão notificados 15 posseiros por semana para fins de despejo. A cada um, será dado um prazo de seis meses para abandonar a área. Entretanto, os posseiros denunciavam que vêm sofrendo pressões de todo tipo, por parte da administração. A maioria teve suas roças destruídas este ano pelo gado da fazenda, que foi solto no meio das plantações, para forçá-los a vender suas benfeitorias a preços vis.

A Fazenda Primavera tem 4.012 alqueires.

Compareceram à reunião dos posseiros o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), Roberto Toshio Horiguti, os advogados José Dib Assad e Luiz Chinaglia, da Comissão de Justiça e Paz e os presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Andradina, João dos Santos Alves, e de Mirandópolis, Emílio Bertuzzo.

Fonte: acervo Folha de São Paulo (1978; 1979)

Nota-se que neste período, de ditadura militar, os posseiros não tinham uma organização formal de luta pela terra, e na época foram auxiliados pela Igreja e por algumas pessoas da Faculdade de Serviço Social de Lins. A luta dos posseiros da Primavera, que saíram vitoriosos

no dia 8 de julho de 1980 em virtude do Decreto Nº 84.877 de desapropriação da Fazenda Primavera por interesse social (BRASIL, 1980), estimulou a formação de organizações sociais de luta pela terra no Território, e em outros lugares do Brasil. As organizações tiveram a base na Igreja Católica, inspiradas pela Teologia da Libertação¹². Neste ínterim, foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Estado de São Paulo.

A questão é que não tínhamos nenhuma organização de luta pela terra na região, na época da ditadura. Para lutar na Fazenda Primavera, formamos a Comissão Justiça e Paz, como lá em São Paulo tinha, e nós pedíamos assistência jurídica de lá. Depois criamos a CPT, o Estado de São Paulo foi um dos últimos estados a ser criado a CPT.

[...] No final dos anos 70, tínhamos a organização Justiça e Paz, mas como não tinha uma organização maior, ajudamos a criar a CPT a nível estadual. Na região de Jales, tinha um companheiro, o Padre José Jansen, holandês também, ele fazia trabalho com pequenos produtores, agricultura familiar, ele valorizava muito a cultura do povo [...] Domingos Bragheto, da região de Ribeirão Preto e Jaboticabal, tinha um trabalho com cortadores de cana. Em São Paulo tinha o Padre Alberto Zambiasi, que fazia trabalho com migrantes. Nós nos juntamos e criamos a CPT no Estado de São Paulo, em 79. Então era assim, uma participação boa, aí dividimos o trabalho e nós ficamos mais na questão de luta pela terra. (JÚLIO, 82 anos)

No Brasil, com o processo de redemocratização ao fim dos anos 1970, as ideias e práticas vinculadas à Teologia da Libertação tiveram forte influência nos movimentos sociais e de trabalhadores (MENEZES NETO, 2007). Stédile e Fernandes (1996) consideram que a CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses. Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade deles se organizarem.

Em outros momentos da história do Brasil, como no período pré-64, também se viu necessária a organização como uma forma de tomar força e reconhecimento das reivindicações em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo, com as Ligas Camponesas. Francisco Julião, principal líder das Ligas Camponesas, representou o significado social da organização como: “Eles eram como um punhado de areia, que, jogada, se desfazia no ar. A Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco” (AZEVEDO, 1982). O sr. Lourenço, ex-coordenador de acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no Território, também destaca a organização como fundamental:

¹² A partir da década de 1960 houve, na América Latina, o fenômeno da Teologia da Libertação, um movimento religioso vinculado às lutas populares e que buscou, nas análises socialistas, especialmente no marxismo, o escopo material para suas análises sociais econômicas (MENEZES NETO, 2007).

A reforma agrária é isso colega, só vai pela organização, se não tiver organização pode sair do mato e vim pra cidade que não tem reforma agrária, não vai. Tem que pressionar, e pra isso precisamos permanecer unidos. (LOURENÇO, 75 anos)

A conquista da vitória da Fazenda Primavera contribuiu de forma relevante no processo de formação do MST. A vitória dos posseiros teve grande repercussão e surgiram muitas famílias dos chamados “boias-frias” interessadas na questão da terra, e as reivindicações não pararam nessa vitória. As famílias acamparam ao redor de uma fazenda na estrada que ligava Andradina a Nova Independência e pressionaram para que os 1.200 hectares remanescentes da Fazenda Primavera fossem também desapropriados. Em 1982, 13 famílias de trabalhadores boias-frias foram assentados naquele local.

Neste período, além dessa área remanescente, as terras públicas provenientes de canteiros de obra da construção das barragens também foram alvo de reivindicações. A partir dessas lutas, os trabalhadores do Território conquistaram sua emancipação das pastorais e começaram a formar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo. As movimentações que antes iniciaram no campo, por direito de permanência, agora vão surgir nas cidades, por direito à terra.

Por causa da conquista da vitória da Fazenda [Primavera], isso contagiou e surgiram muitas outras famílias, foi numa época em que tinham os boias-frias, tinha muitas famílias de trabalhadores rurais e que estavam pensando na questão da terra, aí fomos fazendo reuniões, em Castilho também, isso em torno de 82/83, surgiu então o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo. [...] Já estava começando um processo político de abertura, e nessa época fomos trabalhar com sobras de canteiros de obras das barragens, em Promissão, no Tietê, depois na barragem Três Irmãos tivemos lutas e acampamentos, lá na barragem de Ilha Solteira tinha também uma luta do pessoal que trabalhava ali, lutamos pelo Cinturão Verde, então o que tínhamos naquela época eram pedaços, migalhas de terras públicas. Tudo isso através da luta do movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo e com ajuda da CPT. Nós fazíamos reunião em todo canto, articulávamos com alguém deles [dos trabalhadores rurais] e eles chamavam as pessoas para as reuniões. Eles trabalhavam no campo, mas moravam na cidade. (JÚLIO, 82 anos)

Até aquele momento, não havia uma organização a nível nacional para articular os processos de luta e pressionar para a realização da reforma agrária prevista na legislação (Lei Nº 4.504, de 30 de NOVEMBRO de 1964 - Estatuto da Terra). À medida que as lutas avançavam não só no Território Prof. Cory/Andradina, mas no Brasil como um todo, faltava uma organização com a força de unir essas lutas isoladas, mesmo que em situações distintas.

Com o auxílio da CPT, essas lutas passaram a ser interligadas em nível nacional, pela criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em janeiro de 1984.

A CPT continuou, mas depois nós fomos criando o MST e a gente foi se integrando mais e assumindo mais como MST, uma organização autônoma dos trabalhadores, que não está vinculado a uma pastoral. Não nos desfazemos da CPT, nada disso, também é muito valioso que a igreja tenha esse braço de se preocupar com a questão da terra. Somos companheiros. A gente soma. [...] A partir da Fazenda Primavera, fomos nos inteirando com as lutas de outros lugares e sentiu-se a necessidade de se construir um movimento autônomo dos *sem terra*. Mesmo na época da Fazenda Primavera nós fomos entrando em contato com lutas em outros lugares, nos articulamos com várias lideranças, com João Pedro Stédile também. No Paraná em Medianeira, em 79; no Rio Grande do Sul, com a Encruzilhada Natalino em 81. Em Santa Catarina foi a fazenda Morro Branco e assim as lutas foram se conectando. Ai em contato com os demais estados, em janeiro de 1984 nós criamos o MST. E aí então com a ajuda da CPT foi-se caminhando para a fundação do MST, porque sentimos a necessidade, porque eram lutas isoladas, mas se você não formar uma luta forte nacional, você não tem força. Ficou muito claro isso no governo Sarney. A meta do PNRA não virou porque precisava de uma organização mais forte. (JÚLIO, 82 anos)

4.2.2 Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA): nova fase de reivindicação por terras particulares.

Logo após o fim da Ditadura Militar, o tema da reforma agrária reapareceu na agenda política e o presidente José Sarney apresentou ao país o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por meio do Decreto Nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 (BRASIL, 1985), com metas ambiciosas. Como previsto no Art. 7º do referido decreto, que trata do levantamento dos imóveis rurais, foram vistoriadas e indicadas várias áreas para reforma agrária e, por se tratar de uma região com um grande número de latifúndios, algumas áreas localizadas no Território Prof. Cory/Andradina foram incluídas nesse processo.

Sarney se torna presidente e junto veio campanhas e lutas pela reforma agrária. Algumas áreas foram vistoriadas e consideradas improdutivas e colocadas no rol da reforma agrária. Aqui [no Território] tivemos áreas indicadas: a Timboré, a Pendengo, São Luís de Itapura, a Esmeralda [Pereira Barreto/Mirandópolis], em Guaraçaí teve a Aroeira e São José, entre outras. Aí começamos essa nova fase por terras de particulares junto ao INCRA. (JÚLIO, 82 anos)

O debate sobre a reforma agrária ganhava mais expressividade no país e desde o anúncio do PNRA ocorreu forte alvoroço nas organizações políticas dos grandes proprietários, como na União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985 e liderada na época pelo Ronaldo Caiado, uma organização de proprietários de terras apoiados por políticos em resistência à reforma agrária, mobilizando diversas formas de reação de grupos de resistência, inclusive “milícias para a defesa da propriedade” (GONÇALVES, 2006, p. 184), os chamados capangas ou jagunços. No outro lado, setores populares se articularam pela luta aos direitos dos trabalhadores e defenderam a reforma, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o MST, fundadas respectivamente em 1983 e 1984 e também a ala progressista da Igreja Católica, representada pela CPT, que ainda tinha uma atuação significativa. Antonio, atual liderança regional do MST, reconhece as articulações dessas organizações como avanços ou entraves (no caso da UDR) na luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina:

A igreja progressista foi uma contribuição enorme no começo da luta, sem a igreja progressista no começo nós não teríamos conseguido avançar na reforma agrária aqui na região. Auxiliavam com alimento, com orientação, com apoio moral [...] e dos sindicatos Cutistas também. Principalmente os mais de longe. Recebemos muito apoio da igreja católica de toda periferia de São Paulo (ABC) e do movimento sindical Cutista. O que mais atrapalhou foi de fato a organização dos fazendeiros, a UDR, sindicato patronal, que muitas vezes tinham o apoio da mídia. (ANTONIO, 51 anos)

Neste período teve início uma nova fase das lutas no Território Prof. Cory/Andradina, com reivindicações que englobavam terras particulares consideradas improdutivas, junto ao INCRA. Entre 1987 e 1988, ocorreu a formação dos assentamentos Aroeira, São José II, e Esmeralda. Os assentamentos Aroeira e São José II são exceções no Território, pois as famílias originalmente assentadas não participaram de maneira direta da luta pela desapropriação da área, disposta pelo Decreto N° 94.155, de 30 de março de 1987 (BRASIL, 1987). Segundo Sant’Ana *et al.* (2006), primeiro foi desapropriada a área que veio a se constituir o Assentamento Aroeira, localizado em uma área contígua e quatro meses depois foi desapropriada a área referente ao Assentamento São José II, que eram, na verdade, de uma única fazenda que havia sido dividida para dois herdeiros. Somente depois da imissão de posse para o Incra é que se iniciou a seleção das famílias no município de Guaraçai. No entanto o Assentamento Esmeralda foi resultado de uma grande luta, a qual Júlio esteve presente, atuando naquele momento como representante da Igreja Católica:

Aroeira e São José II foram áreas que com a abertura no processo de luta pela terra, após a ditadura militar, entraram no rol de fazendas improdutivas, não tiveram acampamento e se beneficiaram na luta pela terra mais ampla. Se aproveitaram a favor do vento dos assentamentos. São exceções. No Esmeralda foram assentadas famílias de boias-frias da região. Fizemos uma luta aqui na fazenda Guanabara com famílias daqui e de fora ao lado de Três Irmãos na área da barragem, lá foi muito difícil, quando entramos virou um campo de guerra. Um grupo foi levado para a fazenda Esmeralda, outro foi levado para Populina [onde foi constituído o Assentamento Santa Rita] e o restante ficou acampado esperando. (JÚLIO, 82 anos)

Na tentativa de ocupação da fazenda Guanabara em Andradina em 1985, o grupo foi despejado e ficaram acampados nas proximidades do Esmeralda por dois anos. Segundo Sant’Ana *et al.* (2006), quando o assentamento Esmeralda foi criado, somente 11 famílias desse acampamento foram assentadas, por influência do prefeito de Pereira Barreto da época, que deu preferência a famílias do município. As demais famílias do acampamento foram para Castilho e ocuparam a área onde atualmente é o Assentamento Rio Paraná, e lá permaneceram durante três anos até a fazenda ser desapropriada. Naquele momento, as entidades que apoiaram essas lutas no Território eram do movimento sindical, da Igreja Católica por meio da CPT, e de uma organização incipiente do movimento dos trabalhadores sem terra.

Apesar da criação desses assentamentos, os planos para outras áreas do Território que estavam previstas na reforma agrária não saíram do papel e segundo Fernandes (2017), esse fracasso do PNRA retratado pelo baixo índice de cumprimento das metas deve-se à grande luta política travada entre as forças conservadoras (UDR, proprietários de terras) e as progressistas que defendiam a reforma. Entre as áreas do Território que tinham sido declaradas de interesse social para fins de reforma agrária estavam as Fazendas Timboré e Pendengo (Decreto N° 93.021, de 1986), e foram nessas áreas que, em 1989, se iniciou a luta que consolidou o MST na região.

Como já mencionado, a fazenda Pendengo foi palco de uma luta entre posseiros e grileiros na década de 1950, o que resultou no despejo das famílias de posseiros. Em 27 de janeiro de 1989, famílias de Castilho e de outros municípios, incluindo um grupo grande de Sumaré (SP) ocuparam a fazenda Pendengo. Neste momento houve grande atuação dos movimentos sindicais ao passo que as organizações ligadas a igreja católica foram perdendo espaço para movimentos mais autônomos dos trabalhadores rurais e o MST, que até o momento havia uma atuação incipiente na região, foi ganhando espaço entre os trabalhadores. Nota-se que a estratégia de luta adotada foi a ocupação, que vai se consolidar como um dos instrumentos de luta mais importantes do MST nos próximos anos.

O sr. Franscisco, nascido e criado no meio rural de Minas Gerais até os 17 anos, estava morando em Sumaré e trabalhando como pedreiro quando começou a participar de reuniões que tratavam sobre a luta pela terra e posteriormente veio com outras famílias de Sumaré para a ocupação da Fazenda Pendengo:

Na cidade, lá em Minas, tava um desemprego terrível, né, 1982, 83 por ai, tava muito ruim mesmo, vixi. Ai fui pra Sumaré. Ih, Sumaré também foi duro, duro! No começo lá, até que eu comecei bem, fiz alguns prédios lá em Sumaré, casas, reformas, mas depois o trem lá ó começou a parar também, e foi essa época que nós começamos a organizar o grupo. [...] Eu tava fazendo um sobrado e tinha um pedreiro que trabalhava pra mim e me contou sobre uma reunião do grupo sem terra. [...] Começamos a reunir esse grupo lá em Sumaré em meados de 88. Foi o sindicato de Sumaré que organizou essa reunião. O presidente do sindicato de Sumaré e o presidente do sindicato de Andradina, os dois filiados à CUT, se encontraram lá no Cajamar, onde tinha um espaço onde se encontravam os sindicatos filiados à FETAESP, que era uma federação ligada direto à Contag, onde se organizavam os STRs, os sindicatos dos trabalhadores rurais. Ai os dois sindicatos conversaram sobre as terras que haviam por aqui [Território de Andradina]. Nessa época, o MST estava começando no estado de SP, portanto a secretaria do MST era dentro da CUT, a gente tinha alojamento lá, porque às vezes a gente ia pra negociação e precisava dormir lá, não tínhamos dinheiro pra pagar hotel, então ficávamos no alojamento da CUT, o telefone era da CUT, então a CUT ajudou muito no começo. [...]. Ai nós chegamos a organizar um grupo de 220 famílias em Sumaré e procuramos um local pra fazer ocupação. Rodamos e fomos lá na Pendengo – ela não tinha documentação porque era grilada e tinha muitas escrituras registradas. Ai já estávamos organizando um grupo aqui [Território de Andradina] também, eu vinha periodicamente e organizamos 150 famílias. Das 220 de Sumaré só 130 topou a vir. E das 150 daqui só 12 toparam, porque quando falou que era uma área do Cemi, o povo ficou com medo, diziam que ele era um dos perigosos da região. (FRANSCISCO, 66 anos)

A conjuntura brasileira nos anos 1980 foi considerada por muitos analistas econômicos como a “década perdida” em termos de crescimento, e que, somada a herança de desigualdades sociais do modelo de desenvolvimento econômico posto em prática nas décadas de 60 e 70, refletia nas análises dos indicadores socioeconômicos, segundo Santagada (1990) “uma demonstração cabal da iniquidade e exploração por que passa a sociedade”. Ao mesmo tempo, as ocupações de terras começaram a se intensificar pelo Brasil em parte pela consolidação do MST e segundo Fernandes (2001), pelo crescimento do número de assentamentos que também passaram a contribuir com a luta de diversas formas, cedendo caminhões para a realização das ocupações, tratores para preparar a terra e alimentos para a população acampada. Esses fatores contribuíram para que muitos trabalhadores urbanos, com ou sem origem na terra, procurassem

as reuniões do movimento como uma possível solução da situação que viviam ou atraídos pela possibilidade de voltar para a vida no campo. Antonio também veio de Sumaré com seus pais e irmãos para a ocupação da Fazenda Pendengo:

Em 1987 mudamos para Sumaré, viemos do Paraná, onde éramos arrendatários de Terra. Meu pai estava trabalhando de ajudante de pedreiro em um prédio em Campinas, minha mãe trabalhava no Frango Assado, e eu e meu irmão trabalhávamos no Jockey Club, cuidando de cavalo de corrida. Um dia meu pai estava trabalhando e um companheiro que estava trabalhando no mesmo prédio falou com meu pai: ‘ó, tá tendo uma organização do movimento sem-terra lá em Sumaré e que está organizando a turma pra ir pra reforma agrária’. Meu pai se interessou, falou pra minha mãe e eles foram na reunião e ficaram totalmente entusiasmados com a apresentação da reforma agrária, da possibilidade de voltar pra terra. [...]

No próximo domingo tinha reunião e nós fomos. Chegamos lá, tinha toda a mística do movimento, as músicas, a animação, um monte de gente falando de ir pra luta. Nós voltamos animados e falamos: ‘nós vamos também’. Uns três ou quatro meses depois já viemos de Sumaré para fazer a ocupação na fazenda Pendengo, em Castilho. Aí viramos uma família acampada. Eu era bastante jovem naquela época, tinha 17 anos, era o mais velho de seis irmãos. Veio todo mundo. [...]

Dentro da Pendengo nós ficamos acampados 28 dias, mas fomos despejados. Aí nós fomos para uma cidade próxima da Pendengo que chama Nova Independência. O Padre da cidade nos acolheu e ficamos acampados na igreja e num salão paroquial que tinha na cidade. Ficamos ali por uns 30 dias. Em março fomos ocupar a Timboré, que era do mesmo dono da Pendengo. A Pendengo e a Timboré eram duas áreas que estavam no PNRA do Sarney. Elas foram vistoriadas e dadas como improdutivas em 1986, e já era 1989 e não tinha acontecido reforma agrária. Então o Movimento chegou à conclusão que se não ocupar não sai nada. [...] No caminho pra fazenda Timboré, tivemos a presença dos jagunços que nos impediam de passar na estrada, estavam armados e cercaram a rodovia. Aí fomos descendo dos ônibus e caminhão que estávamos e fomos pegando nossas ferramentas de trabalho, enxada, foice e fomos cercando eles, estávamos em várias famílias. Percebendo que não tinham como reagir eles se afastaram do local. Mas aí chegou a polícia. A gente tentou ocupar, mas a polícia impediu. [...] Os jagunços não deixaram os caminhões passarem, mas nós não recuamos. Descarregamos as coisas ali mesmo, ferramentas, colchões e descemos 5km com as coisas nas costas até achar um lugar na beira da rodovia que antigamente tinham tirado as terras para poder fazer a rodovia e ficou um buracão. Ficamos acampados ali no buracão durante 5 meses. Alguns chamaram de vale das lágrimas. Eu chamei aquilo lá de vale dos sonhos, porque foi ali que ficamos sonhando quando íamos entrar pra dentro, produzir na Timboré e ficamos planejando esse tempo todo ali. Acampamos de um lado da rodovia e os jagunços acamparam do outro. (ANTONIO, 51 anos)

Após serem despejados da Pendengo, os trabalhadores visaram a fazenda Timboré, cujo processo de luta foi muito intenso. Essa situação tensa no “buracão” ou “vale dos sonhos” durou cinco meses, e os acampados e os jagunços não dialogavam e apesar das ameaças não houve vítimas fatais. A comunicação se restringia a ordens quando alguém do acampamento chegava perto da cerca: “sai daqui, se não nós vamos atirar!”. Os jagunços estavam a mando do empresário e pecuarista Serafim Rodrigues de Moraes, conhecido como “Cemi”, “proprietário da fazenda Timboré em Andradina, da Pendengo em Castilho, da Santo Antônio em Itapura e da Dois Irmãos em Murutinga do Sul, entre outras pelo Brasil” (ANTONIO, 51 anos).

Durante esses meses, as lideranças do acampamento mantinham uma negociação com o INCRA, para que avançasse o processo de desapropriação da fazenda Timboré. Enquanto isso, as famílias mantinham um processo de lutas. “Teve vez que a gente fechou a rodovia, ou ocupamos a prefeitura, enquanto uma equipe negociava em Brasília ou em São Paulo” (ANTONIO, 51 anos). Fazer manifestações e ocupação de prédios públicos enquanto um grupo de pessoas mantém uma negociação junto ao INCRA também são estratégias marcantes do MST. Outra característica significativa dos acampamentos do MST é a divisão das atividades e afazeres em grupos, designando coordenadores para esses grupos, nos quais são discutidas as necessidades de cada área. Sr. Lourenço, que veio com o grupo de famílias de Sumaré, foi designado como um dos coordenadores do acampamento na Timboré e ficou responsável pelas arrecadações de comida e roupa para os acampados:

Quando precisava eu ia pra São Paulo ou Brasília pra conversar com o INCRA ou pra fazer arrecadação, e como não tinha dinheiro pra todos eu ia sozinho. Eu batia o joelho no chão e pedia pra Deus me guiar e ia, pegava o ônibus aqui em Andradina e ia pra São José do Rio Preto e de lá pegava o ônibus direto pra Brasília, ou de Andradina direto pra São Paulo. Eu levava uma folha com a assinatura dos 18 coordenadores, 17 e a minha. A maior parte do tempo da luta eu passei na estrada, eu fazia meu movimento e fazia arrecadação de comida e roupa. Tinha uma fábrica que produzia roupa em Campinas, eu ia lá pedir e eles me dava de monte pra trazer pro acampamento. O pessoal sempre me acolhia, nunca dormi na rua, às vezes eu comia e dormia junto com os companheiros no assentamento em Hortolândia. (LOURENÇO, 75 anos).

Portanto nota-se, no período de luta na fazenda Timboré, uma maior definição das ações do grupo como MST. Segundo Antonio, “o Timboré foi a primeira luta de fato feito com a bandeira do MST. A luta do Primavera foi o embrião, mas não tem bandeira, não tem hino... no Timboré já estava completo, por isso consolidou”.

Depois de cinco meses acampados no “vale dos sonhos”, os trabalhadores souberam de um acordo entre o proprietário e o INCRA, para a realização de novas vistorias nas fazendas

Pendengo e Timboré em troca de outra propriedade localizada no Estado Mato Grosso do Sul. Sem perspectiva de solução e diante do impasse, em 27 de agosto de 1989 as famílias acampadas tomaram a decisão de ocupar a Timboré. Naquele dia, aconteceu um dos conflitos mais marcantes da história do Território, conforme relatos do Antonio e sr. Lourenço, lideranças entrevistadas e noticiado no Jornal do Brasil (Figura 10).

Figura 10 – Coluna do Jornal do Brasil publicado no dia 20 de agosto de 1989, pg.9.



Fonte: Acervo do Jornal do Brasil (1989).

Quando ficamos sabendo disso [das novas vistorias], a gente não tinha outra saída a não ser ocupar a Timboré. Quando entramos, teve conflito com os jagunços. O pessoal da CPT de Três Lagoas (MS) estava no acampamento esse dia e o carro deles foi saraivado de tiros. Diante dessa situação, teve uma comoção social enorme, e todo movimento sindical e a igreja progressista se manifestaram. (ANTONIO, 51 anos)

Quando foi quatro horas da manhã, nós entramos na fazenda. Quando começou o tiroteio eu levei um tiro de uma espingarda calibre 12. Quando me atirou, eu caí. O tiro bateu aqui [sinalizando com a mão na direção do olho], arrancou esse olho e ele caiu no chão, a outra bateu aqui [sinalizando com a mão na testa] e a outra aqui [embaixo do olho]. Acharam vários chumbos no meu rosto. O frei Pedro, de Três Lagoas, me colocou no carro e me levou até Andradina. Fiquei cinco dias em Andradina na Santa Casa, depois me mandaram pra Campinas e lá fiquei três dias. Depois me mandaram pra São Paulo. (LOURENÇO, 75 anos)

O INCRA, temendo conflito social de graves consequências, protocolou uma medida cautelar de sequestro da posse da área e a justiça federal determinou o sequestro da propriedade e depositou aos cuidados dos funcionários do INCRA (STROZAKE *et al.*, 2006). As famílias já estavam dentro da fazenda e um despejo poderia gerar novos conflitos, com mais pessoas feridas.

O sequestro da área não correspondeu à totalidade da fazenda, ficando o INCRA responsável por apenas uma parte, onde as famílias começaram o plantio de algumas culturas de ciclo rápido. Passados mais de vinte anos, o Estado ainda não havia conseguido concluir a ação governamental, seja com o assentamento definitivo das famílias, seja com o retorno da terra para as mãos dos proprietários (STROZAKE *et al.*, 2006). O processo de desapropriação da fazenda encontrava-se até 2018 no Superior Tribunal de Justiça e atualmente moram 171 famílias, em 3.379,82 hectares no Assentamento Timboré (INCRA, 2018).

A luta pela fazenda Timboré estimulou outras famílias a participarem do movimento. Como os assentados receberam o financiamento para investimento na área só em 1997, a estratégia adotada por eles no início foi o arrendamento para plantação de algodão e milho para terceiros. Os boias-frias que trabalhavam nos lotes se interessaram pela possibilidade de conseguir terra própria e, junto com as lideranças formadas na luta do Timboré, se organizaram para fazer ocupação da fazenda vizinha, a Anhumas.

Em 1995, tinha dia na Timboré que tinha quase 1000 pessoas trabalhando de fora na colheita do algodão, tanto pros arrendatários quanto pra colheita dos assentados, porque o que nós fizemos? Nós não tínhamos recurso...vamos supor, cada família pegou 6 alqueires pra tocar. Então se um cara tem o maquinário, faz quatro alqueires pra ele e dois pra mim, então foi fazendo assim. Ai a Timboré se tornou produtiva. Teve ano que tinha quase 1000 alqueires de algodão lá dentro. [...] Então todo esses boias-frias que tinha aqui, vinha de Pereira Barreto pra trabalhar. E eles falavam ‘como vou trabalhar pros *sem terra*? Porque que eu também não posso ter uma terra?’ Isso criou uma convulsão aqui na região e nós no Timboré éramos muito jovens,

pensamos, vamos organizar esse pessoal na região e vamos fazer uma outra ocupação. Formamos um grupo de 700 famílias e em 95 ocupamos a fazenda vizinha da Timboré, que era a Anhumas. (ANTONIO, 51 anos)

A ocupação da fazenda Anhumas desencadeou um avanço nas desapropriações no Território, embora não de imediato. O número de famílias que ocuparam a fazenda Anhumas era maior do que a área comportaria. Desta forma, o movimento articulou a pauta de serem vistoriados todos os latifúndios da região, e os que fossem considerados improdutivos, deveriam ser desapropriados para cumprirem sua função social (Figura 11). A partir deste momento, cria-se, então, uma plataforma de luta que não é mais lutar por uma fazenda em específico, mas por todas as possíveis desapropriações no Território.

Figura 11 – Coluna do Jornal Folha de São Paulo no dia 22 de novembro de 1995, pg.12.

Pedida desapropriação de 17 fazendas em SP

Da Agência Folha, em Bauru

O MST entregou ontem ao superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em São Paulo, Miguel Abeche, uma relação de 17

fazendas consideradas improdutivas na região de Andradina (680 km a noroeste de SP).

Uma das propriedades listadas é a fazenda Anhumas, em Castilho (700 km a noroeste de SP), invadida no último fim-de-semana.

Fonte: Acervo Folha (1995).

Além do Anhumas (2001), outros assentamentos criados neste período, como o Belo Monte (2002) e São Joaquim (2003), também foram resultados de uma ação direta dos trabalhadores rurais da região, por meio de ocupações, formação de acampamentos e pressão política com manifestações, com atuação do MST e do movimento sindical.

4.2.3 Varredura de vistorias: um passo importante.

Nesse ínterim, os trabalhadores rurais ligados aos movimentos sociais, passaram a reconhecer na região áreas potencialmente improdutivas e repassar a informação para o INCRA para que as vistorias fossem feitas. Mas essa movimentação levou os proprietários de terra a tomarem medidas para saírem ilesos dessas vistorias, e a estratégia adotada mais mencionada pelos entrevistados foi a de trazer cabeças de gados de outras propriedades que possuíam, ou

até mesmo pegar emprestado com vizinhos, para que no dia da vistoria, a propriedade estivesse dentro dos preceitos necessários.

Na época, eu era presidente do sindicato, e com a experiência que a gente foi tomando, nós e o MST, a gente via as propriedades e já sabia se era produtiva ou não. Ai a gente mandava pro INCRA. O INCRA tem que notificar os proprietários para entrar na propriedade. Aí notificava e demorava uns dias pra vir, e esses proprietários arrumavam boi emprestado com os vizinhos e enchia a propriedade de boi, quando o INCRA vinha pra fazer a vistoria, uma área improdutiva recebia o atestado de produtividade. Aí pensamos ‘bom, nós estamos fazendo um trabalho contra a reforma agrária’. Então tivemos a ideia junto com o C. Z. que trabalhava aqui no Itesp, junto com a T., que era diretora estadual, no sentido de fazer uma varredura [de vistorias] aqui na região, porque se faz a varredura, não tinha como fazendeiro arrumar boi emprestado, entendeu? Naquela época o presidente era o Fernando Henrique e o Governador era o Mario Covas; formulamos a proposta, fomos atrás, fomos pra Brasília negociar e tal e a coisa não andava. Aí nós ocupamos o palácio do governo em São Paulo, com 1000 trabalhadores lá dentro, e fizemos pressão, não só por essa pauta, tinha outras também, e tinha trabalhadores de outros lugares também. O Mario Covas nos chamou pra dentro nesse dia e fizemos a negociação, negociamos cinco milhões de investimentos nos assentamentos e também pra fechar esse convênio entre INCRA e Itesp, porque o INCRA tinha muito pouco técnico na época e o Itesp tinha bastante. Pra fazer a varredura tinha que fazer esse convênio. (FRANSCISCO, 66 anos)

Esta prática dos fazendeiros para burlar a vistoria também é mencionada em outros trabalhos, segundo Campos (2018), não é tão simples comprovar legalmente que uma propriedade rural é improdutiva, já que muitos latifundiários se protegem da lei “tomando emprestado” algumas cabeças de gado das propriedades vizinhas e quando chega a fiscalização o pasto está cheio e a fazenda é considerada produtiva e o Estado nada pode fazer.

A pauta acionada em 1995 pelos movimentos sociais, com a ocupação da fazenda Anhumas, de serem vistoriados todos os latifúndios da região foi acontecer somente em 2000, quando o INCRA fez convênio com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) para fazer a varredura de vistorias e identificar as propriedades improdutivas e como descrito pelo sr. Franscisco, mesmo quando há uma aparente iniciativa do Estado, muitas vezes essa atuação é motivada por pressões sociais. Em 31 de maio de 2000, foi publicado no site do governo do Estado de São Paulo um texto sobre o convênio para ampliar e agilizar a reforma agrária em São Paulo:

A partir de agora a etapa nobre e central da reforma agrária, que é vistoriar às áreas para identificar terras improdutivas, será realizada no Estado de São

Paulo por um órgão do próprio governo paulista: a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp. A tarefa, antes privativa do INCRA (Instituto Nacional de Reforma Agrária) [sic], foi delegada por meio de um convênio assinado nesta quarta-feira, dia 31, no Palácio dos Bandeirantes, entre o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, e o governador Mário Covas. Trata-se do início da descentralização da reforma agrária, que deverá ser adotada pelo ministério em outros Estados (PORTAL DO GOVERNO DE SÃO PAULO, 2000).

Nos anos seguintes ao convênio, foram realizadas nas Microrregiões Geográficas de Andradina e Araçatuba, vistorias por parte do INCRA junto com o Itesp, em 160 fazendas. Dessas 160 áreas vistoriadas, 50 foram consideradas improdutivas e declaradas de interesse social para fins de reforma agrária (ARLINDO; ALMEIDA, 2017). Essa varredura de vistorias foi um passo importante para a formação de assentamentos no Território, ampliando o número de assentamentos criados de forma significativa, já que até o final do ano de 2001, haviam sido criados apenas 8 assentamentos, e até o fim de 2013, data em que o último assentamento foi criado no Território, totalizam 38, ou seja, aproximadamente cinco vezes mais.

A partir da identificação oficial, os movimentos focaram as lutas nessas áreas notificadas e passaram a organizar cada vez mais ocupações e acampamentos¹³ em frente às áreas consideradas improdutivas, como uma forma de pressionar para que o Estado acelerasse as desapropriações. Deu-se então, neste período, um aumento no número de ocupações, o que levou o Território a ocupar a segunda posição no ranking das microrregiões com o maior número de ocupações do estado de São Paulo, entre os anos de 1990 e 2004, com 33 ocupações envolvendo 3.594 famílias (DATA LUTA, 2004).

Ademais, o documento com a declaração de improdutividade deu mais legitimidade à instalação de um acampamento, além de segurança e empoderamento para os sujeitos envolvidos naquela luta. Em um episódio narrado a seguir pelo sr. Pedro, nota-se que este documento foi uma ferramenta importante em um momento de tensão na instalação do acampamento próximo à fazenda Pendengo:

Você acredita que no dia, que era pra sair, nós tínhamos 25 famílias inscritas.. tinha um bambuzal na beira do rio alí, caçamos um pessoal lá pra catar bambu e fazer um caminhão, meio caminhão de bambu, pra fazer barraco. Pelo menos 25 barracos né. O cara foi lá e cortou um pouco...mas serviu. Pagamos um caminhão, que foi buscar e deixou carregado. Nós deixavamos

¹³ Apesar da ocorrência das ocupações, as ações focavam, via de regra, a formação de acampamentos em frente às áreas improdutivas, pois a medida provisória publicada em 2000 pelo FHC tornava a área, caso ocupada, por dois anos, não passível de desapropriação (MP 2.027-38, em maio de 2000).

programado assim, vai sair amanhã? Manda o caminhão carregar hoje a tarde pra amanhã cedo já estar pronto e chegar lá com o povo.

De 25 inscritos, só apareceram cinco pra ir na Pendengo...o medo...na Pendengo era perigoso, lá despejava, e eles tinham jagunços. No tempo da Timboré eles montaram uma equipe de jagunço, então o pessoal que era castilhense tinha medo. Mas nós fomos, chegamos lá com as cinco pessoas, jogamos os bambus no chão e dois rolo de lona.

No dia apareceu o filho do dono e um camarada da usina.. chegaram numa mitsubishi e lá era um descidão assim, vinha que vinha fedendo, em uma pontinha estreitinha e quando ele nos avistou carpindo de lado, já breçou assim que a fumaça levantou, e eu tava na beira da cerca.

Também era estratégico...a gente que era da linha de frente não pode marcar moleza... ai eu fiquei na beira da cerca e não tinha orientado os meninos, achei que não ia chegar ninguém, e no modo que ele breçou, engatou a ré, acelerou que a fumaça vinha vindo e parou gritando, o filho do dono: “o que que vocês estão fazendo aí?” a moçada ficou quieta, eu que tava beirando a cerca também fiquei quieto, porque ele tava gritando com os meninos, né, rsrs Ai eu fui lá rsrs. Ninguém respondeu e eu falei, que que foi companheiro? E ele respondeu: você ainda me chama de companheiro? [risos] era feia a coisa menina! “Que que vocês pretendem fazer aí?” “um acampamento sem terra” ai eu já catei minha foicinha e vim com ela aqui ó... saber se era jagunço ou se não era? Eu não conhecia o cara né.

Primeira coisa que falei: nós conversamos até agora, você tá gritando, tá nervoso, mas eu precisava identificar quem é você e qual motivo você tá bravo, ele respondeu “eu sou o filho do Cemi, tal, tal, e esse aqui é o cara da usina, meu amigo, tal, tal”, “tudo bem”, “mas você não tá vendo que tem cana plantada aí? Ele aqui que é o responsável pela cana”, “tudo bem companheiro, mas eu tenho um documento que eu peguei da federal dizendo que a fazenda de vocês deu improdutiva”, “mas você tem o documento?”, “tenho!”, “tá com você aí?”, “tá sim, quando eu vou acampar em uma fazenda eu tenho que levar o documento”. Aí fiquei ali, e falei pra um colega, vai lá fulano, “tá na minha mochila, assim, assim”, ele foi lá pegou o documento enquanto eu fiquei conversando com eles.

Ai ele perguntou “mas esse povo é de onde?” falei “município de Castilho” “vocês pretendem fazer um acampamento sem terra?”, “pretende ué, tem o documento, você vai ver”, o cara chegou, me entregou o documento, quatro folhas, abri, e mostrei pra ele. Ele levou a mão pra pegar, ai eu falei “ô meu amigo, o documento é meu, você me desculpa, mas não posso te dar esse documento, é meu. Pra ler, você que sei que tem uma boa leitura, pelo jeito que você é novo ainda e não tem dificuldade de vista, dá pra você ler daí. Ai eu coloquei o papel assim e ele lendo. Ai falei, “suas fazendas foram divididas em quatro. Com essa aqui, é cinco.” Tava no documento todas as 5. Ele olhou pro cara assim, que era representante da cana, e falou “vamos embora?” “vamos”, “mas depois eu volto aí viu?”, isso não foi ameaça? Lógico que foi... se falar depois volto é uma ameaça. Que que nós fizemos? Os cinco barracos, fizemos a tarimba, puxamos lá no meio do taboão, tiramos a taboa, fizemos um monte de taboa assim e cobrimos com a coberta e a gente dormiu no mato escondido...o cara falou que ia voltar né, medo de levar uma emboscada né.

Nós dormimos lá na direção com os trabuco na mão.. duro é isso, eu pedia a Deus muito para não ser criminoso, porque você não sabe o que fazer se vier o jagunço lá. Os caras lá com a espingarda da mão, você vai deixar os trabuco? Graças a Deus não apareceu ninguém e o acampamento continuou, foram 201 famílias assentadas, é um dos maiores que tem. (PEDRO, 71 anos).

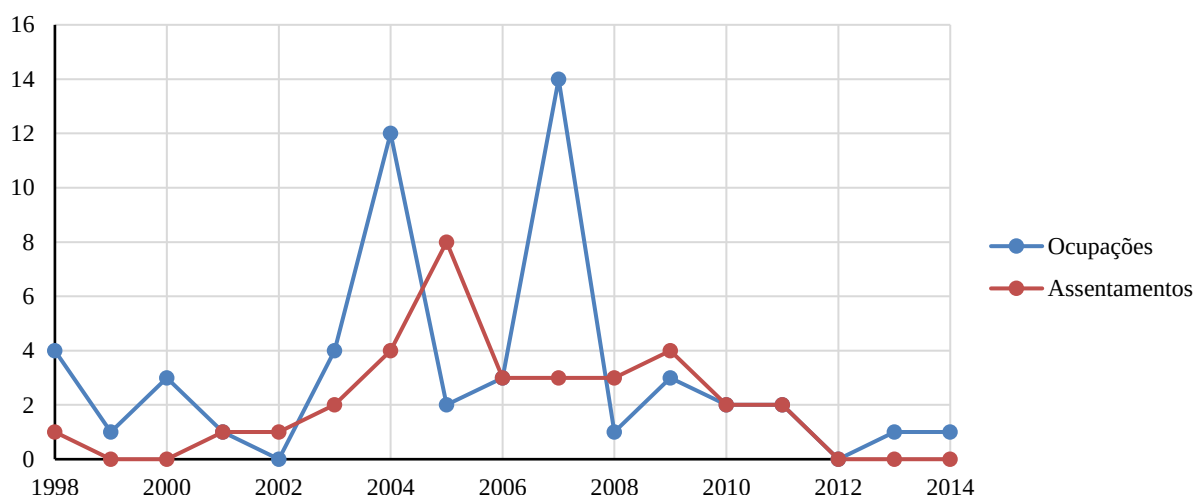
As ocupações das propriedades e a formação de acampamentos no entorno das áreas a serem desapropriadas são as principais formas de luta utilizadas pelos movimentos socioterritoriais, para gerar o fato político e demandar uma resposta do Estado. Moacir, assentado há 17 anos, passou por um período de lutas de sete anos, chegando a morar em sete acampamentos junto com sua esposa, e participou de algumas ocupações em propriedades consideradas improdutivas:

Acampamento é quando você tá na beira da estrada, morando nos barracos né. Ocupação é quando o povo ocupa uma fazenda pra fazer pressão porque o governo não quer liberar. Aí junta umas 400 famílias, de outros acampamentos, junta tudo e entra na fazenda, pra fazer pressão. Entra a noite, fala pro caseiro não chamar o dono e fica o povo acampado perto da sede. No outro dia já vem polícia e a polícia não pode entrar, só entra quando vem o mandato do juiz. Na Fazenda de Suzanápolis nós fomos lá. Ficamos mais ou menos uns oito dias lá, fazendo comida comunitária. Ficamos lá uns 8 dias até vir a reintegração de posse. Na reintegração de posse você tem que sair. Ai ficamos todo mundo na frente da fazenda. O juiz deu dois dias pra nós sairmos, deu dois dias e nós saímos, e quando eles vão embora a gente entra de novo. Ai é outra briga, pro fazendeiro pedir outra reintegração de posse, gasta mais dinheiro, até ele desanimar e parar de segurar a fazenda, que já deu improdutiva. Isso foi lá em Suzanápolis [Assentamento União da Vitória], depois teve na Mesquita [Assentamento Terra é Vida] a mesma coisa, em Pereira Barreto. É pro governo saber que a gente tá lá, porque se você ficar quietinho, eles não sabem de nada, e nada acontece. (MOACIR, 55 anos)

A relação dos números de ocupações e assentamentos criados no Território, entre 1998 e 2014, está disposta na figura 12. Vale ressaltar que, segundo apuração do Dataluta (RODRIGUES, 2008), as principais fontes de registros dos conflitos agrários conseguem registrar em torno de 70% das ocupações, porém a escolha da fonte (CPT) para a elaboração da figura 12 se deu por esta conter registros específicos dos municípios que fazem parte do Território Prof. Cory/Andradina (SP). Comparando os dados dos relatórios da CPT com os registros feitos por meio das narrativas de vida dos entrevistados, notou-se a ausência de algumas ocupações e acampamentos nos relatórios, como as ocupações que ocorreram no município de Mirandópolis, durante a luta para a formação do assentamento Florestan Fernandes, que será abordada nos próximos itens. Apesar da falta do registro de algumas

ocupações, na figura 12, nota-se que o primeiro pico do número de ocupações, em 2004, coincide com o período de maior número de assentamentos criados, reforçando o papel das ocupações como uma das principais formas de acesso à terra. A partir de 2008, apesar da alta ocorrência de ocupações em 2007, houve uma queda no número de assentamentos criados, não somente no Território, mas no Brasil como um todo (DATA LUTA, 2017).

Figura 12. Relação de número de ocupações e assentamentos criados no Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.



Fonte: Relatórios CPT (dos anos 1998 até 2014); INCRA (2018); Elaboração própria (2022).

Somada à varredura de vistorias na primeira década deste século, o governo federal eleito em 2003, do Luís Inácio Lula da Silva, acenou para os movimentos sociais a possibilidade de realizar uma reforma agrária massiva e capaz de dar início à reversão da concentrada estrutura fundiária brasileira, contribuindo para o aumento no número de acampamentos, mas, ao mesmo tempo, sinalizou ao agronegócio oportunidades de investimento. Esse movimento dualista e baseado em interesses contraditórios aconteceu em um contexto mundial com um crescente interesse global por terras e que segundo dados do Banco Mundial (2010), o crescimento da produção agrícola e das demandas por terras na primeira década do séc. XXI se concentraram em oito commodities: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê, arroz, canola, girassol e floresta plantada.

Esse interesse global por terras ocorreu paralelamente na América Latina com os governos progressistas, que permitiram um maior reconhecimento dos segmentos historicamente marginalizados do campo, ao mesmo tempo em que reforçaram a produção e exportação de commodities, causando um intenso fortalecimento e expansão do agronegócio, processo cunhado por alguns autores como neoextrativismo (SVAMPA, 2019). Esse

movimento dualista se manifestou no Território Prof. Cory/Andradina, por conta do histórico de territorialização da região, criando uma característica peculiar: um grande número de assentamentos de reforma agrária margeados por imensos canaviais.

O programa Pró-ácool, de 1970, deu início ao incentivo à produção canavieira, mas na região, esta tomou grande proporção após os anos 2000, como demonstrado na revisão bibliográfica, a partir da substituição de áreas com pastagens pelo plantio de cana-de-açúcar. Júlio, um dos dirigentes regionais do MST, responsável pela frente de massa, descreve a resistência dos assentamentos como “uma trincheira no meio do canavial”:

Em 1970 teve a entrada da cana aqui na região, pelo pró-ácool, mas assim, os assentamentos marcam aqui na região, tem muitos, mas o forte é a cana né. As famílias foram tiradas do campo, hoje quase não tem povoados no campo, é muito reduzido. Tem ainda agricultura familiar tradicional, mas muita gente saiu. A própria construção da barragem atraiu a saída do campo. Mas aqui é uma região de reforma agrária, com muitos assentamentos e hoje em dia nós estamos enfrentando isso, somos uma trincheira no meio do canavial. Naquele tempo tinham muitas fazendas de gado, e muitas vezes com a produtividade baixa né, e isso nos ajudou muito, por exemplo, naquela bateria de vistorias nos anos 2000, 2001, com o convênio Itesp-INCRA, 167 fazendas foram vistoriadas aqui na região, de Castilho até Araçatuba, e depois na peneirada, umas 40 fazendas ou mais resultaram na improdutividade, e eram em grande parte fazendas de gado né, então fomos fazer as lutas nessas áreas, porque mesmo se estivesse sido colocada como improdutiva, se não tivesse luta não virava, não ia pra frente. (JÚLIO, 82 anos)

Muitos estudiosos vêm analisando os efeitos desse aumento exponencial do cultivo da cana-de-açúcar nos âmbitos sociais e ambientais, particularmente no estado de São Paulo, e na esfera da reforma agrária identificou-se a intensificação das disputas por terras entre trabalhadores sem terra e a burguesia agrária (ORIGUÉLA, 2014) e a criminalização dos movimentos sociais para desqualificar a luta pela terra (SOUZA, 2012), uma vez que o cultivo de cana está substituindo as áreas de pastagens onde as terras são reivindicadas pelos movimentos sociais de luta pela terra. Durante a entrevista com Paulo, presidente do Sintraf durante oito anos, sobre o potencial do Território para a formação de novos assentamentos, a territorialização da cana se apresentou como um fator limitante:

Hoje é mais difícil, em 2002 no levantamento, tinham muitas áreas improdutivas. Mas hoje em dia, esses fazendeiros ficaram com medo das desapropriações e arrendaram pra cana. Hoje aqui a cana tá tomando conta. E como foi feito vistorias em muitas áreas aquela época, então, os fazendeiros, quando viram que tava perdendo o espaço pro MST e pro movimento sindical, resolveram plantar cana. Muitos outros, a fazenda já estava decretada para fins

de reforma agrária, mas como não tinha grupo lá, acabava plantando. Eles acharam que se eles plantassem o processo ia reverter. (PAULO, 64 anos)

Para exemplificar o depoimento acima, tem-se o fato ocorrido no Acampamento Nova Esperança, onde famílias acampadas pressionavam para acelerar o processo de desapropriação da Fazenda Primavera em Mirandópolis (atual Assentamento Primavera II¹⁴), já declarada improdutiva em 2002. O proprietário da área, mesmo durante processo de negociação com o INCRA, arrendou parte da área para a produção de cana-de-açúcar. Em protesto, os acampados realizaram a operação “Arranca Cana”. Joaquina, coordenadora do Acampamento Nova Esperança narrou o ocorrido:

Depois de um tempo que a gente acampou eles começaram a plantar cana, e a provocação deles foi tanto, que foi assim, eles tinham a fazenda inteira e eles vieram plantar cana do lado dos nossos barracos. Acho que era pra gente ir embora, eles trabalhavam só de noite quando as crianças estava dormindo, poeira, barulho, igual meu menino que tinha bronquite, nossa que trabalho! [...] Foi um ano depois, nos entramos no dia 17 [de abril de 2003], na semana santa, e no outro ano no dia 16 [de abril de 2004], na semana santa também, nos entramos e rancamos tudo a cana. O prejuízo da usina foi muito grande, mas nos rancamos tudo, só esperamos eles terminar [risos]. Nós já estávamos com 70 famílias. Ai na reunião a gente propôs assim, eles vão parar na semana santa, aí nós entramos e rancamos. O que eles fizeram em uma semana nois rancamos em 1 dia. Outros dirigentes do MST vieram também. Foi noticia pra todo lugar, nos entrevistaram, combinávamos de não falar quem era o coordenador. Ai a policia queria saber quem era o coordenador, e respondíamos, todos nós! Vinha todo mundo responder. [...] Na Arranca Cana ficamos uns 3 dias só. Não nem tiramos os nossos barracos, montamos outros lá dentro. Ai a policia veio e despejou, veio o oficial de justiça com reintegração de posse. (JOAQUINA, 46 anos)

Em relação aos movimentos socioterritoriais atuantes no Território neste “terceiro período”, notou-se uma territorialização predominante do MST, apesar do movimento sindical também atuar de maneira significativa. Das 65 ocupações que ocorreram no Território entre os anos de 1998 e 2014, o MST foi o movimento que marcou maior presença, participando de 75,4% (49), em comparação com a CUT (não ligados ao MST) e o Sintraf, ambos participando de 13,8% (9) das ocupações (Tabela 15). No apêndice F, estão informações mais detalhadas de cada ocupação.

¹⁴ O Assentamento Primavera II foi criado em julho de 2006, após três anos de acampamento e duas ocupações realizadas pelas famílias, com coordenação do MST, além de ocupação no prédio do INCRA em Andradina e passeatas nas ruas de Mirandópolis.

Tabela 15. Número de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais no Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.

Movimentos socioterritoriais	Nº*	%
MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra)	49	75,40
CUT (Central Única dos Trabalhadores)	9	13,85
Sintraf (Sindicado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar)	9	13,85
STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais)	8	12,30
S. I. (Sem informação)	7	10,80
SER (Sindicato dos Empregados Rurais)	6	9,20
Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)	2	3,10
FAF-SP (Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo)	1	1,50

*número com repetição, em alguns casos, mais de um movimento participou da mesma ocupação.

Fonte: Relatórios CPT (1998; 1999; 2000; 2001; 2002; 2003; 2004; 2005; 2006; 2007; 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014); Elaboração própria (2022)

Essas organizações atuam de maneira independente, apesar de se apoiarem quando as lutas convergem, e uma vez que traçam as estratégias de luta de maneira independente, algumas divergências aconteceram ao longo dos anos e acabaram gerando certa rivalidade entre o Movimento dos trabalhadores Sem Terras e os sindicatos no Território Prof. Cory/Andradina, descritas pelo W. da seguinte forma:

O sindicato vem de uma bandeira antiga, mas eles não estavam totalmente ligados à reforma agrária, estavam mais ligados a buscar melhoras pro agricultor e trabalhador. Mas aí nasceu o movimento dos trabalhadores rurais sem terra que focou em assentar. Aí o sindicato viu que eles também têm essa possibilidade de assentar. Então criou essa catraca que roda pra um lado, roda pro outro, cada um puxando, é mais ou menos assim, uma coisa que um não queria perder por que era por exemplo o filho mais velho, e o filho mais novo, o caçula, queria herdar o que era do mais velho. Aí isso é uma briga? Não, pode até ser uma briga, mas é mais por conta desse tipo de situação, por que um é antigo, então ele não quer perder espaço pro que é mais novo. (W., esposo da ROSELI, 58 anos)

As diferenças nas estratégias de luta das organizações, de modo predominante, são reflexo das divergências políticas, tendo alguns sindicatos apoiado partidos políticos considerados pelo MST como de opositores às suas ações, em campanhas eleitorais municipais. Essas diferenças de ação entre as organizações serão melhor detalhadas no capítulo em que são descritas as lutas de assentamentos específicos. Em algumas ocasiões, na mesma estrada que margeava uma propriedade, eram formados acampamentos distintos, cada um com sua bandeira, e quando os trâmites para a imissão na posse eram tratados com morosidade pelo

judiciário, estendendo muito o tempo de acampamento, fazia com que os acampamentos ficassem trocando de coordenação ao longo dos anos, como foi o caso do Assentamento Josué de Castro.

Aqui do lado tem o Assentamento Josué de Castro, o “Timborezinho”. Teve acampamento de vários anos e o primeiro pessoal que acampou lá foi um grupo da cidade de Rincão, onde o grupo de sem terra lá foi despejado, onde a cana tomou conta, e vieram pra cá. Fizeram na beira da pista e tinha dois coordenadores lá de Rincão. Ficaram uns quatro anos na beira da cerca, acharam que não ia sair, porque o dono da fazenda ficava brigando na justiça, e acabaram indo pra fazenda Arizona em Andradina. Aí o MST colocou um grupo no lugar. Nós ficamos coordenando o Arizona lá e o MST veio aqui no Timborezinho. Aí ficou indo sindicato, MST, sindicato, MST...até sair a posse. Quase 10 anos. Várias áreas foram assim aqui na região. (PAULO, 64 anos)

Nesta fase da luta pela terra no Território, por conta do grande número de assentamentos criados, observou-se uma pluralidade de situações e ações e uma complexidade maior das lutas, mas que foram conduzidas na onda da varredura de vistorias e pelo contexto político. Pluralidade em relação ao tempo de luta, com acampamentos durando de 3 meses a 13 anos até a imissão na posse, em relação às intensidades das lutas, umas mais tempestuosas, outras mais tranquilas, em relação ao movimento social que coordenou a luta, à organização das famílias dentro de um acampamento, à política de obtenção de terras, entre outros fatores.

As lutas do Território Prof. Cory/Andradina estão fragmentadas em diferentes situações e contextos, envolvendo posseiros contra a grilagem de terras, atingidos por barragem, boias-frias e trabalhadores sem-terra, as quais constituem uma história rica e complexa. Essas histórias demonstraram, nos diferentes casos, que a tessitura de um processo de organização foi fundamental para um desfecho favorável para os trabalhadores rurais, como a formação da Comissão Justiça e Paz e Comissão Pastoral da Terra para a luta dos posseiros da Primavera, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, inicialmente em áreas remanescentes das barragens e que acabou se estendendo para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com a luta por terras de particulares, no caso da Timboré e demais assentamentos do Território a partir de 1995. Ademais, apesar das ações do Estado, como programas de reforma agrária e convênios para vistoria de áreas terem contribuído com a criação de assentamentos, estas sempre foram realizadas mediante forte pressão popular dos movimentos.

4.2.4 Assentamentos: trincheiras da agricultura familiar no canavial.

A partir do início do séc. XXI, houve uma crescente apropriação mundial de terras pelos capitais financeiros e por Estados que levou à popularização da noção de *land grabbing* (FREDERICO; GRAS, 2017). *Land grabbing* (açambarcamento de terras, em português, e *acaparamiento*, em espanhol) se refere à apropriação de terra e dos recursos naturais por meio da transferência dos direitos de propriedade e/ou do controle sobre a terra e a produção (KATO; LEITE, 2020). Pereira (2019) destaca que esse fenômeno ocorre por meio da territorialização e da territorialidade:

A través de la territorialización se puede realizar la compra del inmueble rural, del arrendamiento, del contrato de asociación, de las estrategias de las corporaciones en constituir empresas a nombre de terceros y que tengan una identidad nacional, de las tácticas de fusiones y *joint venture* entre empresas nacionales, de las empresas de capital abierto y con acciones *Free Float*. Vía territorialidad ocurre el control indirecto, el control de los insumos, de las relaciones de producción, de la comercialización y del procesamiento (PEREIRA, 2019, p. 288).

Esse fenômeno global de crescimento dos negócios com terra, segundo Sassen (2016), é decorrente sobretudo de dois fatores: da demanda crescente por cultivos industriais, especialmente de alimentos e biocombustíveis; e pelo fato de que a procura cada vez maior por terras e o aumento nos preços dos alimentos no mundo inteiro durante a década de 2000, converteu a terra em um investimento desejável, até mesmo por razões especulativas. Para a autora, esses acontecimentos conformaram um “vasto mercado global de terras”, com um grande alcance geográfico das aquisições de terras por estrangeiros (SASSEN, 2016, p. 100).

No entanto, Levien (2014) aponta uma tendência nos estudos sobre essa temática em generalizar as formas de apropriações de terras sem levar em consideração as variantes locais do contexto social e histórico das regiões e focar nas forças econômicas globais. Para este autor, mesmo que associadas ao mercado global de terras, a acumulação por desapropriação enquanto aplicada à terra, possui uma dependência fundamental do poder estatal.

Elaborado em 2005 pelo Ministério da Agricultura (MAPA) com apoio da Embrapa, o Plano Nacional de Agroenergia foi criado com o objetivo de aumentar a produção de biocombustíveis (MAPA, 2005). O Plano enfatizou que as ações do governo eram consideradas decisivas para atrair investimentos do setor privado (SAUER; PIETRAFESA, 2012).

A oferta em linhas de crédito adequadas ao perfil dos investimentos e as necessidades de capital de giro também deve funcionar como indutor de mais investimentos privados, e até mesmo inversões estrangeiras diretas nos vários elos da cadeia produtiva e comercial do etanol (MAPA, 2005, p. 37).

Junto com essa iniciativa, foram planejados financiamentos através do principal financiador do modelo econômico brasileiro, o BNDES. A carteira de investimentos do BNDES previa a aplicação de recursos na ordem de 6 bilhões de reais até o fim de 2010 para projetos do setor (CORDEIRO, 2008).

Neste mesmo período, houve um crescimento significativo de investimentos estrangeiros no Brasil, inclusive nas atividades agropecuárias, como no cultivo da cana-de-açúcar e na produção de biocombustíveis (ALVIM, 2009, SAUER; LEITE, 2012). Origuéla e Pereira (2020), ao analisarem os dados do Portal Nova Cana, constataram que há 171 usinas territorializadas no Estado de São Paulo, das quais 57 possuem capital transnacional, seja total ou parcial, sendo todas estas criadas ou incorporadas após 2003.

Em fevereiro de 2010, o Grupo Cosan e a Shell International Petroleum Company Ltd. anunciaram a assinatura de um “memorando de entendimentos”, com o objetivo de criar uma *joint venture* denominada Raízen para produzir etanol, açúcar e energia, além de atuar na distribuição e na comercialização de combustíveis (PROENÇA, 2012). Entre os grupos canavieiros presentes no Território Prof. Cory/Andradina, a Raízen é o maior, possuindo as unidades produtoras Gasa, em Andradina, e a Mundial, em Mirandópolis (RAÍZEN, 2021).

Esses investimentos estrangeiros no setor primário brasileiro resultam também na aquisição de muitas terras (LEITE; SAUER, 2011; SAUER; LEITE, 2012). Dados produzidos pela organização Land Matrix mostram um contrato assinado entre o Grupo Cosan e Shell, envolvendo a uma área gigantesca de 860.000 hectares no Brasil para a produção de biocombustível (atualmente em operação) (LAND MATRIX, 2016).

Esses dados confluem com os argumentos de Sassen (2016) de que a ascensão da produção de biocombustíveis é um dos fatores para compreender a atual fase da corrida mundial por terras. Porém é importante observar que essa territorialização da cana-de-açúcar é também resultado de processos públicos de indução e financiamento (SAUER, 2011).

O fenômeno do *land grabbing* não se restringe a atividades com fins agrícolas. Edelman (2016) cita as diferentes finalidades do controle de terras como a extração de madeiras, minérios, recursos energéticos, água, especulação, urbanização, construção de parques industriais, entre outras. Segundo Ferreira (2016), a crise financeira global de 2008 desencadeou também a luta pelo controle dos processos de produção de energia e fluxo energético. O maior complexo de geração de energia solar do estado de São Paulo foi inaugurado em outubro de 2021 com a instalação de 600 mil painéis fotovoltaicos em 445 hectares, da EDP Renováveis, no município de Pereira Barreto (MME, 2021). Ademais, o

diretor vice-presidente de Finanças e de Relações com Investidores da EDP Brasil, anunciou que irá investir no desenvolvimento da usina fotovoltaica Novo Oriente Solar, em Ilha Solteira. O projeto, maior que o de Pereira Barreto, já está outorgado e tem previsão de início de operação em 2024 (ILHA SOLTEIRA, 2022).

Essa onda de apropriação de terras, nas suas múltiplas dimensões, afeta de forma direta e indireta as comunidades rurais e suas estratégias de reprodução e recriação. Além da disputa por terras entre os movimentos de trabalhadores sem terra e a burguesia agrária mencionada anteriormente, a expansão dos plantios de cana-de-açúcar no Território asfixiam os assentamentos de diferentes maneiras, configurando uma nova etapa de lutas, de resistência, e como mencionado por Júlio, transformando os assentamentos em trincheiras no meio do canavial.

Devido a imediação dos assentamentos com os canaviais, os caminhões das usinas que transportam a cana passam por estradas que dão acesso ou até mesmo internas dos projetos de assentamentos (P. As.), deixando as estradas em péssimas condições. Esta situação fez com que moradores do Assentamento Esmeralda, se organizassem e fechassem a estrada em protesto por melhores condições, conforme relato da S., filha da sra. Marielle:

Quando a fazenda São Joaquim [fazenda vizinha] plantou cana, os caminhões começaram a passar pela estrada, por dentro da assentamento. As estradas estavam ficando um bagaço. Na época eu estava estudando, técnica açúcar e álcool, estava afiada nos direitos e leis, então organizamos uma luta contra isso. Fechamos a estrada por 48h, abri 2h e fechei mais 48h. Veio polícia, veio tudo. Organizamos o pessoal daqui de baixo e fechamos tudinho, só podia passar ambulância. Foi em 2011 isso. Deu resultado, no outro dia veio os maquinários, da usina junto com a prefeitura. Usina da Mata, de Val Paraíso. Fizemos um acordo, 48h para vir o maquinário e arrumar a estrada, colocar pedra onde era crítico. (S., filha da MARIELLE, 67 anos.)

Outro efeito da proximidade dos canaviais que apareceu com frequência nas narrativas dos assentados foi a deriva na aplicação aérea dos agrotóxicos na plantação, prejudicando suas lavouras:

A cana prejudica a lavoura, o maracujá não sai, o mamão morre, por causa do veneno que eles passam de avião. Passa aqui bem perto de nós, onde ele pousa ali. Ele sai soltando o veneno e a gente vê que o veneno já corre pro lado da gente, por causa do vento. Tem a poeira dos caminhões que passam toda hora também né. (CAROLINA, 72 anos)

Aqui não chegou cana ainda porque tem outro vizinho ali, mas daqui 5 km é cana, nós estamos rodeados de assentamentos. Mas tem muita fuligem, morre

muita árvore, pé de mamão. Quando está passando veneno, a gente vê o avião passando. Se isso prejudica de fato eu não sei, mas sei que árvore que não morria andou morrendo, mas não dá pra afirmar com todas as letras, mas o pessoal reclama muito disso. Os defensivos que eles usam é muito forte né. [...] O superintendente do INCRA disse que eles estão com uma história de parceria dos usineiros com os assentados pra arrendar 70% do lote pra cana, que isso era uma coisa pra ajudar o assentado, porque se a gente andar nos assentamentos vê que a maioria das famílias estão com dificuldade financeira. Então foi lá na reunião dando uma de bonzinho, falando que isso era pra melhorar a vida do assentado, e não é não. Então eu queria dizer pra ele, você procura saber dessas coisas, porque muito se arruinaram dessa forma, arrendando o lote, então não vem com usineiro aqui pra dentro, dando uma de bonzinho não, porque isso aí é uma estratégia pra acabar com os assentamentos. (RAIMUNDO, 72 anos)

A fala do sr. Raimundo representa muito bem a situação encontrada durante a pesquisa de campo, que ocorreu simultaneamente ao início dos processos de titulação dos projetos de assentamentos no Território pelo INCRA e o oferecimento de parcerias pelas usinas da região com os assentados. Segundo os entrevistados, o oferecimento da parceria veio acompanhada do discurso de que era algo benéfico aos assentados, sendo uma oportunidade de negócio e de geração de empregos, principalmente para os mais jovens. Na convivência com as usinas e inúmeras propriedades cobertas por cana, os assentados do Território vivem essa contradição, em que ao mesmo tempo que muitos filhos de assentados trabalham nas usinas, e que a expansão desse núcleo canavieiro traria mais empregos e “benefícios financeiros” na visão de muitos políticos e economistas, representa para muitos entrevistados “uma estratégia para acabar com os assentados”. Nesse sentido, serão expostas algumas falas dos entrevistados:

Já tem gente na justiça, por causa de veneno que passa. E do jeito que vai indo, tá podendo arrendar. Lá na Santo Antônio, em [Nova] Independência, a superintendência do INCRA liberou pra arrendar pro que quiser. Aí a cana vai entrar, e depois vai vir aqueles porco do mato, aí você não vai poder plantar mais nada mesmo. Eu não quero plantar cana, mas se todos meus vizinhos plantarem, como vou ficar aqui no meio? Se eu tiver o título da terra pelo menos eu consigo vender por um preço bom. Se lotar de cana, o futuro é ir pra cidade de novo. Pode arrendar 70% do lote. O cara com cinco alqueire não tá vivendo, vai viver com um? (MOACIR, 55 anos)

Ai agora tão vindo com esse negócio do plantio de cana, vem pessoal pra ver se arrenda pra plantar cana. Eu não arrendo meu lote. Vai fazer 30 e poucos anos que eu estou aqui, porque vou plantar cana? A cana é fria, não é bom. Pra arrendar pra cana, você não vai poder morar aqui. Porque vai plantar cana ali, aqui, e veneno que eles passam? Então eu vou sair daqui pra ir pra cidade? Pra quê que eu vou encher de cana isso aqui? Eu tô vivendo, tô comendo, tô

bebendo, tô pagando minhas contas. E tão falando também daquelas chapas de energia solar. Então vai acabar com a reforma agrária...e o que vai acontecer? Os fazendeiros vão comprar tudo isso aqui de novo! Por causa de dinheiro? O dinheiro é bom né, mas tem que saber como você vai pegar esse dinheiro. Eles acham que o pobre é besta. (NAZARÉ, 71 anos)

Ó, honestidade, pra mim não serve esse negócio de cana, porque se fosse pra arrendar pra cana, deixasse pro fazendeiro. Nesse assentamento aqui ninguém concorda. Já até conversamos, se alguém inventar de arrendar, nós vamos deixar a cana formar e nós vamos lá por fogo. Aqui não ué, pra que que veio pra cá, então? A cana é bucha, acaba com a terra, veneno. O veneno já judia longe, imagina perto. Mamão quando entramos aqui era praga, hoje nós não comemos um mamão. Ali onde tá montando a usina elétrica, era cana, era avião direto passando aqui. Agora, se tiver um projeto de arrendar pra placa solar, inclusive já estão até encaminhando alguma coisa, se isso acontecer, pra placa solar eu arrendo. Você não acaba com a terra né. Agora placa solar, não arrendava só eu, sabe? Já vimos o valor onde foi arrendado, num loteamento na beira do rio, no Ipê ali pra baixo, lá era desapropriamento da CESP, onde o povo já teve escritura. Um amigo meu de lá já arrendou o dele. E é um negócio muito bom., porque é cinco alqueire né, você fica com meio alqueire pra morar, não gasta uma moeda e é R\$9000,00 por mês, um puta de um investimento, a cana é bucha, acaba com a terra, veneno. (CARLOS, 68 anos)

A Lei 13.465 de 2017 que dispõe sobre a regularização fundiária e titulação dos projetos de assentamentos, para Sauer (2017) tem o objetivo de atender ao mercado de terras, resultando em mais concentração fundiária, exclusão e expropriação da população pobre do campo. No assentamento Primavera, onde os assentados são emancipados, já ocorreu a entrada da cana em boa parte, e segundo Santos (2014) a Usina Ipê, em Nova Independência e a Viralcool em Castilho fazem contratos de arrendamentos e até compra de terras próximas a destilaria.

Segundo Duval *et al.* (2022), a presença da cana por meio da integração agroindustrial é marcada por uma posição de subordinação e dependência em relação aos sistemas de controles e poderes desse modo de produção, transformando as famílias em meras aplicadoras de pacotes agrícolas, perdendo o controle sobre os processos produtivos em seus lotes.

Os atos e decretos de Temer, como a extinção do MDA e projetos de titulação dos assentamentos, e que tiveram continuidade na gestão do Bolsonaro, eleito em 2018, evidenciaram que a não efetivação da Reforma Agrária é historicamente um projeto de classe (ARLINDO, 2020). A invasão dos plantios de cana-de-açúcar nos assentamentos por meio dos dispositivos ditos emancipatórios e incentivada pelo desmonte das políticas públicas e pelas “parcerias” proposta pelas usinas, é uma carta muito poderosa da burguesia agrária no campo de lutas para a manutenção de suas posições sociais.

4.3 ASSENTAMENTOS DO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA: PARTICULARIDADE DE TRAJETÓRIAS DE LUTAS

4.3.1 Assentamento Rio Paraná

4.3.1.1 *Anos de lutas e incertezas*

A data oficial de criação do Assentamento Rio Paraná, localizado no município de Castilho – SP, é dia 03 de setembro de 1991, mas a luta que resultou na sua formação foi iniciada aproximadamente seis anos antes, no dia 24 de outubro de 1985, quando um grupo de 200 famílias ocuparam a fazenda Guanabara, uma gleba da CESP que estava sob administração do grupo Grendene, no município de Andradina. A fazenda Guanabara pertencia ao latifundiário Antonio Joaquim de Moura Andrade, o “rei do gado”, e foi vendida para a CESP em 1978 para ser transformada em área de segurança da barragem.

O grupo de 200 famílias era composto por trabalhadores rurais e boias-frias na região do Território e de várias cidades do Oeste Paulista, como Tupi Paulista, Dracena, Aparecida D’Oeste entre outras. Segundo os entrevistados, essa ocupação foi organizada durante meses em reuniões dos sindicatos das respectivas cidades, com participação da CPT, e que a escolha da fazenda Guanabara foi estratégica para provocar o ato político, por ser uma área do Estado e fazer divisa com um assentamento provisório criado pela CESP¹⁵. A ocupação foi marcada para o dia 24 de outubro de 1985 e as famílias das diferentes cidades se dirigiram até o local com ônibus e caminhões.

O casal Raimundo e Zelzuita, com 72 e 71 anos respectivamente, trabalhavam como arrendatários e diaristas, quando começaram a participar da vida sindical em Tupi Paulista, onde tiveram contato com a organização da ocupação na fazenda Guanabara. A sra. Zelzuita viu na luta pela terra a única opção de realizar a grande vontade da família de ter um pedaço de terra, apesar de reconhecer a dificuldade que enfrentaria, inclusive por ser mulher:

Eu nasci em Andradina. Trabalhamos na agricultura a vida inteira, comecei trabalhar na roça antes de entrar na escola. Porque a escola era longe, não tinha ônibus e tinha que irapé, então tinha que crescer um pouquinho pra poder ir pra escola, então com 7 anos nós já tínhamos enxadinha e ia pra roça, minha infância foi na região de Pauliceia.

[...]. Quando o Raimundo chegou em casa da reunião do sindicato e falou pra mim: vamos morar nos barraquinhos? Eu ri, pensei que ele tava brincando né. Ai ele falou que era sério. Dormi e pensei e pensei no tanto que nós queríamos

¹⁵ Segundo Fernandes (1994), em dezembro de 1984, a CESP implantou o projeto emergencial Três Irmãos e assentou em uma área de 105 hectares, as 22 famílias remanescentes da ocupação realizada na área da Associação dos Moradores da Fazenda Primavera e que estavam acampadas nas margens da SP 563.

comprar um pedacinho de terra, mas nós não conseguíamos, nunca tinha dinheiro. Ai pensei nisso, acho que o único jeito da gente ter um pedacinho de terra é indo pra luta né, ai nós fomos com as crianças. Minha sogra não queria de jeito nenhum, porque era muito sofrimento. O sofrimento da mulher nesses lugares é mais, porque você tem que lavar roupa no córrego, fazer tudo. Mas era o único jeito, então nós fomos. (ZELZUITA, 71 anos)

Eu nasci no Ceará, meus pais vieram pra cá em 58. Vim com 8 anos. Viemos de próximo a Fortaleza pra Monte Castelo. Estou com 72 anos, e durante toda a minha vida eu fiquei só um ano e meio fora do rural, que foi quando deu a geada preta no café... meu pais eram agricultor lá no *Norte*, viemos pra cá e continuamos, trabalhávamos de pequenos arrendatários, diarista, boia fria, meeiro, parceiro. Trabalhei 23 anos com café, era parceria, a cada 100 sacas de café que você colhia, você ficava com 40 e o patrão 60.

[...] Ficamos morando na região [Monte Castelo e Tupi Paulista] até 85, que foi quando entramos nessa luta. Dia 24 de outubro de 1985 foi quando tudo começou de fato né, mas as reuniões começaram antes no sindicato. Quando a gente ocupou era quase todo o Oeste de São Paulo, muitos municípios, Dracena, Tupi Paulista... A Guanabara era uma área de segurança por conta da barragem de Três Irmãos, caso inundasse. Escolhemos essa área como um ponto estratégico, porque lá não era direto com o fazendeiro, pra tentar envolver o Estado e chamar a atenção e daí ver o que se conseguia. Quando viemos de caminhão já estava tudo organizado. Anterior a ocupação, várias reuniões foram feitas no sindicato junto com a CPT. (RAIMUNDO, 72 anos)

A ocupação na fazenda Guanabara foi realizada 14 dias após ser aprovado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 1985) e a região só foi ter áreas decretadas para reforma agrária a partir do ano seguinte, em 1986, indicando que a estratégia escolhida pelas organizações de trabalhadores, de ocupar a fazenda Guanabara para envolver o Estado e chamar a atenção surtiu efeito. Entre as organizações que participaram do processo dessa ocupação estão o movimento sindical, a ala progressista da Igreja Católica por meio da CPT, e uma organização incipiente do recém criado MST. Apesar da participação do movimento sindical de algumas cidades, cujos trabalhadores vieram participar da luta pela terra, um trecho de uma matéria do jornal O Estado de S. Paulo do dia 30 de outubro de 1985, pg. 15, indica que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina não apoiava a ocupação:

[...] Enquanto isso [a ocupação], 30 famílias do grupo de invasores resolveram invadir também a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina, a fim de obter apoio do presidente da entidade ao movimento. A invasão no sindicato obrigou até a retirada das cadeiras, que serviam para o pessoal de espera. Os invasores pressionaram ontem o presidente do sindicato a apoiá-los, mas João dos Santos Alves Sobrinho não fez nenhum compromisso nesse sentido. Os invasores evitam identifica-se e estão orientados para não dar

entrevistas à imprensa, que julgam estar prejudicando o movimento deles (O ESTADO DE S. PAULO, 1985).

A ocupação durou apenas 24 horas e logo foram despejados. Durante as entrevistas, o casal relembra essa vivência detalhadamente, com informações exatas de números e horas, voltando-lhes à memória o medo e incerteza que sentiram, como se este dia tivesse deixado uma marca permanente em suas vidas, mas sem perder o entusiasmo e o orgulho de quem lutou. Após a entrada na área, as famílias já iniciaram a montagem dos barracos de lona, o que é de praxe em um processo de ocupação, mas logo após a montagem as autoridades e funcionários da fazenda começaram o despejo. Com resistência, as famílias negociaram para permanecer pelo menos durante a noite no local, noite em que choveu muito, fato que, segundo Raimundo, agravou a sensação de ansiedade e medo:

Nós não achávamos que fosse ter um despejo tão rápido. Bom, essas notícias vazam né, porque foram muitas reuniões, tem olheiro, não tem jeito. O pessoal não chegou tudo junto porque era muita família de várias cidades né. Imagina o caminhão cheio de gente, era uma loucura. Ai chegamos e tinha um assentamentinho provisório ali, dos dois lados do rio, do lado de Andradina e do lado de Pereira, ali o governo do estado tinha um compromisso com eles. E eles cederam pra nós fazer os barracos lá. Então a gente fez do lado de dentro. Pegou uma parte da fazenda Guanabara e uma parte no assentamento deles. Ai em 24 horas nós fomos despejados. [...] Muitos maquinários da fazenda vizinha vieram e fizeram uma barreira, uma leirona de terra pra gente não passar. Eles já ficaram a noite toda envolta do acampamento. Começaram o despejo de dia, mas como a gente também tinha assessoria jurídica a gente falou, vocês não podem fazer isso, a constituição diz que após as 18h não é permitido. Ai eles respeitaram. Ai como se não bastasse, veio um temporal que São Pedro mandou e não sobrou um barraco. A polícia não precisou desmanchar porque o vendaval fez isso [risos]. Quando deu lá pelas 3h eu segurei o pau central e puxei a lona, coloquei embaixo da tarimba e passei a noite ali, assustado. Dia 24 de outubro de 1985, as 14h da tarde, lá em Três Irmãos, onde tudo começou. (RAIMUNDO, 72 anos)

Nas entrevistas e em conversas informais em que a ocupação da Guanabara foi abordada, os assentados narravam o aparecimento de maquinários, uns disseram ser da própria CESP, outros de fazendeiros vizinhos, para a confecção de uma barreira de terra impedindo a entrada dos manifestantes em outras áreas, o que demonstra a força do ato político da ocupação ao motivar tais ações, ao mesmo tempo que mostrou a aliança entre os proprietários de terra em boicotar esse tipo de manifestação ou evitar uma possível desapropriação. Após o despejo, os manifestantes atravessaram a estrada e se fixaram às margens da Rodovia Euclides de Figueiredo, entre os municípios de Andradina e Pereira Barreto, erguendo o acampamento.

Nos despejaram. Nós atravessamos a estrada e ficamos ali. Eles vieram com uns caminhões vasculantes e jogaram todas nossas coisas lá e sumiram e vários ônibus e falaram, agora nós vamos transportar vocês, vamos levar vocês embora. “mas vcs vão levar a gente pra onde?” nós não temos moradia, nós não tem pra onde ir.” E ali os grupos de apoio né, tocando, e tentando animar a gente, porque o negócio ali é muito feio, se for desesperar, desiste. Era da CPT, sindicato, e movimento. Eles jogaram nossos pertences na beira da pista, e ali a gente se reergueu. Nós começamos fazer os barracos na beira da estrada, e eles fizeram uma barreira pra gente não passar, aí o acampamento era comprido porque só dava pra fazer na beira da pista, e era muita gente, 200 famílias. O que passava de gente falando “o seus vagabundo, vai trabalhar seus vagabundo”. A gente até não condena porque é ignorância, não do ponto de vista da estupidez, mas da falta de conhecimento. E tudo que é novo assusta né... então falavam “tem um monte de terrorista ali”. A mídia coloca um rótulo na gente, que a gente nunca perde esse rótulo, os “sem terra”, até hoje, mesmo com terra. Mas todo lugar tem gente ruim, vou dar um exemplo. *Imagina um monte de gente fazer um acampamento num lugar de formação, como Ilha Solteira. Do meu nível, é bem pior.* Vai gente de tudo jeito, só que até então não tem rótulo. Mas se tem gente ruim no grupo que você convive, o problema fica maior. É muito difícil, é muito humilhante, humilhante... passa os companheiros em cima dos caminhão de boia fria e gritava, “vamos trabaia seu monte de vagabundo”. As pessoas não tem aquela consciência que a gente pode lutar por dias melhores né. É nosso direito. Então ficamos ali 2 anos, fizemos de tudo, várias manifestações na região, chegamos a parar a Avenida Paulista em São Paulo. Tudo pra chamar a atenção “ó, tamo aqui, somos pessoas, somos gente, e nós só queremos um pedaço de terra para trabalhar”. (RAIMUNDO, 72 anos). Grifo nosso.

Nesta fala do sr. Raimundo nota-se algumas dimensões da violência agrária, sobretudo a simbólica. Os sistemas de comunicação são instrumentos da violência simbólica (BOURDIEU, 1989), e em seus relatos, os trabalhadores rurais demonstram receio sobre a maneira que a mídia os representa. No trecho da matéria do Estado de S. Paulo citada, o jornalista menciona que os manifestantes não se identificavam e não cediam entrevistas por receio, mas ao mesmo tempo usa palavras como “invasores e invasão”, termos utilizados pelos críticos das ações dos movimentos de luta pela terra. Não é raro na literatura sobre luta pela terra a mídia aparecer como instrumento degradante da imagem dos trabalhadores sem terra, e segundo Kanova Junior (2013), que estudou a cobertura jornalística sobre a luta de um assentamento da região de Campinas, o pouco interesse da imprensa sobre as ações violentas sofridas pelas famílias de sem terra faz uma espécie de bloqueio de informação, o que o autor já reconhece como uma manipulação.

A violência simbólica, que age sobre as mentes, está presente na fala dos companheiros boias-frias que passavam pelo acampamento e gritavam “vamos trabalhar seu monte de vagabundo”, mas também está presente na fala do Raimundo, que apesar de reconhecer a possibilidade de lutar por seus direitos e por dias melhores, se considera inferior por não ter uma educação formal ao falar “Do meu nível, é bem pior”. De acordo com Duval (2015), as ações mais degradantes dos modos de vida tradicionais ocorrem quando o camponês passa a sentir vergonha de si mesmo e do seu modo de vida, porque adquiriu as lentes dominantes.

Além da violência simbólica, os acampados vivenciaram situações de violência física, com ameaças, incluindo o uso de armas de fogo. Os depoimentos a seguir, da sra. Zelzuita e do sr. Luís, confirmam esses atos. O sr. Luís, já apresentado anteriormente, trabalhador rural durante a vida toda no sistema de arrendamento e diarista, decidiu participar da ocupação da fazenda Guanabara após uma experiência desagradável com um arrendamento em Aparecida D'Oeste, em que considerou o patrão como “um homem muito ruim”, e ficou sabendo da luta por meio de uma reunião organizada pela CPT em sua cidade.

Nós pegávamos a bacia de roupa pra por na cabeça e ir pro córrego lavar roupa, eles [os jagunços] davam tanto tiro pra cima das nossas cabeças pra assustar, eles achavam que nós íamos voltar lá e falar pros marido “vamos embora daqui que qualquer hora nós vamos morrer”, mas depois de um tempo a gente nem ligava mais, lavava a roupa. Eles ficaram acampados alí na frente, o fazendeiro que contratou. Era uma área de segurança da CESP, mas o fazendeiro ainda usava a área pra criar uns gados. E eles ficavam a noite inteira dando tiro. Íamos com a molecada todo dia pro córrego e davam um monte de tiro, pra fazer medo. [...]

Nós tínhamos uma cozinha comunitária. Fazia pras 200 famílias, mas como vai saber o tanto de comida que precisa pra esse tanto de gente? Aqueles panelão, uma hora saia salgado, uma hora saia sem sal, uma hora cozinhava demais, outra de menos. Você tava na fila alí, trambecando de fome, chegava a sua vez tinha acabado a comida. Queimava muito arroz, aí a gente rapava e jogava no tacho, aí enchia de molecada comendo arroz queimado, de fome. A gente ponhava prioridade pras criança né. Os recursos maiores que a gente recebia era doação da comunidade. Veio uma sopa de merenda escolar já vencida, minha filha, que deu uma dor de barriga que passamos a semana inteira no trono, atrás do barranco [risos]! E a gente comia né, porque não tinha outra coisa né. A gente ri hoje, mas o negócio era sério, muito sofrimento, muita dor de barriga, diarreia. E fora as encrenca desnecessária. Pessoas que usavam drogas. (ZELZUITA, 71 anos)

Fizeram um murundum de terra atrás das barracas. Os jagunços passavam na pista dando tiro pro alto, xingando “vagabundo de beira de estrada”. Esse tempo na beira da pista foi sofrido hein, não tinha nada, ainda bem que a CESP levava água pra nós de caminhão pipa. Ninguém ajudava, de vez em quando

a igreja aparecia, mas era difícil, veio aquela sopa de caridade que passamos mal. No primeiro ano foi ruim, depois os fazendeiros por perto começaram a plantar roça, milho e algodão, e começou a chamar a gente pra trabalhar, vinha o caminhão, pra catar algodão, tirar semente de braquiária, de boia fria. Nós íamos em cima de caminhão boiadeiro, saía 5h da manhã e voltava 9h da noite. Eu não perdia um dia. Eu, o finado meu pai e meu irmão iam todo dia. E foi assim que nós conseguimos viver. Quando não tinha serviço eu ia pro rio pescar, vendia uns peixes. Até uma véspera de natal veio um fazendeiro numa caminhoneta com uma novilha e repartiu a carne, eu não comi, só depois que a turma comeu, vai que tem veneno. Tem que ficar veiaço. Muita gente fez que nem eu. Mas estava boa a carne, no final todos comemos. (LUÍS, 72 anos)

Em relação a estrutura organizacional do acampamento, as famílias realizavam cozinha comunitária com alimentos que recebiam de doações da comunidade e durante o tempo em que viveram no local, os acampados trabalhavam de boia-fria para fazendeiros da região para garantir o seu sustento. De acordo com os relatos, o primeiro ano de acampamento foi o mais difícil, vivendo em situação muito precária de moradia, saneamento básico e chegando a passar fome. Além das lutas diárias para a sobrevivência e para adquirir um pedaço de terra, as famílias viveram relações de contradição entre colegas de trabalho que os chamavam de vagabundos e proprietários de terra que os empregavam e doavam novilha para as festas de final de ano.

Porém as coisas melhoraram no ano seguinte, quando um grupo da Cáritas Diocesana de Guarulhos, uma entidade ligada à Igreja Católica resolveu apoiar a luta, fornecendo assistência jurídica, comida e até lona para reforço dos barracos. Realizada anualmente pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Campanha da Fraternidade de 1986 convocou ação conjunta sobre a questão da terra no Brasil, com o tema “Terra de Deus, Terra de Irmãos” (CNBB, 1986) e segundo Raimundo. “A diocese de Guarulhos, pra não ficar só na falação a respeito do tema, decidiu adotar um grupo da luta pela terra, e por sorte foi o nosso”.

A Caritas solicitou um grupo do acampamento para ir até São Paulo e explicar a situação da luta e em quais condições eles se encontravam para poder assessorar melhor, e o Luís estava entre as três pessoas escolhidas pelo grupo para levar as informações.

Ficamos 21 dias em São Paulo e fizemos muitas reuniões com o pessoal da Cáritas lá. Porque nós entramos em 24 de outubro de 1985 né, aí no próximo ano, em 1986, teve o contato com esse grupo. A diocese decidiu de apoiar um grupo, e eles pediram pra que alguém fosse pra estar contando a história, aí nós fomos em três. Eu, S. e o D. Participaram vereadores, a igreja, padre, pra bater papo, e nós explicávamos pro pessoal a situação, que nós estávamos passando fome debaixo do barraco e tal. Ajudaram com comida, apoio jurídico, com tudo. De vez em quando eles apareciam aqui. (LUÍS, 72 anos)

Mesmo assim, com as inúmeras dificuldades enfrentadas no acampamento, algumas famílias foram desistindo e após um ano e meio, das 200 famílias iniciais, restaram somente 50. Neste ínterim, saiu decretos de algumas áreas declaradas de interesse social para fins de reforma agrária no Território (Apêndice E) e uma delas foi a Fazenda Esmeralda, em março de 1987 (BRASIL, 1987). Porém, deste acampamento, somente 9¹⁶ pessoas foram selecionadas:

Ficamos 2 anos lá e aconteceram duas desapropriações e nós fomos reprovados no cadastro. De 200 famílias iniciais, quando veio o cadastramento, o grupo só tinha 50. daquelas 50 o governo levou só 9 pra fazenda Esmeralda e teve um povo que foi pra Populina. O restante ficou na beira da estrada. Ai houve mais desistência, por conta dessa não ida pra terra. Fomos desclassificados pelo governo com a fazenda Esmeralda, porque o INCRA usava alguns critérios, o primeiro é o numero de familiares, pra mão de obra, a faixa etária. Se tem uma família que tem 4 ou 5 homens na faixa de trabalho, era o que mais somava ponto. Tinham vários critérios, e você ia colocando e no final você somava... ai você era aprovado ou reprovado pelo INCRA. Nós tínhamos três gurizinhos pequenos e acabamos ficando de fora. (RAIMUNDO, 72 anos)

Ao final de dois anos de acampamento, 20 famílias do grupo remanescente se organizaram e decidiram mudar o acampamento para Fazenda Rio Paraná, no município de Castilho, que já havia sido declarada de interesse social, pelo Decreto N° 92.820, de 25 de julho de 1986 (BRASIL, 1986). De acordo com relatos das entrevistas e notícias de jornais da época, um grupo de 5 famílias resolveram permanecer no acampamento às margens da rodovia por não concordar com a ocupação da Fazenda Rio Paraná e como consta em matéria do jornal O Estado de S. Paulo de 17 de janeiro de 1988, pg. 25, a fala de uma das dissidentes “decidimos parar com as invasões de terra e esperar a distribuição de lotes”.

A gente já sabia do Decreto dessa fazenda, mas como o grupo era muito grande, tinha os representantes de cada região, eu era um dos três coordenadores da nossa região, desde antes de começar o acampamento né, e os outros representantes das outras regiões não queriam ir, queria continuar a luta ali. Mas aí chegou uma hora que falamos “ou a gente sai daqui, ou nós vamos morrer aqui”, não tinha mais condições. Aí o Orlando Fantazzini, junto com o grupo de Guarulhos, falou que bancava os caminhões pra nos transportar, falou “estamos aqui, estamos juntos”. (RAIMUNDO, 72 anos)

Com ajuda do grupo Caritas de Guarulhos, que bancou os caminhões para auxiliar na mudança, o grupo remanescente de 20 famílias ocuparam uma área da Fazenda Rio Paraná em

¹⁶ Existe diferença sobre o número exato de famílias do acampamento que foram para o assentamento Esmeralda, variando entre 9 e 11 famílias nos relatos das entrevistas.

outubro de 1987. Na mesma semana da ocupação, o advogado do proprietário apresentou a reintegração de posse concedida pela comarca de Andradina para realizar o despejo, porém o assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Andradina alegou que a decisão não era de competência da comarca de Andradina, porque o decreto de desapropriação estava na Justiça Federal de São Paulo, e o despejo não aconteceu.

O STR de Andradina, antes considerado “sindicato pelego” pelos trabalhadores rurais, estava sob nova diretoria com a vitória da chapa apoiada pela CPT e do Movimento Estadual dos Trabalhadores Sem Terra. Em trecho da matéria do Jornal Regional, do dia 25 de outubro de 1986, encontrada em Borges e Silva (2021), descreve que a eleição da nova diretoria “realmente composta por trabalhadores, representa a concretização da participação que realmente a entidade deve ter na luta pela Reforma Agrária e contra as injustiças sofridas pelo homem no campo”.

Ao grupo remanescente de 20 famílias, se juntaram, naquela ocasião, filhos de assentados no projeto Jupiá e trabalhadores sem terra do município de Castilho, ficando 41 famílias no total. Com algumas semanas de ocupação da área, chegaram no acampamento 33 famílias cadastradas nos sindicatos e prefeitura, o *grupo dos 33*. Como havia 10 famílias dos funcionários da fazenda, 10 lotes ficaram reservados a eles.

Após a Justiça Federal julgar procedente o Decreto, o INCRA dividiu uma pequena área, onde estavam acampados, de meio alqueire para cada família, para poderem produzir para o próprio sustento. Nesta pequena área da fazenda, que alguns chamam de “varjão”, perto da linha férrea que passa dentro do imóvel, as famílias ficaram por mais três anos.

Ai veio o INCRA e mediu meio alqueire pra cada um. A gente tocava roça, plantava arroz, algodão, feijão, mexia com roça, minha vida era vender verdura nos outros assentamentos, com charretinha. Finado pai gostava de plantar verdura. E por ser uma área pequena, a gente aproveitava bem. Nesse meio alqueire nós ficamos três anos. Porque entramos em 87 né, e a desapropriação veio em 90. Mas só que a definição dos lotes, veio só dois anos depois, em 92, então nós ficamos cinco anos aqui ainda sem uma definição. Quando foi pra nós irmos aqui pra riba, veio a justiça federal junto com o INCRA, um monte de camburão, os tratores da fazenda tava tudo na estrada pra gente não passar. O oficial da justiça deu a volta e cortou a cerca pra gente entrar. Porque já tinha imissão de posse né, ai veio o INCRA e a polícia federal junto. Depois que entramos ficamos aqui em cima mais dois anos nos barracos. Nós tocávamos bastante roça, cada um pegou um pedacinho, a turma ficou tudo esparramado. (LUÍS, 72 anos)

Após três anos de ocupação, em 1990, o INCRA obteve a imissão na posse da área e compareceu ao local, junto com a polícia federal para entregar a posse para as famílias. Após a

imissão de posse, as famílias moraram mais dois anos, em barracos, em uma área provisória, até a definição e distribuição das famílias aos seus respectivos lotes.

4.3.1.2 Anos iniciais

O INCRA em conjunto com o Itesp fez a demarcação dos lotes e terceirizou uma empresa para fazer o recorte da área, totalizando 92 lotes, cada um com aproximadamente 15 hectares, e estes foram distribuídos por meio de um sorteio realizado em assembleia com todos os assentados. O Assentamento Rio Paraná possui uma área total de 2.205 hectares (INCRA, 2018) e sua área de proteção ambiental está totalmente preservada, totalizando 486 hectares de cobertura florestal (PAZ, 2022).

Em relação aos recursos, quando as famílias estavam produzindo na “área provisória”, elas não tiveram acesso a nenhum tipo de crédito público e algumas famílias fizeram financiamento particular, no Banespa, para adquirir equipamentos e insumos para dar início à produção, o que, segundo os entrevistados, causou problemas de endividamento para algumas famílias.

Após a ida aos respectivos lotes, os assentados receberam créditos de instalação, os chamados apoio inicial e fomento, um valor inicial para comprar itens considerados básicos para se iniciar a vida no lote, conforme necessidade pessoal: “uma égua e uma carroça”; “uma vaquinha de leite”. Junto com este crédito, os assentados receberam uma quantia destinada à habitação, considerada insuficiente pelos entrevistados, e cada família ficou responsável pela construção de sua própria casa:

Veio uma mixaria danada de dinheiro pra fazer casa. Eu comprei uma casinha velha de tábua lá em Paulicéia. Rancamos, pagamos um caminhão e trouxemos pra cá, fizemos uma casinha de quatro quartos, morava eu, minha mãe, meu pai, meu irmão e um cunhado meu. Ai fomos trabalhando, ganhando dinheiro e fomos aumentando a casa. Rancamos as tábuas, fomos colocando bloco. Ai o Lula quando entrou, veio aquele auxílio habitação para reforma, já ajudou mais um pouco, ai aumentamos mais. (LUÍS, 72 anos)

Segundo os entrevistados, os valores recebidos no fomento e para a construção da casa ainda não foram pagos, pois estes viriam embutidos na época em que fossem pagar o título da terra. O primeiro crédito de investimento para produção foi via Proclera (Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária), e a partir de meados dos anos 2000 também tiveram acesso ao PRONAF e o custeio anual, mas nem todas as famílias acessaram estes dois últimos.

Para obter água, cada família furou seu próprio poço cacimba, e posteriormente o INCRA perfurou três poços artesianos, mas segundo os entrevistados, poucas famílias utilizam água dos poços, porque o custo da distribuição, que ficou de responsabilidade dos assentados, é muito alto. O acesso à energia elétrica, por ser um dos primeiros assentamentos da região, foi um processo um pouco diferente dos assentamentos mais recentes, que recebem os projetos de energia gratuitamente via Luz Para Todos.

A Elektro que era a terceirizada já tinha avisado que teria que fazer as casas próximas porque ali vai ser o padrão pra três famílias, um padrão pra quatro famílias. Tinha um nome o projeto da luz, nós pagamos 10% do valor do projeto. O Itesp que encaminhou isso aí. Era prefeitura, estado e o beneficiário. (RAIMUNDO, 72 anos)

Após a ida de cada família para seus respectivos lotes, houve um esfriamento das atividades de luta, mas não o suficiente para impedir que se organizassem em associações e cooperativas e buscassem alguns direitos. A primeira associação criada foi nomeada “24 de outubro”, em homenagem a data que realizaram a ocupação na fazenda Guanabara em 1985. Na primeira eleição da associação, as mulheres, impedidas de se associarem, não puderam participar da votação. Em protesto a isso, elas se organizaram e coletaram assinaturas em um documento e conseguiram exigir que às mulheres pudessem se associar. A sra. Zelzuita que encabeçou a elaboração do documento e a sra. Nazaré foi a primeira mulher presidente da Associação 24 de outubro.

Aqui o machismo era muito grande e as mulheres foram proibidas de votarem na primeira eleição pra escolher o presidente. E em protesto a isso fizemos uma luta. Depois de muita luta, fizemos fazer valer o direito da mulher. (ZELZUITA, 71 anos)

Geralmente eram os homens que tomavam conta de tudo... as mulheres né... ficavam fora. Tinha que fazer eleição e sempre foi homem, homem, homem. A gente teve que fazer um papel pra liberar as mulheres a serem sócias da associação. Porque tinha que ser sócia pra votar ou fazer parte da diretoria, fizemos um documento, ai entrou eu , entrou a Zelzuita, várias mulheres. Ai passamos a fazer parte da associação, porque antes eram só os maridos. Aí o pessoal achou ruim porque ninguém queria mulher né. Mas conseguimos. Foi a Zelzuita, mulher do Raimundo, que começou, aquela lá é lutadora. Ai conseguimos. A primeira presidente foi eu, ai depois teve outras também. (NAZARÉ, 71 anos)

Essas mulheres, mesmo estando dentro de um sistema de relações patriarcal, viveram a luta pela terra, moraram nos barracos de lona e adquiriram experiência social de lutar pelos

direitos, uma vivência que promove a reflexão sobre as relações desiguais. Silvério (2021) observou que o engajamento de mulheres em um movimento social de luta pela terra fomentou para que muitas delas se fortalecessem na compreensão de que são elas próprias fazedoras de suas vidas.

Em meados da década de 1980, com o início dos movimentos das mulheres rurais no Brasil, uma das reivindicações centrais era a incorporação de mulheres nos sindicatos, já que nessa época somente uma pessoa por família poderia ser membro dos sindicatos, sendo geralmente o homem, o “chefe de família”, visto as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, com seu trabalho sendo “invisível” (DEERE, 2004). Nazaré, nascida em Andradina e de família de agricultores arrendatários, estava morando na cidade de Andradina quando ela e o marido decidiram se juntar ao grupo que ocuparia a fazenda Guanabara. Formada em ciência e matemática, nunca chegou a lecionar, porque não teve a permissão do marido, mas após a presidência da Associação 24 de Outubro, Nazaré continuou se engajando na luta pela terra, ocupando o cargo de tesoureira no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Andradina e nos anos seguintes chegou a ocupar cargos na FAF em São Paulo.

Em relação à luta por créditos, formou-se uma comissão com dois representantes de cada assentamento do Território, por sugestão do Itesp, cujos membros denominaram Foro. Segundo relatos, quando necessário, representantes da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil participavam das reuniões, e quando os membros sentiam necessidade de realizar maior pressão, organizavam manifestações. Segundo os entrevistados, depois do grande aumento no número de assentamentos formados na região, não se realizou mais as reuniões do Foro.

4.3.1.3 Infraestrutura social comunitária do assentamento

O Assentamento Rio Paraná conta com uma área comunitária de lazer com um parquinho para crianças e um barracão, utilizado para reuniões e atendimento médico, fornecido pela prefeitura de Castilho (Figura 13).

Tem a médica que vem toda semana, vai na sede toda terça feira. O centro comunitário tem banheiro, uma salinha e um salão se quiser fazer festinha. Nós fazíamos muita festa antigamente, quermesse. Mas aí depois teve aquele problema lá, da briga, e nunca mais fizemos. (NAZARÉ, 71 anos)

A briga mencionada pela sra. Nazaré ocorreu logo nos primeiros anos no Assentamento durante a quermesse organizada pelos assentados, uma grande festa em que muitas pessoas de

fora participavam. Em um desses eventos uma pessoa foi baleada e acabou falecendo. Após este ocorrido, os assentados se reuniram pouquíssimas vezes para eventos e festas, e nas entrevistas, esse assunto foi sempre abordado com pesar.

Figura 13. Área comunitária do assentamento Rio Paraná.



Foto: Débora P. Silva (2022).

O Assentamento também conta com tanques de leite distribuídos pela área, já que a pecuária leiteira é uma das principais atividades econômica dos assentados (Figura 14). O leite é entregue para as cooperativas Coapar (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo) e Coprima (Cooperativa de Produtores da Primavera).

Figura 14. Estrutura que protege um dos tanques de leite do Assentamento Rio Paraná.



Foto: Débora P. Silva (2022).

4.3.2 Assentamento Belo Monte

4.3.2.1 Ocupação e resistência

O Assentamento Belo Monte, localizado no município de Andradina, foi implantado em abril de 2002, mas a mobilização que levou a criação do P.A. iniciou efetivamente em 1998 com a ocupação da área, denominada Fazenda São Sebastião. No entanto as famílias ocupantes já haviam se organizado durante os meses anteriores em reuniões do MST.

Como discutido no item “instauração das lutas”, após 1995 os movimentos socioterritoriais atuantes no Território passaram a reivindicar a vistoria para identificar áreas que não cumpriam com a função social e que deveriam, de acordo com a Constituição, serem desapropriadas. Em virtude da morosidade dos órgãos públicos responsáveis pela vistoria, os movimentos passaram a identificar áreas em potencial e repassar a relação dessas áreas para o INCRA vistoriar. A identificação dessas áreas, de acordo com as entrevistas feitas com lideranças que atuaram na luta pela terra neste período, era feita em função do histórico das áreas e dos proprietários, que são conhecidos, já que muitos participantes da luta pela terra são de famílias antigas de arrendatários da região, e pelo aspecto abandonado com poucas criações.

Tem uma fazenda que era da mulher do C., eles eram muito sonegadores, o que que eles faziam, eles engordavam boi gordo e não pagavam ICMS, tinham várias fazendas, mas não pagavam ICMS. Teve uma época em uma dessas fazendas que eu falei pra você que nós moramos vizinho tanto tempo, boi gordo, só saía sábado e domingo pra desviar nota, todo mundo sabia. (PEDRO, 71 anos)

A gente que nasceu aqui na região conhece as áreas. A timborezinha mesmo quando fizemos a ocupação era boi e roça. A gente sabe que a improdutividade de muitas áreas é o fator sonegação. Tudo sem nota. Usava muito essas coisas aqui na região e tem umas que estavam completamente abandonadas. (PAULO, 64 anos)

Geralmente eram áreas com alguma pecuária extensiva, de pessoas que possuíam outras propriedades pelo país, ou que havia histórico de grilagem e conforme relatos das lideranças, o fator sonegação de imposto também era muito comum na região. No caso da Fazenda São Sebastião, segundo entrevistados que participaram ativamente desse processo, a identificação da área se deu pela aparência abandonada da propriedade, que pertencia ao Grupo Bertin, um conglomerado brasileiro que possuía outras propriedades pelo país. No intuito de pressionar o Estado para que fosse realizada a vistoria na Fazenda São Sebastião, cerca de 80 famílias ocuparam a área no dia 16 de maio de 1998 (Figura 15).

Figura 15. Fotos da montagem do acampamento no primeiro dia da ocupação da Fazenda São Sebastião em Andradina, 16 de maio de 1998.



Fotos: (ELIZABETH, 1998).

A Elizabeth, (já apresentada na pg. 74), havia passado por uma experiência traumática com a vida de assentada no Assentamento Timboré, mas as condições precárias em que se encontrava na cidade fez com que tentasse novamente e, junto com sua família, participou da ocupação da Fazenda São Sebastião:

Quando eu tinha 11 anos mudamos pra uma chácara pequena, dai casei e morei na cidade e meu pai comprou um sitinho no Primavera [Assentamento]. A maioria aqui é filhos do Primavera, mas meu pai comprou a dinheiro né. Na época ele não quis largar o serviço pra ocupar terra, ai depois ele comprou, porque meu pai morava na fazenda do dr. Balerone lá perto de Guaraçaí. Só que ficou pouco tempo, em seguida ele comprou lá. [...] Eu tenho um cunhado que juntou com um pessoal pra fazer reunião pra ocupar aqui, porque souberam pelo movimento que aqui tava improdutivo. Ai ele me chamou pra reunião. [...] minhas irmãs vieram também, então tava todo mundo junto. Nós viemos no primeiro dia de ocupação, 16 de maio de 1998. Tava chovendo, meu irmão tinha uma camionete daquelas muito antiga, ele encheu de bambu, e nós fomos pegando pra montar os barracos. E a tensão? E o medo? Menina, o medo é demais! Mas graças a Deus os funcionários aqui não falaram nada. (ELIZABETH, 53 anos)

O grupo era composto majoritariamente por filhos de assentados dos P.A. Primavera e Timboré, mas também por trabalhadores assalariados rurais e urbanos da região. Uma história de vida que vale destacar é a da Margarida, hoje assentada no Belo Monte: viveu a infância e parte da juventude no sistema de meeiro na Fazenda São Sebastião, e hoje tem no seu quintal as árvores que brincava quando criança:

Nasci em Mirandópolis e depois viemos pra Andradina. Meu pai foi meeiro aqui onde eu tô, quando era do fazendeiro né. Eu nunca nem sonhava que um dia isso ia ser reforma agrária. Era só boi aqui, e gado de leite né, tinha o retiro e gado de engorda. A primeira vez que eu ouvi sobre a reforma agrária foi com o meu pai né, porque a gente era meeiro e ele começou a participar de reuniões sobre a luta pela terra.[...] Eu já era casada e morava na cidade quando ele conseguiu ser assentado no Primavera, me casei muito cedo, com 16 anos. Ele falava que era muito importante né, que tinham muitas famílias pobres, pra pessoa ter a própria renda, viver melhor. [...] Depois fui trabalhando na cidade e me separei do meu primeiro casamento e meu pai sofreu um acidente. Ai eu fui cuidar do meu pai no sítio e me reaproximei desse assunto. [...] eu morava na cidade e trabalhava de doméstica, mas eu comecei a ir nas reuniões com ele [atual companheiro - antigo dirigente da CPT e atual do MST], que eles faziam lá no barracão do sindicato [em Andradina] e decidi que queria ir pra Fazenda São Sebastião porque foi onde eu me criei, eu sofri tanto aqui. Você tá vendo esse pé de abacate e esse pé de manga? Nós brincávamos tudo aqui debaixo. Foi mais de um ano organizando e falando. No dia 16 maio de 1998, o pessoal falou, é hoje, na madrugada! Eu não vim nesse dia porque eu tinha que trabalhar de doméstica, não podia faltar então vim depois só. Mas vieram muitas pessoas, era quase tudo filho do Primavera. (MARGARIDA, 59 anos)

O Assentamento Belo Monte é um dos primeiros do Território formado pela segunda geração de produtores assentados, abarcando os filhos dos assentamentos prévios, e a passagem da herança de lutas não parou por aí, já que os filhos dos assentados no Belo Monte fizeram parte da luta pela terra dos assentamentos mais recentes, como é o caso do W., hoje assentado no P.A. Rosely Nunes, em Itapura:

Na época da luta do Timboré eu era molequinho, meu pai participou da luta lá, eu tava pertinho do Lourenço quando ele levou o tiro e minha mãe depois participou da luta no Belo Monte. Meu avô foi posseiro da Primavera, meus tios hoje moram no Nossa Senhora Aparecida [Castilho], a minha família inteira é da reforma agrária, foi onde encontramos espaço, porque todas as gerações da minha famílias são da agricultura, desde o meu bisavô que veio de Minas, ninguém é da parte urbana, e hoje eu to aqui. (W., esposo da ROSELI, 58 anos)

Este é um fenômeno percebido em outras regiões do país com concentrações de assentamentos. Cezimbra, Pastório e Xavier (2019) ao acompanharem a formação do acampamento Herdeiros da Luta Primeiro de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu, Paraná, em que grande parte dos ocupantes eram filhos de assentados da região, constataram que a luta pela terra é um caminho para a juventude que provem de assentamentos, mesmo aqueles que já

migraram para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida e, não encontrando, retornaram para os assentamentos.

Nesses tempos atrás eu tava bem desanimada porque eu fiquei muito doente, com problema de reumatismo, mas aí meu filho voltou pra cá, eu achei que ele não ia querer encarar isso aqui, porque ele estudou né, queria trabalhar de empregado, mas ele voltou pra cá e ele tá muito animado, fizemos uma horta enorme ali embaixo e eu não quero mais desistir não. Tá com dois anos que meu filho tá morando com a gente, ele tá animado, então investimos bastante no lote.[...] Falei pra ele né, que isso aqui é tudo dele. (MARGARIDA, 59 anos)

Passados alguns dias da ocupação, o proprietário obteve junto à justiça a reintegração de posse da área, e a justiça ordenou que as famílias ocupantes deixassem o local. Apesar da ação judicial de reintegração de posse, as famílias decidiram resistir, pronunciando que não deixariam o local, já que a resistência se tratava de uma das estratégias mais importantes no processo de luta para obter o resultado favorável aos trabalhadores sem terra, como ocorreu nos casos da Primavera e Timboré. Porém, a decisão de resistência por parte dos trabalhadores foi rebatida com uma grande pressão pela polícia militar e os ocupantes foram despejados da área (Figura 16). O relato da sra.Elizabeth e da coluna do jornal O Estado de S. Paulo divulgada no dia 28 de maio de 1998, p. 18, evidenciam o clima de tensão e violência no momento do despejo:

No dia de despejar o batalhão de Araçatuba vieram com fusil, era enorme, misericórdia, o cara no alto mirando assim pra gente. E nós cantando o hino nacional. A polícia chegou de madrugada, já amanhecendo. Mandaram tirar nossas coisas que iam passar trator em cima dos barracos tudo. Um monte de policial com cacete, parecia que a gente era um monte de terrorista com o exagero de policial. Agachei perto da cerca pra orar e fiquei afrouxando a cerca, porque pensei que se saísse tiro eu rolava pra lá [risos]. A gente ri hoje mas no dia eu estava com muito medo. Passaram trator em tudo, destruíram tudo. (ELIZABETH, 53 anos)

O mandado de reintegração de posse determinado pelo juiz Antônio Conehro para que os sem-terra desocupassem a Fazenda São Sebastião em Andradina, foi cumprido na terça-feira. As manobras para atrasar o despejo desafiaram a paciência de 120 policiais militares, causando clima de tensão no local. Rosivaldo de Paula, membro do Movimento dos Sem-Terra (MST) estadual, reuniu-se, então, com o grupo, e aconselhou que todos se retirassem sem resistência. Mas advertiu: “Vamos sair para cumprir o mandado do juiz, mas vamos voltar para dividir essa terra e produzir.” (O ESTADO DE S. PAULO, 28 de maio de 1998, p. 18)

Figura 16. Fotos do despejo na Fazenda São Sebastião (depois Assentamento Belo Monte), Andradina, no dia 26 de maio de 1998.



Fotos: (ELIZABETH, 1998).

Após o despejo, os trabalhadores sem terra foram conduzidos para a fora da propriedade e acamparam na beira da Rodovia Euclides de Figueiredo. Enquanto estavam na beira da pista, os coordenadores do acampamento junto com os dirigentes estaduais do Movimento de Trabalhadores Sem Terras conseguiram provar que uma estrada no limite da propriedade, bloqueada com porteira e cadeado pelo proprietário, era do município de Andradina, e que as famílias teriam o direito de acampar naquele local. Em vista disso, a polícia se dirigiu até o local e cortou o cadeado que bloqueava a entrada (Figura 17):

Quando eles jogaram a gente na beira da pista, a gente ficou pouco tempo lá, porque a gente conseguiu provar que tinha uma estrada municipal lá, aí o movimento veio junto com a polícia e cortou o cadeado e entramos, aí não teve quem mais tirou. Permanecemos e lutamos juntos, com a assistência do movimento. [...] A estrada principal do assentamento é lá, os barracos foram feitos tudo beirando naquela cerca de divisa com outra fazenda [atual empresa de reciclagem Citroplast], nessa estrada principal, porque os coordenadores daqui, junto com os militantes do movimento foram atrás de pesquisar no mapa que a estrada da fazenda São Sebastião que tinha uma porteira fechando, que o fazendeiro cercou como se fosse dele, era de Andradina, era uma estrada municipal. Então com um mapa do município, conseguimos provar que existia

essa rua, e que nós íamos ficar lá dentro, acampar nessa estrada porque era mais seguro do que na beira da pista, aí ficou aquele acampamento comprido. (MARGARIDA, 59 anos)

Figura 17. Policiais militares abrindo a porteira que bloqueava estrada municipal no limite da fazenda São Sebastião em Andradina.



Fotos: (ELIZABETH, 1998).

As famílias ficaram acampadas nessa estrada municipal no limite da propriedade aproximadamente um ano e meio. Sobre o modelo organizacional do acampamento, oito pessoas foram escolhidas como coordenadores para traçar as estratégias de luta, como garantir o contato com os dirigentes do movimento, inscrição das famílias no acampamento, organização de manifestações na cidade e posteriormente para medir e dividir os lotes. As famílias moravam em barracos de lona, produziam alimentos em uma pequena área e algumas famílias trabalhavam fora para garantir o sustento:

Quando entra num acampamento, entram varias famílias, aí dessas famílias tiram algumas pessoas pra ser coordenador, aqui nós tiramos oito pessoas pra ser coordenador, ai cada um fica responsável por alguma coisa. [...] Mas não fazíamos cozinha comunitária não, era cada um por si na alimentação, e algumas pessoas trabalhavam pra fora pra conseguir algum sustento né. Nós revendíamos gás no acampamento, pra ter algum dinheiro pra comer, pra fazer as coisas. [...] O barraco de lona é super quente, de noite ele sua e a água pinga tudo na sua cara, eu tinha infecção de urina direto nessa época. [...] Nossos banheiros eram de lona cercado né, com o buraco no chão. (ELIZABETH, 53 anos)

Nesta época, além das ocupações das áreas, estavam ocorrendo várias manifestações e marchas nas cidades do Território, principalmente organizadas pelo MST, para divulgação da questão agrária e pressionar o INCRA para agilizar nas vistorias e desapropriações. As famílias acampadas na São Sebastião também participavam dessas manifestações. A título de exemplo, matéria publicada pela Folha de S. Paulo, em 2 de setembro de 1998, intitulada “Manifestantes fecham rodovia”, divulga o seguinte:

Cerca de 300 agricultores sem-terra bloquearam hoje pela manhã, durante três horas, a rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo (SP-563), próximo à divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul.[...]. O protesto tinha objetivo de pressionar o Incra a vistoriar a fazenda São Sebastião, em Andradina (680 km a noroeste de São Paulo), invadida no início do ano. Segundo o dirigente regional do MST, o movimento quer ainda que o órgão federal acelere o processo de desapropriação das fazendas Santo Antonio, em Paulicéia, e Anhumas, em Castilho (FOLHA DE S. PAULO, 1998).

O Decreto desapropriatório da Fazenda São Sebastião, de 1.550 hectares, foi publicado no dia 18 de novembro de 1998 (BRASIL, 1998), seis meses após a primeira ocupação da área, contudo a imissão na posse da área ao INCRA só ocorreu em 22 de março de 2002 (BRASIL, 2002). Quando o INCRA dirigiu-se ao local em 2002 para entregar a posse da área, as famílias já estavam distribuídas em seus lotes. As famílias ficaram acampadas na estrada municipal até meados de setembro de 1999, quando finalizaram os trabalhos de parcelamento da área, realizados pelo Itesp com a participação dos dirigentes do MST e das famílias acampadas, e a distribuição dos lotes, mediante sorteio.

4.3.2.2 Créditos e infraestrutura

A área foi dividida em 74 lotes de aproximadamente cinco alqueires, e as famílias batizaram o assentamento de Belo Monte¹⁷. Após assinarem o termo de compromisso em 2002, as famílias tiveram acesso aos créditos iniciais de instalação como Apoio Inicial, Fomento e Habitação. Como as famílias já haviam se instalado nos lotes dois anos antes ao acerto da documentação, muitos já haviam perfurado poços cacimba com recurso próprio, e as famílias que possuíam algum recurso, iniciado a construção das moradias. A verba destinada à construção das moradias veio dividida em duas etapas, mas segundo as entrevistadas, o valor não foi o suficiente para as famílias terminarem as construções e no início dos anos 2010, lutaram para ter acesso ao crédito de reforma para terminarem as casas.

¹⁷ O INCRA continuou denominando o Assentamento Belo Monte como P. A. São Sebastião.

O primeiro crédito foi o fomento, que era pra comprar um cavalo ou uma vaca e um carrinho. Era pra começar né. Energia aqui cada um pagou a sua, boa parte do valor. E as casas, primeiro cada um começou com as suas coisas próprias, teve uns que tava muito difícil a situação e continuou no barraco. Depois veio R\$3000 pra habitação, porque você tinha que fazer uma parte, até você concluir essa parte e ficar padrão, eles liberavam os outros R\$3000. Só que o que eles mandaram foi muito pouco, não dava pra construir tudo. Pegamos só R\$6000. Ai depois veio a reforma das casas né, mas o Movimento [MST] fez uma luta muito grande pra pegar o crédito da reforma, porque tinha bastante gente que não tinha terminado as casas. Ocupamos o INCRA em Andradina, em São Paulo, tem uns 10 anos já. (MARGARIDA, 59 anos)

Cada um furou um poço cacimba por conta né, depois o INCRA veio e fez três poços semi artesianos, mas não teve utilidade quase nenhuma, porque ficaram fora de mão e tinha que comprar as mangueiras e distribuir por conta também, e fica caro. Nós puxamos aqui em casa porque os gados tavam berrando de sede, mas acho que só umas seis famílias usam a água desses poços do INCRA. (ELIZABETH, 53 anos)

As famílias tiveram acesso à financiamento para investimento na estrutura produtiva do lote via Pronaf, mas, pela demora na liberação dos recursos, os assentados sentiram a necessidade de realizar passeata nas ruas de Andradina (Figura 18). A maioria das famílias empregaram os recursos recebidos via Pronaf na compra de bovinos, e segundo Silva (2012), dentre os produtores assentados do Território, quase todos empregaram os recursos obtidos por meio do Pronaf A na compra de matrizes de gado leiteiro; sendo costumeiro os produtores se referirem a esta linha de crédito como o ‘Pronaf do gado’ embora, a princípio esse recurso seja para investimentos em qualquer atividade que demonstre viabilidade econômica.

Figura 18. Assentados do Belo Monte realizando passeata na cidade de Andradina, solicitando a liberação dos recursos da linha Pronaf A.



Fotos: (ELIZABETH, 1998).

Acho que foi bom mas ao mesmo tempo pouco, porque quando a gente começa no lote, não tá meio estruturado, sabe? Tá devendo no armazém, não tem as ferramentas direito... E outra, tinha prazo pra usar o crédito, aí naquele apavoro você comprava gado errado. Vaca velha, sem dente. Tem um fazendeirão aqui, e ele, quando saiu os assentamentos, empurrava as vacas velhas tudinho pra gente, mentia pra gente e nós como não tínhamos experiência com gado, acabava comprando tudo dele né. A maioria do povo aqui comprou gado e foi desse jeito. (ELIZABETH, 53 anos)

Apesar da cadeia produtiva do leite ser uma das alternativas que o pequeno produtor tem para se manter no campo, por ser viável implantá-la em pequenas áreas e principalmente por manter um fluxo mensal de entradas monetárias (CARVALHO, 2006), durante a pesquisa de campo notou-se que algumas famílias acabaram utilizando os projetos elaborados para o Pronaf na aquisição de matrizes leiteiras mesmo considerando não ter aptidão para a atividade. Os técnicos de ATER, para conseguirem atender a grande demanda de assentados, elaboravam um projeto padrão, mas que nem sempre atendia as necessidades dos assentados, e em alguns casos, como o do Guilherme, assentado no Primavera II, não sabiam que poderiam usar os recursos do Pronaf para outra atividade:

O gado eu acabei com tudo porque só tava me dando gasto e não era do meu agrado né, eu nunca gostei de gado de leite, eu prefiro lavoura, toda a vida mexi com lavoura. Aqui o Pronaf tinha que ser pro gado. Eu tava assinando uma coisa contra a minha vontade, eu queria pra lavoura e falaram que não saia, que só tinha pra gado, mas no banco lá o gerente me falou que saia pra lavoura sim, mas eu acabei pegando o do gado mesmo, porque os papeis já estavam prontos eu já tinha acabado de assinar o contrato. Depois de uns anos

tirei tudo o gado e vim fazer o que gosto né, o que eu tenho vocação.
(GUILHERME, 63 anos)

As casas da antiga sede da fazenda ainda existem, mas hoje estão ocupadas por pessoas da cidade de Andradina ou parentes dos assentados. A área comunitária foi construída logo no início da criação do assentamento e possui uma construção com dois cômodos que no início eram destinados à um centro de formação e informática com computadores ganhados pela comunidade. O centro de formação acabou não dando certo pela falta de internet no local e atualmente funciona como postinho em que médicos e funcionários da prefeitura de Andradina realizam os atendimentos. A área comunitária também conta com um campo de futebol e aparelhos de ginástica ao ar livre, instalados pela prefeitura.

A sede em si tá tudo ocupada com pessoas morando, tem alguns parentes de gente que tá assentado ali, e outros vieram da cidade. E a área comunitária mesmo é uma que nós começamos a construir no começo, aí a gente começou a fazer um centro de formação, que a gente ganhou um monte de computador, sabe? Era dois comodo, mas isso virou agora postinho de saúde, porque naquela época não tinha internet né. Tem energia e água lá e um pessoal vem de 15 em 15 dias atender no postinho, a prefeitura fez uma reforma naquilo que já tinha mesmo pra atender. De primeiro aqui era muito animado, tinha torneio, fazia festa, pastel, mas aí o povo foi desanimando, dia de domingo era a coisa mais linda, fazia barraca de caldo de cana, pastel, mas depois teve invasão, um cara veio e ocupou nossa área de reserva e pra nós não perder colocamos um filho de assentado ali, mas ele já vendeu por 80 mil pra outro cara. Tem tanta coisa que a gente fica boba de ver e o INCRA não faz nada.
(MARGARIDA, 59 anos)

Os assentados do Belo Monte possuem uma associação e um grupo de mulheres que se organizam de maneira informal, e segundo as entrevistadas, por muitos anos as famílias continuaram unidas e se organizando em busca de melhores condições de investimentos, mas também convivendo como comunidade em atividades de lazer. Nos últimos anos, as entrevistadas consideram que as coisas “deram uma esfriada”, “está tudo parado”, e essa atmosfera de desânimo aparece também nos outros assentamentos do Território.

A falta de eventos e projetos, resultado da paralização dos serviços de ATER na região e o desânimo causado pelas dificuldades de comercialização das produções pela inoperância dos programas de compras institucionais parecem ter desempenhado papel importante no distanciamento do convívio social das comunidades, levando em alguns casos extremos, a desistência do lote. Somado a esses fatores, está o crescente avanço dos canaviais na região,

cercando cada vez mais os assentamentos. Outro fator que não deve ser desconsiderado são as circunstâncias criadas pela pandemia da Covid-19 que levou ao isolamento social forçado.

Durante uns dez anos, era tudo muito organizado, nós fazíamos assembleias duas vezes por semana, a gente continuou naquela coisa bem organizativa, tinha muita formação do movimento, cursos, a gente se reunia muito. Ai depois teve o envolvimento do Itesp com as mulheres, formou o grupo das mulheres, formamos a associação, tinha a Coapar que tava no comecinho da luta e tudo. Era tudo muito organizado, por muitos anos. Mas de 4 ou 5 anos pra cá deu uma esfriada, o povo não quer mais participar de nada, até de falar sobre recurso, do leite, preço etc., reuniões pra mulheres, pros homens, vão duas ou três pessoas. [...] se tivesse jeito de melhorar as coisas e animar o povo, de você comercializar as coisas que você tem, entendeu? Porque o pessoal às vezes produz e não tem como comercializar e as políticas públicas, porque acabou com tudo né, com nosso PAA, o PPAIS de merenda escolar. Precisava de um jeito de vender os produtos, porque se não tiver esses programas, você perde tudo. [...] Tá faltando muita assistência técnica, bastante empenho do INCRA em dar mais apoio, pra poder fazer a coisa mais certa, o pessoal desanimou porque não tinha estrutura certa pra trabalhar, tipo, muita gente que pegou o Pronaf não conseguiu nem pagar, acabou se endividando porque os projetos não deram certo. E hoje sem apoio desses órgãos ta cada um pra sí. (MARGARIDA, 59 anos)

Hoje deu uma esfriada filha, tá tudo parado. Tá cada um pra sí, não tem mais aquela união que tinha no começo, fazia reunião, mas aí depois ficou cada um cuidando do seu sitio né, aí deu uma esfriada. E hoje em dia a situação tá muito difícil, fizeram essa coisa da cana pra acabar com o assentamento, com o movimento, com a reforma agrária, porque os bestas que forem fracos caem, arrendam pra cana, aí volta tudo pro grandão de novo. Porque sempre tem um que acaba cedendo. Se pudesse, eu queria ser enterrada aqui mesmo. Depois que essa cana aqui na divisa veio, tem muito pé de planta, de manga, que tá morrendo, pra mim é esse veneno. Você só vê o avião passando, e eles nem avisam que vai passar. Agora o fazendeiro vai lá de madrugada e manda trabalhar, tira as árvores que tinha na fazenda, árvore de fruta, eles enterram, só que a justiça é comprada né, não faz nada. Aí acabou o habitat dos animais, você planta o milho pra colher pra silo, aqui minha filha, misericórdia, teve um milho que nós plantamos aqui, foi tudo comido... passarinho, periquito. Tem dia que tinha 19 coco no chão, tucano, as araras azul...os bichinhos não têm o que comer por aí. Ficou um deserto em volta. E outra, os caminhões passam alí ó, na estrada do Assentamento, da Ipê, da Viralcool, da Raizen, têm várias, estragam tudo as estradas, terra, poeira, poeira... Tá virando um inferno. (ELIZABETH, 53 anos)

4.3.3 Assentamento Santa Maria da Lagoa

4.3.3.1 *O nascimento do assentamento no interior de uma rede de acampamentos*

O Assentamento Santa Maria da Lagoa está localizado no município de Ilha Solteira e foi oficialmente criado em 25 de fevereiro de 2005, a partir da desapropriação da Fazenda com o mesmo nome. O processo de luta para essa desapropriação foi relativamente tranquilo, pois as famílias esperaram pouco tempo acampadas nos arredores da fazenda, não houve ações de ocupação e despejo, e segundo relatos, após a fazenda ser dada como improdutiva, o proprietário “não fez caso” e negociou o valor do imóvel com o INCRA.

A Fazenda Santa Maria da Lagoa estava entre os 12 imóveis do Território Prof. Cory/Andradina declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 21 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002) e ficou em negociação na justiça sobre o valor a ser indenizado, estabelecido em sentença, até o INCRA conseguir a imissão na posse em 25 de janeiro de 2005 (TRF3, 2005). Em documento elaborado pela Superintendência Regional de São Paulo (SR - 08/SP) em 15/02/05, acessado durante a pesquisa de campo, sobre as fases processuais dos imóveis da meta de 2004 de desapropriações/aquisições, constava que a indicação de vistoria da Fazenda Santa Maria da Lagoa teria sido feita pelo próprio INCRA.

Apesar da tranquilidade do processo de desapropriação da fazenda, muitas famílias que foram assentadas vinham de uma longa trajetória de acampamentos. A trajetória dessas famílias nos permite observar um fenômeno muito interessante, o da existência de uma rede de acampamentos. Este fenômeno nos remete à pauta articulada pelos movimentos sociais em meados de 1990, com a ocupação da fazenda Anhumas, iniciando uma plataforma de lutas reivindicando todas as possíveis desapropriações no Território.

Os acampamentos seguem um modelo organizacional no qual coordenadores são selecionados para facilitar a troca de informações com os dirigentes dos movimentos. Essa conexão estabelecida, que ocorre de forma mais restrita entre membros de uma mesma organização, facilita a peregrinação das famílias por vários acampamentos. Essa peregrinação é motivada por diversos motivos, seja pelo surgimento da possibilidade de ser assentado em um local de preferência, por notícias de processos de desapropriação que estão mais avançados (e com número de famílias insuficientes), ou até mesmo por desavenças. A existência dessa rede faz com que seja comum as famílias passarem por mais de um acampamento antes de serem finalmente assentadas.

O contexto geral de concentração de terras improdutivas no Território Prof. Cory/Andradina alavancou a territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra em seus

municípios, principalmente do MST, por meio de suas ocupações e acampamentos. Essa rede de acampamentos é reproduzida em espiral, como observado por Loera (2006), com um acampamento sempre vinculado a outro, em que os indivíduos ocupantes desses espaços convidam outros para formarem novos acampamentos e, eles mesmos participam de novas ocupações, mostrando o método de montagem e organização de um acampamento.

Assim que os dirigentes do MST ficaram sabendo que a negociação da fazenda Santa Maria da Lagoa estava em fase final, repassaram a informação para os coordenadores de acampamentos localizados no Território para identificarem famílias interessadas a se transferirem para lá. Se uniram então, naquela ocasião, famílias que estavam acampadas pelo Território, principalmente famílias acampadas em Mirandópolis, Guaraçaí, e do acampamento da fazenda Lagoão, em Itapura.

O sr. Fernando, assentado do Santa Maria da Lagoa que participou ativamente, em suas palavras, do *nascimento* do Assentamento, estava residindo no acampamento Primavera II, em Mirandópolis, quando veio a notícia que o processo desapropriatório da fazenda estava em fases finais. Ele e a esposa, junto com outras famílias do acampamento Primavera II, vieram acampar nos arredores da fazenda Santa Maria da Lagoa:

Nasci em Minas Gerais, e fui criado perto de Maringá, sempre trabalhando na roça, em arrendamento, por muitos anos até vir aqui pra região. [...] Quando a gente ficou sabendo da reforma agrária, a gente [ele e a esposa] estava morando na cidade e a situação não estava boa, estava muito difícil, *um amigo nosso que entrou num acampamento que nos contou*, pensamos bem e decidimos ir pro acampamento Primavera em Mirandópolis, na Terceira Aliança, ficamos três anos e meio lá. Enquanto estávamos acampados lá, eu arrumei um emprego numa fazenda lá perto da Terceira Aliança. Morava no acampamento e trabalhava lá pra se manter. Com o tempo, surgiu essa terra aqui, e um coordenador do Estrela da Ilha, o V., avisou o povo lá que ia sair a fazenda Santa Maria da Lagoa também, no outro dia já pegamos um caminhão e viemos pra cá, veio 18 famílias com a gente. [...] Na beira da estrada não ficamos 15 dias. Entramos aqui dentro dia 27 de janeiro, e ficamos na reserva até cortar os lotes, no provisório. O administrador também pegou terra aqui, ele e a família dele todinha, porque eles tinham o direito. [...] Aqui o nosso foi tranquilo, aqui era gado e tinha uma roça. Foi dada improdutiva né, também porque eles não soltavam nota. Ai o fazendeiro já quis entregar pro INCRA também, porque ele tem bastante fazenda na região de Barretos. Já teve um acampamento aqui antes, mas não saiu nada e eles foram acampar lá perto de Itapura, pra lá da ponte tinha um acampamento grande alí. Aí quando liberou aqui eles vieram pra cá. Aqui tem gente que estava em vários acampamentos da região, até completar as 75 famílias. O MST vai nos acampamentos e fala “surgiu dez vagas em tal lugar” e vê quem interessa de ir. [...] Quando tá nascendo um assentamento, igual aqui que nasceu quando foi liberada a

fazenda, eles fazem um grupo de coordenadores nos acampamentos, aqui nós tínhamos quatro, então o MST comunica com os coordenadores. Ai o MST pergunta pro coordenador “quantos lotes tem aí?” “tem tantos”, aí vamos nos organizando desse jeito. Tem pessoas, por exemplo, que não quiseram vir pra cá, queriam Mirandópolis pra ficar perto da família, aí continuam lá até surgir vaga. Se sobra vagas nos assentamentos, o coordenador também comunica com o MST. Quando nós já estávamos aqui, a coordenadora de Mirandópolis ligou falando que tinha surgido vaga, mas nós não fomos porque já estávamos aqui né. *Mas também não é todo mundo que faz isso não, tem que conhecer as pessoas*, e como eles conheciam a gente e sabiam que a gente era trabalhador ligaram pra nós. (FERNANDO, 67 anos)

O que cabe destacar na narrativa do Fernando, além da troca de informação entre coordenadores de acampamentos e dirigentes dos movimentos, são os laços de amizade ou de parentesco como uma importante base de circulação de informações. A aproximação das famílias com a luta pela terra, identificada na pesquisa de campo e em outros estudos (MARTINS *et al.*, 2003; LOERA, 2006), envolve essa forma de relação, e os laços de parentesco ou amizade como fontes de informações é um instrumento tão significativo no mundo das ocupações que faz com que algumas informações cheguem a uns e não a outros, como observamos na fala do sr. Fernando “Mas também não é todo mundo que faz isso não, tem que conhecer as pessoas”.

O sr. Moacir, já apresentado na pg. 67, viveu junto com sua esposa uma longa trajetória de lutas, morando em sete acampamentos em um período de sete anos até finalmente conseguirem ser assentados. Não raro, as famílias acampadas passam por essa rede de lutas, na ansiedade de conseguir um pedaço de terra, peregrinando por vários acampamentos que se deslocam e/ou se transformam ao longo do tempo, conforme informações dos processos desapropriatórios ou até mesmo negociações ou decisões estratégicas tomadas entre os dirigentes dos movimentos. Logo após receberem a informação sobre a fazenda Santa Maria da Lagoa, vieram, junto com outras famílias, do acampamento Lagoão, em Itapura (outra parte das famílias deste acampamento foi para o Assentamento Estrela da Ilha, também em Ilha Solteira). Naquela ocasião, Moacir também atuou como coordenador de acampamento:

Primeiro [no final da década de 1990] eu fui pra fazenda Santa Emili [em Andradina], ficamos eu e mais quatro famílias na beira da estrada e depois de uns seis meses, um superintendente do INCRA foi lá junto com o MST e falou “ó, essa fazenda não vai sair, vocês vão lá pra fazenda perto da Rosely Nunes [Itapura], na beirada da pista”, aí ficamos lá na beira da estrada, naquela época tinha jagunço, né, e não podia entrar, ficamos só na beira da pista, pra lá da ponte, 90 famílias. Fiquei alí uns 2 anos e pouco, mas ali não virou nada. Depois apareceu um coordenador e falou que ia sair a Três Barras

[Assentamento Celso Furtado, Castilho], saímos dali e fomos pra lá. Aí depois de um tempo saiu outro acampamento lá na Fazenda Pedágio, perto de Castilho. Ficou 600 famílias lá perto do pedágio. Lá na Pedágio dividiu a turma, pra três fazenda: fazenda Abrigo que era de frente pra Três Barras, fazenda Cafeeira [depois Assentamento Cafeeira] e uma outra. Ai eu voltei de novo pra Três Barras e ficamos lá mais uns seis meses. Aí o P. [um coordenador] foi lá na Três Barras e falou que a fazenda Lagoão ia sair logo, então rancamos o barraco e fomos pro Lagoão, lá ficamos uns 3 anos. De lá já viemos direto pra cá. Ai saiu a Santa Maria da Lagoa e o Estrela da Ilha no mesmo dia, o juiz decretou lá em Jales que nós podíamos entrar nas duas. Então o V. [coordenador do Estrela da Ilha] falou quem quiser ir pra Criolo [Estrela da Ilha], e quem quiser ir pra Santa Maria da Lagoa vai, éramos em 90 famílias no lagoão, 27 resolveram vir pra cá e eu vim no meio. [...]

Na beira da estrada aqui ficamos oito dias só. Tinha um acampamentinho aqui, mas era muito pequeno, duas famílias só, do MST, porque eles já estavam desanimados né, porque aqui é muito fora de mão, e *acampamento pra ser bom tem que ser onde está mostrando*, tem que ter uma pista, aqui é muito escondido. O povo sabia dessa fazenda, mas não fazia acampamento porque não tinha muito lugar pra fazer pressão, e também o fazendeiro não dificultou a desapropriação aqui, ele negociou com o INCRA. [...]. Ficamos lá na entrada, na beira da estrada. Veio também mais umas famílias de Mirandópolis e de Guaraçaí. Depois de uns oito dias que estávamos alí, veio o L. [dirigente regional] do MST junto com um cara do INCRA pra dar a posse. Eles falaram que iam na sede falar com o administrador e avisar que iríamos entrar. Saímos de lá e viemos acampar alí no fundo, dentro da fazenda, na reserva. Ficou todo mundo esperando a definição alí, que a gente chama de provisório, o fazendeiro pediu 90 dias pra desocupar a fazenda. Depois de 90 dias ele desocupou, o técnico do INCRA mandou o mapa e nós mesmos cortamos a fazenda no mapa. (MOACIR, 55 anos)

Após o agrupamento das famílias no acampamento e a obtenção da imissão na posse da área pelo INCRA, as famílias entraram na propriedade e acamparam na reserva, em um espaço que chamam de “provisório”. Em seguida ocorreu a etapa de inscrição das famílias para serem homologadas, a Superintendência Regional do INCRA estabeleceu uma equipe de seleção, que segundo Norma de Execução 45/2005¹⁸, deve-se fazer mediante participação dos candidatos(as) inscritos e das entidades representantes dos mesmos, e que a organização do assentamento deve ser realizada de comum acordo com os interessados, respeitando a forma de organização social preexistente. Portanto, o processo de inscrição e seleção das famílias implica a participação da comunidade interessada no projeto de reforma agrária, e no caso do projeto de assentamento do Santa Maria da Lagoa, conforme entrevistados, ocorreu da seguinte maneira:

¹⁸ A Instrução Normativa vigente é a 98/2019, que não menciona a participação da comunidade no processo de seleção. Porém, no Território, ainda não houve seleção de famílias após a publicação da IN 98/2019 (BRASIL, 2019).

Dos coordenadores tiramos oito pessoas pra entrevistar as pessoas, e fazia entrevista igual você tá fazendo aqui agora. Vai perguntando o que eles querem fazer no sítio, tal. Depois escolhemos três coordenadores do acampamento para representar o povo na prefeitura, no INCRA. E pra esses três o INCRA perguntava sobre as pessoas da lista, porque o INCRA tem o cadastro de todo mundo né, perguntava sobre o fulano de tal, o INCRA conversava com os coordenadores pra saber sobre as pessoas, *porque quem sabe é a comunidade, que está no acampamento*. Teve uns do nosso acampamento que não conseguiram pegar porque eram aposentados. (MOACIR, 55 anos)

Vamos supor, eu sou um coordenador né, eu tenho 30 pessoas comigo, eu já conheço aquele povo que tá comigo e eu mando o nome de todos. Agora se tem alguém pelo meio que você vê que *não se enquadra* ou que tá sempre causando problema, que tem problema com álcool ou drogas, porque aí as pessoas vem tudo pra cima do coordenador né, mas você faz a lista e joga lá pra cima, fala pro INCRA e fala pra ele resolver, ver o que ele faz, aí tá na mão deles, porque eles têm o pré-cadastro de todos, aí o INCRA vê as possibilidades que têm, o que que pode fazer com aquela pessoa pra não tirar do assentamento também né, porque já é excluído da sociedade e vai jogar fora? Às vezes eles assentam nos lotes mais pra baixo, e o INCRA dá um tempo determinado pra pessoa conviver e pra não sair reclamação de novo, pra não tirar a pessoa. Pra assentar o INCRA faz uma malha fina, aí eles analisam tudinho, pra ver se é criminoso, ou se tem firma aberta em nome ou outras coisas. Tem muitos que estão super bem com a gente aqui, tá animado pra produzir, mas não passa pelos critérios do INCRA e não pode pegar. (FERNANDO, 67 anos)

O INCRA, a partir de uma lista previamente elaborada pelos coordenadores de acampamento e dirigentes do movimento, faz o enquadramento dos candidatos nos requisitos necessários estabelecidos em normativas, analisando informações existentes no banco de dados do Instituto, e faz a seleção final das famílias que serão assentadas e que receberão o Termo de Compromisso.

A elaboração da lista dos candidatos pelos coordenadores e/ou dirigentes dos movimentos é baseada em alguns critérios, além das informações repassadas pelos acampados ao preencherem uma ficha de cadastro no acampamento e dos indicados nas normativas do INCRA. Os principais critérios classificatórios e/ou eliminatório são o tempo de acampamento, moradia efetiva nos barracos e a reputação da família dentro da rede de acampamentos. A participação em manifestações e engajamento das famílias nas lutas e também as posições político ideológicas também contribuem para a formação de uma boa reputação no círculo social dos acampamentos.

Loera (2014) demonstra em seu estudo sobre acampamentos que os acampados, assentados e dirigentes percebem os participantes dos acampamentos como “boas famílias” ou “bons acampados”, e que essa percepção vai sendo adquirida durante o tempo de acampamento. Na visão dos entrevistados, as pessoas consideradas indesejáveis para o projeto de assentamento são aquelas “que estão sempre causando problemas nos acampamentos, brigas, ou que bebem muito ou fazem o uso de drogas”.

Apesar dos procedimentos de seleção das famílias no Território seguirem, de modo geral, esse modelo, segundo pesquisa de campo e outros trabalhos (CAUME, 2002; LOERA, 2014), os procedimentos de seleção, principalmente os critérios classificatórios baseados na reputação, ou do que se considera ser um “bom acampado” podem ter variações ou particularidades que dependem das trajetórias das pessoas que compõem o acampamento e também da organização responsável pela ocupação.

Após a seleção das famílias e o recorte dos lotes, a distribuição foi realizada mediante sorteio, mas para manter a proximidade das pessoas com maior afinidade, os coordenadores do Santa Maria da Lagoa dividiram a área da fazenda em quatro glebas, sortearam as glebas entre eles, e cada coordenador foi com o seu grupo para a gleba sorteada realizar a distribuição dos lotes.

Nós fizemos [a distribuição dos lotes] em grupo. Tinham quatro coordenadores com seu grupinho de famílias. Dividimos em quatro grupos e sorteamos por local. Então cada um ficou com um tanto de famílias. Ai sorteamos as glebas, gleba 1,2,3 e 4. E as famílias foram na gleba do seu coordenador.

Quem teve essa ideia de dividir em quatro glebas?[pergunta da entrevistadora]
Nós mesmos, pra ficar mais fácil pra fazer o sorteio e a gente organizou por grupo de afinidade, pra morar mais perto. Então cada um ficou no seu grupo.
(MOACIR, 55 anos)

A forma como os lotes foram distribuídos favoreceram a convivência local, fator que frequentemente é manifestado na distribuição dos lotes quando um assentamento é criado. Não foi rara as menções durante a pesquisa de campo, em outros assentamentos do Território em que a distribuição dos lotes não foi feita pensada nas relações de afinidade, que os beneficiários permutaram entre si os lotes sorteados. Wanderley (2003) identificou procedimento parecido ao realizar um estudo de caso nos assentamentos Pitanga I e II, nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu em Pernambuco, em que a distribuição dos lotes foi feita de forma pacífica, por sorteio, mas que os beneficiários permutaram os lotes entre si, permitindo reconstruir ou reforçar os já antigos laços de proximidade, fundados no parentesco ou na vizinhança.

4.3.3.2 Famílias que vieram depois: o grupo dos cinco e o grupo dos nove.

É costumeiro novas famílias se mudarem após a oficialização de um assentamento, nomeadas “chegantes” por Quinteiro (2003). Essa entrada subsequente dá-se por diversas frentes, sendo famílias assentadas pelo INCRA nos lotes remanescentes do P.A. (chamado pelos assentados de “sobra de lotes”), ocupação de lotes ociosos de famílias que desistiram, a permuta de lotes entre assentamentos, e até mesmo pela “compra” informal do direito do uso da terra (ALEIXO, 2007; TERENCE, 2022).

A sra. Carolina foi assentada no Santa Maria da Lagoa quase um ano após a criação do P.A., junto com outras quatro famílias, na sobra de lotes, que foram homologados em dezembro de 2005. Carolina também fazia parte da rede de acampamentos e passou por três acampamentos em um período de aproximadamente três anos e meio, todos coordenados pelo MST.

Nasci no Ceará, sai de lá com sete anos. Ai fui pro Piauí. Com 12 anos mudamos pro outro lado do rio que era o Maranhão. De lá eu fui pro Pará. Lá casei e depois vim pra cá, São Paulo, com 33 anos, a família do meu marido é daqui, meu pai também veio pra cá. Meu pai sempre foi rural e a gente sempre ajudou ele, ele não tinha terra mas ele arrendava né. Nós éramos em nove filhos. A gente morava na cidade, e ia à pé na roça todo dia, ia e voltava, era longe. [...] Eu trabalhava em Castilho de doméstica e morava na cidade. Mas nós [ela e o esposo] tínhamos vontade de ter um pedacinho de terra da gente mesmo, pra trabalhar na agricultura né, nós éramos tudo da roça né, a gente passava vontade. Eu nunca gostei da cidade. [...] A gente morava em Castilho e começou o movimento do MST e meu marido se juntou a eles, ai a gente fazia acampamento pra conquistar a terra. Primeiro ele foi lá na Anhumas, ficou uns 3 meses, lá eu não fui, depois fomos pra esse outro acampamento na Cafeeira, ficamos mais ou menos um ano lá. Os outros ficam falando “não, vamos pra outra que sai mais rápido” e eles ficam pulando, sabe? Ai fomos pra Capim, em Castilho, e ficamos dois anos e pouco lá na Capim. [...] Quando estava acampada em Castilho, o INCRA trouxe nós pra cá. Esse assentamento sobrou cinco lotes, e aqueles *mais velhos de tempo acampado* ele trouxe, porque eles pegam as pessoas que ficam mais na luta, *moram no barraco*. O MST que indica pro INCRA as pessoas que estão há mais tempo e que vive no acampamento. Quando nós chegamos aqui, já fazia quase um ano que eles estavam assentados aqui. (CAROLINA, 72 anos)

Na narrativa da sra. Carolina nota-se que o INCRA acessa as informações das pessoas que fazem parte dessa rede de ocupações, via movimento social, e que o tempo de acampamento e efetiva moradia no barraco pelas famílias que foram critérios de seleção para priorizar as cinco famílias a serem assentadas nas sobras de lotes do Assentamento Santa Maria da Lagoa.

Além da sobra de lotes, houve outras famílias que se mudaram posteriormente para o assentamento, por diversos meios, então criou-se o grupo *dos nove*, nove famílias que estavam em situação irregular nos lotes, mas que conseguiram ser homologadas em março de 2009, dentre as quais a sra. Ana faz parte. A formação de subgrupos dentro de um acampamento ou assentamento é resultado de processos internos de organização social e política, de produção, de convivência, e no caso do Santa Maria da Lagoa, de famílias “chegantes”. Outros trabalhos evidenciam a formação de subgrupos nos assentamentos, inclusive nomeados pelo número de pessoas que o compõe (PEREIRA, 2000; BRENNEISEN, 2003)

Nasci em Pereira Barreto e cresci aqui nessa região, me criei na roça, meu pai arrendava e nós íamos mudando pras fazendas trabalhando com ele. [...] Eu estava no Mato Grosso do Sul quando fiquei sabendo que ia ter a divisão das terra, pros acampados. Mas essa época eu não fui atrás, eu não acreditava que ia sair. Levei minhas irmãs no correio pra fazer cadastro, mas eu não fiz. Também porque eu trabalhava e não ia poder ficar nos barracos, meu marido era funcionário, gerente da fazenda. Mas aí não deu certo de continuar lá e vim pro Ipê [bairro de Ilha Solteira], e resolvi procurar um barraco pra gente pleitear uma terra. Eu não me dei bem em morar na cidade, em lugar fechado. Aqui pra mim não serve. Na época minhas irmãs já moravam em assentamento. Então falei: vamos procurar um lugar pra gente pleitear uma terra, que aí a gente fica no sítio. Entrei em contato com os movimentos, MST, Sintraf, sindicato até que achei uma vaga no acampamento do MST. Ai fiquei acampada lá até conseguir o lote aqui. Eu tinha quintal, uma hortinha, vendia verdura dentro do assentamento. Era minha moradia mesmo. Fazíamos culto. Era na estrada de Ilha pra Itapura, na entrada da fazenda Cachoeirinha. Tinha um acampamento muito grande lá, quando eu fui pra lá, já tinha acontecido deles terem invadido e matado gado na fazenda, deu polícia e afastaram eles de frente da fazenda Lagoão¹⁹. Ai quando eu fui pra lá, eles já estavam ali na frente do cachoeirinha. Fiquei acampada lá 4 anos.

[...] De noite menina, dava um medo, as carreta passavam e as lonas do barraco enchiam de ar e balançava tudo. Eles colocaram eu e meu marido de coordenador do acampamento né, mas a gente não ia nas manifestações, então a gente pagava um tanto de apoio nas manifestações pra ficar só nos barracos. Eu e meu marido éramos mais passivos, não gostava muito de querer tomar as coisas dos outros no tapa, na violência. Toda vida nós trabalhamos na roça e sabe o valor que tem de se ter um pé de planta, um carro, as coisas que você conseguiu, é muito suado. Então eu me colocava no lugar dos fazendeiros, do gerente da fazenda. No Lagoão mataram umas criações do gerente pra comer. Ai não gostamos e decidimos sair de lá, abandonei lá e viemos pra cá, eu meu marido e minhas meninas. Mas não foi só isso sabe, as meninas eram pequenas e corríamos muito risco, meu barraco era cercado, mas elas eram ligeiras, na beira da rodovia você corre muito risco. Também tava acontecendo muita

¹⁹ De acordo com entrevistados, o acampamento Lagoão era um acampamento grande com três coordenações de movimentos diferentes, diferenciados pelas cores e bandeiras: MST, Sintraf, e outro sindicato.

briga. Tinha um cara que bebia muito e teve uma noite que teve uma briga que foi muito assustadora. Você vai se desgastando, é cansativo. Principalmente na época de seca braba, não tinha serviço, passava dificuldade, tinha uma cesta básica que o MST conseguia pra gente, mas a gente falava “hoje tem feijão com carne” era feijão com caruncho, vinha cheio.

[...] Quando íamos sair de lá, esse lote aqui, tinha gente, mas o dono tava fugido da polícia, abandonou deixou um senhorzinho de idade aqui cuidando pra ele, que tinha uma doença e ele não podia ficar. Conversamos com ele, e ele já tinha falado que ia sair. Depois conversamos com o coordenador e ele falou “pode ir pra lá”. Ele conseguiu uma carta com o L. [dirigente regional do MST] pra que a gente viesse pra cá. Era uma carta do movimento que servia também como documento pro INCRA pra mostrar que nós éramos acampados. Que como eu era acampada na beira da estrada, e que quatro anos não é quatro dias né, eu podia pegar um lote. Então viemos pra cá. Quando eu vim pra cá eles me notificaram que estava irregular. Ai peguei a carta e uns documentos pra mostrar que eu era acampada, peguei a assinatura do povo aqui do assentamento e levei pro INCRA. Tinha mais oito famílias irregulares aqui, até na época criou-se o grupo dos nove pra correr atrás da homologação. Deu briga e confusão, mas no final deu tudo certo. (ANA, 58 anos)

Na relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, outras famílias foram sendo homologadas no Santa Maria da Lagoa ao longo dos anos, e a última homologação foi formalizada em 2018 (INCRA, 2022). No entanto, ainda existem famílias em situação irregular, de acordo com a Instrução Normativa Nº 99/2019²⁰ (BRASIL, 2019; INCRA, 2022), o que nos mostra graves dificuldades na implementação de políticas públicas para viabilizar a permanência das famílias na terra, já que um contingente significativo de beneficiários acabam deixando seus lotes.

4.3.3.3 Anos iniciais no assentamento

As famílias beneficiárias tiveram acesso aos créditos de instalação e apoio para produção no mesmo ano em que foram assentadas. Aproximadamente 60 dias após a ida para os lotes, as famílias já tiveram acesso aos Créditos de Instalação das linhas Apoio Inicial (para compra de itens de primeira necessidade e equipamentos produtivos) e Fomento (voltado à promoção da segurança alimentar), recebendo R\$2.400,00 em cada modalidade. A próxima linha de crédito liberada foi a Habitacional, voltada à construção das moradias. No mesmo ano também tiveram acesso ao Pronaf e, segundo os entrevistados, a grande maioria das famílias fez projetos para sistema de produção de bovinos, já que a área do imóvel desapropriado estava

²⁰ As ferramentas de aplicação de procedimentos do INCRA estão em constante alteração: A Instrução Normativa (IN) 99/2019, que trata da identificação de irregularidades nos lotes, é a que se encontra vigente, fruto da alteração de outras quatro IN que tratam do assunto: IN 22/2005, revogada pela IN 47/2008, revogada pela IN 71/2012, revogada pela IN 97/2018, revogada pela 99/2019 (BRASIL, 2019).

coberta por pasto. Nos anos seguintes tiveram acesso ao Fomento Mulher, Reforma Habitacional e Custeio.

No que diz respeito à energia, os assentados manifestaram satisfação com a velocidade da instalação de energia elétrica, que foi gratuita, via Programa Luz Para Todos, do Governo Federal. Já em relação à água, o INCRA fez a instalação de dois poços semiartesianos, mas somente algumas famílias os utilizam, uma vez que muitas perfuraram poços cacimba ou semiartesiano em seus lotes com recursos próprios.

Ao que tudo indica, o acesso aos créditos e serviços disponíveis às famílias beneficiárias do PNRA ocorreu com a mesma tranquilidade que os entrevistados relataram no processo de desapropriação da fazenda. Conforme Moacir, “Entramos em janeiro de 2005. Em outubro e novembro nós já estávamos recebendo o Pronaf, em janeiro já começou energia, com aquele Luz Para Todos que foi uma maravilha. Foi tudo rápido aqui”. As famílias que entraram posteriormente, na sobra de lotes e as que foram regularizadas, também tiveram acesso aos recursos e serviços após o acerto da documentação.

Apesar da agilidade na disponibilização dos recursos, os entrevistados julgaram insuficientes os valores concedidos:

Depois veio mais R\$5.900,00 pela Caixa Econômica, que era pra reformar as casas. Eles falam reforma né, mas a gente não tinha nem acabado as casas com a quantidade de dinheiro que veio, era pra acabar a casa mesmo. (MOACIR, 55 anos)

O dinheiro que emprestaram ajudou mas não foi o suficiente não. Aqui nossa carência por não fazer mais alguma coisa no lote foi por falta de dinheiro. Porque vender as coisas daqui também é difícil, as produções, os pães. (CAROLINA, 72 anos)

A dificuldade sobre comercializar suas produções não foi algo relatado somente pela sra. Carolina, e foi manifestada espontaneamente pelos outros entrevistados, principalmente pela distância do assentamento até a cidade de Ilha Solteira, de aproximadamente 32km. Ainda que algumas famílias comercializem sua produção em feiras livres nos municípios de Itapura e Ilha Solteira, o principal meio pelo qual comercializavam eram os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, paralisados a partir de 2017.

Lá estaríamos melhor [P.A. Primavera II], lá naquela região [Mirandópolis], pra você escoar o seu produto é mais fácil, tem muito comprador, até de São Paulo, vem de longe comprar as coisas. Aqui é muito mais difícil comercializar o que você produz. Tocava PAA aqui, tinha vários projetos, a gente tinha uma associação aqui que entregava na prefeitura todo final de semana, 50 caixas, 60 caixas, o prefeito pegava produto nosso aqui, mas aí

mudou as políticas né, parou os projetos e muita gente perdeu roça, quando parou eu tinha duas hortas grandes aqui, perdi. Perdi 20 tonelada de batata doce plantada. (FERNANDO, 67 anos)

A quase total paralização no ano de 2017 do PAA foi causada pela mudança sistemática de distribuição e redução drástica dos recursos destinados às políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, focado na agricultura familiar (PORTAL DA TRANSPARENCIA – PAA, 2019). Outro gargalo enfrentado pelas famílias no quesito produção atualmente é a falta de ATER. O orçamento destinado à Assistência Técnica nos assentamentos também foi afetado, sendo R\$355,4 milhões em 2015, caindo para R\$19,7 milhões em 2018 (MST, 2019; ARLINDO, 2020).

Assistência técnica teve bastante, tinha os técnicos do INCRA que vinham direto aqui, até 2016, 2017 por aí, sempre saia uns projetinhos, saiu apoio mulher, cursos, mas ai agora acabou, sumiu tudo. Estamos abandonados aqui, acabou tudo. (MOACIR, 55 anos).

Bastante gente desanimou. Muita gente desistiu por motivo de doença ou por motivo de serviço, porque só do lote tá muito difícil sobreviver, quem tem criança principalmente, a renda tá muito pouca. Eu sou aposentada né, eu corro ao recurso da minha aposentadoria pra plantar, porque as vezes não dá, e eu faço feira todo sábado e domingo. Às vezes invisto dela no lote. Com a renda só do lote é muito difícil. Tinha o PAA, ainda ajudava bastante gente aqui, mas ai parou né. E a maioria desanimou dos projetos, porque sumiu todos os técnicos, a gente tinha começado uns planejamentos, mas sem os técnicos fica difícil seguir. (ANA, 58 anos)

4.3.3.4 Infraestrutura comunitária

O Projeto de Assentamento Santa Maria da Lagoa conta com 75 lotes, com cerca de 12 hectares cada, em uma área total de 1.211 hectares. Apesar de estar entre os projetos de assentamentos do Território com melhores condições de conservação ambiental (PAZ, 2022), existem ocupantes que constituíram residência nas áreas de reserva legal. De acordo com Paz (2022), 10 dos 38 assentamentos do Território possuem ocupações em áreas de reserva legal, e que possivelmente, o fator que favoreceu a ocorrência dessas ocupações é que ao serem desapropriados, esses imóveis não possuíam áreas florestais para o atendimento das demandas legais, o que resultou na delimitação de áreas para reserva comumente ocupadas por pastagens.

A antiga sede da fazenda foi utilizada para a formação da área de comunitária, sendo duas casas sede, uma utilizada para abrigar o tanque de resfriamento de leite da Coapar e para

a realização de reuniões (Figura 19), e outra onde está instalada uma cozinha comunitária, com forno, freezer e geladeira, e uma área para atendimento médico.

Figura 19. Área comunitária do assentamento Santa Maria da Lagoa.



Foto: Débora P. Silva (2022).

Apesar dos equipamentos da cozinha comunitária e do posto de saúde estarem instalados, não estão sendo utilizados, por falta de água e energia.

Foi projeto do INCRA com a Igreja. Faz tempo que tem a cozinha, veio freezer, geladeira, mas tá tudo parado isso aí, porque não tem luz. Veio um forno industrial. Tinha energia que nós pedíamos emprestado da Coapar. Tem toda a estrutura da cozinha mas não tem energia pra tocar. Engraçado que o prefeito inaugurou um postinho ali, sem luz e sem água, e nós estamos no pé dele. Só inaugurou e funcionou um dia. Eles pediram energia emprestado das outras casas por perto né, e como não tavam pagando pra eles, eles pegaram e cortaram. Tá toda reformada, pintada, forrada. (CAROLINA, 72 anos)

Tem uma cozinha comunitária na sede, mas hoje não funciona direito não. Tem o posto de saúde, a Dra. E. começou a vir atender, mas não funcionou, porque não tem energia, nem água. Tem uma casa sede ali pra usar, ela usava três cômodos, uma parte era pra cozinha e a outra pro posto de saúde, mas como não tem água, nem energia, eles pararam de vir. No poço eles [prefeitura] estão mexendo, mas energia não sei. (ANA, 58 anos)

O assentamento também conta com uma estufa de mudas, projeto da usina solar, que segundo relatos dos assentados, foi instalada em contrapartida a passagem da rede elétrica pelo assentamento (Figura 20).

Figura 20. Viveiro de mudas – Assentamento Santa Maria da Lagoa.



Foto: Débora P. Silva (2022).

4.3.4 Assentamento Florestan Fernandes

4.3.4.1 Um objetivo, duas bandeiras

O Assentamento Florestan Fernandes, localizado em Mirandópolis, foi oficializado em abril de 2013, um dos últimos PAs criados no Território, e com o mais longo período de lutas. O PA Florestan Fernandes foi instalado a partir da desapropriação da Fazenda Retiro, de 2.824 hectares, declarada para fins de reforma agrária em 21 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002), resultado da bateria de vistorias realizadas pelo Itesp/INCRA no início desse século.

O sr. João, atual morador do PA, era funcionário da Fazenda Retiro e narrou o processo de vistoria e chegada dos trabalhadores sem terras na montagem do acampamento:

Meu pai sempre trabalhou na roça, em fazenda, desses mesmos fazendeiros aqui, que era dono dessa terra aqui, eles tem fazendas lá em Araçatuba, e eu era pequeno quando meu pai mudou pra fazenda deles lá em Araçatuba e ficou 22 anos, e eu cresci lá trabalhando junto. Depois de lá fui pra Araçatuba e trabalhei uns cinco anos como mecânico, mas não consegui ficar na cidade, não era acostumado, voltei pra fazenda de novo, fiquei mais oito anos, mas depois precisou de um tratorista aqui nessa fazenda, que era dos mesmos donos. Em 1995 vim pra cá e fiquei por muitos anos, e foi onde que veio a vistoria da terra pela federal, e achou irregular, acho que foi em 2002, viu? E foi onde que nós estávamos trabalhando e começou a chegar gente pra acampar na beira da estrada, não demorou nada depois da vistoria e começou a chegar esse povo. Até que nós assustamos, porque nunca tinha visto isso, eu mesmo nunca tinha visto aquele monte de barraco na estrada, aquele monte de gente, e eu trabalhava com trator e tinha que passar roçando na beira das

estradas né, e ali eu passava em frente e eles querendo fazer pergunta pra mim, e eu sem saber de nada, ai isso foi aumentando, enchendo de gente. [...] No meio do processo, das audiências, a dona da fazenda morreu. O filho dela era quem tomava conta da fazenda aqui, era um patrão muito bom. Depois que ela morreu, chegou a hora de fazer o inventário. Mas ai como eles iam fazer inventário de uma fazenda que já tava procurada e tal? O jeito que eles tiveram foi vender a terra pro INCRA, eles queriam pagar as multas das coisas erradas, do que achou irregular aqui, mas o INCRA não aceitou. Tiveram que abraçar a causa mesmo e venderam a terra pro INCRA, e foi muito bem vendida, pagou muito bem pago as benfeitorias, eles ganharam bastante dinheiro. [...] O gerente da fazenda não falava pra gente o que foi que deu improdutivo, mas a gente escutava às vezes falando que foi por causa que tem uma área de cerradão que não podia mexer e eles mexeram ali, e na vistoria tava com pasto. Então era coisa ambiental. Mas não posso te dar certeza. (JOÃO, 65 anos)

O primeiro acampamento foi montado, em 2002, na beira da estrada vicinal José Francisco Sobrinho (Mirandópolis sentido Pacaembu) que passava por dentro da Fazenda Retiro e foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis. Porém, segundo depoimentos dos entrevistados, por discordância com as lideranças e algumas acusações de desvio de cestas básicas, o Sindicato de Mirandópolis coordenou o acampamento por pouco tempo, transferindo a coordenação para o Sintraf. Depois de um tempo, algumas famílias acampadas, insatisfeitas com a liderança do Sintraf, segundo relatos, buscaram dirigentes do MST na região para os auxiliarem na luta. Desta forma ocorreu o “racha” dentro do acampamento, denominado pelos ocupantes como Bom Retiro, e as famílias ficaram divididas entre bandeiras do MST e do Sintraf.

Essa divisão de bandeiras também ocorreu em outros acampamentos do Território, como nos casos dos PAs Celso Furtado, Anhumas, Cafeeira, entre outros. Houve um caso de ter mais de duas coordenações, como no acampamento do PA Pendengo, em que no mesmo período havia três movimentos atuando separadamente: Sintraf, MTR e MST. Cada organização possui distintas regras de organização e de modo de atuação, e essas diferenças evidenciam as variações de estratégias de luta pela terra, inclusive no mesmo espaço físico.

Ademais, em acampamentos diferentes que usam a mesma bandeira, principalmente no caso do MST, as regras e estratégias de lutas podem variar de acordo com o posicionamento dos coordenadores. Durante a pesquisa de campo, notou-se diferenças práticas das regras de convivência dentro dos acampamentos do MST, como variação na flexibilidade do número de famílias que podiam morar nos barracos só nos finais de semana, organização de cozinhas comunitárias ou cozinhas individuais e também na distribuição dos lotes após a entrada na área, podendo ser por sorteio, direito de escolha baseado na lista de presença, ou pela escolha dos

coordenadores. Em entrevista para o El País Brasil, em dezembro de 2018, Stédile, membro da direção nacional do MST, explica que o MST possui uma estrutura vertical que mantém a autonomia de núcleos locais, e acrescenta:

“Se 100 famílias decidem ocupar uma fazenda errada, eles vão ser despejados. Mas foram eles que decidiram, eles mesmos vão pagar pelo erro deles. A coordenação nacional não decide isso, ela tem um papel mais político” (STÉDILE, 2018)

Nesse sentido, os comentários das sras. Felipa e Angélica, ocupantes do acampamento Bom Retiro, pertencendo respectivamente às bandeiras Sintraf e MST, são elucidativas sobre algumas diferenças práticas:

Depois o acampamento ficou dividido, porque veio um pessoal do MST também, aí ficou metade com cada um, dividiu. Eu não sei porque houve essa divisão, mas eu acho que o pessoal que começou e já tinha dado os nomes no cadastro com o Sindicato de Mirandópolis ficou com o Sintraf, e o outro pessoal ficou com o outro grupo, aí ficou esses dois grupos. [...] Tivemos muitas reuniões, fomos muito pra São Paulo junto com o INCRA, o pessoal do MST ajudou muito, né, a pressionar, porque tinha que pressionar. O pessoal do Sindicato ficava mais em cima do muro né, ficava com medo. Eles se reuniam às vezes, eles invadiram o INCRA lá em Andradina, ficaram três ou quatro dias lá. Essa terra aqui já tava improdutiva e decretada, mas como ela é de gente poderosa, de parente poderoso, a justiça ficou segurando. (FELIPA, 47 anos)

Aqui eram duas organizações, o MST e o Sintraf; Eram duas bandeiras em um acampamento só, porque os barracos ficaram tudo misturado.

Porque as famílias escolhiam uma ou outra organização?[pergunta da entrevistadora]

Porque o MST corria atrás de muita coisa, já o Sintraf ia muito na saia do MST, o Sintraf não tinha luta fora do barraco, nós íamos muito na rua. O sindicato era mais parado, e tinha gente que tinha medo, não concorda com o MST. (ANGÉLICA, 36 anos)

Esses depoimentos demonstram que o MST adota uma abordagem mais direta e política de lutas, enquanto o Sintraf, apresenta um modo de ação mais conservador, principalmente pela defesa da política de obtenção de terra pelo Decreto 433 (BRASIL, 1992), que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária por meio de compra e venda, em comparação à política de desapropriação. Segue a fala de um dos antigos dirigentes do Sintraf sobre a obtenção de terra por meio da compra e venda:

A articulação para montar acampamento na verdade, tinha o relatório das áreas improdutivas e o próprio pessoal se organizava e a gente dava apoio pro acampamento, processos, audiências etc. Fazíamos a seleção de famílias por

acampamento. [...] Uma divergência nossa com o MST era sobre divulgar o Decreto 433, que aí eliminaria o processo judicial, seria muito mais fácil e muito mais rápido, tanto pro proprietário quando pras famílias acampadas. [...] Já fizemos ocupação, mas não é como o pessoal fala por aí, que depreda tudo as coisas, nada mais é do que passar os barracos do acampamento para dentro da cerca [...]. O MST não concordava com a divulgação do Decreto 433, porque tinha negociação com o proprietário. Na ideologia do sindicato nós não temos o fazendeiro como inimigo, mas se ele foi negligente, não tem o que fazer. Na região aqui, o que pegou bastante também foi a sonegação fiscal. Não declaravam nota. Na vistoria pegavam gado do vizinho pra falar que tinha. (JOSÉ, 43 anos)

Nos dois grupos do acampamento Bom Retiro existiam os pagantes do “apoio”, conhecidos por *andorinhas* (LOERA, 2014), famílias intermitentes que moravam nos barracos somente aos finais de semana já que trabalhavam na cidade, e como uma forma de compensar o tempo que não passavam no acampamento, pagavam uma taxa, o chamado “apoio”, para manter sua vaga no assentamento. Segundo Loera (2014), o pagamento do apoio se mostra fundamental para a manutenção do acampamento e permite ter uma espécie de fundo de gestão para administrar as despesas dos acampamentos e viagens de representantes dos acampamentos em negociação com o INCRA em outras cidades e capital do estado.

Felipa e seu esposo resolveram entrar na luta pela terra após ficarem sabendo que iriam ser dispensados dos trabalhos na fazenda em que moravam após o proprietário vender a área para o plantio de cana, e por muitos anos viveram como *andorinhas* no acampamento Bom Retiro:

Meu marido foi conhecer o acampamento e quando ele chegou em casa ele falou comigo: “olha, a gente não tem certeza do nosso futuro aqui na fazenda”, porque até então a gente sabia que o dono tinha vendido a fazenda, e que uma hora íamos ter que sair. Mas aí fizemos o cadastro. Esse cadastro era feito no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandópolis, fizemos em 2005. A gente vinha e voltava, porque trabalhávamos na fazenda. Construimos um barraco e vínhamos nos finais de semana. Ai aconteceu do meu esposo ser mandado embora, porque foi vendida a fazenda e a gente não tinha lugar pra ir. Ai levamos um susto, a gente tava preparado, mas a gente não queria né. “O que nós vamos fazer?” Eu estava com duas crianças pequenas e a gente tinha um gadinho, vendemos e compramos uma casinha na cidade. Meu marido arrumou serviço na usina. Ai continuamos a vida. No primeiro momento eu fiquei resistente de morar lá, porque eu pensava sempre nas crianças né, não queria que eles sofressem. Porque quando eu fui ver o Timboré [quando era jovem], era muita guerra lá, polícia, muita luta, foi violento, conversei com um senhor que tinha levado um tiro e ficado cego, então eu não queria que as crianças passassem por aquilo. Eu imaginava que

ia ser assim.[...] Mas depois de uns anos, acabamos vindo definitivo. (FELIPA, 47 anos)

O acampamento Bom Retiro, criado em 2002, permaneceu nas margens da estrada vicinal por 10 anos, quando em 2012 as famílias foram autorizadas pelo INCRA a acamparem dentro da área. A divisão de bandeiras que existia no acampamento se transferiu para o Assentamento na disposição dos grupos dentro da área, uma vez que a propriedade era muito extensa²¹.

A gente ficou agrupado onde tinha água, uma caixa d'água que era da fazenda, que depois ficou até sendo do INCRA. Um grupo ficou aqui, que é essa parte que nós estamos aqui, do 1 até ao 22. Aí ficou em 3, 4 grupos aqui, que é o do outro coordenador ali embaixo, depois esse outro aqui, e outro ali pro lado de baixo. O pessoal do MST ficou lá pro outro lado, ficou tipo uma tribo, cada um no seu barraco. Ai fizemos um barraquinho perto do outro e ficamos junto esperando. Acho que o pessoal que se dava mais ficou junto. Nossa parte ficou o pessoal que já era conhecido a muito tempo. (FELIPA, 47 anos)

A lentidão do processo judiciário fez com que as famílias esperassem por mais dois anos, após a imissão na posse ao INCRA²², e só foram homologadas em 2013. Durante os anos de luta as famílias fizeram manifestações, ocuparam o prédio do INCRA em Andradina e em São Paulo, na esperança de acelerar o processo de desapropriação. Em janeiro de 2011 o MST publicou carta aberta à população em que uma das reivindicações era mais agilidade nos processos antigos, de 2001/2002, e constava “Fazenda Retiro/Mirandópolis: Empenho junto ao juiz para garantir a imissão de posse e assentamentos das famílias” (MST, 2011).

4.3.4.2 Anos iniciais: a divisão e a luta continuam.

Devido a demora do INCRA em definir os lotes, as famílias começaram a medir a área e “cortar os lotes na corda”, nas palavras dos entrevistados, enquanto ainda estavam acampados na propriedade. Em documento acessado durante a pesquisa de campo, elaborado em 2005 pela Superintendência Regional de São Paulo, constava a capacidade estimada da área indicando 151 famílias assentadas, mas após negociação do INCRA, com as famílias, segundo relatos, o tamanho do lote foi reduzido e o assentamento foi recortado com capacidade de 215 lotes de

²¹ Notou-se durante a pesquisa de campo, que, de modo geral, em áreas menores, após a homologação das famílias nos assentamentos, a divisão de bandeiras que havia no acampamento deixa de existir e as famílias se reconhecem como uma só comunidade.

²² A imissão na posse da Fazenda Retiro ao INCRA ocorreu em maio de 2011 (BRASIL, 2011)

aproximadamente 4,2 alqueires. Com a sobra de lotes, o Sintraf e o MST buscaram outras famílias da região. Também vieram cinco famílias acampadas em Araçatuba, caso do Eduardo:

Nós estávamos acampados em Araçatuba desde 2008, no acampamento Adão Preto que era do MST, mas teve racha lá, o Rainha [José Rainha] rachou o acampamento lá, e nós fomos pro outro, que ficou com o MST, o acampamento Novo Horizonte, em Araçatuba mesmo. Em 2012 viemos pra cá. Nós chegamos aqui no dia 02 de setembro de 2012. Vai fazer 10 anos. O INCRA fez um acordo aqui se eles não podiam dar quatro alqueires pra trazer mais famílias, aí foi quando nós viemos. Nós estávamos acampados em Araçatuba e me parece que sobrou mais 57 lotes com essa diminuição de 1 alqueire. 10 ficaram pra área de comércio, que são aqueles ali que ficou na sede, que era pra fazer farmácia, açougue, uma área comercial. Mas não tem nada lá. (EDUARDO, 64 anos)

A criação desse assentamento está inserida no contexto de redução orçamentaria do INCRA e de lentidão na liberação de créditos e infraestruturas do governo Dilma (ARLINDO, 2020). Após a homologação em 2013, as famílias receberam os créditos iniciais, como o Fomento e o Fomento Mulher, mas a construção das casas e instalação de energia elétrica foi outra etapa longa da luta das famílias do Assentamento Florestan Fernandes.

Os créditos demoraram um pouco, só depois da documentação, em 2013. Eles deram só depois que cortou o lotes, que deram os papéis, antes disso você não existe pra eles. Veio fomento, de R\$2.400,00, depois o dinheiro da mulher, veio o Pronaf, custeio... bastante gente pegou. A casa e energia foi outro parto, nossa senhora. (ANGÉLICA, 36 anos)

Em relação a construção das casas, as entidades vinculadas foram o MST e o Sintraf, uma vez que a divisão de bandeiras ainda estava presente entre as famílias. Isso fez com que no assentamento existam dois projetos de casas, um elaborado pelo MST e outro pelo Sintraf. Além da lentidão na liberação dos recursos do PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), via Caixa Econômica Federal, houve casos de acusação de corrupção, envolvendo a empreiteira contratada para a construção das casas, o que atrasou mais ainda a finalização das moradias das famílias, que tiveram que trocar de empreiteira no meio do processo.

A casa também foi uma luta que você não faz ideia. O modelo da casa aqui nossa é o do MST. São poucos daqui de baixo que pegou o modelo de lá. A nossa casa ficou menor, só têm dois quartos, mas ela tem laje e tem estrutura. As outras são radier e não tem coluna, e o forro é de PVC. As nossas tem 18 colunas, bem estruturada. Nós não queríamos uma casa grande sem ter uma segurança. A nossa é segura. [...] Mas a empreiteira começou a desviar dinheiro, aqui não houve o controle, chegou um caminhão cheio de cano aqui,

os canos sumiram, chegava madeira, roubavam madeira. Eu não sei que justiça é essa, eu fui lá conversar com o delegado da federal, ele [o dono da empreiteira] pegou tinta aqui e vendeu a 50, 30 reais a lata de tinta, vendeu 100 sacos de cimento, trocou material de construção lá perto de Paronama, comprou um caminhão com nosso dinheiro. Entregamos na mão do INCRA, mas não sei o que virou. Eu acho que ele tinha quem ajudava daqui. Quando ele chegou aqui era com uma Brasília velha pra andar nas obras, saiu daqui com uma Hilux preta cabine dupla. (EDUARDO, 64 anos)

Em 2014 começamos a lutar pelas casas, foi no governo da Dilma que tinha o Projeto pra cidade do Minha Casa Minha Vida e também tinha pró rural. Nas casas teve divisão aqui também, essa aqui minha são três quartos, que é do tipo do sindicato, as do MST são bem pequeninhas.

Parece que o MST contratou uma empreiteira que passou a perna neles, não foi? [pergunta da entrevistadora]

Sim, mas no nosso grupo aqui também, eu acho que era a mesma construtora até, foi uma luta pra conseguir terminar as casas, tiramos um coordenador daqui até. (...) A energia demorou mais que as casas, tivemos até que fechar o povo da Elektro pra perguntar o porquê tava demorando tanto. (FELIPA, 47 anos)

A energia elétrica foi instalada pelo programa Luz Para Todos, que foi concluída somente meses após o término das construções das casas. As famílias também se organizaram e fizeram pressão na concessionária Elektro para agilizarem as instalações. A maioria das famílias possui poços perfurados com recursos próprios, mas o INCRA perfurou poços três poços semiartesianos no Assentamento, além dos dois que já existiam na antiga fazenda.

Existe uma área comunitária com planos para a construção de um posto de saúde, mas na época da pesquisa de campo as casas sedes da antiga fazenda estavam ocupadas por outras famílias, e a área separada para comércio no Projeto de Assentamento não possui nenhuma estrutura. O acesso das famílias à escola e atendimento médico é no município de Mirandópolis.

O INCRA furou uns poços, mas aí depois cada um foi furando seu poço, porque virava uma briga né “só eu pago, o outro não paga, esse paga” aí acabava que cortava a energia do poço. Todo mundo podia pegar a água depois que o INCRA colocou o poço, mas se eu pagava e ele não pagava virava uma bola de neve. Cada um fez o seu. Quando o INCRA fez esse poço aí, eu gastei 2.000 reais de mangueira pra puxar a água. Chegava água pra todo mundo e pra mim não vinha, fiquei anos pegando a carretinha do carro e pegava água na minha mãe. Era muito difícil. Não chegava aqui porque era muita família nesse poço, aí aqui não chegava, aí cortaram a energia porque não pagava... Acho que não foi uma coisa bem pensada do INCRA. (...) Área comunitária tem, mas não usa. Dizem que futuramente vai ter o posto de saúde, mas não sei... atualmente é tudo na cidade, escola, creche, posto de saúde, mercado. Não fizeram a área destinada ao comércio que tinha no plano desse

assentamento. (...) Tanque de leite tem uns oito ou nove, da Coapar. Tem outras cooperativas que pegam o leite também. (ANGÉLICA, 36 anos)

A lentidão na liberação de créditos e infraestrutura, somada à redução dos programas de compras e ATER certamente contribuíram para a desistência e *venda dos direitos ao lote* do PA, cujos entrevistados consideram que ocorreu em grande número: “o que mais teve aqui foi *venda*” (JOÃO, 65 anos); “Acho que aqui quase metade já desistiu” (ANGÉLICA, 36 anos). Arlindo (2020), em pesquisa nos assentamentos do Território, menciona mais de 30% de evasão no Assentamento Florestan Fernandes. Por esse contexto e outras dificuldades atualmente encontradas pelos assentados, pode-se dizer que o Assentamento Florestan Fernandes é um dos retratos da redução orçamentaria iniciada no governo Dilma e do desmonte das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de 2016, no governo Temer, e intensificado no governo Bolsonaro (SABOURIN, 2021).

4.4 SIGNIFICADO DA LUTA PELA TERRA

Buscou-se ao longo das entrevistas documentar e compreender como os atores sociais da luta pela terra no Território avaliam a sua vida após a conquista do lote, e o que a luta pela terra significou para os mesmos. Como demonstrado anteriormente, muitos trabalhadores entraram na luta pela terra motivados pela precariedade de moradia e trabalho em que viviam, e ainda passaram por um longo período de lutas que consumiu o pouco recurso que tinham, além do desgaste físico e mental. As falas dos srs. L. e Eduardo retratam bem essas condições:

Hoje está bem melhor, eu até falo pra ela [esposa] que nós nascemos de novo aqui, porque chegamos aqui descapitalizados, não tínhamos nada, e terminamos de gastar o nada no acampamento. Estávamos zerados e tivemos que nascer de novo. Se tivesse na cidade, a vida seria muito mais corrida, a qualidade de vida aqui é outra, a alimentação, o sossego. Aqui nós não temos dinheiro, mas se tivesse na cidade estava correndo igual uns doidos e estava sem dinheiro também [risos]. (L., esposo da CLARA, 61 anos)

Eu não posso falar pra você que foi em vão né, porque quando você tem um sonho, e você vê que você conseguiu, que conquistou. Demorou muito né, a gente até envelheceu. Teve gente que pegou o lote e logo morreu, porque a vida no barraco acaba com a sua saúde também. Temporal de arrancar a lona todinha, ficamos tomando chuva... tudo isso vai te acabando. Pra mim foi uma conquista né, hoje eu fico até emocionado. (EDUARDO, 64 anos)

Quando questionados sobre a avaliação de suas vidas após a conquista do lote, todos os entrevistados expressaram, de diferentes maneiras, que consideravam melhor do que

anteriormente. Os dois fatores mais citados, que apareceram em 86,5% (32) das entrevistas, foram em relação a alimentação e moradia, que mesmo com as dificuldades enfrentadas na conjuntura atual, como a expansão da cana-de-açúcar e o desmonte das políticas públicas, o Programa Nacional de Reforma Agrária parece ter representado uma melhora considerável nesses dois aspectos.

Olha, não dá pra gente ter muita ilusão e falar que era um inferno e que ficou um paraíso, mas é meio que isso sabe? [risos] a gente era muito inseguro antes né. A dificuldade era bem maior. E reafirmo aquilo que já ouvi por outras pessoas, que a pior das reformas agrárias garante três itens básicos na vida do ser humano: casa, comida e trabalho. Isso a gente tem. Que é a grande dificuldade na periferia dos grandes centros. Lá você mora de qualquer jeito, que quando vem essas chuvas acaba com tudo porque não tem outra opção. Temos uma horta, e você sabe o que você está ingerindo, sem agrotóxico, o ano inteiro tem abóbora, quiabo, mandioca, couve, frango, ovo e é um investimento muito pequeno pra isso. Isso na cidade, tudo isso custa dinheiro. A diferença é muito grande, a gente vive com o freezer cheio de carne, leite, queijo. Porque quando era empregado, morava na roça, mas não sabia se o patrão ia pedir a casa. E agora entrando aqui, a gente se sente mais seguro, com os filhos também né. Mudou tudo pra melhor, em todos os aspectos. E eu rezei tanto pros filhos não ir pra longe e moram aqui no Assentamento do lado e amam o lote. (RAIMUNDO, 72 anos)

Outros fatores mencionados nas entrevistas para expressarem a melhora em suas vidas foram em relação à proximidade e convívio com a família, estabilidade, maior satisfação em relação ao trabalho, aquisição de bens materiais, liberdade, tranquilidade, autonomia e satisfação com a vida no campo. Sant'Ana *et al.* (2009), em pesquisa realizada em oito assentamentos²³ do mesmo Território, encontraram respostas semelhantes, demonstrando que a conquista da terra teve um papel fundamental na vida dos assentados. Os autores ainda documentaram que alguns assentados se mostraram visivelmente emocionados ou até choraram ao falar sobre os significados da terra e melhores aspectos de suas vidas com a conquista da terra, reações que também foram documentadas na presente pesquisa:

Antes ficavam aquelas dúvidas, incertezas né “será que a gente vai conseguir? Será que a gente vai dar conta?”. Depois que a gente conseguiu, isso aqui é maravilhoso, porque a gente tem ar, temos uma água ótima, uma delícia nossa água, temos esse ar delicioso maravilhoso, esse barulho de pássaros, temos frutas, manga, laranja, tangerina, amora, tem a hortinha ali, acerola, meu jardim, isso aqui pra mim é tudo, é felicidade, é prazer, você poder ir no pé de fruta e pegar algo que foi você que plantou, a gente fica até emocionada tem vez [choro de emoção]. Porque a gente foi plantando, plantando, esses dias minha menina falou “nossa que água deliciosa desse coco”. Eu gostaria que

²³ Os assentamentos pesquisados foram: Esmeralda, Rio Paraná, Aroeira, São José II, Timboré, Orlando Molina, Anhumas e Belo Monte (SANT'ANA *et al.*, 2009)

todo mundo tivesse esse sentimento, esse prazer que a gente tem de ficar aqui, tomar o leite, tirar o leite da vaca ali. Você ir na sua horta e pegar suas coisas pra comer, ter uns porquinhos, uma mandioca, abóbora. (FELIPA, 47 anos)

Ótima, se for colocar em porcentagem não tem nem comparação. Porque antes eu tinha que trabalhar o dia todo, sair cedo e chegar de noite, só de domingo ou sábado que ficava mais com a família. Hoje não, eu fico em casa direto. A vida é junto. Se nós vamos na cidade, vai nós todos, e é assim. (MOACIR, 55 anos)

Quando questionados sobre o que a luta pela terra significou para suas vidas, de maneira geral, abordaram os mesmos aspectos levantados ao descreverem como avaliam a vida após a conquista do lote, como a conquista de uma casa, melhor alimentação, liberdade e conquistas materiais. Porém, um fator interessante foi acrescido nas respostas, a questão do aprendizado:

Pra minha vida foi ótimo, foi bom, eu renovei, porque tinha coisa que eu não tinha conhecimento e fiquei com conhecimento. Por que olha, a luta continua, a gente vê isso hoje. Tem gente que fala assim: ah, vou lá fazer o quê? Será que vai sair a terra? Plantei aqui, será que vai dar manga? Ué, se plantar manga vai dar manga. A pessoa tem que ter coragem. (SONIA, 69 anos)

Um aprendizado muito grande né. Se você não luta, você não vence. Nunca desanimei. Você pensa assim, poxa, hoje eu tenho terra porque eu lutei. Na minha terra. É minha, é minha! Não pago aluguel, tenho minha casa, tenho comida, tenho minhas coisas, meu carro, liberdade. É uma vitória. Foi sofrido, mas só tenho a agradecer. (FERNANDO, 67 anos)

Muita aprendizagem né, muita coisa a gente aprendeu na estrada, igual eu falei pra você, eu não sabia de nada, ia nas reuniões do MST e uma coisa e outra você ia aprendendo, assentamento, reforma agrária. Não sabia o que era reforma agrária, pra mim reforma agrária era um bicho de sete cabeças, bandido que vinha matar a gente. Quando eu morava nessa fazenda aqui, tem essa rede de luz que era do Estado e que passa aqui dentro, né? aí falaram pro fazendeiro que vinha uma turma com bandeira do MST. Então ele trouxe uns caras lá de Araçatuba e deixou os caras tudo armado e deixou nessa mata, ê Débora, mas que medo! O cara ficou na porteira todo armado. Eu, pra mim, era gente que vinha invadir. Então, muita coisa eu aprendi, primeiramente o que é Reforma Agrária, como as coisas funcionam, como as coisas seguem. Não era daquele jeito que a gente pensava, com as coisas agressivas né. Então aprendi muita coisa boa, coisa que me serviu hoje. (FERNANDES, 63 anos)

Além do conhecimento adquirido sobre a luta por direitos, questão agrária brasileira e reforma agrária, o aprendizado sobre igualdade de gênero também apareceu:

Eu era muito acomodada, hoje eu sou diferente, eu luto pelas coisas, eu era mais pelo marido na cidade né, agora não, agora eu mesmo que completo nas

despesas, porque o leite está curto. Eu não sou o que gostaria de ser, mas jamais seria o que fui, eu me transformei. (...) Tem muita mulher hoje ainda que não sabe que ela pode se valorizar e que o que ela faz não é só ajuda. (ELIZABETH, 53 anos)

O destaque ao aprendizado nas respostas sobre o significado da luta pela terra pode estar relacionado com a forma organizacional do MST, que adota uma forma particular na educação de seus militantes, que extrapola a conquista da terra e promove questionamentos sobre o controle social promovido pelos grupos dominantes no Brasil (LEWIN *et al.*, 2005; BELO; PEDLOWSKI, 2014). Além disso, a vivência em manifestações e acampamentos contribuíram para desmascarar o discurso dominante na sociedade, principalmente na mídia, que relaciona as ações dos trabalhadores sem terra com violência e banditismo. Durante as entrevistas, essa mudança de percepção sobre a luta pela terra foi muito comum, traduzida como “as coisas não eram como eu imaginava” ou “antes eu tinha medo, mas depois eu entendi”, como já demonstrado em alguns depoimentos ao longo dos resultados desta tese e como ilustra o depoimento a seguir:

Acho que foi muito importante porque pude conhecer a outra face da história e da vida, que os sem terra não são baderneiros. Eu aprendi que a luta não é como as pessoas da cidade imaginam. Chamando de vagabundos, nossa, como eu ouvi essa palavra! Na caminhada toda você é chamada de vagabundo, de sem terra, mas eu não sou mais sem terra. (ROSELI, 58 anos)

Os espaços para questionamentos proporcionados pelo MST e a vivência com a luta pela terra propiciaram o empoderamento dos trabalhadores sem terra, que reconhecem a visão preconceituosa da sociedade sobre suas ações. Além da violência e ameaças físicas relatadas pelos entrevistados, a violência moral por parte da população foi frequentemente citada nos depoimentos:

Pessoal tem muito preconceito. Quando eu falava o endereço nos lugares a pessoa já mudava o semblante. Se falar do MST eles ficavam ressabiados com a gente. No comecinho foi difícil viu. Era chamado de bandido, mas hoje mudou um pouco isso, está melhor, o povo já conhece a gente na cidade né. (FERNANDO, 67 anos)

A gente era visto como rueiro. Mas agora melhorou porque Pereira Barreto vive em função dos assentados, conhecem mais a gente, compra da gente na feira. Antigamente tinha mais preconceito. Teve um fato que quando saiu o projeto da casa um pessoal de material de construção de Mirandópolis chegou a jogar no jornal que não ia atender o pessoal de assentamento porque era arruaceiro. (MARGARIDA, 59 anos)

Não cheguei a sofrer violência, só xingamento nas manifestações - “vagabundo, biscate” - o povo da cidade falava a hora que a gente estava passando, “desocupado, vai roubar terra dos outros”. Hoje a gente é bem visto, bem melhor. Hoje nós somos alguém, mas antes nós não éramos; 20 anos atrás a visão da gente era outra, hoje nós somos vistos como produtores mesmo. A Camda só tinha rico, agora a gente também vende. E o ICMS da cidade cresceu muito né... então a Prefeitura em si já vê com outros olhos. Os ricos da cidade também veem nossa produção nas feiras, querendo comprar orgânico, então isso mudou um pouco, mas no começo, quando nós chegávamos na cidade era ruim. (ELIZABETH, 53 anos)

Nestes depoimentos, nota-se que após a conquista da terra, a percepção da população em torno dos assentados também foi transformada, estes consideram ser mais aceitos pela sociedade. Essa nova percepção foi ocasionada por três frentes: os trabalhos de denunciar e provocar questionamentos sobre o controle social promovido pelos grupos dominantes no Brasil realizados pelo MST transpassaram os trabalhadores sem terra, contribuindo, em parte, para o desmascaramento da violência simbólica; a dinamização dos mercados locais e regionais ocasionada pela implantação dos projetos de assentamentos, com a geração de renda que circula no Território e a produção de alimentos, como demonstrada em literaturas a respeito dos impactos dos assentamentos na região e pelo país, sendo alguns exemplos Leite *et al.* (2004); Carvalho (2013); Modenese e Sant’Ana (2019); Arlindo (2020); e também a conquista da terra, capital específico desse campo de lutas, melhorou a posição de fala e prestígio dos sujeitos na estrutura do campo de forças.

Esses fatores reforçam que a luta pela terra perpassa a busca de uma distribuição mais igualitária da estrutura fundiária (embora venha sendo neutralizada pela expansão do agronegócio), contribuindo também para desmascarar a violência simbólica que atribui a visão de “vagabundos” ou “ladrões de terra” sobre os atores sociais que lutam pela terra e de que a única forma legítima e rentável do uso da terra é o agronegócio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve como objetivo registrar e analisar as lutas pela terra no Território Prof. Cory/Andradina, tendo como perspectiva a visão dos atores sociais que vivenciaram o processo de formação dos assentamentos rurais. Tomando alguns conceitos de Pierre Bourdieu como base para as análises, buscou-se considerar o Território como um espaço social de relações delimitado por características próprias (embora respondendo às transformações globais e às mudanças mais gerais da conjuntura nacional ao longo dos anos) que resultaram em especificidades nas ações de subversão ou manutenção das posições sociais dentro desse campo. A fim de atender os questionamentos feitos no início desta tese, busco aqui, resumidamente, colocar as considerações finais pautadas nas três perguntas norteadoras que estruturaram a pesquisa.

As condições de territorialização do Território Prof. Cory/Andradina conformaram uma estrutura fundiária extremamente concentrada e levou atualmente à coexistência contraditória de extensas áreas de canaviais e um grande número de assentamentos rurais, sendo estes somente comparáveis com a região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Porém, diferentemente do Pontal, onde os assentamentos, em sua maioria, foram instalados em terras públicas griladas, no Território de Andradina os assentamentos rurais foram criados a partir de desapropriações (com exceção de um caso) de terras particulares para fins de reforma agrária. Apesar das ações do Estado, como programas de reforma agrária e convênios para vistoria de áreas terem contribuído com a criação dos 38 assentamentos rurais, estas sempre foram realizadas mediante forte pressão popular dos movimentos sociais.

Em meados do século XX, um grande contingente de trabalhadores rurais, que morava e trabalhava como empregados ou no sistema de arrendamento em grandes propriedades pertencentes a poucos proprietários, foi expulso de suas moradias e das terras arrendadas, na medida que os proprietários, guiados pela lógica do capital financeiro e sem nenhuma consideração pela dimensão social da terra, substituíram as lavouras pela criação bovina extensiva. Nesse cenário, surgiu a resistência dos posseiros da fazenda Primavera às ameaças do proprietário para deixarem suas casas e plantações e lutaram para permanecer na terra, com apoio de setores da igreja católica, desencadeando na vitória dos posseiros com a desapropriação da fazenda Primavera. A emergência dessa luta, considerada o embrião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no estado de São Paulo, estimulou a mobilização de arrendatários expulsos e de boias-frias e propiciou o surgimento de organizações sociais de luta

pela terra no Território, como a CPT e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo.

Essa mobilização foi processo chave para que se iniciasse no Território, no período de redemocratização do país, a conformação das lutas pela desapropriação de inúmeros latifúndios subutilizados e em condições irregulares, que descumpriam a função social prevista na Constituição brasileira. Além dos agricultores expropriados e dos boias-frias da região, filhos dos posseiros da Primavera, enxergaram na luta pela terra a possibilidade de adquirir um pedaço de terra, gerando uma espécie de herança de lutas presente até nos assentamentos rurais mais recentes.

A grande quantidade de latifúndios e a articulação dos movimentos sociais atraíram também trabalhadores não agrícolas que viviam em condições precárias nas cidades e trabalhadores rurais de outros municípios do estado a participarem do movimento de luta pela terra, por meio de pressões realizadas por ocupações das áreas e a formação de acampamentos nos arredores. Apesar do PNRA elaborado no governo Sarney, as mobilizações dos trabalhadores rurais enfrentavam as ordens de despejo da justiça e reações violentas, seja da polícia militar, seja das milícias armadas dos proprietários, cujos atos ilegais muitas vezes ficavam impunes, mascarados pela manutenção da ordem e pelo discurso dominante/hegemônico adotado pelos meios de comunicação.

A força para impor suas representações do uso da terra por parte dos trabalhadores é desigual nesse campo de forças e de lutas, e depende das posições sociais ocupadas pelos atores sociais. Mesmo com a grande mobilização dos trabalhadores sem terras em ocupações, acampamentos e também em marchas e manifestações nas cidades, a repressão e a morosidade nos processos jurídicos, resultado da busca dos grupos dominantes pela manutenção da estrutura fundiária, que garante a posição de domínio, resultou em poucas desapropriações, e algumas áreas, mesmo consideradas improdutivas e declaradas aptas para fins de reforma agrária, não tiveram essa destinação.

Apesar das arbitrariedades, as organizações sociais tiveram um papel muito importante em evidenciar as contradições da existência das grandes propriedades, identificando as áreas irregulares em aspectos tributários e ambientais e que estavam improdutivas, e depois de muita pressão conquistaram um passo importante na luta pelas desapropriações, em processo que denominaram de “varredura de vistorias” pelo convênio Itesp/INCRA, expediente que impediu a tática dos latifundiários de mascarar a produção de fazendas quando vistoriadas individualmente e explicitou a realidade da prevalência das grandes propriedades improdutivas no Território.

Essa conquista deu uma maior legitimidade para os movimentos sociais de luta pela terra, que focaram a formação de acampamentos e as ocupações nas áreas constatadas como improdutivas ou que não cumpriam outra função social da terra. Inúmeras famílias atraídas pela possibilidade de adquirir um pedaço de terra participaram das ocupações e acampamentos, organizados, em sua maioria, pelo MST.

A luta pela terra está além da busca por uma melhor distribuição da estrutura fundiária, as famílias que se identificaram com a luta pela terra buscavam melhorar suas posições no campo social, buscando melhoria nas suas condições de vida, contra as frustrações e incertezas em que viviam, mas buscaram também fortalecer suas definições do uso da terra como legítimas no campo social, como aquelas baseadas no estilo de vida em que foram criados ou que estavam inculcados em suas memórias, com base na agricultura familiar, o que consideram uma vida mais tranquila, e com uma certa liberdade.

Dentro desse campo de forças, as lutas dos atores, particularmente das mulheres, buscaram modificar não somente a desigualdade vertical da distribuição de terras, mas também a desigualdade horizontal, baseada nos aspectos de gênero, conquistando um maior espaço de fala das mulheres, atuando como lideranças nas organizações sociais e aumentando o número de mulheres titulares dos estabelecimentos rurais do Território.

A varredura de vistorias e o governo Lula, eleito em 2003, permitiram um maior reconhecimento dos segmentos historicamente marginalizados no campo e conformaram no Território o período de maior intensidade de ocupações e desapropriações com a formação de quase três dezenas de assentamentos rurais. Contraditoriamente, no mesmo período, o Território se constituiu em uma região de expansão do agronegócio, também mediante apoio governamental, sobretudo com a expansão da cultura da cana-de-açúcar. Essa conformação dualista conferiu ao Território uma nova condição das lutas pela terra, com a substituição da pecuária extensiva pela cultura da cana-de-açúcar de alta rentabilidade financeira e poderio econômico, intensificou-se a disputa pelas áreas entre a burguesia agrária e os trabalhadores sem terras, em que os setores dominantes buscavam desqualificar os movimentos de luta pela terra que antes se baseavam no argumento da improdutividade das áreas.

A convergência da expansão da cultura da cana-de-açúcar, nas duas últimas décadas, e da conjuntura de crise política a partir de 2013 e do golpe em 2016, têm acentuado a reconcentração da propriedade fundiária e gerado novamente riscos de expropriação da população pobre do campo, em função do desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e da entrada da cana e/ou placas fotovoltaicas nos assentamentos rurais pelas propostas de “parcerias”. A luta por melhores condições de produção, comercialização e para permanecer

na terra, que antes era contra o patrão, atualmente tem sido contra o Estado e os grupos econômicos canavieiros.

Essa nova problemática demonstra a fragilidade da reforma agrária realizada no país, sendo neutralizada pela constante recomposição das estruturas de poder pelos grupos dominantes, baseada no monopólio da propriedade fundiária e no discurso hegemônico que ressalta as virtudes do uso da terra por meio da produção moderna e tecnificada que se personifica no agronegócio.

Essas mudanças recentes no Território Prof. Cory/Andradina levaram a avaliações contraditórias entre os atores entrevistados, ora com a valorização do discurso sobre o arrendamento de parte do lote para cana ou para instalação de placas fotovoltaicas como uma oportunidade de investimento e melhoria da condição de vida das famílias, ora com rejeição, entendidos estes processos que contribuem para a expulsão dos assentados.

Essas contradições contribuem para a manutenção da violência simbólica inculcada também nas ações de alguns dos atores envolvidos na luta pela terra que reivindicavam as desapropriações ao mesmo tempo que entendiam a conquista do fazendeiro como mérito, ou até pela abordagem de alguns movimentos sociais que buscam negociar, para que o fazendeiro lucrasse mais com a venda de sua propriedade para o Estado. Nesta pesquisa, entende-se essas contradições como resultado da violência simbólica, da cultura dominante impregnada nas mentes e ações de parte dos atores sociais do Território, que mesmo na busca por mudanças, adotam algumas ações/posições que contribuem para manutenção do *status quo*.

Apesar dessas ações que visam retomar os níveis de concentração da terra e do poder, a luta pela terra no Território proporcionou o acesso à terra à aproximadamente 3500 famílias (que representam cerca de 80% do total de agricultores familiares do Território) que atualmente possuem melhores condições de alimentação e moradia e que dinamizaram a economia dos mercados locais pela produção de alimentos, demonstrados em uma vasta literatura produzida pelos estudiosos sobre os assentamentos rurais da região. Ademais, essas famílias entendem hoje a sua conquista como algo que favoreceu a conscientização sobre os direitos e valores dos trabalhadores rurais, e que também contribuiu, ainda que parcialmente, para desmascarar a violência simbólica que lhes atribui a condição de “vagabundos” ou “ladrões de terras”. A conquista da terra permitiu uma melhor posição dos atores sociais na estrutura do campo de forças para representarem e reforçarem as suas determinações do uso da terra, no embate constate do campo de lutas.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, D. N. S. **Mudanças de Beneficiários e Formas de Reocupação de Lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu**, RJ. UFRRJ, 2007.

ALVIM, A. M. Investimentos estrangeiros diretos e suas relações com os processos, causas e efeitos da concentração e estrangeirização das terras no Brasil. Projeto de cooperação técnica “Apoio às políticas e à participação social no desenvolvimento rural” (PCT IICA/NEAD), Brasília, NEAD, 2009 (relatório de pesquisa).

ANDRADE, M. C. de. A questão da terra na Primeira República. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 19-30, jun. 1994.

ANDRADE, M. C. de. **João Alfredo**: O Estadista da Abolição. Recife: Massangana, 1988, 222 p.

ANSEEUW, W.; BALDINELLI, G. M. **Land Inequality at the heart of unequal societies**: research findings from the land inequality initiative. Roma: ILC, 2020.

ANTUNIASSI, M.H.R. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. 44º Encontro do CERU, 2006, FFLCH/USP, São Paulo. In: **Anais...**, 2006.

ARAÚJO, Daniel Féo Castro de; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. O Avanço do Neoliberalismo e a Reforma Agrária Brasileira. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 6, n. 1, p. 1-33, 6 nov. 2022. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.10947>.

ARLINDO, M. A.S.; ALMEIDA, R. A. de. Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 40, n. 20, p.163-180, dez. 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. **Dinâmicas Virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

AZEVÊDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 145 p.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas Migrações no Final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul. 2005.

BAENINGER, Rosana. SÃO PAULO E SUAS MIGRAÇÕES NO FINAL DO SÉCULO. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul. 2005. -- migração

BALDASSARINI, J. S. **As Crises da Relação Sociedade-Natureza**: um diálogo em busca das (re)conexões. 2021. 211 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Fct Unesp, Presidente Prudente, 2021.

BARROS, Ilena Felipe. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, abr. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.136>.

BERNARD, H. R. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. 4. ed. Walnut Creek: Altamira Press, 2006. 821p.

BINI, D. L. de C. Mudanças na pecuária bovina de corte e algumas implicações sócio-espaciais na região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 16, p. 26-36, jun. 2009.

BINKOWSK, Patrícia. **Dinâmicas e relações de poder nos conflitos agrários brasileiros**. In: Análise de conflitos e relações de poder em espaços rurais. Porto Alegre: Ufrgs, 2018. p. 11 - 49.

BORRAS Jr, S.M. et al. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. 234 p.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil., 1989. 310 p.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2008. 224 p.

BRASIL. Constituição (1850). Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. **Eusébio de Queirós**. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Constituição (1850). Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Constituição (1964). Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1993). Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993. **Lei de Reforma Agrária**. Brasília, DF.

BRASIL. Decreto nº 91766, de 10 de outubro de 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Decreto nº 94.155, de 30 de março de 1987. Brasília, DF, 30 mar. 1987. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94155-30-marco-1987-444602-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 dez. 2022.

BRASIL. Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 98, de 31 de dezembro de 2019. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 99, de 31 de dezembro de 2019. Brasília, DF.

BRASIL. Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017. **Regularização Fundiária**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. MAPA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**: 01/01/1900 até 18/10/2022. Brasília: Sipra, 2022. 332 p.

BRASIL. **Origem dos Municípios do Estado de São Paulo**. Quinquênio 1955/1958. São Paulo: Editor Marcio Bagueira Leal, 1955.

BRASIL. **Transparência pública do PAA**. 2019. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiarajú. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. p. 53-106.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R s; FLEXOR, G (org.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais**: conjunturas e políticas públicas. Rio de Janeiro: E-Papers, 2017. p. 155-168.

BRUNO, Regina. Agricultura empresarial, povos e comunidades tradicionais. **Raízes**: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande, v. 37, n. 2, p. 27-41, 13 dez. 2017. <http://dx.doi.org/10.37370/raizes.2017.v37.64>.

BURNOD, P.; ANSEEUW, W.; MERCANDALI, S.; REYS, A.; GIGER, M.; KITEME, B.; RALANDISON, T. Labor Impacts of Large Agricultural Investments: focus on mozambique, kenya and madagascar. In: LAND AND POVERTY, 2018, Washington DC. **Artigos da Conferencia**. Washington Dc: Banco Mundial, 2018.

CARVALHO, Ana Maria de; SIQUEIRA, José do Carmo Alves. Violências Reais e Simbólicas nos Conflitos Agrários Brasileiros e a Atuação Estatal. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 23, n. 55, p. 111-137, dez. 2020.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. **Questão Agrária e Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo**: o caso da região administrativa de ribeirão preto. 2011. 233 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTRO, Luís Felipe Perdigão de. Agricultura Familiar, Habitus e Acesso à Terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 91-105, dez. 2015.

CASTRO, L. F. P. **Dimensões e lógicas do arrendamento rural na agricultura familiar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Agronegocios) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CAUME, D. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

CEZIMBRA, Elemer do Nascimento; PASTÓRIO, Inês Terezinha; XAVIER, Leonardo Pereira. Jovens, lutas por terra e permanência no campo. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 27-45, jan. 2019.

CHAIA, Vera Lucia Michalany. **Conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul - SP: 1959-1969**. 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980. Acesso em: 26 dez. 2022.

CNBB. **CAMPANHA DA FRATERNIDADE 1986**. 1968. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade1986>. Acesso em: 1 jun. 2022.

COCHET, H.; ANSEEUW, W.; FRÉGUIN-GRESH, S. South Africa's Agrarian Question. Cape Town: **HSRC Press**, 2015

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 1990**. Goiania: CPT, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiania: CPT, 2022. 252 p.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. 2. ed. Queluz: Vral Lda, 2001. 150 p.

CORDEIRO, A. Etanol para alimentar carros ou comida para alimentar gente?. In: Banco Nacional do Desenvolvimento. **Impactos da indústria canavieira no Brasil**: poluição atmosférica, ameaça a recursos hídricos, riscos para a produção de alimentos, relações de trabalho atrasadas e proteção insuficiente a saúde de trabalhadores. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2008. p. 9-22.

DAROSI, Flávia Paula. A Guerra do Contestado e a Lei de Terras imperial: um estudo de caso da fazenda figueiredo (lages, 1855-1917). **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 23, p. 148-163, 17 jan. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/revmar.2020.44120>.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: relatório 2004. Presidente Prudente: NERA, 2004.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: relatório Brasil 2016. Presidente Prudente: NERA, 2017.

DEERE, Carmen Diana. OS DIREITOS DA MULHER À TERRA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NA REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan. 2004.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1951 - 2003 In: **INCRA. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo, 2005.

DESMARAIS, A. A. **La Via Campesina: globalization and the power of peasants**. Halifax: Fernwood, 2007.

D'INCAO, M. C. **Qualé a questão do: bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 93 p.

DOLLÉ, Jean-Paul. Histoires de domination. **Magazine Littéraire**, Paris, n. 369, oct. 1998.

DUVAL, Henrique Carmona. **Bens materiais e simbólicos: condições camponesas e estratégias familiares em assentamentos rurais na região central do estado de São Paulo**. 2015. 520 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

EDELMAN, M. Siete dimensiones del acaparamiento de tierras que todo investigador tendría que tomar en cuenta. In: EDELMAN, M., **Estudios agrarios críticos: Tierras, semillas, soberanía alimentaria y los derechos de las y los campesinos**. Quito: Editorial del Instituto de Altos Estudios Nacionales, 2016. P 24-45

ERICKSON, Frederick. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. **Handbook of research teaching**. Nova York: Macmillan, 1986, p. 119-161

FERNANDES, B. M. **MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra: formação e territorialização em São Paulo**. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FERNANDES, B. M. *et al.* **A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro**. Boletim DATALUTA n. 145 – Artigo do mês: janeiro de 2020.

FERNANDES, B. M. Questões teóricas e políticas de um governo em disputa: a reforma agrária no governo Dilma. In: MATTEI, Lauro (org.). **Reforma Agrária no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2017. p. 247-268.

FERNANDES, M. E. **A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. 1985. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985. 202 p.

FERRANTE, V. L. S. B. O Estatuto do Trabalhador Rural e o FUNRURAL: ideologia e realidade. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, Araraquara, v. 1, n. 1, p. 190-202, 1976.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades** (publicação das equipes das pesquisas). Araraquara: Uniara, 2012.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Crise do capitalismo e a nova ofensiva global pelos recursos naturais pós-2008**. 2016. Publicada por Le Monde diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/crise-do-capitalismo-e-a-nova-ofensiva-global-pelos-recursos-naturais-pos-2008/>. Acesso em: 1 jun. 2020.

FPA. **Todos os membros**. 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/todos-os-membros/>. Acesso em: 22 maio 2021.

FREDERICO, S.; GRAS, C. Globalização financeira e land grabbing: constituição e translatinização das megaempresas argentinas. In: BERNARDES, J. A. *et al* (org.). **Globalização do Agronegócio e Land Grabbing**: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017. p. 12-32.

FREITAS, D. **Palmares**: a guerra dos escravos. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 221 p.

FREITAS, S M de. **História Oral**: Possibilidades e Procedimentos. São Paulo: Humanitas, 2006. 136 p.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, 122 p.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Unesp, 2002. 235 p.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, v. 1, n. 8, p. 73-98, jan. 2008.

GLOBAL WITNESS. **Defending Tomorrow**: the climate crisis and threats against land and environmental defenders. Inglaterra: Global Witness, 2020. 52 p.

GONÇALVES, B. F. **A Governança Global da Terra**: as iniciativas multilaterais para a regulação do fenômeno land grabbing. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC - Rio, Rio de Janeiro, 2018.

GUEDES, S. N. R.; R. R. FLEURY. 25 Anos de Reforma Agrária e a Permanência da concentração fundiária no Brasil: Hipóteses de explicação. In: MATTEI, L. **Reforma Agrária no Brasil**: trajetórias e dilemas. [s.i.]: Insular, 2017. Cap. 5. p. 270-297.

GUEREÑA, A.; WGERIF, M. **Land Inequality**: Framing Document. Rome: ILC, Land Inequality Initiative, 2019.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HESPANHOL, N. **Dinâmica agro-Industrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**. 1996. Tese (Doutorado) - Unesp, Rio Claro, 1996.

HOFFMANN, R. A Distribuição da Posse de Terra no Brasil (1985-2017). In.: VIEIRA FILHO, J. E.; GASQUES, J. G. **Uma jornada pelos contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário**. Brasília: IPEA, 2020.

ILHA SOLTEIRA. **Mega usina fotovoltaica em Ilha Solteira**. 2022. Disponível em: <https://www.ilhasolteira.sp.gov.br/?p=8932>. Acesso em: 1 out. 2022.

INCRA. **Terras de grandes devedores da União poderão ser destinadas à reforma agrária**. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/terras-de-grandes-devedores-da-uniao-poderao-serdestinadas-reforma-agraria>. Acesso em: 24 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017..** Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo 1970**. São Paulo: IBGE, 1970.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos do Brasil**. Disponível em: <http://www.INCRA.gov.br/assentamento>. Acesso em: 21 dez. 2019.

JONES, A. S. **O mito da legalidade do latifúndio. Legalidade e grilagem no processo de Ocupação das Terras Brasileiras. (Do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra)**. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2003, Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/politicafundiaria/PoliticaFundiaria.pdf>. 80. Acesso em: 21 dez. 2019.

KANOVA JUNIOR, A. **Folha de São Paulo e a cobertura da luta do Assentamento Milton Santos**. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land Grabbing, Financeirização Da Agricultura E Mercado De Terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no brasil. **Revista da Anpege**, [s. l.], v. 16, n. 29, p. 452-483, 2020.

KLUBER, Tiago Emanuel. ATLAS.ti Como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. **Etd - Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 5-23, abr. 2014.

LAGE, Maria Campos; GODOY, Arilda Schmidt. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. **RAM: Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v.9, n.4,

jun.2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-69712008000400006>. Acesso em: 21 jan. 2014.

LAND MATRIX. **Brazil: deals**. Disponível em: <https://landmatrix.org/list/deals>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LEITE, A. Z. Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do índice de gini. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 21, n. 43, p. 10-28, maio 2018.

LEITE, A. Z.; SAUER, S. **Lei 13.465 e o Decreto que reduzirá a reforma agrária a um negócio**: uma minuta para uma análise. Boletim DATALUTA n. 120 – Artigo do mês: dezembro de 2017.

LEITE, S. P.; SAUER, S. Expansión de agronegocios, mercado de tierras y extranjerización de la propiedad rural em Brasil. *Mundo Siglo XXI*, v. VII, n. 26, p. 43-63, Ciecás, México, 2011.

LEITE, S. *et al.* **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: Nead, 2004. 394 p.

LENHARO, Alcir. A sacralização da política. Campinas: Papirus, 1986.

LESSARD-HEBERT, Michelle; GOYETTE, Gabriel; BOUTIN, Gerald. **Investigação Qualitativa**: fundamentos e práticas. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. 184 p.

LEVIEN, M. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. **Sociologia e Antropologia**, [s. l.], v. 4, n. 01, p. 21-53, jun. 2014.

LIMA, M. F. **O MST e a Luta pela Terra no Piauí**: história e memórias familiares (1989 - 2014). 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

LIMA, Ruy Cirne. **1908: pequena história territorial brasileira: sesmarias e terras devolutas**. 4. ed. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1990.

LOERA, N. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

LOERA, N. R. **Tempo de acampamento**. São Paulo: UNESP, 2014.

LOSNAK, C. J. TERRITORIALIDADES DO OESTE DE SÃO PAULO: transformações e interpretações. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 36, n. 13, p.1-31, 4 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920170000000013>.

MAPA – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011). Brasília, MAPA, 2005.

MARÉS, Carlos Frederico. **A função social da terra**. Porto Alegre: SAFabris, 2003.

MARTINE, G.; GARCIA, R. C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, J. S. Frente Pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. **Estudos Históricos**, Marília, v. 10, p. 33-41, 1971.

MARTINS, J. S. O sujeito da reforma agrária. In: **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite: emancipação e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MATTEI, L. Pobreza rural: um fenômeno histórico-estrutural relacionado à estrutura agrária do país. **OPPA**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 41, p. 1-5, jan. 2012.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MENDONÇA, M. R. A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E OS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO. **PEGADA: a Revista da Geografia do Trabalho**, [s. l.], v. 3, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i0.789.

MENEZES NETO, A. J. A igreja católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p.331-341, ago. 2007.

MESQUITA, H. A.; OLIVEIRA, A. U. **Corumbiara: o massacre dos camponeses - Rondônia, 1995**. 2001.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, Michael. **Drawing valid meaning from qualitative data: toward a shared craft**, 1984.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 393 p.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Agrogolpe: **Os interesses da bancada ruralista no golpe estão ligados a seus interesses políticos de classe**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/23/artigo-or-agrogolpe/>.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, v. 1, n. 114, p. 1-23, jun. 2017.

MME. **Maior usina solar de São Paulo inicia operação**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/maior-usina-solar-de-sao-paulo-inicia-operacao>. Acesso em: 15 out. 2022.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. 2. ed. Hucitec-Polis. São Paulo, 1998.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 255 p.

MST (Brasil). **O único sistema que vai nos trazer alimentos, vida, justiça, paz e o fim da violência é a soberania alimentar**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/19/o-unico-sistema-que-vai-nos-trazer-alimentos-vida-justica-paz-e-o-fim-da-violencia-e-a-soberania-alimentar/>. Acesso em: 21 out. 2020.

MST. **2018 foi um ano que silenciou a Reforma Agrária**. 11 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/01/11/2018-foi-um-ano-que-silenciou-a-reforma-agraria/>>

MÜLLER, G. Notas sobre as transformações estruturais no campo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, 1989.

MULLER. São Paulo – o núcleo do padrão agrário moderno. In: STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. p. 221-237.

NAKAGAWARA, Y. Café, do colonato ao bóia-fria. **Semina: Cio Soc./Hum.**, Londrina, v. 15, n. 3, p.270-279, set. 1994.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales -SP**. Dissertação (mestrado em Geografia) – FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2002.

OLIVEIRA, M. E. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do Iajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. 2006. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá - Uem, Maringá, 2006.

ORIGUÉLA, C. F. **Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo: 1990-2013**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2014.

ORIGUÉLA, C. F.; PEREIRA, L. I. A expansão da produção de agrocombustíveis e os desdobramentos na reforma agrária e soberania alimentar no estado de São Paulo. In: RAMOS FILHO, E. S.; FELICIANO, C. A.; SILVA, H. C. G. M.; LIMA, R. S. (org.). **Expansão do Capital, Movimentos Socioterritoriais e Políticas de Desenvolvimento**. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 51-65.

OXFAM. **Terrenos da desigualdade: terra, agricultura e desigualdades no brasil rural**. [S. l]: Oxfam Brasil, 2016.

PAZ, D. O. **Avaliação da Cobertura Florestal das Áreas de Proteção Ambiental dos Assentamentos Rurais da Região Geográfica Imediata (RGI) de Andradina - SP**. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2022.

PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membros do MST**: os novos produtores rurais e sua organização social. Tese (Doutoramento), Sociologia, UNB, Brasília, 2000.

PEREIRA, L. I. El acaparamiento de tierras en Paraguay: las estrategias de los agentes regionales. In: COSTANTINO, A. (comp.). **Fiebre por la tierra**: debates sobre el *land grabbing* en argentina y américa latina. Buenos Aires: El Colectivo, 2019. p. 281-321.

PINHEIRO, F. A. **A Renda e o Preço da Terra**: uma contribuição à análise da questão agrária brasileira. Tese de Livre-Docência. ESALQ-USP. Piracicaba, 1980.

PINHEIRO, N. S. **Os nômades**: Etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850-1912. 1992. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Unesp, Assis, 1992.

PINTO, L. F. G.; FARIA, V. G. de; SPAROVEK, G.; REYDON, B. P.; RAMOS, C. A.; SIQUEIRA, G. P.; GODAR, J.; GARDNER, T.; RAJÃO, R.; ALENCAR, A.; CARVALHO, T.; CERIGONI, F.; GRANERO, I. M.; COUTO, M. Quem são os Poucos Donos das Terras Agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em Debate** número 10. Abril de 2020.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul. 2009.

PIRES, M. J. de S.; RAMOS, P. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 411-424, jul. 2009.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1949, 177 p.

PROENÇA, Ércio Roberto. **Concentração, integração horizontal e vertical das usinas canavieiras**. 10. 127 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. Cap. 2012.

QUINTEIRO, Maria da Conceição. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. p. 107-202.

RAÍZEN. **Sobre a Raízen**. Disponível em: <https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen>. Acesso em: 25 mar. 2021.

RAMALHO, C. B. Quem são os sem-terra? uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no brasil. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 59-71, jan. 1998.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Via Campesina Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial. **Cuadernos de Geografía**, Bogotá, v. 16, n. 1, p. 49-70, fev. 2008. – correio

RANGEL, I. **Questão agrária brasileira – 1957-1986**. In: STÉDILE, J. P. (org). A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500-1960. Expressão Popular. São Paulo, 2005.

RANGEL, I. **Questão agrária, industrialização e crises urbanas**. In: SILVA, J. G. (org). Ed. da universidade. Rio Grande do Sul, 2000.

REYDON, B. P. Governança de terras e questão agrária no Brasil. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z. **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014. Cap 3 p. 725

REZENDE, G. C. de. Estrutura e nível técnico da agricultura brasileira segundo Furtado. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, p. 219-230, jun. 1975.

RODRIGUES, D. V. *et al.* O número de ocupações é maior do que se pensava. Boletim DATALUTA n. 5 – Artigo do mês: maio de 2008.

SALLES, J. de O.. **Institucionalização Da Propriedade Fundiária E Conflitos Agrários No Município De Pinhão-PR**. 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SANT'ANA, A. L. et al. (org.). **Assentados da região de Andradina (SP): projetos de vida, inserção econômica e políticas públicas**. Ilha Solteira: Unesp/CNPq, 2006. Relatório de Pesquisa.

SANT'ANA, A. L.; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo; SILVA, Flaviana Cavalcanti da; MODENESE, Valéria da Silva. O significado da terra. **Retratos de Assentamentos**, [s. l], v. , n. 12, p. 275-290, jan. 2009.

SANTOS, J. V. T. dos. **Conflitos agrários e violência no Brasil: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária**. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colômbia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/fear-puj/20190731032930/tavares.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SANTOS, J. V. T. dos. Efeitos sociais da modernização da agricultura. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, n. 4, p. 45-57, jun. 1994.

SANTOS, J. V. T. dos. Efeitos sociais da modernização da agricultura. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, n. 4, p. 45-57, jun. 1994.

SANTOS, Leonardo Bis dos. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 541-553, ago. 2018.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Angélica Freitas (trad.). Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. Brasília, CEPPAC/ UnB, 2011.

SAUER, S.; LEITE, S. P. Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil. **Resr**, Piracicaba, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul. 2012.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Cana de Açúcar, Financiamento Público e Produção de Alimentos no Cerrado: revista de geografia agrária. **Campo-Território**, [s. l], v. 7, n. 14, p. 1-29, ago. 2012.

SAUER, S.; TUBINO, N.; LEITE, A. Z.; CARRERO, G. Governo Bolsonaro amplia a grilagem de terras com mais uma Medida Provisória. **Boletim DATALUTA**, [s. l], n. 144, p. 2-11, dezembro 2019.

SAUER, Sergio. **Brasil de Fato**. Belém, maio de 2017. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/mp-759-expropria-a-populacao-pobre-do-campo-explica-sergio-sauer>.

SCHWARTZ, S. B. **Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SEADE. **Regiões de Governo**. 2022. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/?tema=economia&abrangencia=regioes-de-governo&ordem=ac>. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, C. R. R. **Noroeste paulista: Andradina, uma esperança de vida para nordestinos nas décadas de 30 a 50**. Monografia da Especialização em História do Brasil e História Social da UFMS. Três Lagoas: UFMS, 2000.

SILVA, Flaviana Cavalcanti da. **TECNOLOGIA SOCIAL PPAIS (PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL)**. 2016. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, L. M. O. A apropriação territorial na Primeira República. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, n. 1, p. 7-18, jun. 1994.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976. 120 p.

SILVÉRIO, Leandra Domingues. MULHERES EM LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA POPULAR: RELAÇÕES DE GÊNERO, DESFAZENDO OPRESSÕES, MACHISMO E SEXISMO. **Revista do Curso de História de Araguaína**, Araguaína, v. 13, n. 1, p. 33-55, jan. 2021.

SMITH, G. W. Brazilian Agricultural policy, 1950-1967. In: ELLIS H. S. (ed.) **The Economy of Brazil**. Berkeley: Un. of California Press, 1969.

SOUZA, R. dos S. R. de. A luta pela terra: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital, (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 410p.

STROZAKE, J. J. Caso da Fazenda Timboré. **Casoteca FGV**, São Paulo, 2006.

SVAMPA, M. **Las Fronteras del Neoextrativismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Alemanha: Bielefeld University Press, 2019.

SZMRECSÁNYI, T.; RAMOS, P. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 10, n. 5, p. 59-79, jun. 1994.

TEIXEIRA, Kleber Garcia; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo. Estruturas e instituições: um possível diálogo entre neoinstitucionalismo em políticas públicas e teoria social contemporânea. **Research, Society And Development**, Vargem Grande Paulista, v. 1, n. 1, p. 43-62, 5 jul. 2016. <http://dx.doi.org/10.17648/rsd-v1i1.4>.

TERENCE, Marcelo Fernando. PÓS-REFORMA AGRÁRIA: quem pertencem os projetos de assentamento do incra? **Anpege**, S.I., v. 18, n. 35, p. 113-132, jan. 2022.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 40, p. 27-53, jan. 2006.

VALENTE, R. General cai da presidência da Funai após pressão de ruralistas. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 11 de junho de 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/general-cai-da-presidencia-da-funai-apos-pressao-de-ruralistas.shtml>. Acesso em 23 de jan 2022.

VIA CAMPESINA. **What is La Via Campesina?** 2020. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/what-is-la-via-campesina/>. Acesso em: 21 out. 2020.

VIGNA, S. Bancada ruralista. O maior grupo de interesse no Congresso Nacional. Brasília: Inesc, ano VII, n. 12, 2007. 16p. mimeo

WANDERLEY, Maria de N. B. “Morar e trabalhar”. In: MARTINS, J. S. (org.). **Travessias:** a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. p. 53-106.

WELCH, Clifford Andrew. Governamentalidade: agenda oculta do Agrogolpe 2016. In. COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo:** do governo FHC aos governos petistas. v. I. Curitiba: CRV, 2018.

APÊNDICE A – Questionário lideranças

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA
PESQUISA: “As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a
visão dos atores sociais que as vivenciaram”

Data da entrevista: ____/____/____ Entrevistador: _____

1. CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome: _____

1.2 Endereço: _____ 1.3 Telefone: _____

1.4 Idade: _____ anos. 1.5 Escolaridade: _____

1.6 Profissão atual: _____

1.7 Qual a sua origem? (nasceu e cresceu onde?) _____

1.8 Qual era sua relação com a agricultura antes da luta pela terra?

1.9 Foi(ou é) assentado da reforma agrária? () Não () Sim, ano em que foi assentado: _____

1.10 Morou em outro assentamento? () Não () Sim, qual(is)? _____

1.11 Participa de: () cooperativa () sindicato () associação () outro tipo: _____

1.11.1 Nome da organização: _____

1.11.2 Cargo exercido na(s) organização(ões): _____

2. LUTA PELA TERRA

2.1 O(A) senhor(a) poderia me contar como foi a sua história de luta pela terra? Desde o início até hoje, se possível, gostaria que o (a) senhor(a) contasse de forma bem detalhada todos os acontecimentos. Então, como ficou sabendo sobre movimento de luta pela terra?

2.2 Como foi o primeiro processo de preparação e a ocupação da terra (ou de resistência na terra) que o senhor(a) participou? [estratégia usada para a mobilização das pessoas para a luta; por que ocuparam aquela fazenda; qual o papel do entrevistado na organização; verificar se participação iniciou na cidade; qual o movimento social ou instituição liderou a organização; se teve ocupação efetiva da terra, despejo(s), conflitos, tempo de acampamento antes da desapropriação, iniciaram produção antes da desapropriação? Nesse momento o senhor(a) já atuou como liderança?]

2.3 Como foi a organização de outras lutas pela terra o senhor(a) participou? [estratégia de mobilização das pessoas para a luta; verificar se casos de desistências eram frequentes; quais fazendas; por que ocuparam determinada fazenda; qual o papel do entrevistado na organização; qual o movimento social ou instituição liderou a organização; se teve ocupação efetiva da terra, despejo(s), conflitos, tempo de acampamento antes da desapropriação, iniciaram produção antes da desapropriação? Em quais lutas o senhor(a) considera que atuou como uma liderança?]

2.4 Quais fatores potencializaram(incentivaram) ou limitaram(desanimaram) a luta? [conjuntura política de cada época; possíveis sinergias e/ou dificuldades das relações entre lideranças/organizações em termos de estratégia de luta e/ou posição político-ideológica; apoios ou embates com outros atores sociais (classe política, poder judiciário, outras organizações sociais)]

2.5 Como foi sua participação no processo de assentamento das famílias? [forma e critérios para a seleção das famílias; organização dos assentados, negociação com Incra/justiça; luta por crédito e infraestrutura inicial; apoio jurídico]

2.6 Durante esses anos de luta pela terra o(a) senhor(a) sofreu alguma violência, foi preso(a) ou foi ameaçada(o)? (caso sim) Poderia me relatar o que aconteceu? [quando ocorreu, quem esteve envolvido, o que ocorreu, quais as consequências]

2.7 Em algum momento pensou em desistir da luta? (caso sim) O que levou a pensar em desistir? Por que não desistiu?

2.8 Poderia comentar o papel da organização da qual o senhor(a) faz parte na luta pela terra na região? [relevância, abrangência, pontos fortes e aspectos que poderiam ter sido melhor conduzidos]

2.9 O que significou para o(a) senhor(a) a luta pela terra?

2.10 Alguma história ou questões importantes que gostaria de acrescentar?

APÊNDICE B – Questionário específico

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP ILHA SOLTEIRA
DEPTO DE FITOTECNIA, TECNOLOGIA DE ALIMENTOS E SÓCIO-ECONOMIA
PESQUISA: “As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a
visão dos atores sociais que as vivenciaram”

Data da entrevista: ____/____/____ Entrevistador: _____

1. CARACTERÍSTICAS DO ENTREVISTADO

1.1 Nome: _____

1.2 Endereço: _____ 1.3 Telefone: _____

1.4 Idade: _____ anos. 1.5 Escolaridade: _____

1.6 Profissão atual: _____

1.7 Qual a sua origem? (nasceu e cresceu onde?) _____

1.8 Qual era sua relação com a agricultura antes da luta pela terra?

1.9 Morou em outro assentamento? () Não () Sim, qual(is)?

1.10 Ano em que foi assentado: _____

1.11 Tem ou já teve algum cargo administrativo no assentamento? () Não () Sim. Qual?

2. A LUTA PELA TERRA

2.1 O(A) senhor(a) poderia me contar como foi a sua história de luta pela terra? Desde o início até hoje, se possível, gostaria que o(a) senhor(a) contasse de forma bem detalhada todos os acontecimentos. Então, como ficou sabendo do movimento de luta pela terra? (trabalho e moradia; mobilização; motivação; acampamentos anteriores...)

2.2 Como foi o processo de preparação e a ocupação da terra que o senhor(a) participou? [movimento social/instituição; por que ocuparam aquela fazenda (Itesp, Sarney ou vistoria nova); local de montagem; divisão e organização do grupo (coordenadores); quantos grupos.]

2.3 Quais fatores potencializaram/incentivaram ou limitaram/desanimaram a luta? (desavença/racha do acampamento e possíveis consequências; apoios ou embates com outros atores sociais)

2.4 Quanto tempo durou o acampamento? [ocupação; despejo; atuação de jagunços; infiltrados; negociação com o dono da fazenda/INCRA; instrumentos de desapropriação (Decreto 433/venda ou outro...)]

2.5 Como foi o processo de entrada na fazenda e a seleção/inscrição dos assentados?

2.6 Durante a luta pela terra o(a) senhor(a) sofreu alguma violência, foi preso(a), ameaçado(a) ou presenciou algum fato desse tipo? (caso sim) Poderia me relatar o que aconteceu? Já sofreu algum preconceito por ser assentado?

2.7 Em algum momento pensou em desistir da luta? (caso sim) O que o(a) levou a pensar em desistir? Por que não desistiu?

3. A VIDA NO ASSENTAMENTO RURAL

3.1 O(A) senhor(a) poderia me contar quais foram os passos que se seguiram à desapropriação da fazenda? [área provisória; % de liberação da fazenda; distribuição dos lotes (sorteio, escolha ou troca); tempo para recortar e distribuir os lotes/quem fez; tamanho do lote; recursos recebidos nessa fase; funcionários da fazenda que conseguiram lote...]

3.2 Como ficou a organização das lutas no assentamento após cada família ir para seu lote? (foram mantidas as mobilizações dos movimentos sociais/sindicatos; associações/cooperativas...)

3.3 Quais recursos as famílias tiveram acesso? (casa; água; energia; nº de famílias beneficiadas; instituição executora; pressão/envolvimento de movimentos sociais...). E em relação à estrutura social do assentamento? (posto de saúde; sede; lazer; tanque de leite ou outros equipamentos comunitários; educação; etc...). Como o senhor(a) avalia esses recursos?

3.4 Quais os principais créditos de investimento e de custeio para a produção recebidos? (quando; pressão/envolvimento de movimentos sociais; se todos receberam; situação dessas dívidas atualmente no assentamento...). Tiveram/têm acesso à ATER e programas de compras institucionais? (quais; instituição executora). Como o senhor(a) avalia esses recursos?

3.5 Quais fatores foram mais importantes para o desenvolvimento do assentamento/das famílias assentadas e quais fatores causaram mais dificuldades? [crédito; política pública;

comercialização; instituições; organizações sociais (movimentos sociais, sindicatos, cooperativas, associações ou outros – sinergias e conflitos)]

3.6 Neste assentamento ocorreram muitas desistências de lote? Porque? (cadastro; compra e venda...)

3.7 Quais efeitos você sente com o aumento do cultivo da cana ao redor dos assentamentos na região? Existe pressão das usinas para a entrada da cana nos assentamentos? ou outro tipo de arrendamento? Qual o seu ponto de vista sobre esse assunto? (paisagem; agrotóxico; caminhão; emprego...)

3.9 Como avalia sua vida depois da conquista da terra? (moradia; alimentação; acesso à saúde, educação e ao lazer; segurança física; bem-estar/satisfação pessoal). Tem intenção de continuar no lote? Se sim, por quê?

3.8 O que significou para o(a) senhor(a) a luta pela terra?

APÊNDICE C – Termo de esclarecimento e compromisso de uso

TERMO DE ESCLARECIMENTO E COMPROMISSO DE USO

Prezado(a), Eu, Débora Pavani Silva, Engenheira Agrônoma e estudante de Doutorado, apresentei à Faculdade de Engenharia do Campus de Ilha Solteira (FEIS/UNESP) a proposta de pesquisa **“As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram”**, como projeto de doutorado sob a orientação Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant’Ana, com o objetivo de estudar a luta pela reforma agrária no Território Prof. Cory/Andradina, tendo como base a visão dos atores sociais que participaram do processo de formação e evolução dos assentamentos rurais, a partir da década de 1980. Gostaria, para isso, de contar com sua participação nessa pesquisa, como reconhecido(a) participante no processo de formação dos assentamentos rurais do referido Território, por meio de uma entrevista gravada. O depoimento de caráter histórico e documental prestado durante a entrevista, pode constar no relatório final da pesquisa, que poderá ser, eventualmente, publicado e divulgado.

Comprometo-me a utilizar a entrevista gravada do(a) Sr.(a) _____
_____ constando de _____ minutos de gravação, exclusivamente para a finalidade declarada acima e de acordo com as normas de citação estabelecidas pela ABNT.

Declaro estar ciente de que a utilização indevida dos materiais, ocasionando a transgressão das normas de consulta, sujeita-me às penalidades previstas na Lei nº 9.610, de 19.2.1998.

Quaisquer outras formas de utilização e divulgação não previstas entre as mencionadas necessitam de autorização expressa do depoente ou herdeiro.

_____, ____ de _____ de _____.

Ass: _____

APÊNDICE D – Termo de consentimento livre e esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ declaro para os fins de pesquisa que tenho conhecimento dos objetivos do estudo “**As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram**”, apresentado como projeto de doutorado à Faculdade de Engenharia do Campus de Ilha Solteira (FEIS/UNESP), pela pesquisadora Débora Pavani Silva, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Lázaro Sant’Ana. Tenho ciência e consinto em participar de entrevistas dessa pesquisa, que serão gravadas e guardadas adequadamente. Declaro ceder os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a) _____, na cidade de _____ em ____/____/____, num total de _____ minutos de gravação que podem constar no relatório final da pesquisa, que poderá, ser, eventualmente, publicado e divulgado.

Concordo em constar a minha identificação pessoal no relatório final de pesquisa, que poderá, ser, eventualmente, publicado e divulgado da seguinte forma:

Citar meu próprio nome (☐) Usar pseudônimo (☐)

Qual? _____

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do cedente

APÊNDICE E – Política de obtenção e Decretos

Política de obtenção e Decretos desapropriatórios dos PAs no Território Prof. Cory/Andradina (SP)

Nome do Projeto	Política de obtenção*	Decreto
Primavera	Desapropriação	Nº 84.877 de 8 de julho de 1980
Aroeira	Desapropriação	Nº 94.155 de 30 de março de 1987
Esmeralda	Desapropriação	Nº 94.160 de 31 de março de 1987
São José II	Desapropriação	Nº 94.155 de 30 de março de 1987
Rio Paraná	Desapropriação	Nº 92.820 de 25 de julho de 1986
Timboré	Desapropriação	Nº 93.021 de 27 de julho de 1986
Orlando Molina	Desapropriação	Decreto de 27 de fevereiro de 1998, Art 1º
Anhumas	Desapropriação	Decreto de 25 de abril de 2001, Art 1º, inciso VII
Belo Monte	Desapropriação	Decreto de 18 de nov. de 1998
Terra Livre	Desapropriação	Decreto de 11 de dez. de 2001, Art 1º, inciso II
São Joaquim	Desapropriação	Decreto de 11 de dez. de 2001, Art 1º, inciso I
N. Sra. Aparecida	Desapropriação	Decreto de 29 de out. de 2003, Art 1º, inciso II
Terra é Vida	Desapropriação	Decreto de 05 de set. de 2002, Art 1º, inciso IX
Nova Vila	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso X
União da Vitória	Desapropriação	Decreto de 11 de jan. de 2002, Art 1º
Pousada Alegre	Desapropriação	Decreto de 04 de dez. de 2002, Art 1º, inciso X
Celso Furtado	Desapropriação	Decreto de 05 de set. de 2002, Art 1º, inciso VIII
Estrela da Ilha	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso I
Sta. Maria da Lagoa	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso VI
Dois Irmãos	Desapropriação	Decreto de 20 de dez. de 2004, Art 1º, inciso II
Rosely Nunes	Desapropriação	Decreto de 04 de dez. de 2002, Art 1º, inciso XII
Santa Cristina	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso IX
Arizona	Desapropriação	Decreto de 15 de jan. de 2002, Art 1º, inciso II
Primavera II	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso XII
São Lucas	Desapropriação	Decreto de 04 de dez. de 2002, Art 1º, inciso VII
Cachoeira	Desapropriação	Decreto de 2 de agosto de 2005, Art 1º, inciso XI
Cafeeira	Desapropriação	Decreto de 20 de dez. de 2004, Art 1º, inciso I
Santa Isabel	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso II
Zumbi dos Palmares	Compra	Portaria Nº 61, de 16 de outubro de 2008
Olga Benário	Desapropriação	Decreto de 15 de janeiro de 2002, Art 1º, inciso I
Santa Luzia	Desapropriação	Decreto de 26 de outubro de 2006, Art 1º
Esperança de Luz	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso IV
Pendengo	Desapropriação	Decreto de 29 de dez. de 2004, Art 1º, inciso II
Josué de Castro	Desapropriação	Decreto de 18 de julho de 2003, Art 1º, inciso IX
Eldorado dos Carajas	Desapropriação	Decreto de 1º de agosto de 2006
Frei Pedro	Desapropriação	
Florestan Fernandes	Desapropriação	Decreto de 21 de nov. de 2002, Art 1º, inciso V
Moinho	Desapropriação	Decreto de 28 de maio de 2008

Fonte: Elaboração própria (2022). *MAPA – Sistema SIPRA (2022).

APÊNDICE F – Ocupações Território Prof.Cory/Andradina (SP) 1998-2014

Especificações das ocupações ocorridas em áreas do Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.

Ano	Município	Nome do Imóvel	Data	Área	Famílias	Organização
1998	Castilho/ Andradina	Fazenda F. Anhumas	S.I.	S.I.	50	S.I.
	Andradina	Área do DER na Rodovia dos Barrageiros	11/01/1998	S.I.	60	S.I.
	Andradina	F. São Sebastião/ Acamp. Belo Monte	16/05/1998	S.I.	150	S.I.
	Castilho	F. do Abrigo	21/02/1998		40	S.I.
1999	Andradina	F. São Sebastião/ Acamp. Belo Monte	22/03/1999	900	85	S.I.
2000	Castilho/ Andradina	F. Anhumas	25/05/2000	1200	75	MST
	Itapura	F. Entre Rios/ Santo Antônio	24/04/2000	1300	50	STR de Itapura / MST
	Itapura	F. Trevo	22/04/2000	S.I.	200	MST
2001	Castilho	F. Pedágio	17/11/2001	S.I.	100	MST
2003	Andradina	Área em Andradina	01/06/2003	1000	400	MST
	Andradina	F. Arizona/Acamp. União da Vitória III	05/12/2003	726	50	MST
	Ilha Solteira	F. Santa Maria da Lagoa	01/01/2003	S.I.	2	MST
	Ilha Solteira	F. São José da Barra	01/01/2003	S.I.	120	MST
2004	Andradina	F. Timboré	02/04/2004	S.I.		FAF/MST
	Andradina	F. Timboré	09/06/2004	S.I.		MST
	Andradina	F. Timboré	10/07/2004	S.I.		MST
	Castilho	F. Itapura/ Acamp. Nova Conquista	09/12/2004	2133	300	MST
	Castilho	F. Primavera	06/04/2004		2	SINTRAF
	Castilho	F. Santa Cruz	05/05/2004	1000	10	CUT/MST/ SINTRAF
	Castilho	F. Ipê	07/04/2004	S.I.	250	MST
	Mirandópolis	F. Primavera	08/04/2004	S.I.	S.I.	MST
	Mirandópolis	F. Primavera	17/04/2004	1806	112	MST
	Murutinga do Sul	F. Santa Cristina	09/07/2004	S.I.	40	CUT/STR
2005	Pereira Barreto	F. Mesquita	02/01/2004	501	40	MST
	Suzanápolis	F. Tapir/Acamp. 7 de Setembro	02/04/2004	2906	200	MST
	Andradina/ Castilho	Acamp. União da Vitória III / F. Arizona	10/12/2005	726	200	MST
	Itapura	F. Lagoão / Tapir	16/06/2005	S.I.	250	MST
	Castilho	F. Cafeeira / Acamp. Nova Canaã	12/11/2006	1944	700	MST
2006	Castilho	F. Santo Antônio	01/08/2006	S.I.	16	SI
	Sud Menucci	F. Santa Maria / Acamp. Irmã Dorothy	08/03/2006	955	80	MST

Ano	Município	Nome do Imóvel	Data	Área	Famílias	Organização
2007	Andradina	Timborezinho / Josué de Castro	12/04/2007	773	120	MST
	Castilho	F. Pendengo / Acamp. Tche Guevara	11/04/2007	S.I.	S.I.	MST
	Castilho	F. Pendengo / Acamp. Tche Guevara	08/11/2007	4186	200	MST
	Castilho	Acamp. Nova Canaã / F. Cafeeira	24/06/2007	1944	200	CUT / SER / STR
	Castilho	F. Santa Isabel	01/06/2007	1024	60	CUT / SER / SINTRAF / STR
	Castilho	F. Ipê	03/10/2007	979	200	SINTRAF
	Itapura	F. Lagoão / Tapir	20/02/2007			MST
	Itapura	F. Lagoão / Tapir	25/07/2007	1767	302	MST
	Itapura	F. Cachoeira / Cachoeirinha	19/02/2007	992	100	CUT / SER / SINTRAF / STR
	Mirandópolis	F. São Lucas	06/04/2007	S.I.	S.I.	CONTAG / STR
	Mirandópolis	F. São Lucas	09/04/2007		150	MST
	Mirandópolis	F. São Lucas	18/04/2007	1541	60	CONTAG / STR
	Sud Mennucci	F. Jangada	28/06/2007	657	40	CUT / SINTRAF / STR
	Suzanapolis	F. Bacuri	23/11/2007	484	100	MST
2008	Pereira Barreto	F. Jamaica / Acamp. Olga Benário	15/05/2008	S.I.	300	MST
2009	Andradina	F. Não Identificada I	28/02/2009	S.I.	S.I.	CUT / MAST / MLST / MST / MTST / SER / SINTRAF / STR
	Andradina	F. Não Identificada II	28/02/2009	S.I.	S.I.	CUT / MAST / MLST / MST / MTST / SER / SINTRAF / STR
	Andradina	F. Timboré	25/09/2009	S.I.	24	MST
2010	Pereira Barreto	Conflito F. Jamaica / Olga Benário	01/03/2010	S.I.	49	Assentados
	Pereira Barreto	Área da CESP	14/04/2010	S.I.	80	MST
2011	Castilho	F. Rancho Alegre	07/01/2011	S.I.	300	MST
	Pereira Barreto	F. Maria Ofélia	15/04/2011	S.I.	24	MST
2013	Sud Mennucci	F. São João	30/08/2013	S.I.	200	MST
2014	Nova Independência	Conflito Acamp. Pérola Negra SP563 / F. São Pedro	13/07/2014	S.I.	71	Sem Terra

Fonte: Relatórios CPT (1998 – 2014). Elaboração própria (2022)